

MATRIZes

ISSN 1982-8160

DOSSIÊ:

Novas Perspectivas em Teorias da Comunicação

Ciro Marcondes Filho

Massimo Leone

Lucia Santaella

Dora Kaufman

Robin Celikates

André Luiz Martins Lemos

ENTREVISTA:

Alejandro Grimson

por Veneza Mayora Ronsini



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Maria Armanda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Diretora: Brasilina Passarelli

Vice-Diretor: Eduardo Henrique Soares Monteiro

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (CPG)

Presidente: Mario Rodrigues Videira Junior

Vice-Presidente: Maria Clotilde Perez Rodrigues

COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA USP (CCP)

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli

Membros Titulares

Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari

Profa. Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues

Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli

Profa. Dra. Roseli Aparecida Fígaro Paulino

Membros Suplentes

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho

Profa. Dra. Daniela Oswald Ramos

Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias

Prof. Dr. Richard Romancini

Representação Discente: Karla de Melo Alves Meira

Suplente: Carolina Ferraz da Silva

Secretária: Maria das Graças Sousa

MATRIZES

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Bloco 22, sala 24
Cidade Universitária, Butantã, CEP 05508-900, São Paulo - SP
Tel.: 55 (11) 3091.8657
e-mail: matrizes@usp.br

www.matrizes.usp.br

e-ISSN: 1982-8160

ANO 18 – Nº 1 jan./abr. 2024

apoio: 

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. Todo material incluído nesta revista tem a autorização expressa dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos artigos da revista pode ser reproduzida desde que citados autor e fonte.



MATRIZES www.matrizes.usp.br

Diretora: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (Universidade de São Paulo)

Editoria Científica:

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Isabel Ferin Cunha (Universidade de Coimbra)

Luciano Guimarães (Universidade de São Paulo)

Maria Clotilde Perez Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Maria Ignes Carlos Magno (Universidade Anhembi Morumbi)

Raúl Fuentes Navarro (Universidad de Guadalajara e Universidad Jesuita de Guadalajara)

Richard Romancini (Universidade de São Paulo)

Roseli Figaro (Universidade de São Paulo)

Wagner Souza e Silva (Universidade de São Paulo)

Editores Executivos:

Luciano Guimarães (Universidade de São Paulo)

Wagner Souza e Silva (Universidade de São Paulo)

Assistentes Editoriais:

Caroline Tiemi Moryama (Universidade de São Paulo)

Thiago Pereira Cordeiro (Universidade de São Paulo)

Conselho Científico - Membros Honorários

Albino Rubin (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Armand Mattelart (Université Paris VIII, França)

Etienne Samain (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Gabriel Cohn (Universidade de São Paulo, Brasil)

Graham Murdock (London School of Economics, Inglaterra)

Giovanni Bechelloni (Università degli Studi di Firenze, Itália)

Henry Jenkins (University of Southern California, EUA)

John B. Thompson (University of Cambridge, Inglaterra)

José Teixeira Coelho (Universidade de São Paulo, Brasil) *(in memoriam)*

Klaus Bruhn Jensen (University of Denmark, Dinamarca)

Jesús Martín-Barbero (Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia) *(in memoriam)*

Lucia Santaella (Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, Brasil)

Massimo Canevacci (Università di Roma - La Sapienza, Itália)

Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Néstor García Canclini (Universidad Autónoma Metropolitana de México, México)

Renato Janine Ribeiro (Universidade de São Paulo, Brasil)

Conselho Científico - Membros Efetivos:

Adilson Citelli (Universidade de São Paulo, Brasil)

André Lemos (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Aníbal Bragança (Universidade Federal Fluminense, Brasil) *(in memoriam)*

Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Arlindo Machado (Universidade de São Paulo, Brasil) *(in memoriam)*

Bernard Miège (Université Stendhal, França)

Catarina Duff Burnay (Universidade Católica de Portugal, Portugal)

Charo Lacalle (Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha)

Ciro Marcondes Filho (Universidade de São Paulo, Brasil) *(in memoriam)*

Cremilda Medina (Universidade de São Paulo, Brasil)

Erick Felinto Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Francisco Rüdiger (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Gilberto Prado (Universidade de São Paulo, Brasil)

Giuseppe Richeri (Università della Svizzera Italiana, Itália)

Guillermo Orozco Gómez (Universidad de Guadalajara, México)

Ismail Xavier (Universidade de São Paulo, Brasil)

James Lull (San Jose State University, Estados Unidos)

José Luiz Braga (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Juremir Machado da Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil)

Lucrécia d'Alessio Ferrara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Luiz Cláudio Martino (Universidade de Brasília, Brasil)

Marcus Freire (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marcos Palacios (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Margarida M. Krohling Kunsch (Universidade de São Paulo, Brasil)

Marialva Carlos Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Mauro Wilton de Sousa (Universidade de São Paulo, Brasil)

Milly Buonanno (Università di Roma - La Sapienza, Itália)

Nilda Jacks (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Norval Baitello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Raquel Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Silvia Borelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Tereza Quiroz (Universidad de Lima, Peru)

Valerio Fuenzalida Fernández (Pontifícia Universidad Católica de Chile, Chile)

Vera França (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Walmir Barbosa (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Yvana Fecchine (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

INDEXADORES

[DIADORIM – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras](#)

[DOAJ – Directory of Open Access Journals](#)

[EBSCO](#)

[ERIEHPLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences](#)

[EUROPUB](#)

[EZB – Eletronic Lournals Library](#)

[FUNARTE – Fundação Nacional de Artes](#)

[GOOGLE ACADÊMICO](#)

[HAL – Accès aux données de reference de HAL](#)

[J4F – Journals For Free](#)

[LATININDEX – Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal](#)

[LATINREV – Red latinoamericana de revistas académicas en ciencias sociales y humanidades](#)

[MIAR – Information Matrix for the Analysis of Journals](#)

[MIGUILIM – Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras](#)

[OPEN SCIENCE](#)

[PERIÓDICOS CAPES](#)

[RCAAP – Repositório Científico der Acesso Aberto de Portugal](#)

[REDALYC – Red de Revistas Científicas de Acceso Abierto Diamante](#)

[REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico](#)

[RESEARCHBIB – Academic Resource Index](#)

[REVISCOM – Red Confibercom de Revistas Científicas de Comunicación](#)

[ISSN PORTAL](#)

[WIKIDATA](#)

[WORLDCAT](#)

**Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação – ECA/USP**

MATRIZES / Revista do programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo.
– Ano 18, nº 1 (jan./abr. 2024) - São Paulo : ECA/USP/: 2024
– PDF

Quadrimestral
e-ISSN 1982-8160

1. Comunicação
1. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes

CDD – 23 ed. - 302.2

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado – CRB-8/6194



Sumário

- 1 EDITORIAL**
Entre o domínio algorítmico e o posicionamento político
LUCIANO GUIMARÃES
WAGNER SOUZA E SILVA

DOSSIÊ

- 7 Tragédias políticas: Um problema da comunicação**
CIRO MARCONDES FILHO
- 21 Bandeiras nacionais e retórica política:
Uma comparação semiótica entre Itália e Brasil**
MASSIMO LEONE
- 37 A inteligência artificial generativa como quarta ferida
narcísica do humano**
LUCIA SANTAELLA
DORA KAUFMAN
- 55 Públicos digitais, contestação digital:
Uma nova transformação estrutural da esfera pública?**
ROBIN CELIKATES
- 75 Erros, falhas e perturbações digitais
em alucinações das IA generativas:
Tipologia, premissas e epistemologia da comunicação**
ANDRÉ LUIZ MARTINS LEMOS

ENTREVISTA

- 95 Cultura, identidades, classes:
A busca conceitual inquieta de Alejandro Grimson**
ALEJANDRO GRIMSON
VENEZA MAYORA RONSINI

- 105** **Capitalismo de vigilância e lutas algorítmicas**
MURILO DUARTE COSTA CORRÊA
GIUSEPPE COCCO
- 127** **Sul Global: uma agenda política para pensar a comunicação?**
LUIZ PERES-NETO
- 145** **Publicidade contemporânea e semiótica peirceana:
Uma proposta metodológica**
BRUNO POMPEU
SILVIO KOITI SATO
- 171** **Objetividade jornalística e perspectiva de gênero:
Tensões e deslocamentos**
JESSICA GUSTAFSON
DAIANE BERTASSO
- 197** **A teoria das representações sociais e a teoria das mediações:
Uma proposta metodológica de aproximação**
YHEVELIN SERRANO GUERIN
ÂNGELA CRISTINA TREVISAN FELIPPI
CIDONEA MACHADO DEPONTI
- 215** **Sonoridades fronteiriças: fruição e rearticulações da
música pop e da música popular**
NILTON FARIA DE CARVALHO
- 239** **Circulação de sentidos em textos noticiosos sobre mortes
pela pandemia no Brasil**
VIVIANE BORELLI
DIOSANA FRIGO
LUAN MORAES ROMERO
- 265** **A Monarquia do Norte (1919) no discurso iconográfico
da Ilustração Portuguesa**
JORGE PEDRO SOUSA
FÁTIMA LOPES CARDOSO
CELIANA AZEVEDO
- 295** **O mundo do avesso, de Letícia Cesarino, é uma obra que
requer coragem – para ser escrita e para ser lida**
JACQUELINE AUSIER DOMINGUES

Entre o domínio algorítmico e o posicionamento político

OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS e consequentemente a área de estudos da Comunicação são afetados ora por tecnologias e meios emergentes e insurgentes, ora pela reconfiguração da própria comunicação, no seu sentido mais amplo, abordando formas de comunicar e seus impactos na sociedade. Nos últimos anos, um fenômeno mereceu bastante atenção, criando uma profunda perturbação na forma como a sociedade se comunica, nomeado de fake news. Atualmente, é o rápido avanço no desenvolvimento da Inteligência Artificial que tem sido acompanhado por diversas pesquisas, com diferentes enfoques, e não é diferente entre os pesquisadores de nossa área. De certa forma, o uso político tem amalgamado esses dois fenômenos comunicacionais – fake news e Inteligência Artificial – e exigido novas reflexões e análises. Entre um e outro, redobra-se a ainda necessária defesa da democracia.

Esse movimento atento está refletido nos artigos da seção *Dossiê* que abrem esta edição de *MATRIZES*. Começamos com um texto inédito de Ciro Marcondes Filho, revisado por Vitor Blotta, que apresenta as bases teóricas e factuais do projeto “Tragédias Políticas”, que o professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) havia iniciado em 2019, e que infelizmente foi interrompido com seu falecimento em novembro de 2020. Com o título de “Tragédias políticas: Um problema da comunicação”, ele trata do problema da verdade e da informação confiável a partir de um diálogo com Nietzsche, de como a desinformação tem sido uma estratégia política desde o nazismo, e das atuais formas de determinar comportamentos eleitorais a partir de mecanismos de engenharia psicossocial que fazem uso de notícias falsas e técnicas de *microtargeting* das plataformas digitais, como nos casos das eleições de Donald Trump e de Jair Bolsonaro. Como defende Marcondes Filho nesse projeto, muitas das questões atuais em torno das relações entre desinformação

e democracia precisam ser enfrentadas pelas teorias e pesquisas em jornalismo e comunicação.

Na sequência, no artigo “Bandeiras nacionais e retórica política: Uma comparação semiótica entre Itália e Brasil”, Massimo Leone, da Universidade de Turim, apresenta um estudo semiótico e sociocultural das bandeiras com foco na “complexidade semântica das bandeiras na cultura contemporânea”. A parte final de seu artigo refere-se à apropriação desse objeto pelos apoiadores do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro e a compara ao uso da bandeira italiana pelo movimento Forza Itália do ex-primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi. Assim como Ciro Marcondes Filho, Massimo Leone elabora propostas para reversão dos efeitos perversos produzidos pelo mau uso da comunicação.

A Inteligência Artificial é diretamente tratada em dois outros artigos da seção *Dossiê*. Lucia Santaella e Dora Kaufman apresentam em “A Inteligência Artificial Generativa como quarta ferida narcísica do humano” a hipótese de que o desenvolvimento dessa tecnologia tem atingido a autoestima humana tal qual nos três momentos anteriores de semelhante impacto no amor próprio do humano que foram identificados por Sigmund Freud. Já André Lemos opta por uma análise “neomaterialista pragmática e não antropocêntrica” e aborda em seu artigo “Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas: Tipologia, premissas e epistemologia da comunicação” como as alucinações algorítmicas de sistemas de Inteligência Artificial Gerativa podem ser de interesse para os estudos sobre a cultura digital e a atuação das mídias digitais e para a observância dos agenciamentos impactados por eventos disruptivos.

Entre esses dois artigos, o professor da Universidade Livre de Berlin, Robin Celikates, discute a relação entre democracia, esfera pública e midiativismo digital como formas de contestação e confronto político em “Públicos Digitais, Contestação Digital: uma nova transformação estrutural da esfera pública?”. Apesar da individualidade de cada artigo, neste *Dossiê*, o texto de Celikates conecta os de Santaella & Kaufman com o de Lemos, assim como esses três aos anteriores, de Marcondes Filho e Leone. A linha que os amarra está fiada por preocupações com os fenômenos incipientes e impactos políticos, espessada pela vontade de garantir boas práticas comunicacionais. Não é diferente no conjunto de artigos das outras seções desta edição e parece indicar uma tendência nos estudos da área.

A *Entrevista* desta edição traz Alejandro Grimson, professor do Instituto de Estudos Sociais Superiores (IDAES) da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da Argentina, em conversa com Veneza Mayora Ronsini. Considerando a robusta obra do autor sobre cultura e sua relação com processos

políticos e sociais, bem como seu mais recente livro organizado ao redor do tema da classe média, Ronsini evidencia a importância das contribuições de Grimson para os estudos de recepção, consumo e construções identitárias.

A seção *Em Pauta* tem início com dois textos que exploram e problematizam temas que se destacam na atualidade dos estudos em comunicação. Em “Capitalismo de vigilância e lutas algorítmicas”, os autores Murilo Duarte Costa Corrêa e Giuseppe Cocco propõem notar como as perspectivas críticas em relação à cultura algorítmica, sustentadas pela observação da convergência entre extrativismo de dados e vigilância, tendem a gerar uma certa imobilidade intelectual para avançar no debate sobre este tema de máxima urgência. Já Luiz Peres-Neto, em “Sul Global: uma agenda política para pensar a comunicação?”, explora as origens, o desenvolvimento e as contradições do termo, bem como a sua institucionalização no campo dos estudos da comunicação, e em relação com o contexto do Norte Global, o que é investigado a partir de vestígios da própria trajetória pessoal do pesquisador.

Em seguimento, o texto “Publicidade contemporânea e semiótica peirceana: uma proposta metodológica”, Bruno Pompeu e Silvio Koiti Sato reforçam a importância do legado de Charles Sanders Peirce para a compreensão de linguagens de complexa potencialidade para geração de significados, tal como se mostra o fenômeno da publicidade, cujos processos comunicativos se dão de maneira cada vez mais permeada à vida cotidiana. A seção tem continuidade no artigo “A Objetividade jornalística e perspectiva de gênero: tensões e deslocamentos”, em que Jessica Gustafson e Daiane Bertassi trazem minuciosa análise da produção jornalística do *Portal Catarinas*, da região Sul do Brasil, como um estudo de caso para discutir a possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo e as suas implicações nos processos de construção de notícias.

Na sequência, em “A teoria das representações sociais e a teoria das mediações: uma proposta metodológica de aproximação”, as autoras Yhevelin Serrano Guerin, Ângela Cristina Trevisan Felippi e Cidonea Machado Deponti exploram as conexões entre as teorias de Serge Moscovici e Jesús Martín-Barbero, propondo um mapa metodológico para auxiliar a realização de pesquisas empíricas e a organização de dados coletados em estudos de socialização, com o intuito de evidenciar e melhor qualificar os processos de mediação na constituição das representações sociais. Processos estes que, de certa maneira, são investigados no texto seguinte, de Nilton Faria de Carvalho, “Sonoridades de entremeios: fruição e rearticulações da música pop e da música popular”, que observa os jogos das mediações a partir da proposta de oficinas de escuta musical realizadas para estudantes de ensino médio, promovendo embates entre repertórios que se constituem como espaços de partilhas para novos processos de significação.

No próximo texto, de Viviane Borelli e Diosana Frigo, temos a retomada de um objeto de relevância perene. Em “Circulação de sentidos em reportagens sobre mortes pela pandemia no Brasil”, as autoras encaram o desafio de mapear a heterogeneidade discursiva em torno da cobertura noticiosa sobre a pandemia da covid-19 no Brasil. O artigo evidencia a identificação da complexidade dos fluxos comunicacionais como circuitos de sentidos, e o faz a partir de um relato, cuidadosamente detalhado, da metodologia aplicada para o levantamento e organização dos dados.

A seção *Em Pauta* encerra com “A Monarquia do Norte (1919) no discurso iconográfico da *Ilustração Portuguesa*”, texto de Jorge Pedro Sousa, Fátima Lopes Cardoso e Celiana Azevedo. Explorando a única revista ilustrada de um momento importante da história de Portugal, os autores discutem os alinhamentos entre poder governamental e imprensa a partir da observação do entrelaçamento entre informação e propaganda, o que é muito bem respaldado pelo rico material visual apresentado.

Na seção *Resenha*, finalizando esta edição, Jacqueline Ausier Domingues nos revela a densidade do livro “O mundo do avesso: verdade e política na era digital”, de Letícia Cesarino. A importância da obra para os estudos contemporâneos da comunicação é bem assinalada pelo texto, considerando principalmente a sua atualidade baseada na análise da recente e conturbada conjuntura sociopolítica brasileira, cujos alicerces da democracia e ciência têm suas estruturas abaladas pela influência das dinâmicas das redes digitais.

Esperamos que, mais uma vez, *MATRIZES* possa ser um canal de valorização, divulgação e reflexão para as pesquisas de nossa área. Tenham uma ótima leitura!

Luciano Guimarães
Wagner Souza e Silva

DOSIÊ

Novas Perspectivas em Teorias da Comunicação



Tragédias políticas: Um problema da comunicação^a

Political tragedies: An issue of communication

CIRO MARCONDES FILHO (IN MEMORIAM^b)

Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

Até o momento, órgãos públicos, instituições de controle e agentes sociais não sabem como lidar com a questão das notícias falsas e cobram soluções dos estudiosos. A complexidade se torna ainda maior pelo fato de envolver não apenas agentes internacionais e governos do exterior, mas escritórios, equipamentos e máquinas de produção e bombardeamento de informações, assentados sobre doações e verbas milionárias, que transcendem em muito a capacidade de governos apresentarem medidas efetivas contra esse mau uso da democracia. Mas isso não nos impede de aceitar o desafio. Após anos de debates, investigações e confronto de ideias, quiçá possamos chegar a proposições que tenham condição de reverter o processo e garantir a todos a recuperação da confiança na democracia e nos processos de tomada de decisão.

Palavras-chave: Verdade, informação confiável, desinformação, jornalismo, democracia

ABSTRACT

Up to now, public organs, institutions of control, and social agents are unable to deal with the issue of fake news and demand answers from scholars. Such complexity increases since it involves international agents, foreign governments, and offices, equipment, and machines for the production and overloading of information, which are funded by donations and millionaire transactions that greatly transcend the capacity of governments to offer effective measures against this ill-intentioned use of democracy. However, this fails to prevent us from accepting the challenge. After years of investigation and debates on ideas, we may arrive at propositions that are able to revert the process and guarantee the recovery of trust in democracy and in decision-making processes for all.

Keywords: truth; trustworthy information; disinformation; journalism; democracy

^a Nota dos editores: Este texto inédito, recuperado e revisado por Vitor Blotta (Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), apresenta as bases teóricas e factuais do projeto “Tragédias Políticas”, que o professor Ciro Marcondes Filho havia iniciado em 2019, e que infelizmente foi interrompido com seu falecimento em novembro de 2020.

^b Graduado em Jornalismo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), com doutorado pela Universidade Goethe de Frankfurt. Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. Pesquisador A1 do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9702-3791>.

A DISCUSSÃO SOBRE NOTÍCIA verdadeira e notícia falsa remete, necessariamente, a um debate filosófico que se questiona sobre o interesse real das pessoas em preservar a verdade diante das falsificações do real. Isso remonta a Nietzsche, que se pergunta se nós, de fato, em nossa vida cotidiana, nos negócios, nas decisões preferimos a verdade ou a informação conveniente:

A compreensão do niilismo em sua essência exige que se aja em favor de uma mentira útil à vida, que se coloque em defesa da ilusão, na medida em que ela estimula a vontade de potência criativa. . . . Se o niilismo é o fanatismo do Absoluto, supera-se o niilismo por esta provocação do “nada é verdadeiro, tudo é permitido (Granier, 2000, p. 1259).

De fato, essa afirmação nunca esteve tão atual como nos dias de hoje, em que decisões políticas que afetam milhões de pessoas estão sujeitas a manipulações diversas; e a maior vítima desse processo, além da própria verdade, é a aposta política e a esperança dessas mesmas pessoas.

Nietzsche questiona se verdadeiramente conseguimos suportar a verdade. No prefácio de *Ecce Homo*, ele se pergunta “quanta verdade um espírito ousa?” Ao que parece, acha ele, temos medo ou temor à verdade. Adorno e Horkheimer seguem nessa mesma trilha:

. . . se Adorno e Horkheimer iniciam o questionamento da submissão do indivíduo à massa a partir de um medo ou um temor da verdade, o fazem a um indivíduo que, de dentro, recusa-se ao afastamento crítico talvez por sentir ou saber do “peso” da verdade. Em outras palavras, não se afasta para nada acontecer ou para nada perder. Mas, aqui, cabe inverter a afirmação para perguntar se, afinal, ao não se afastar, estaria este indivíduo ganhando algo? (Ramos, 1999, p. 6)

Efetivamente, não. De volta a Nietzsche, ele acredita que as pessoas se arruinam diante da verdade.

Poderia pertencer à condição básica da existência, [o fato de] as pessoas se arruinarem quando de seu conhecimento completo – de tal forma que a força de uma mente dependesse de quanto da “verdade” [ela] suporta, mais claramente, até que ponto ela teria precisado diluí-la, velá-la, adoçá-la, entorpecê-la e distorcê-la. (Nietzsche, 1988b, p. 29)

Com efeito, pessoas preferem adocicá-la, distorcê-la, segundo seus interesses, medos e aflições, mas, paradoxalmente, não desejam ser enganadas. O homem, diz Nietzsche em *Aurora*, não quer ser enganado (Nietzsche, 1988a).

Mas em que momento essa fuga diante de fatos ditos verdadeiros assolou a espécie humana? Foi sempre assim ou houve um episódio específico em que isso se efetivou? Para Nietzsche, isso está diretamente atrelado à sua tese da “morte de Deus”.

“Deus está morto” traduz esta repentina tomada de consciência de que a fé cristã perdeu seu fundamento e que todo nosso sistema de valores se encontra desequilibrado. Adivinha-se igualmente que os horrores do último meio século refletem a ansiedade mórbida que corrói a alma moderna e a vontade fanática de fugir desta aflição impondo, pela força das armas ou pelo constrangimento ideológico, um novo sistema de valores capaz de dar novamente um sentido à existência humana. (Granier, 2000, p. 1255)

Jean Granier associa agitações furiosas a essa falta de sentido que acomete os humanos diante da crise do cristianismo e sua falta de respostas.

O homem, confrontado com esse vazio, não estaria tentado . . . a se deificar ele próprio por um suicídio de provocação e de blasfêmia? Ou ainda, ele não se precipitaria numa agitação furiosa, como aquela que mobiliza em torno de uma pretensa Grande Ideia . . . os membros da Ação paralela e sua animadora Diotima, no romance de Robert Musil, O homem sem características? O aumento do lance moral não seria um narcótico precioso para dissimular a inanição de um mundo deserto pelo divino? (Granier, 2000, p. 1257)

Sim, as quimeras idealistas vêm exatamente para consolar a impotência humana. “O niilismo é a ‘ideologia’, ou ainda, ‘a moral’ desta espécie de homens que têm necessidade de quimeras idealistas para se consolar de sua impotência em administrar o dever, as contradições, a dor inerente à pura realidade” (Granier, 2000, p. 1258).

Mas, por que motivo teria o cristianismo decepcionado? Segundo o mesmo Granier (2000), em relação à especulação idealista, “se ela triunfou historicamente com o cristianismo, ‘este platonismo para o povo’ jamais preencheu completamente a fissura entre o real e este ser-em-si, pronto a todas as perfeições” (p. 1257).

Tem-se, então, o “mundo deserto pelo divino”, que estaria na base do niilismo moderno, que se caracteriza, segundo Nietzsche, pelo querer o nada em vez do nada querer.

A ausência de sentido do sofrer, não o sofrer, era a maldição que até agora esteve estendida sobre a humanidade – e o ideal ascético lhe ofereceu um

sentido!. . . Nele o sofrimento era interpretado; o descomunal vazio parecia preenchido; a porta se fechava a todo niilismo suicida. A interpretação – não há nenhuma dúvida – trouxe novo sofrimento consigo, mais profundo, mais íntimo, mais corrosivo da vida: pôs todo sofrimento sob a perspectiva da culpa... Mas, a despeito disso tudo – o homem estava salvo, tinha um sentido, não era mais, daí em diante, como uma folha ao vento, uma bola jogada pela insensatez, pelo “sem-sentido”, podia doravante querer algo – e era indiferente, de imediato, para onde, para quê, com que ele queria: a vontade mesma estava salva. Simplesmente não é possível esconder o que propriamente exprime esse querer inteiro, que recebeu sua orientação do ideal ascético: esse ódio contra o humano, mais ainda contra o animal, mais ainda contra o material, essa repulsa aos sentidos, à razão mesma, o medo da felicidade e da beleza, esse anseio por afastar-se de toda aparência, mudança, vir-a-ser, morte, desejo, anseio mesmo – tudo isso significa, ousemos compreendê-lo, uma vontade de nada, uma má vontade contra a vida, uma rebelião contra os mais fundamentais pressupostos da vida, que é e permanece uma vontade!. . . E, para ainda em conclusão dizer aquilo que eu dizia no início: o homem prefere ainda querer o nada, a não querer. . . . (Nietzsche, 1995, p. 185-186)

Pois bem, a recuperação do “sentido da vida” viria, conforme Nietzsche, com essa vontade de qualquer coisa, não importava o quê. Uma vontade que poderia passar a atuar contra as próprias pessoas. De certa forma, já estaríamos aqui no caminho de uma possível resposta para a pergunta crucial: como se explica que as massas pensem e ajam contra seus próprios interesses? Ou, como prefeririam Adorno e Horkheimer, a favor do sistema e não delas? No caso atual, em que o fluxo de informações falsas circula, competindo com a verdade e se sobrepondo a ela, vale também a pergunta de Conrado Ramos (1999, p. 11): “por que a humanidade se afunda em uma nova barbárie?”

Pela citação nietzschiana acima, o que há é um poderoso medo de mudança que se materializa nesse recostar-se, essa “fraqueza, isto é, uma vontade de potência débil que só aspira ao repouso, à capitulação, em uma palavra, ao nada. E é este nada que ela sacraliza nomeando-o o Ideal, o ‘ser’, Deus!”. Para Granier:

Nietzsche provoca, ao denunciar a decadência moderna, a mais terrível crise da cultura, a crise do niilismo: revelação assustadora do nada de todos os valores ideais, trepidação das construções especulativas em que o homem se aliena, enfim, humilhação infligida ao desejo do homem e a suas nostalgias metafísicas. (Granier, 2000, p. 1129)

A IMPOSIÇÃO DA DESINFORMAÇÃO COMO QUINTESSÊNCIA DE PLATAFORMAS POLÍTICAS

Considerando adequada a hipótese nietzschiana da morte de Deus e da perda de fundamento da fé cristã, assim como o desequilíbrio de todo o nosso sistema de valores, propõe-se, como visto acima, um novo sistema de valores que, no caso recente, conduziu ao nazismo.

Pois bem, a experiência histórica do nazismo demonstrou que o sucesso da campanha de Adolf Hitler se deveu, em grande parte, ao investimento nos despossuídos, nos chamados “apolíticos” e nas camadas médias, que, ao que parece, eram “mais frágeis”. Hitler buscava, antes de mais nada, voltar-se para as faixas de população desapossadas, sem poder político e sem importância social no processo de industrialização, pois sabia que lá encontraria não somente menos resistência ao programa de “recuperação do solo e valorização do sangue”, bem como mais possibilidade de retaguarda política (Marcondes Filho, 1982, p. 49). E ainda:

Os eleitores de Hitler eram em sua maior parte apolíticos ou, como a propaganda hitlerista cuidava de denominá-los, ‘eleitores não deformados’, que se deixavam prender por Hitler, pois sua propaganda pretendia despertar neles a ilusão de que eram importantes, de que tudo dependia da força deles e de que eles deveriam ser os senhores. (Münzenberg, 1972, p. 196-197)

E mais: as camadas médias eram menos enraizadas às ideias e valores próprios que o proletariado e eram, por isso, mais frágeis e suscetíveis à propaganda nacional-socialista (Marcondes Filho, 1982).

Há aí, portanto, uma opção política que muito se assemelha às estratégias contemporâneas de investir de forma manipulativa em eleições e plebiscitos políticos: deixando de lado a grande campanha nacional “para todos”, volta-se, ao contrário, a grupos menores, fracamente politizados e suscetíveis de chantagens de medo e terror. A ação se dava em pequenos grupos. A estratégia dos nazistas não pode ser vista isoladamente na massificação em grande escala, com concentrações, festas e rituais militares. Igualmente importante foi o trabalho feito com grupos pequenos e de caráter informativo, onde era transmitido o conceito ideológico do fascismo (Marcondes Filho, 1982).

Na época, não se contava com o uso de máquinas e robôs que disparavam mensagens eletrônicas aos milhares a populações específicas em momentos de decisão política. O trabalho era “manual”, voltado diretamente a essas camadas menos politizadas, mas com recursos simbólicos importantes, como a atribuição de importância a figuras até então marginalizadas pela política, a criação

de sistemas hierárquicos de ordem e poder, o uso de uniformes, bandeiras e cânticos para congregar essas populações em torno de um ideal quimérico.

Como desinformação, funcionava a política do confundir para prosperar:

O Nacional-socialismo dava realmente a impressão de uma transformação radical: a ordem e a organização de seus “soldados”, o vigor de seus discursos, a resolução de seus agentes. A ideia de tranquilização social viria associada à de ‘colaboração entre classes’ e ao poder proletário unido à ideologia corporativa. Enquanto a primeira continha mais traços de formas ideológicas “pequeno-burguesas”, de ascensão social e de obtenção de prestígio por meio da “colaboração de classe”, a segunda procurava dar ao trabalhador a ilusão da conquista do poder por meio da corporação: a fábrica. (Marcondes Filho, 1982, p. 50)

O grande administrador do consórcio de comunicação das esquerdas na época, que concentrava jornais, revistas, fotógrafos, círculos de debates de programas de rádio, Willi Münzenberg, relata como a falsificação confundia até mesmo personagens politizados do movimento operário, crentes no caráter “socialista” dos nazistas.

O método da propaganda hitleriana buscava acima de tudo confundir as pessoas e conseguir que mesmo em certos círculos socialistas se discutisse seriamente se o nacional-socialismo seria ou não um movimento político dos pequeno-burgueses, enquanto que o que na realidade importava à eficácia da propaganda hitleriana era despertar nessas massas a ilusão de coparticipação, ilusão de serem a camada dominante. . . . A propaganda hitleriana [conseguiu] que não somente milhões de pequeno-burgueses que estavam diante da bancarrota, mas também partes do operariado não fortemente engajado, especialmente nos anos de 1931 e 1932, tivessem esperanças numa salvação socialista pelo movimento hitleriano. O autor se recorda de um encontro com um grupo de trabalhadores em Frankfurt no outono de 1932. Esses trabalhadores eram antigos membros de uma organização socialista; saíram de lá e se tornaram membros da SA. Eles explicaram: “Nós somos os velhos e permanecemos os velhos. Mas, para vocês as coisas vão muito devagar. Adolf o faz mais rápido. Se ele nos engana, nós o enforcamos. Nós somos a SA e então poderíamos construir juntos o socialismo que Adolf nos prometeu.” (Münzenberg, 1972, p. 196-197, 249)

Efetivamente, o caminho mais rápido foi o mais sinistro. Hitler não foi enforcado, a SA foi dissolvida em 1934, e a estratégia de falsificação de fatos e símbolos colaborou, de alguma forma, para o fortalecimento do movimento.

“Os nazistas apropriavam-se dos modelos dos partidos socialistas, de suas palavras de ordem, organizavam suas manifestações públicas, demonstrações, viagens segundo tais modelos, copiavam as instituições e métodos de propaganda soviéticos” (Haug, 1975, p. 99¹). “A nível da atuação política, eles atuavam da mesma forma que os comunistas, inclusive com a participação em greves operárias” (p. 97).

¹ Não foi possível obter todas as informações desta referência a partir do autor, por isso está incompleta na lista final.

Nietzsche já havia advertido que faz parte do niilismo a hoje tão conhecida falsificação cautelosa dos fatos:

A decadência fez submergir os instintos da vida e estabeleceu o reino universal de sua moral idealista, provocando a domesticação dos temperamentos da elite, o nivelamento da hierarquia natural, *a falsificação cautelosa dos fatos*, a preponderância de imperativos gregários, a calúnia do corpo e, no fim de contas, a desfiguração niilista do mundo. (Granier, 2000, p. 1258, grifo nosso)

E aquilo que era sintoma de espíritos narcotizados que procuravam dissimular sua inanição tornou-se, tanto no nazismo quanto na atualidade, com as manobras manipuladoras e tecnologicamente administradas nas chamadas *microtargeting* (Marcondes Filho, 2019), uma forma de ação (e de intervenção) na política, ameaçando diretamente o livre jogo das forças democráticas.

A PÓS-MODERNIDADE E SEUS NIILISTAS PASSIVOS

Nietzsche falava dos niilistas passivos, dirigidos pelo desespero e com estilo predatório. David Cook e Arthur Kroker (1988, p. VI), seguindo o caminho nietzschiano, propõem que o niilismo suicida caracterize a chamada cena pós-moderna, “nova idade das trevas”, em que niilistas passivos são dirigidos a um estilo predatório de comportamento pelo desespero e pela autodestruição, através de seus próprios instintos rotos e esfarrapados. Para eles, a existência do homem telemático é marcada pelo tédio, em função de sua sensação de vazio existencial.

Em relação ao niilismo suicida ou passivo, assim como é interpretado por alguns outros autores, Arthur Kroker considera-o como comportamento atual do homem pós-moderno, marcado por estilos predatórios de comportamento e vontade de destruição, associado a uma postura suicida. Isso pode explicar um desinteresse pela política, pela possibilidade de a política efetivamente atuar em favor aos menos favorecidos, mas ainda não temos elementos suficientes para explicar o apoio das massas a políticas e políticos que, no final das contas, conduzem-nas à degradação e à morte.

Ou seja, tal comportamento ainda não é suficiente para explicar por que motivo, na atualidade, Donald Trump obteve em Wisconsin 23 mil votos a mais, em Michigan, 11 mil, e em Pennsylvania, outros 43 mil, perfazendo um total de 77 mil votos que decidiram as eleições norte-americanas.

² Este e os seguintes tópicos estão presentes em outro texto do professor Ciro Marcondes Filho, intitulado “Hora de reescrever as teorias da comunicação”, anteriormente publicado na revista *Questões Transversais* (Vol. 7, nº 14, julho-dezembro/2019).

AS NOVAS FORMAS DA ENGENHARIA PSICOSSOCIAL²

Os Estados Unidos experimentaram, durante a referida eleição, aquilo que se chamou de “revolução no modo de se conduzir a campanha eleitoral”. A frase é da Cambridge Analytica, filiada americana da Strategic Communication Laboratory (SCL), empresa criada pelo empresário multimilionário Robert Mercer (cf. Huchon, 2018; Slow, 2018). A publicidade da empresa diz que já se passaram os tempos em que campanhas políticas eram feitas a partir de dados de eficácia limitada, como local de residência, idade e sexo. Agora, tratava-se de juntar outros tantos indicadores (como educação, redes sociais, consumo, viagens, família, interesse político, gênero, hobbies, renda), que seriam combinados com o comportamento cívico e político, bem como com o perfil consumidor e o estilo de vida. Estes, associados a “traços de personalidade” do tipo “abertura”, “consciência”, “extroversão”, “amabilidade” e “motivação”, separariam pessoas por meio de identificadores bem precisos, naquilo que eles chamam de *behavior microtargeting*.

A Cambridge Analytica pôde, com isso, dispor de 4 a 5.000 dados pessoais de todas as pessoas moradoras nos Estados Unidos. Num teste de personalidade, realizado em 2014, a empresa obteve adesão de 300 mil participantes. Com a disponibilidade de páginas no Facebook, foi possível conseguir informações não apenas dos participantes, mas também de seus amigos. Assim, acumularam-se dados de pessoas que passaram a ser registradas sem que soubessem. Na operação, a empresa acusou o índice de 87 milhões de perfis de usuários do Facebook.

Assim, duas novas estratégias, absolutamente inéditas no cenário político, foram inauguradas pela empresa para a surpreendente conquista de votos. A primeira diz respeito à eleição de Trump. No caso, a empresa localizou três estados americanos, de tendência democrata, onde o candidato poderia virar a votação: Wisconsin, Michigan e Pennsylvania, centrando seu ataque a pessoas de personalidade inquieta e nervosa. A elas, sem que soubessem, a empresa enviou mensagens personalizadas pelo Facebook, utilizando-se de uma ferramenta pouco conhecida, a *dark post*. Por esse sistema, manda-se uma mensagem para uma pessoa de modo que só a ela seja visível. A mensagem não aparecia na página. Assim, candidatos puderam se dirigir a indivíduos com frases negativas sobre seus oponentes e jornalistas jamais souberam disso, visto que a mensagem não

era pública. É como se eles soprassem ao pé do ouvido notícias desabonadoras sobre o adversário.

O *dark post* é uma mensagem hiperindividualizada, visível apenas por aquela pessoa a quem é destinada. A frase é recebida na *timeline* num determinado horário, obtido graças ao mapeamento dos hábitos favoráveis desse determinado eleitor e por suas impressões numéricas. Ninguém mais recebe essa mensagem, que irá desaparecer após algumas horas. Não há vestígios nem meios de recuperação.

A estratégia da empresa não é simplesmente “jogar frases”, mas direcionar certo tipo de notícia, já prevendo que, na mente do outro, reverberará de forma exponencial, haja vista seu perfil psicológico (em especial, as debilidades, inseguranças e carências). Portanto, não se trata do “conteúdo de uma frase”, mas da capacidade de propagação íntima excepcional de certos temas em certas pessoas.

Manipulação desse tipo aconteceu tanto na eleição de Donald Trump como na decisão inglesa de sair da União Europeia, a *Brexit*, situações em que foram usadas redes sociais que acumulam dados sobre o mundo todo, introduzem sistemas de inteligência artificial para interpretá-los e fazem uso do que denominam “engenharia psicossocial” para caracterizar tipos humanos e suas tendências políticas e ideológicas.

A SCL de Mercer conduz programas de mudança comportamental há mais de 25 anos e tem como finalidade a manipulação de comportamentos e operações psicológicas em grandes massas de pessoas. No caso da política, modulou a percepção do voto, utilizando-se de algoritmos alimentados por dados fornecidos pelos próprios eleitores por meio de aplicativos banais de lazer e diversão. Em 2014, a empresa já possuía cerca de 50 milhões de perfis de Facebook em seus arquivos.

INFORMAÇÃO REFORÇANDO POSIÇÕES DOS INDECISOS

Fake news quer dizer “notícia falsa”. Portanto, está no âmbito do jornalismo, não da comunicação, visto que buscamos na imprensa fatos, acontecimentos, ocorrências que não destoem de nossa visão de mundo, mas que, ao contrário, a reforcem, sustentem e lhe deem embasamento. As notícias podem nos agradar ou nos enraivecer, levando-nos a agir, mas, de qualquer forma, confiamos na fonte e a tomamos como nossa aliada, tanto na tranquilização quanto na propulsão à ação. Já a comunicação, de ocorrência mais expressiva nos campos ficcionais, estéticos, culturais, nos confronta diretamente com a alteridade, altera nosso posicionamento e nos faz ver o mundo de outra forma, contanto que a levemos em conta.

Nos episódios citados, o uso maciço, eletronicamente direcionado, com alvos personalizados, representou um novo formato de *reforçar posições*. Os agentes dessa empresa de interferência no comportamento conhecem a fraca adesão das massas a políticas ou programas partidários. Sabem de sua fraqueza, de sua inconstância, de sua oscilação permanente entre discursos e propostas. E sabem, também, de seus temores, inseguranças e fragilidades. Tudo isso já vimos nas páginas anteriores, quando se questionou até que ponto suportamos a verdade, quando se falou do medo dela e da utilidade da mentira para a vida das pessoas.

A estratégia dessa agência teve como alvo preferencial a promoção do terror, do medo e da dúvida – ou seja, pelas vias emocionais, foram transferidos os sentimentos negativos à estratégia dos adversários. Também isso aparece na radiografia do niilista que teme mudanças, tem repulsa aos sentidos e à razão e sustenta-se com quimeras para consolar sua impotência.

Os eleitores, assim, são praticamente forçados ao campo conservador, comprimidos aí através dessa manobra que se revelará, algum tempo depois, como manipuladora, mas aí os votos já foram computados e tudo ganhará novo round nas eleições seguintes.

Gráficos psicológicos registravam como atuar para tocar no mais íntimo de cada um dos usuários. Segundo Steve Bannon, da Cambridge Analytica, “tudo se resume a emoções”: amor e ódio geram engajamento. O conselho de Bannon foi o mesmo dado por Arron Banks, fundador da campanha pela saída de União Europeia, ao *The Guardian*: “A exposição de fatos não teria ajudado a ganhar o referendo; os fatos não funcionam e ponto final... É necessário estabelecer uma conexão emocional com as pessoas” (Booth et. al., 2016). Desnecessário lembrar que a campanha hitlerista vitoriosa apostou na “emocionalização” da política, tanto por parte de seus líderes quanto no apoio a grupos de milícias paramilitares que agiam por conta própria e disseminavam o terror no regime.

O CASO BRASILEIRO

A segunda e ainda mais eficiente estratégia foi a operação desse escritório com o uso do WhatsApp. No caso brasileiro, foram criados mais de 1.500 grupos, a maioria deles fora do Brasil, e apenas grandes administradores tiveram condições de neles postar informações. A plataforma operou com vídeos, áudios e correntes. Os participantes recebiam e divulgavam os posts.

O interessante é que o uso do WhatsApp acabou tendo efeitos tão certos como os do Facebook americano e incomparavelmente superiores aos dos clássicos meios tradicionais de comunicação. No caso destes últimos, quem posta é uma instituição, que as pessoas podem avaliar se merecem ou não crédito.

Já no WhatsApp não se sabe exatamente quem mandou a mensagem, de onde veio, como veio; só se sabe que o último que a postou é uma fonte conhecida, que pode ser um amigo, um parente, uma pessoa de confiança. Em termos comunicacionais, o aplicativo passa ter a função de um líder de opinião ou a legitimidade de alguém de crédito de quem recebe.

Isso muda tudo. Acreditou-se, por muito tempo, que nossas opiniões não eram construídas por meios externos, impessoais, como os jornais, das redes de TV, as revistas ou o rádio, mas, sim, pela *relação de confiança* que depositávamos em pessoas próximas, cuja opinião respeitávamos e que, por isso mesmo, não teriam motivo ou interesse de nos enganar. Em relação a elas, não tínhamos filtro, censura ou resistência. Simplesmente aceitávamos. Espécie de desdobramento dos líderes de opinião de Paul Lazarsfeld. O que ocorre aqui é uma falsificação: os agentes da engenharia política e do *behavior microtargeting*, via WhatsApp, forjam um recado dado por um parente, um amigo, uma pessoa de confiança, por ele vir na sequência de posts do grupo do aplicativo. Agora, mais do que uma frase mágica que aparece no seu Facebook e some em seguida, sabe-se lá emitida por quem, agora aparece um suposto “amigo” e aconselha o usuário a votar em x, e não em y. O processo de adesão será muito mais eficiente.

Em termos de Brasil, a apropriação do Whatsapp teve influência decisiva na virada do posicionamento do eleitorado³. Mas, observando-se mais de perto, constata-se que não foi apenas a enxurrada de informações falsas que deu a vitória ao candidato sem chances no primeiro turno, mas a especialidade da Cambridge Analytica, seu *behavior microtargeting*, esse direcionamento da informação a um público específico: o eleitorado feminino, pobre, evangélico neopentecostal.

A partir de dados que chegaram a ele, somente uma página da Internet, com endereço no mesmo local onde funcionava o site Bolsonaro Presidente, disparou em um só dia mais de 600 mil mensagens com informações falsas e caluniosas contra Haddad, todas elas abordando a questão moral, como o kit gay, um suposto estupro cometido pelo candidato, estímulo a jovens para se relacionarem com outros do mesmo sexo e coisas nessa linha. . . . De acordo com dados que chegaram a ele, a operação foi em grande escala, “apenas um dos contratos com empresas responsáveis por disparos em massa de WhatsApp, que foram alvo da reportagem da Folha de S.Paulo, atingia R\$ 12 milhões”. (Nocaute, 2018)

Coimbra informa que Bolsonaro abriu distância em relação a Haddad, quase triplicando a vantagem que sempre possuiu no eleitorado evangélico: “Os dez pontos de frente que tinha no dia 26 de setembro tornaram-se trinta no levantamento concluído em 5 de outubro. Como os evangélicos são cerca de

³ O comportamento das curvas, que representam a evolução da intenção de votos em Jair Bolsonaro, indicam com bastante clareza uma súbita elevação da sua média histórica, que oscilava entre 20% e 25% da preferência do eleitorado. Segundo os gráficos, cerca de uma semana antes do primeiro turno, os números mudaram de uma maneira que foge do padrão histórico das movimentações da opinião pública. Haddad, que vinha em um consistente movimento de crescimento, sofreu um baque e teve sua trajetória interrompida. Enquanto isso, Bolsonaro iniciava um avanço atípico, em um padrão que nunca fora registrado antes no histórico das pesquisas de opinião realizadas no Brasil. O que explica isso, para Marcos Coimbra, foi a ilegal utilização das redes sociais, principalmente o WhatsApp, para disseminar mentiras e calúnias contra Fernando Haddad e o PT (Coimbra, 2018).

30% do eleitorado, trinta pontos de vantagem no segmento representam 10% do total (Coimbra, 2019).

Por fim, considera Coimbra que o que mudou a eleição e permitiu que Bolsonaro entrasse no segundo turno quase eleito não foi o antipetismo, a Lava Jato, as prestidigitações de Moro, a intervenção dos generais, a partidização do Judiciário, o governo Dilma, a prisão de Lula, o horror ao PT da TV Globo. Foi uma mudança abrupta e intensa no eleitorado evangélico, especialmente do Sudeste e do Sul, oriundos de baixa classe média, particularmente feminino (Coimbra, 2019).

Temos aqui, portanto, três novos componentes na cena das decisões políticas: a) o jogo com as emoções e o encurralamento dos eleitores no campo conservador; b) a falsificação da fonte de informação, simulando pessoas de confiança; e c) a escolha de grupos particularmente frágeis para o direcionamento desse bombardeamento. ■

REFERÊNCIAS

- Booth, R., Gentleman, A., & Travis, A. (2016, 29 de junho). Leave donor plans new party to replace Ukip – possibly without Farage in charge. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/29/leave-donor-plans-new-party-to-replace-ukip-without-farage>
- Coimbra, M. (2019, 18 de janeiro). O mito da legitimidade. Brasil 247. <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/marcoscoimbra/380811/O-mito-da-legitimidade.htm>
- Cook, D., & Kroker, A. (1988). *The postmodern scene: Excremental culture and hyperaesthetics*. Palgrave MacMillan, 1988.
- Granier, J. (2000). Nietzsche. In Encyclopædia Universalis (Ed.), *Dictionnaire de la philosophie* (pp. 1255-1262). Albin Michel.
- Haug, W. F. (1975). In R. Vespignani (Org.), *Faschismus*. Neue Gesellschaft für bildende Kunst und dem Kunstamt Kreuzberg.
- Huchon, T [Spicee]. (2018, 5 de outubro). *Comment Trump a-t-il manipulé l'Amérique? [Extrait]*. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=W_V4ageBsgE
- Marcondes Filho, C. (1982). *O discurso sufocado*. Loyola.
- Marcondes Filho, C. (2019). Hora de reescrever as teorias da comunicação. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, 7(14), 4-12. <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19765>
- Münzenberg, W. (1972). *Propaganda als Waffe: Ausgewählte Schriften – 1919-1940*. Zweitausendeins.

- Nietzsche, F. (1988a). *Sämtliche Werke*. In G. Colli & M. Montinari (Orgs.), *KSA – Kritische Studienausgabe*, Band 3: *Morgenröthe, Idyllen aus Messina, Die fröhliche Wissenschaft*. De Gruyter.
- Nietzsche, F. (1988b). *Sämtliche Werke*. In G. Colli & M. Montinari (Orgs.), *KSA – Kritische Studienausgabe*, Band 5: *Jenseits von Gut und Böse, Zur Genealogie der Moral*. De Gruyter.
- Nietzsche, F. (1995). *La genealogía de la moral* (A. S. Pascual, Trad.). Alianza.
- Nocaute. (2018, 16 de dezembro). Marcos Coimbra: “As eleições presidenciais foram fraudadas”. *Brasil 247*. <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/377812/Marcos-As-eleicoes-presidenciais-foram-fraudadas.htm>
- Ramos, C. (1999). Elementos para uma psicologia do sujeito cativo. *Psicologia USP*, 10(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-65641999000200002>
- Slow, E. [Canal do Slow]. (2018, 20 de outubro). *Entenda: Bolsonaro, Steve Bannon e Cambridge Analytica!!!* | Canal do Slow 62 [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=VUTiRx9wD34>.

Artigo recebido em 16 de fevereiro de 2024 e aprovado em 01 de março de 2024.

Bandeiras nacionais e retórica política: Uma comparação semiótica entre Itália e Brasil^a

National flags and political rhetoric: A semiotic comparison between Italy and Brazil

MASSIMO LEONE^b

Universidade de Turim. Turim – Itália.

RESUMO

Este artigo explora a complexidade semântica e simbólica das bandeiras na cultura contemporânea. Discutindo exemplos específicos da Itália, o texto analisa como as bandeiras são empregadas em contextos variados, revelando suas conotações sociopolíticas, comunicacionais e culturais. Ele utiliza teorias semióticas para desvendar a relação entre as bandeiras e seus significados em diferentes situações, destacando a ambiguidade inerente a esses símbolos e seu papel na expressão de identidade nacional, protesto e poder. O artigo aborda também a influência do material, cor e contexto na interpretação das bandeiras.

Palavras-chave: Bandeiras, semiótica, identidade nacional, símbolos culturais, protesto, ambiguidade simbólica

ABSTRACT

This study explores the semantic and symbolic complexity of flags in contemporary culture. Discussing specific examples in Italy, it analyzes how a variety of contexts employ flags, showing their socio-political, communication, and cultural connotations. It uses semiotic theories to describe the relation between flags and their meanings in different situations, highlighting the ambiguity inherent in these symbols and their role in expressing national identity, protest, and power. This study also addresses the influence of material, color, and context on the interpretation of flags.

Keywords: Flags, semiotics, national identity, cultural symbols, protest, symbolic ambiguity

^a A parte teórica deste artigo atualiza Leone (2021).

^b Professor titular de Filosofia da Comunicação no Departamento de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade de Turim, Itália, Diretor do Centro de Estudos Religiosos da FBK, Trento, professor titular visitante de Semiótica no Departamento de Língua e Literatura Chinesa da Universidade de Xangai, China, membro associado da Cambridge Digital Humanities, Universidade de Cambridge, e professor adjunto da UCAB, Venezuela. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8144-4337>. E-mail: massimo.leone@unito.it

Yet a flag has no real significance for peaceful uses.

H.G. Wells, *The World of William Clissold*

A RELEVÂNCIA SEMIÓTICA DAS bandeiras é evidente: Ferdinand de Saussure mencionou “*les signaux militaires*” [os sinais militares], provavelmente referindo-se também às bandeiras militares, na passagem em que ele primeiro levantou a hipótese do desenvolvimento desejável de uma nova disciplina chamada “semiologia” (Chandler, 2022; Saussure, 1971, p. 33). Ele muito provavelmente tinha o intuito de estudar as bandeiras como unidades de um sistema predominantemente simbólico de sinais, no qual um código ordenado une um significante e um significado. Neste e em casos similares, as bandeiras são ou foram adotadas precisamente para aumentar a visibilidade da comunicação e diminuir, como consequência, sua ambiguidade.

As bandeiras que são utilizadas como sinais, entretanto, não são o tópico mais interessante da investigação semiótica¹. O conhecimento do código que sustenta o uso de um sistema de sinalização baseado em bandeiras é útil, mas não abre o campo para a interpretação: o aceno de uma determinada bandeira, ou série de bandeiras, corresponde a um conteúdo semântico que é determinado pelo código, não deixando espaço para interpretações alternativas. Nessas circunstâncias, somente um conhecimento inadequado do código pode dar origem a leituras duplicadas dos artefatos significantes.

UMA HISTÓRIA DE DUAS BANDEIRAS

Mas as bandeiras não são apenas sinais. Suas instâncias semióticas mais interessantes são exatamente aquelas em que suas manifestações expressam todo um conjunto de significados socioculturais, que muitas vezes se sobrepõem, se entrelaçam, se imbricam e às vezes se confundem². Antes de seguir adiante com a teoria, o artigo proporrá agora um exemplo chocante.

Em 31 de janeiro de 2018, a polícia italiana encontrou dois grandes carrinhos na periferia de Macerata, na Itália central. Eles continham o cadáver decepado de Pamela Mastropietro, uma menina de 18 anos, de Roma, que havia desaparecido dois dias antes de uma clínica de reabilitação onde ela estava tentando curar seu vício em drogas. As partes do corpo haviam sido completamente limpas e seu sangue drenado. Imagens de câmeras de segurança e outras evidências permitiram à polícia processar imediatamente Innocent Oseghale, um nigeriano de 29 anos já conhecido pelas forças policiais por tráfico de drogas.

Na manhã do sábado seguinte, 3 de fevereiro de 2018, Luca Traini, um italiano de 28 anos, começou a dirigir pela cidade de Macerata e atirar nas pessoas que o

¹ Sobre os diferentes aspectos semióticos de uma bandeira, ver Sebeok (1997); para um desenvolvimento, Knowlton (2012).

² A literatura sobre a semiótica das bandeiras nacionais é abundante; as observações clássicas já estão em Durkheim (1912): “o soldado que cai defendendo sua bandeira certamente não acredita ter se sacrificado a um pedaço de pano” (p. 29); para uma visão antropológica, ver Firth (1973, p. 328-367); uma perspectiva sociológica está em Weitman (1998); e uma crítica da “vexilologia” de Weitman está em Pasch (1975).

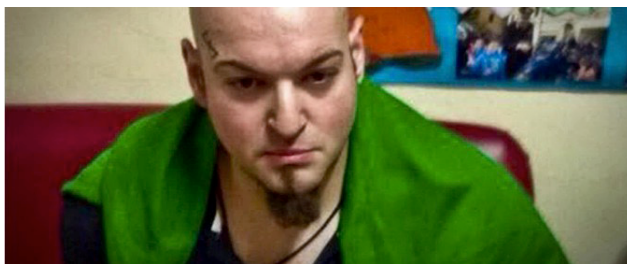
A literatura também inclui análises semióticas de bandeiras específicas, tais como o estudo da cruz na bandeira escocesa em Pelkey (2017, p. 60-63); para uma análise pós-colonial, ver Ogenga (2014).

Uma pesquisa sobre as relações entre semiótica e vexilologia está em *Consider Vexillology* (2013). Para uma introdução geral à vexilologia, ver Smith (1975). Algumas análises se limitam a uma leitura de primeiro nível das bandeiras sem problematizar todas as suas dimensões semióticas (por exemplo, Mangiapane e Migliore, 2021); o estudo mais importante e aprofundado da semiótica das bandeiras é Wagner e Marusek (2021).

viam como um imigrante de origem africana. Ele feriu seis pessoas, uma delas gravemente, antes de ser bloqueado e preso pela polícia. Poucos momentos antes de sua prisão, Traini, cuja cabeça foi completamente raspada e tatuada com um símbolo nazista sobre a orelha direita, tirou o casaco, colocou uma bandeira italiana nos ombros (Figura 1), depois subiu as escadas de um monumento às vítimas da guerra na praça onde o carro havia sido bloqueado, virou, levantou o braço direito para fazer a saudação fascista e gritou: “*Viva l’Italia!*”.

Figura 1

Luca Traini após sua prisão, ainda com uma bandeira italiana sobre seus ombros



Nota. Fotografia anônima em domínio público.

Poucos meses antes, em 29 de maio de 2017, o presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, com o Primeiro Ministro, Paolo Gentiloni, visitaram a cidade de Mirandola, a fim de homenagear as vítimas do devastador terremoto que havia atingido a cidade central italiana cinco anos antes. Ao se encontrarem com os funcionários e estudantes da escola secundária Galileo Galilei, que foi reconstruída, o presidente e o ministro foram saudados pela estudante e atleta Mbayeb Bousso, de ascendência africana, com um vestido comprido feito por estudantes de moda com a forma e as cores da bandeira italiana (Figura 2).

Em 4 de junho de 2017, Giulio Cozzani, cidadão de Pistoia, membro e ativista da Associação Nacional de Soldados e Veteranos, apresentou queixa em uma delegacia de polícia local por profanação da bandeira nacional³, alegando, em particular, que vestir a bandeira havia violado o Decreto nº 121 do Presidente da República Italiana, de 7 de abril de 2000, que regulamenta o uso das bandeiras italiana e da União Europeia na Itália pelas administrações estatais e instituições públicas. Segundo Cozzani, duas das prescrições aí contidas teriam sido violadas: primeiro, a bandeira nunca deveria tocar o chão, enquanto o vestido da estudante tinha uma longa cauda; segundo, a bandeira nunca deveria ser usada, ainda menos para embrulhar coisas. No entanto, é evidente para todo leitor do decreto que este não contém nenhuma das normas citadas na reclamação de Cozzani.

³ Sobre a semiótica da profanação da bandeira, ver Hundley (1997); um tratamento extensivo do mesmo caso está em Goldstein (2000); uma monografia sobre a queima da bandeira e suas consequências legais é Welch (2000).

Figura 2*Mbayeb Bousso usando a bandeira italiana*

Nota. Fotografia anônima em domínio público.

MARCANDO AMBIGUIDADE

Esses episódios recentes de significação de bandeira na cultura italiana atual desafiam os semioticistas, pois eles não lhes apresentam a simples tarefa de decodificar mecanicamente o significado de um enunciado de bandeira com base em um código preexistente, mas têm a necessidade muito mais espinhosa de encontrar o código sociocultural não escrito com base no qual uma bandeira e seu enunciado expressam um significado no contexto pragmático preciso em que tal enunciado de bandeira ocorre.

Agora é hora de voltar à teoria para procurar articular o campo semântico e pragmático de uma bandeira. A semiótica de Hjelmslev (1943), que complexifica a semiologia de Saussure, oferece uma estrutura analítica útil. Como todo sinal, uma bandeira é composta de um plano de expressão e de um de conteúdo. Cada um desses dois planos, então, pode ser teoricamente subdividido em três estratos, como Hjelmslev chamaria a matéria, a forma e a substância de um sinal.

Começemos com o plano expressivo. A questão de uma bandeira é principalmente a cor. Uma bandeira branca existe, e sua ondulação convencional significa rendição, mas não há uma bandeira transparente. Em cada bandeira,

a cor, ou seja, uma certa combinação de brilho, saturação e matiz, é um elemento expressivo fundamental que, em contraste com as diferentes cores usadas por bandeiras diferentes ou por nenhuma bandeira, transmite um significado social e culturalmente codificado⁴. A cor nas bandeiras, porém, não tem significado por si só, mas em conjunto com as duas outras dimensões que, segundo a semiótica estrutural, compõem o nível plástico de todo texto visual, ou seja, topologia e forma. Isso significa que, primeiro, a cor nas bandeiras é delimitada por formas específicas, e, segundo, que essas formas de cor são dispostas de acordo com relações espaciais específicas.

⁴Sobre o código semiótico das bandeiras, ver Watt e Watt (1997, pp. 410-411).

A AGÊNCIA DAS BANDEIRAS

Outro elemento plástico, portanto, também é igualmente fundamental para constituir a questão significativa de uma bandeira: a textura. É verdade que podemos reconhecer uma bandeira quando ela é reproduzida na tela de um computador, mas isso não é propriamente uma bandeira, e é apenas metonimicamente que a chamamos assim. É, ao contrário, a reprodução bidimensional de uma bandeira, uma reprodução que mais ou menos fielmente torna sua cor, forma e relações topológicas, mas não a quarta dimensão plástica de sua textura⁵. *Uma bandeira é, de fato, essencialmente uma combinação de cores, formas e relações espaciais em um tecido.*

O fato de uma bandeira adequada envolver intrinsecamente uma dimensão têxtil não deve ser negligenciado, pois ele desempenha um papel importante nos episódios da recente crônica italiana mencionados acima. Etiologicamente, a conexão entre bandeiras e tecidos se deve à pragmática essencial deste dispositivo significativo: uma bandeira tradicionalmente não significa apenas por si só, mas também em conjunto com agentes humanos ou naturais que modificam sua posição e comportamento cinético em relação ao meio ambiente. Todos nos lembramos de como a bandeira dos Estados Unidos fica desanimada na lua, onde nenhum agente natural, como o vento ou a brisa, permite sua ondulação.

⁵Umberto Eco expõe sobre a diferença entre uma bandeira e o ícone de uma bandeira em Eco (1975, § 3.5.8) (sinais pseudo-icônicos).

Na pragmática tradicional da bandeira, ao contrário, é semioticamente importante que esta seja agitada por forças humanas ou naturais. Isso porque o próprio movimento da bandeira, e não apenas sua aparência estática, tem um significado: quando uma mão humana agita uma bandeira, ela enfatiza seu alcance de significados de acordo com a direção e o ritmo da ondulação; em um estádio, por exemplo, os torcedores de futebol agitam a bandeira de seu time com o maior movimento possível, de modo que esta ocupe o maior espaço visual na percepção do público e, portanto, na consciência do status do time. Quando um agente natural, como o vento, agita uma bandeira, o movimento que

resulta dele transmite o mesmo alcance de significado, mas também transmite a sensação de que a bandeira e o que ela representa são de alguma forma dotados de agência autônoma, como se ela fosse capaz não só de ficar de pé, mas também de se mover por conta própria. Essa é uma das razões pelas quais as bandeiras devem adotar principalmente o tecido como seu material e parte de sua matéria expressiva: sua substância é a de um dispositivo de significado flexível, movendo-se livremente no espaço como se animado por uma agência interna.

A FORMA DAS BANDEIRAS

Enquanto a cor delimitada pela forma e topologia e inscrita em um tecido constitui a matéria expressiva de uma bandeira, sua forma é dada pelo código mais ou menos explícito pelo qual esses elementos são determinados e transformados na substância significante de uma gama específica de conteúdos. As nações atuais prescrevem explicitamente e em detalhes o código em observância ao qual a forma de suas bandeiras deve ser disposta. Na Itália, por exemplo, o art. 12 da Constituição, o documento legal mais importante do Estado, prescreve que a bandeira da República é o “*tricolore*” italiano [bandeira tricolor]: verde, branco e vermelho, em três faixas verticais de dimensões iguais. Mas isso não é suficiente, pois o Decreto do Primeiro Ministro, de 14 de abril de 2006, no art. 31, fornece prescrições mais detalhadas quanto à definição cromática e às características textuais da bandeira italiana, indicando seus códigos de cores têxteis Pantone precisos, que devem ser aplicados sobre um tecido específico, o grampo poliéster: Verde 17-6153, Branco 11-0601 e Vermelho 18-1662. O decreto também determina que o uso potencial de outros tecidos deve produzir o mesmo resultado cromático.

Como as bandeiras nacionais também são mnemotécnicas coletivas, elas geralmente adotam combinações de poucas cores⁶. As bandeiras em forma de arco-íris são, como consequência, aquelas que tendem a significar uma rejeição do próprio princípio nacional. As bandeiras nacionais, pelo contrário, dependem de poucas cores porque devem ser lembradas em seus arranjos precisos e em contraste com outras bandeiras. Da escassez de cores que aparecem nas bandeiras e da necessidade de distingui-las de outras combinações resulta a necessidade de especificar com precisão sua tonalidade, brilho e saturações, mesmo com referência a uma fonte tão formal como o código Pantone.

⁶ Sobre esse aspecto da semiótica das bandeiras, ver Llobera (2004, p. 36-37).

A ETIMOLOGIA DAS BANDEIRAS

Como a história das bandeiras indica, a forma que determina a disposição de sua matéria expressiva em uma substância significativa evolui por meio de

mudanças mais ou menos radicais de cor, forma e topologia. A forma embrionária da bandeira italiana, por exemplo, estava no chapéu adotado como símbolo de identidade por estudantes insurrecionistas de Bolonha em 1794. Modelada após o chapéu revolucionário francês, ela tinha o verde substituindo o azul e colocado no centro, com o vermelho como cor externa. Tanto as mudanças intencionais quanto as involuntárias levaram àquela forma inicial que a atual lei italiana prescreve.

Etiologias mais ou menos fundadas têm a reputação de estar na origem da escolha final; estes relatos etiológicos, no entanto, explicam o significado real da bandeira italiana como etimologias podem explicar o significado de uma palavra: como é claro para os linguistas, a etimologia de uma palavra pode ser informativa sobre sua história desde épocas remotas até a atual, mas não necessariamente esclarece seu significado atual, que é dado, ao contrário, pelo campo semântico que uma comunidade de falantes tende a cobrir com tal palavra (Erokhina & Soboleva 2020). Da mesma forma, a história da bandeira italiana certamente contribui para explicar como suas cores e sua disposição foram finalmente selecionadas, mas não ajuda a entender qual é a gama de significados que os italianos atuais atribuem a esse dispositivo significante. A bandeira que cobriu os ombros de Luca Traini após sua tentativa de massacre em Macerata não tem o mesmo significado que a que envolveu a estudante de ascendência africana na escola secundária de Mirandola.

A SEMÂNTICA DAS BANDEIRAS

De acordo com a semiótica de Hjelmslev, a dialética entre os três estratos de matéria, forma e substância pode descrever não apenas como funciona o plano expressivo de um sistema de sinais, mas também como seu plano semântico é articulado de modo a entrar em uma função semiológica com a expressão. Qual é a forma segundo a qual o plano semântico de uma bandeira é disposto?

Diferentes tipos de formas culturais determinam o significado das bandeiras. Esses tipos podem ser organizados de acordo com a extensão de sua codificação. Se a linguagem verbal, e sobretudo a linguagem verbal escrita, que Lotman utilizava para considerar o sistema primário de modelagem de uma semiosfera associa explicitamente certas cores, formas, topologias e texturas em uma bandeira com certos conteúdos semânticos ou pragmáticos, então a forma cultural que traz o significado da própria bandeira é, em geral, altamente codificada.

Esse é o tipo de bandeira que Ferdinand de Saussure tinha em mente quando as incluiu entre os objetos a serem estudados pela nova disciplina da semiologia. Um código que é explicitamente verbalizado e até mesmo escrito prescreve o que as bandeiras militares sinalizam. As ambiguidades, nesse domínio,

se devem exclusivamente ao conhecimento impreciso do próprio código ou à decodificação aberrante, como Umberto Eco (1975) a chamaria.

O caso das bandeiras nacionais é muito mais complicado. Como vimos, a Constituição Italiana declara que a bandeira da República Italiana é o “*tricolore*”, e a descreve brevemente. Outros decretos especificam o código segundo o qual o plano expressivo da bandeira italiana é disposto. Nem esses decretos nem mesmo a Constituição, entretanto, determinam explicitamente, por meio do uso da linguagem verbal como meta-código, qual deve ser o significado da bandeira italiana. Isso ocorre porque as bandeiras nacionais não são expressões verbais, mas artefatos visuais cuja denotação é bastante clara – uma nação de fato –, mas cujas conotações são, ao contrário, extremamente variadas.

Além disso, seria impossível determinar por lei ou outro tipo de código escrito o significado de uma bandeira; o significado das bandeiras militares só pode ser codificado em termos do que as pessoas devem *fazer* quando são vistas, e não em termos do que as pessoas devem acreditar ou sentir quando as percebem. Em outros termos, enquanto a resposta pragmática a uma bandeira pode ser codificada e sancionada, a reação cognitiva e mais ainda a reação emocional a ela escapam à codificação porque escapam ao controle. Um soldado que omite prestar homenagem à bandeira nacional durante uma cerimônia pode ser punido, mas se ele não estiver intimamente permeado pelo patriotismo ao saudar a bandeira, ninguém vai perceber e, aliás, preocupar-se.

A PRAGMÁTICA DAS BANDEIRAS

Isso não significa, entretanto, que a gama de conotações semânticas presas a uma bandeira seja inteiramente subjetiva. As respostas emocionais e pragmáticas às quais essas conotações dão origem são, com certeza, muito mais subjetivas do que aquelas suscitadas pelas palavras. Metatextos, como dicionários e enciclopédias, e instituições, como escolas e academias de línguas, procuram garantir que, se somos membros da comunidade que fala italiano e ouvimos a palavra “*cane*”, não nos preocupemos com um gato, mas com um cão. Se pensamos principalmente em um gato, ou não conhecemos a língua ou há algo profundamente bizarro na forma como funcionamos cognitiva e linguisticamente. Nesse nível de codificação, no entanto, uma bandeira e uma palavra não diferem significativamente. Os repertórios das bandeiras, como os dicionários, prescrevem que quando vemos um tecido apresentando uma justaposição de uma faixa vertical vermelha com uma branca e uma verde, nesta ordem, devemos pensar na nação chamada Itália.

No entanto, a codificação do plano semântico das bandeiras difere significativamente da codificação das palavras, pelo menos em dois aspectos: no que diz respeito ao primeiro, os metacódigos prescrevem não apenas a denotação precisa, mas também, em certa medida, a gama de conotações. Sobre a palavra “*cane*”, por exemplo, os dicionários registram que, na comunidade de falantes de italiano, ela não apenas denota o animal, mas também conota alguém que se comporta mal em um determinado domínio da vida. Ser um membro funcional da comunidade de falantes de italiano significa entender não apenas a frase “*il mio cane è un bulldog*” [“meu cão é um bulldog”], mas também a frase “*mio fratello è un cane*” [“meu irmão é um cão”].

Pelo contrário, todos os membros da comunidade sociopolítica italiana provavelmente sabem que o “*tricolore*” é a bandeira nacional, mas nem todos compartilham as mesmas interpretações dela como um veículo de significados não denotativos. A bandeira italiana é um sinal de independência e unidade nacional, como poderia pensar um cidadão de Turim, ou um sinal de opressão política das minorias étnico-linguísticas, como poderia supor um cidadão de Cagliari, Sardenha?⁷

Postulamos a existência de uma *linguagem* verbal porque o significado da palavra “*cane*”, tanto em termos de suas denotações quanto de suas conotações, não muda em relação à posição do orador na semiosfera. Essa palavra significa o mesmo para o falante nativo e para aqueles que adquiriram o italiano como segunda língua. A existência de uma *linguagem* de bandeiras, ao contrário, não pode ser posicionada da mesma forma: dependendo da posição que ocupamos na semiosfera, nossa percepção da denotação primária da bandeira não muda, mas nossas crenças e sentimentos em relação a suas conotações mudam, não importando quão precisamente a lei se esforce para determinar as características de seu plano expressivo.

A segunda diferença importante na articulação da semântica das bandeiras em relação à das palavras diz respeito ao fato de que, a menos que sejam usadas como sinais, como as bandeiras militares mencionadas por Saussure, ou outros tipos similares de bandeiras, esses sinais não derivam seu significado de uma sintaxe regida por uma gramática. As bandeiras nacionais normalmente não significam algo porque aparecem como justapostas a outras bandeiras nacionais ou supranacionais, mas porque são mostradas em um contexto semiótico com uma grande variedade de elementos semióticos, de edifícios até corpos. Aqui a diferença reside precisamente no fato de que enquanto a *linguagem* contém metaprescrições codificadas sobre a sintaxe das palavras e o significado que elas produzem, o mesmo não pode ser dito sobre as bandeiras. Em outros termos, as condições pragmáticas de enunciação determinam muito mais o significado de uma bandeira do que determinam o de uma palavra, cujo significado depende mais de uma semântica e sintaxe codificadas.

⁷ Um estudo semiótico sobre a “verdadeira bandeira da Sardenha” está em Sedda (2007).

PROFANAÇÃO DE BANDEIRAS

Voltemos ao primeiro episódio mencionado acima: enquanto uma declaração verbal blasfematória pode ser de alguma forma codificada, o que é uma declaração de bandeira blasfematória aparece como menos clara, exatamente porque uma bandeira não é um sinal que significa em um contexto de outras bandeiras, mas um sinal que significa em um contexto de outros sinais, que pode incluir toda a realidade transformada em um sinal.

Vários comentaristas das fotos e vídeos da prisão de Luca Traini depois do atentado cometido por ele reclamaram que, não só antes, mas também durante e mesmo depois de ter sido preso e algemado, a bandeira italiana não foi retirada de seus ombros. Alguns supuseram que esse detalhe não foi involuntário, mas resultante da conivência filo-fascista dos policiais – algumas semanas antes, em Florência, a polícia nacional havia atraído a indignação pública e o escrutínio da mídia após um recruta de 20 anos dos Carabinieri expor em seu quarto no quartel, visível do lado de fora da rua, uma bandeira da “Alemanha Imperial”, atualmente utilizada por grupos neonazistas).

Seja como for, o episódio de Luca Traini mostra que o significado de uma bandeira, embora não totalmente subjetiva, muda em relação à posição do observador na semiosfera, assim como em relação ao contexto pragmático no qual o enunciado da bandeira ocorre. Deixar que um terrorista racista neonazista coloque a bandeira italiana sobre seus ombros enquanto é preso pela polícia inevitavelmente o configura e até o legitima como uma espécie de vingador nacional, sacrificando-se a fim de purificar o território italiano de presenças racialmente impuras. As forças policiais deveriam ter retirado a bandeira dos ombros de Luca Traini o mais rápido possível, mas a interpretação heroica de seu gesto não depende apenas do contexto pragmático da bandeira. Os cidadãos colocados no núcleo principal da semiosfera sociopolítica italiana, de fato, devem interpretar a bandeira do país não apenas e não principalmente como o símbolo visual de uma nação, mas sim e predominantemente como o símbolo visual de uma nação onde forças sociopolíticas extremamente diversas encontraram um denominador comum após o final da Segunda Guerra Mundial, em sua oposição ao fascismo e ao nazismo. Os pais da Constituição italiana dedicaram um artigo específico, o nº 12, para designar o “*tricolore*” como a bandeira italiana não tanto por causa de uma ideologia positiva, mas de acordo com uma ideologia negativa e contrastiva: a bandeira da Itália deve ser o “*tricolore*” porque outras bandeiras menos inclusivas, e especialmente a fascista ou a monárquica, devem ser rejeitadas e consideradas indignas de representar a nação.

CONCLUSÃO: SEMIOSFERAS DE BANDEIRA

A semiótica de Lotman, no entanto, aponta que o que é mainstream em uma semiosfera pode ser cada vez mais reduzido de forma a tornar-se marginal ou até mesmo expulso do perímetro sociocultural de uma comunidade, enquanto, ao contrário, conteúdos culturais que anteriormente estavam fora da semiosfera ou em suas margens são progressivamente promovidos em direção ao núcleo e dado o status de princípios mainstream.

No futuro, a bandeira italiana poderá deixar de lado as conotações étnicas que estavam na corrente dominante enquanto a Itália era um país que enviava migrantes para o mundo mais do que os recebia, e se tornar uma bandeira mais inclusiva: por exemplo, a bandeira de todos aqueles que compartilham o conhecimento da língua italiana e a observância da Constituição italiana. Se tal ampliação da semântica de pertencer à bandeira italiana ocorrer, então ninguém, senão na periferia da semiosfera ou mesmo fora dela, ficará chocado quando uma jovem estudante de ascendência africana hasteiar a bandeira italiana como um vestido; a corrente dominante, ao contrário, ficará orgulhosa da inclusão da sociedade italiana⁸. Um desenvolvimento diferente na semiosfera, entretanto, poderá levar a uma despromoção e promoção simetricamente oposta na recepção do mainstream italiano do que a bandeira nacional significa (Horvath, 2018): se as ideias de extrema direita continuarem a proliferar, então o “*tricolore*” poderá acabar sendo interpretado pela maioria como um *shibboleth* visual contra aqueles cuja etnia, religião, orientação sexual etc. não fazem parte da maioria.

As bandeiras italianas continuarão a ondular por muitos anos pelo país, mas o vento que as move pode ser de empatia e solidariedade ou de ódio e exclusão. Tal vento, entretanto, não será natural, mas humano, criado pelas miríades de discursos e meta-discursos que deixamos circular e cristalizar na semiosfera dia após dia. Devemos, portanto, ser extremamente cuidadosos e vigilantes, como cidadãos, mas também como semióticos, sobre os novos ventos que se formam na semiosfera, pois eles podem acabar agitando nossas bandeiras de uma forma que as transforma em sinais completamente diferentes e desagradáveis.

⁸Sobre a semiótica do discurso da identidade da bandeira, ver Cerulo (1993) e, especialmente, Reichl (2004).

UMA NOTA DE RODAPÉ BRASILEIRA

Durante minha última visita ao Brasil, de 1 a 10 de julho de 2023, nas principais ruas de São Paulo era comum encontrar grupos de cidadãos e cidadãs agitando a bela bandeira nacional do Brasil e talvez exibindo as mesmas cores e detalhes também em camisetas, bonés ou em outras peças de vestuário. Entretanto, somente alguém que desconhecesse completamente a história política recente do país poderia supor que se tratava de uma reunião de torcedores em um jogo de futebol

da seleção brasileira. Essa hipótese ou abdução, nas palavras do semioticista americano Charles Sanders Peirce (1957), estaria correta até alguns anos atrás, ou seja, antes da ascensão ao poder e da subsequente derrota de Jair Bolsonaro, o ex-presidente do Brasil (Sousa & Braga, 2021). É precisamente no contexto do “bolsonarismo”, de fato, que a bandeira nacional brasileira e, da mesma forma, seus componentes plásticos e figurativos, mudaram de significado, mas, acima de tudo, mudaram de “nível lógico de significação”.

Parece normal que os torcedores de um time nacional de futebol agitem suas bandeiras quando jogam contra o time de outra nação. Nesse caso, a bandeira significa futebolisticamente o que significa geopoliticamente, ou seja, a união de toda a comunidade nacional em apoio a um time que representa o país. Mas o que acontece se a mesma bandeira for adotada por um partido político e seus partidários? Ocorre um salto lógico nas modalidades pragmáticas do uso semiótico da bandeira, uma espécie de paradoxo de Russell: Se uma bandeira nacional é criada semioticamente para representar a distinção de uma comunidade nacional de outras, quando essa mesma bandeira é adotada como estandarte por uma subcomunidade nacional, por exemplo, os seguidores de um partido político ou líder – que pertencem à mesma classe de indivíduos que a bandeira nacional normalmente representaria, ou seja, todos os cidadãos de um país –, então as implicações semânticas e pragmáticas desse salto de classe são inevitavelmente violentas (Welch, 2020), porque questionam a própria existência da comunidade nacional (Gardner & Abrams, 2023). Quando um partido político se apodera da bandeira nacional, seus seguidores dizem, implícita ou explicitamente: os cidadãos que não são seguidores do mesmo partido não são bons cidadãos, não merecem a nacionalidade ou são até mesmo inimigos ocultos do país. Essa lógica, como é evidente, nega a própria semântica da palavra “partido”, que significa, precisamente, “parte política” de uma comunidade nacional, que consubstancialmente não coincide com a totalidade.

Por outro lado, quando esse curto-circuito ocorre, aqueles que são implicitamente designados como “inimigos da pátria” são colocados em uma situação paradoxal, na qual, se quiserem afirmar a nacionalidade da bandeira e negar o fato de que ela não pertence a um único partido político, correm o risco de exibir essa bandeira de maneira ambígua e hasteá-la quando ela já estiver carregada com a conotação que o partido político opositor quis atribuir a ela.

O fato de uma bandeira nacional se tornar um símbolo de uma concepção não pluralista de política e ser usada para tentar excluir da comunidade de cidadãos aqueles que não apoiam um determinado líder ou partido não é um fato novo na história; por um lado, Bolsonaro foi implícita ou explicitamente inspirado pelo movimento “*Forza Italia*”, de Silvio Berlusconi, que também se apropriou de

símbolos patrióticos nacionais para torná-los o apanágio simbólico excludente de um partido político. Berlusconi também é responsável, entre outras coisas, pela elaboração verbal da retórica dos “anti-italianos”, ou seja, aqueles que, por não apoiarem as ideias políticas do *Forza Italia*, provariam ser inimigos ocultos do país.

Esse mesmo evento semiótico também pode ser encontrado, de trás para frente, na conotação política da bandeira alemã: durante anos, mesmo em sua configuração plástica pós-guerra, ela foi associada ao advento e à afirmação político-estatal do nazismo, de modo que, durante décadas, após a derrota dessa ideologia política atroz, agitar uma bandeira alemã durante uma competição esportiva era um comportamento mal visto, porque poderia ser potencialmente sempre interpretado como nostálgico em relação ao período histórico que marca a história da nação alemã como uma falha indelével. Foi apenas recentemente, especialmente após a reunificação do país em 1989, que as bandeiras alemãs perderam essa conotação e voltaram a ser hasteadas nos estádios sem o peso do passado nazista.

No caso da bandeira italiana que se tornou o símbolo do partido político de Berlusconi, e ainda mais no caso da bandeira brasileira, adotada como bandeira da “resistência” bolsonarista ao retorno político de Lula, a sobreposição fatal entre o uso futebolístico e patriótico da bandeira também pesa muito. De fato, seria absurdo, pelo menos na geopolítica projetada pela longa onda de nacionalismos do século XIX, ser cidadão de um determinado país e torcer contra o próprio time durante uma partida de futebol contra a representação futebolística de outro país. Isso manifestaria imediatamente um problema de nacionalidade. Entretanto, esse poder da bandeira de sinalizar imediatamente a inclusão e a exclusão torna-se paradoxal e potencialmente violento quando transferido para a política. Na verdade, é como se ela sugerisse que alguém que não adere a uma determinada visão de política não pertence ao país, assim como alguém que não torce pelo time de futebol nacional.

Como, então, dismantelar a retórica paradoxal desencadeada por aqueles que, como o movimento bolsonarista, se apropriam de uma bandeira? Certamente não é “usando-a”, porque isso faria o jogo do adversário, apoiando implicitamente a teoria de que aqueles que são contra Bolsonaro são contra o Brasil e aqueles que são a favor do Brasil, e usam suas cores, são contra os inimigos de Bolsonaro. Mas também não é suficiente simplesmente usar ou agitar essa bandeira, porque a essa altura ela já foi conotada com as conotações partidárias que acabaram de ser descritas. A única maneira de escapar dessa escrita política forçada e potencialmente violenta da bandeira é então usá-la, mas negar o significado que o partido político oposto gostaria de atribuir a ela. No entanto, está claro que isso não pode ser feito verbalmente, muito menos por meio de uma análise semiótica complexa, como a que foi apresentada aqui. De fato as manifestações de rua precisam de símbolos imediatos, como bandeiras, e infelizmente não toleram raciocínios longos.

Uma estratégia viável, portanto, é reescrever o significado da bandeira nacional na direção oposta àquela tomada por aqueles que a transformariam em uma bandeira partidária. Isso deve ser feito, no entanto, não explorando diametralmente o paradoxo de Russell, por exemplo, usando a bandeira nacional com os símbolos do partido de Lula. Em um nível, isso expressaria uma reapropriação política da bandeira brasileira, mas, em um sentido mais amplo, faria o jogo do adversário, pois adotaria a mesma reivindicação partidária da bandeira adotada pelos bolsonaristas.

Ao contrário, para “despartidarizar” a bandeira nacional é preciso conotá-la com um salto lógico oposto ao proposto pelo bolsonarismo: se os bolsonaristas transformam a bandeira nacional em bandeira partidária, os antibolsonaristas não devem renunciar à bandeira nacional, nem reivindicá-la como bandeira de seu próprio partido, porque, como vimos, ambos os movimentos acabariam por fazer o jogo do adversário. Pelo contrário, aqueles que querem negar o caráter partidário e violento da bandeira brasileira devem adotá-la como as bandeiras em geral às vezes são usadas, e como a bandeira brasileira é frequentemente adotada, ou seja, como uma bandeira que identifica não apenas uma nação, mas também aqueles que admiram seus valores e modos de vida e que aspiram a torná-los seus. Não são muitos os turistas que saem da Alemanha ou da Holanda com sandálias, camisetas ou bonés dessas nações, enquanto a bandeira brasileira é objeto de um próspero merchandising internacional, e não apenas por motivos futebolísticos. De fato, a bandeira brasileira, com sua história, forma e cores, representa uma forma de vida nacional que muitos, mesmo não brasileiros, às vezes gostariam de adotar. Não há muitos países no mundo que inspiram um caso de amor supranacional, mas o Brasil é certamente um deles.

Para combater o uso bolsonarista da bandeira brasileira, portanto, não é necessário prescindir dela, nem a hastear como um símbolo antibolsonarista, mas sim apropriá-la no sentido oposto, como uma bandeira supranacional, que é usada e tremulada em todo o mundo como a bandeira de uma forma de vida musical e aberta, alegre e apaixonada, sensual e sofisticada, como uma bandeira da paz e da diversidade. Agitar a bandeira do Brasil com a bandeira internacional da paz talvez seja o ato menos bolsonarista que possa existir. ■

REFERÊNCIAS

Cerulo, K. A. (1993). Symbols and the World System: National Anthems and Flags, *Sociological Forum*, 8(2), 243-71. <https://www.jstor.org/stable/684637>

- Chandler, D. (2022). Un système de signaux maritimes: Saussure's example of a visual code. *Language and Semiotic Studies*, 8(1), 133-44. <https://doi.org/10.1515/lass-2022-080114>
- Consider Vexillology. (2013). *SemiotiX, a Global Information Magazine*. <https://semioticon.com/semiotix/2013/05/consider-vexillology/>
- Durkheim, É. (1912). *Les formes élémentaires de la vie religieuse : le système totémique en Australie*. Felix Alcan.
- Eco, U. (1975). *Trattato di semiotica generale*. Bompiani.
- Erokhina, Y. V., & Soboleva, A. K. (2020). Semiotic and Legal Analysis of the Visual Representation of Russian National Flags. *Proceedings of the Institute of State and Law of the RAS*, 14(6), 26-57. <http://dx.doi.org/10.35427/2073-4522-2019-14-6-erokhina-soboleva>
- Firth, R. (1973). *Symbols: Public and Private*. Cornell University Press.
- Gardner, P., & Abrams, B. (Eds.). (2023). *Symbolic Objects in Contentious Politics*. University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.11722857>
- Goldstein, R. J. (2000). *Flag Burning and Free Speech: The Case of Texas v. Johnson*. University Press of Kansas.
- Hjelmlev, L. (1943). *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*. Bianco Lunos.
- Hundley, H. L. (1997). The Signification of the American Flag: A Semiotic Analysis of *Texas v. Johnson*. *Free Speech Yearbook*, 35(1), 45-55. <https://doi.org/10.1080/08997225.1997.10556208>
- Knowlton, S. A. (2012). Applying Sebeok's Typology of Signs to the Study of Flags. *Raven*, 19, 57-98. <https://philarchive.org/rec/KNOAST-2>
- Leone, M. (2021). The Semiotics of Flags. In A. Wagner, & S. Marusek (Eds.), *Flags, Color, and the Legal Narrative: Public Memory, Identity, and Critique* (pp. 53-63). Springer. http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-32865-8_3
- Llobera, J. R. (2004). *Foundations of National Identity: From Catalonia to Europe*. Berghahn Books.
- Mangiapane, F., & Migliore, T. (2021). The European Flag according to Paolo Fabbri. *Images of Europe*, 4, 15-26. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69240-7_2
- Horvath, G. (2018). The Semiotics of Flags: The New Zealand Flag Debate Deconstructed. In S. Mehta (Ed.), *Language and Literature in a Global World* (pp. 115-126). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-8468-3_7
- Ogenga, F. (2014). Visual semiotics and the national flag: A kenyan perspective of Anglo-America's globe-cultural domination through mainstream music videos. *Semiotica*, 2014(202), 533-553. <https://doi.org/10.1515/sem-2014-0060>
- Pasch, G. (1975). Drapaux nationaux. *Semiotica*, 15(3), 285-295. <https://doi.org/10.1515/semi.1975.15.3.285>
- Peirce, C. S. (1957). *Essays in the Philosophy of Science*. Liberal Arts Press.

- Pelkey, J. (2017). *The Semiotics of X: Chiasmus, Cognition and Extreme Body Memory*. Bloomsbury.
- Reichl, S. (2004). Flying the Flag: The Intricate Semiotics of National Identity. *European Journal of English Studies*, 8(2), 205-217. <http://dx.doi.org/10.1080/1382557042000294738>
- Saussure, F. (1971). *Cours de linguistique générale*. Payot.
- Sebeok, T. A. (1997). Semiotica. In: Treccani, *Enciclopedia Treccani delle Scienze Sociali* [acesso em 4 mar. 2024]. Recuperado de http://www.treccani.it/enciclopedia/semiotica_%28Enciclopedia-delle-scienze-sociali%29/
- Sedda, F. (2007). *La vera storia della bandiera dei sardi*. Condaghes.
- Smith, W. (1975). *Flags Through the Ages and Across the World*. McGraw-Hill.
- Sousa, J. D., & Braga, A. B. (2021). Da política e do esporte: a bandeira brasileira e as rupturas discursivas da identidade nacional. *Entrepalavras*, 11(2). <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2011/810>
- Wagner, A., & Marusek, S. (2021). *Flags, Color, and the Legal Narrative*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-32865-8>
- Watt, G. T., & Watt, W. C. (1997). Codes (*Kodes*). In: R. Posner, K. Robering, & T. A. Sebeok (Eds.), *Semiotik: ein Handbuch zu den zeichentheoretischen Grundlagen von Natur und Kultur* (pp. 404-413). De Gruyter.
- Weitman, S. R. (1998). National Flags: A Sociological Overview. *Semiotica*, 8(4), 328-367. <https://doi.org/10.1515/semi.1973.8.4.328>
- Welch, M. (2000). *Flag Burning: Moral Panic and the Criminalization of Protest*. De Gruyter.
- Welch, M. (2020). Signs of Trouble: Semiotics, Streetscapes, and the Republican Struggle in the North of Ireland. *Crime, Media, Culture*, 16(1), 7-32. <https://doi.org/10.1177/1741659018822939>

Artigo recebido em 18 de dezembro de 2023 e aprovado em 19 de fevereiro de 2024.

A inteligência artificial generativa como quarta ferida narcísica do humano

Generative artificial intelligence as humans' fourth narcissistic wound

LUCIA SANTAELLA^a

Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil.

DORA KAUFMAN^b

Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil.

RESUMO

O avanço da inteligência artificial (IA), particularmente com os modelos de IA generativa, tem provocado intensas reações, fundamentadas ou não na lógica e no funcionamento da tecnologia. Distinta da inteligência artificial preditiva, a IA generativa produz conteúdo original sintetizando texto, imagem, voz, vídeo e códigos a partir de grandes bases de dados, com potencial de impactar significativamente a economia criativa. Este artigo introduz conceitos básicos da IA e a generativa, incluindo uma taxonomia dos modelos generativos, e delimita a distinção entre as técnicas de produção de imagem ou vídeo e as de produção de textos. O argumento central deste artigo é que o alarido cultural não é casual, defendendo-se a hipótese de que o advento da IA generativa coloca a humanidade em plena travessia de sua quarta ferida narcísica.

Palavras-chave: IA, IA generativa, ChatGPT, Freud, ferida narcísica

ABSTRACT

The advancement of artificial intelligence, particularly with generative AI models, has provoked intense reactions whether or not they are based on the logic and functioning of the technology. Unlike predictive AI, generative AI produces original content by synthesizing texts, images, voices, videos, and code from large databases and may significantly impact the creative economy. This study introduces the basic concepts of AI and generative AI (including a taxonomy of generative models) and outlines the distinction between image or video and text production techniques. The central argument of this study claims that the cultural fuss is not accidental, defending the hypothesis that the advent of generative AI places humanity amidst the crossing of its fourth narcissistic wound.

Keywords: AI, generative AI, ChatGPT, Freud, narcissistic wound.

^a Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nos Programas Tecnologia, Inteligência e Design Digital (TIDD) e Comunicação e Semiótica. Doutora em Teoria Literária na PUC-SP e livre-docência em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Pesquisadora 1 A do CNPq. Autora de 51 livros e organizadora de 26 livros. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0681-6073>. E-mail: lbrega@pucsp.br

^b Professora do Programa Tecnologia, Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade de São Paulo (TIDD/PUC-SP). Doutora pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) com estágio sanduiche na Université Paris Sorbonne IV, França, pós-doutora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no TIDD/PUC-SP). Autora dos livros *A inteligência artificial irá suplantará a inteligência humana?* e *Desmistificando a Inteligência Artificial*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7060-4887>. E-mail: dkaufman@pucsp.br

CAPACITAR AS MÁQUINAS a resolver tarefas baseadas em raciocínio lógico, que os humanos muitas vezes executam intuitivamente, era um desafio dos primórdios da inteligência artificial (IA), um campo de pesquisa que se desenvolveu a partir de meados do século passado. Várias tentativas implicando linguagens formais apoiadas em regras de inferência lógica (IA simbólica) tiveram êxito limitado, sugerindo a necessidade de os sistemas gerarem seu próprio conhecimento pela extração de padrões nos dados, ou seja, de “aprenderem” com os dados sem receber instruções explícitas. Esse processo é usualmente denominado de “aprendizado de máquina” (*machine learning*), subcampo da IA que hoje é certamente o maior campo da IA em número de praticantes (Alpaydin, 2016; Bengio et al., 2016; Kaufman, 2022b).

O processo de aprendizagem desses sistemas é influenciado por múltiplos fatores observáveis ou não observáveis no mundo físico, e sujeito a efeitos de fontes externas: por exemplo, os pixels em uma imagem de um carro vermelho podem estar muito próximos da cor preta à noite, e a forma da silhueta de um carro varia com o ângulo de visão. A técnica de aprendizado de máquina que hoje melhor resolve esses desafios é o aprendizado profundo (*deep learning neural networks* – DLNNs). Inspirada no funcionamento das redes neurais do cérebro biológico, ela é capaz de lidar com dados de alta dimensionalidade (por exemplo, milhões de pixels em uma imagem) ao introduzir representações complexas, expressas em termos de outras representações mais simples organizadas em diversas camadas (*layers*), apresentando resultados positivos em várias áreas, particularmente em visão computacional, reconhecimento de voz e imagem. Adicionalmente, as DLNNs estabelecem correlações não perceptíveis aos seres humanos, cuja tendência é considerar apenas as correlações “mais fortes”, embora as “mais fracas”, quando agrupadas, possam impactar sensivelmente a acurácia dos modelos (Kaufman, 2022a).

Apesar dos notórios avanços, o campo da IA ainda não tem uma teoria unificadora que abarque os fundamentos para a criação de “máquinas inteligentes”. O que temos são modelos empíricos (Kouw et al., 2013). De qualquer modo, a IA tem evoluído, e o grau de impregnação de suas aplicações na sociedade e na vida humana tem conjuntamente crescido. O ponto em que a IA hoje se encontra, com o advento dos modelos de IA generativa, tem provocado um verdadeiro alarido cultural, que não é casual, dado o fato de que as suas aplicações, embora não passem de simulações, chegam muito perto, ou melhor, imitam convincentemente habilidades humanas. Diante disso, este artigo tem por finalidade calçar o terreno para lançar e defender a hipótese de que o advento da IA generativa está colocando a humanidade em plena travessia de sua quarta ferida narcísica.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

O ano de 2022 foi particularmente significativo para a IA generativa: o *Imagen*, do Google, foi lançado em maio; o *Stability.AI*, da *Stable Diffusion*, em agosto; e a *OpenAI* lançou o *DALL-E* em julho, o *DALL-E 2* em setembro, e o ChatGPT em novembro. Um dos indicadores das expectativas com relação ao poder de transformação da IA generativa está na reação dos investidores: startups orientadas por IA generativa receberam vultuosos aportes de fundos de investimento, atingindo valores de mercado astronômicos para empresas em seus primórdios, como no caso da *Jasper*, com valor de mercado estimado em US\$ 1,5 bilhão e que levantou US\$ 125 milhões em outubro; e a *Stability.AI*, que, avaliada em US\$ 1 bilhão, levantou US\$ 101 milhões no mesmo mês. Ao longo de 2022, os investidores injetaram pelo menos US\$ 1,37 bilhão em 78 negócios de IA generativa, quase o mesmo valor investido nos últimos cinco anos. Calcula-se que existam atualmente 450 startups de IA generativa (Griffith & Metz, 2023).

A IA generativa, distinta dos modelos preditivos de aprendizado de máquina (IA preditiva) – centrados em extrair padrões de dados e fazer previsões em tarefas específicas –, produz conteúdo original a partir de grandes bases de dados, ou seja, usa dados para gerar mais dados, sintetizando texto, imagem, voz, vídeo, códigos. Esses modelos têm o potencial de impactar significativamente a chamada economia criativa com aplicações práticas: a) na geração automatizada de conteúdo em artigos, postagens em blogs e mídias sociais; b) no impulsionamento da qualidade do conteúdo, em função do treinamento de seus algoritmos, e na utilização de grandes bases de dados para identificar padrões que ultrapassam a cognição humana; c) na produção de conteúdo mais diversificado, incluindo texto, imagem e vídeo; e d) na geração de conteúdo personalizado com base no perfil e nas preferências dos usuários (Davenport & Mittal, 2022). O *Jasper*, por exemplo, está sendo aplicado em ações de marketing para produzir blogs, postagens em redes sociais, textos na web, e-mails de vendas, anúncios, entre outros conteúdos de interação com usuários, clientes e consumidores. O *DALL-E 2*, voltado para geração de imagens, está sendo aplicado na produção de peças publicitárias de empresas líderes de segmento (Davenport & Mittal, 2022).

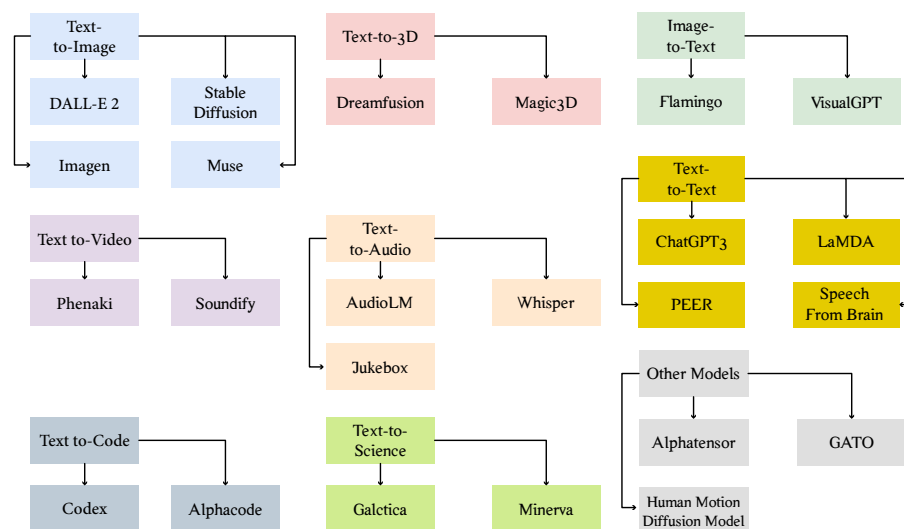
Os modelos de IA generativa derivam de distintas arquiteturas da técnica de redes neurais profundas. “Arquitetura”, no caso, representa como os componentes das redes neurais – neurônios artificiais, camadas e conexões – se organizam. A primeira dessas arquiteturas foi a *generative adversarial networks* (GAN), proposta por Bengio et al. (2014), com resultados positivos na área de saúde – como geração de dados sintéticos e melhora das imagens de tomografia computadorizada ou ressonância magnética, reduzindo o tempo de exposição dos pacientes à radiação –, mas igualmente com resultados negativos ao gerar as *deep fakes*.

Atualmente, a solução de IA generativa mais popular é o ChatGPT, disponibilizado para experimentação pública pela *OpenAI* em 30 de novembro de 2022, baseado na arquitetura *Transformer*, desenvolvida pela equipe do Google Brain (2017). Inicialmente, para processos de tradução de palavras, o *Transformer* tornou-se a arquitetura preferida para modelos de processamento de linguagem natural (*natural language processing*, ou NLP), estando, por exemplo, na base da série da *OpenAI*, GPT-base, GPT-2, GPT-3, GPT3.5-turbo, GPT-4, GPT-4-turbo, os quais, por sua vez, estão na base do ChatGPT. A característica diferenciada do *Transformer* é ser treinado em diálogos, possibilitando captar nuances, distinguir a fluidez de uma conversa e gerar respostas que, aparentemente, fazem sentido (Uszkoreit, 2017).

Garrido-Merchán e Gozalo-Brizuela (2023) organizaram os modelos generativos em uma taxonomia, resultando em nove categorias, representadas na Figura 1.

Figura 1

Taxonomia dos modelos de IA generativa mais populares



Nota. Garrido-Merchán e Gozalo-Brizuela (2023, p. 3).

Esses sistemas requerem capacidade computacional robusta, expertise profissional e acesso a grandes volumes de dados de qualidade, implicando em altos custos de desenvolvimento e implantação dos modelos, o que restringe o acesso a um número limitado de empresas, favorecendo a já esperada concentração de mercado. A título de ilustração, os modelos generativos são capazes de lidar com os dados de toda a Wikipédia, de todas as redes sociais ou de todas as

imagens do *Google search*. A Figura 2 lista os modelos mais populares lançados nos últimos dois anos.

Figura 2

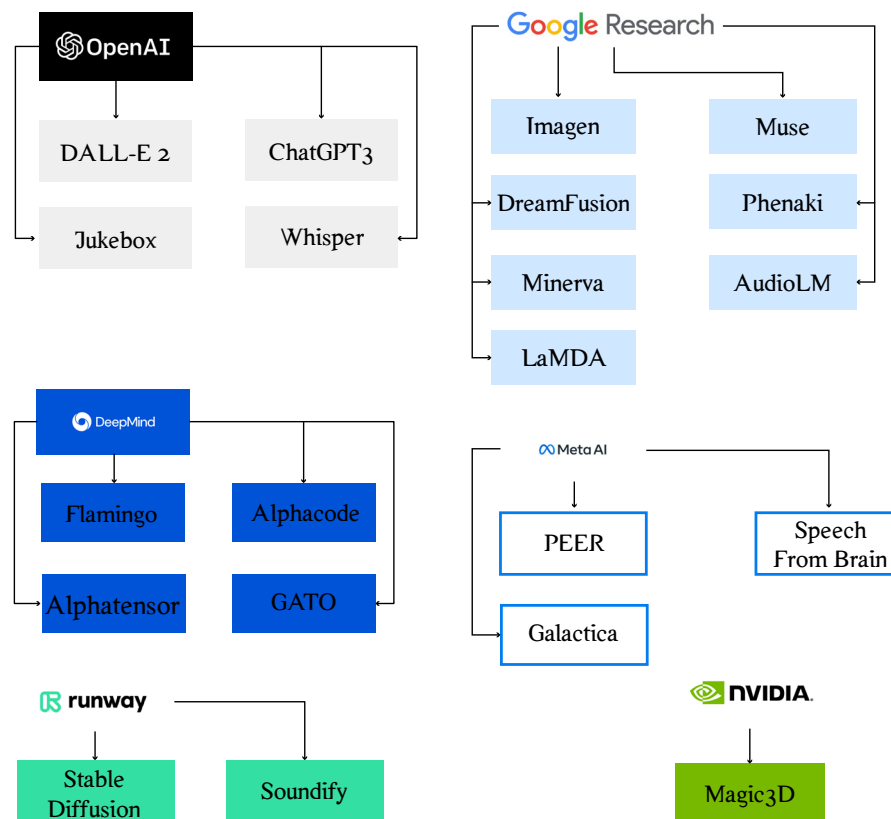
Categorias de modelos de IA generativa

Categoria	Descrição	Modelos Ilustrativos
Text-to-image	Entrada prompt de texto, saída é uma imagem	DALL-E 2, IMAGEN, Stable Diffusion, Muse
Text-to-3D	Entrada texto, saída imagem em 3D, especial para jogos	Dreamfusion, Magic3D
Image-to-Text	Entrada imagem, saída de texto, recomendado para descrever uma imagem	Flamingo, VisualGPT
Text-to-Video	Entrada texto, saída vídeos (sequência de imagens)	Phenaki, Soundify
Text-to-Audio	Entrada texto, saída áudio, crítico para vídeos, música e outros contextos	AudioLM, Jukebox, Whisper
Text-to-Text	Entrada texto, saída texto inédito, apropriado para Q&A	ChatGPT, LaMDA, PEER, Meta AI Speech from Brain
Text-to-Code	Entrada texto, saída código, especial para programação	Codex, Alphacode
Text-to-Science	Entrada texto, saída artigo científico (muito embrionário)	Galactica, Minerva

Nota. Elaboração das autoras, com base na taxonomia de Garrido-Merchán e Gozalo-Brizuela (2023).

A Figura 3 mostra os mesmos modelos classificados por desenvolvedor, contabilizando apenas seis organizações (Garrido-Merchán & Gozalo-Brizuela, 2023).

Essas aplicações requerem o envolvimento de especialistas humanos em todo o processo de desenvolvimento e implementação, e o usuário dos modelos precisará, necessariamente, testar várias instruções para obter o resultado desejado. Em seguida, o conteúdo gerado tem que ser avaliado e editado por um ser humano; no caso de modelos que geram conteúdo imagético, as imagens sintéticas (geradas por IA) deverão ser manipuladas por um especialista humano. Jason Allen, vencedor do concurso de fotografia manipulada digitalmente do Colorado usando o sistema *Midjourney*, precisou de mais de 80 horas e mais de 900 versões para aperfeiçoar a qualidade e a nitidez da imagem com o Adobe Photoshop e outros recursos de IA (Vincent, 2022).

Figura 3*Modelos agrupados por desenvolvedor*

Nota. Garrido-Merchán e Gozalo-Brizuela (2023, p. 4).

Em 2020, antes do lançamento do ChatGPT, Massimo Chiriatti e Luciano Floridi (2019) identificaram limitações do GPT-3 por meio de três testes, baseados em questões matemáticas, semânticas e éticas. No teste de matemática, o GPT-3 funcionou a contento quando solicitado para realizar operações mais simples, mas decepcionou quando foram acrescentados alguns zeros, ou seja, para números maiores. No teste de semântica, como o GPT-3 não tem compreensão alguma, apenas capacidade estatística de associar palavras, não conseguiu lidar com a pergunta “diga-me quantos pés cabem em um sapato?”. No teste de ética, sendo o GPT-3 treinado em bases de dados geradas pelos seres humanos, reproduziu os preconceitos da sociedade humana como de gênero e etnia.

O ChatGPT foi destaque no “MONTREAL.AI Debates Series”, evento organizado por Québec Artificial Intelligence (Québec.AI). Ao longo dos painéis, os participantes

ilustraram falhas, erros graves em problemas lógicos simples, e declarações falsas e inconsistentes, evidenciando a ausência de quatro aspectos da cognição humana: a) abstração; b) raciocínio; c) composicionalidade (não entende a linguagem em termos de um todo composto de partes, como os seres humanos); e d) facticidade (atualização não é incremental a partir de novos fatos, requer retreinamento).

A aparente consistência das respostas do ChatGPT, contudo, induz o usuário ao equívoco de tomá-las como precisas e verdadeiras. O encantamento, ou mesmo magia, dessa inédita interface em formato de diálogo carece de ser relativizado, evitando o *hype* que dificulta identificar os reais benefícios; e, ao contrário, deve-se buscar a mitigação de seus potenciais danos, como a difusão ainda maior de desinformação e fake news (a criação de *deep fakes*, por exemplo, até então exigia habilidades especializadas de seus desenvolvedores, enquanto os modelos de IA generativa dão amplo acesso aos não especialistas). A própria OpenAI alertou para o fato de que, ocasionalmente, o ChatGPT pode gerar informações incorretas e produzir instruções prejudiciais ou conteúdos tendenciosos, e que se trata de um projeto de pesquisa que seguirá sendo refinado. Ou seja, a precisão (ou falta dela) ainda é um problema a ser superado pelos modelos generativos (Kaufman, 2023).

Reflexões avaliativas

Considerando-se a adesão que obtiveram por parte dos usuários, vale destacar a diferença básica entre as técnicas de produção de imagem ou vídeo, e as de produção de textos. No primeiro caso, as quatro aplicações (o *Imagen*, o *Stability.AI's Stable Diffusion*, o *DALL-E* e o *DALL-E 2*) provocaram um grande impacto no mundo de produção de imagens, tanto para os artistas quanto para os designers e produtores visuais em geral, pois, em qualquer um desses modelos, bastam comandos acionados em uma interface relativamente simples para gerar imagens visuais, inclusive vídeos, moldados de acordo com os termos do enunciado. O impacto não é casual, pois se trata de um processo significativo de tradução intersemiótica automática que, por meio de redes neurais específicas, transpõe o código textual para o código imagético. No decorrer de 2022, o impacto desses lançamentos apenas ensaiou a imensa repercussão que o ChatGPT tem acentuadamente provocado.

A superação no poder de repercussão do ChatGPT, em relação às outras aplicações da IA generativa, é explicável porque, enquanto a produção de imagens e vídeos afeta apenas um nicho da criação humana – aquele ocupado por profissionais que operam nos inumeráveis campos da visualidade –, o ChatGPT afeta quaisquer seres humanos na sua capacidade linguística. Essa particularidade nos ajuda a compreender por que o alarido em relação aos sistemas imagéticos não foi tão ensurdecido nem despertou as mesmas reverberações socioculturais

do ChatGPT, não obstante haja consideráveis protestos de artistas e designers contra o uso de cópias não autorizadas de suas obras para alimentar as bases de dados (Gagliardi, 2022; Butterick, 2023).

Embora os textos que resultam como respostas do ChatGPT aos comandos dos usuários sejam impressionantes, para alcançar seus resultados, de acordo com Wolfran (2023), aquilo que o *chatbot* busca fazer é produzir uma “continuação razoável” de qualquer texto que tenha obtido no momento: por “razoável”, deve-se compreender “o que se pode esperar que alguém escreva depois de ver o que as pessoas escreveram em bilhões de páginas da web”. De fato, o modelo acessa bilhões de páginas de textos escritos por humanos, e então estima a probabilidade da palavra que se encaixa melhor na sequência do texto para atender à solicitação do usuário. Como todo sistema estatístico de probabilidade, ele tem intrinsecamente uma variável de incerteza, responsável por parte das imperfeições.

Portanto, ao escrever uma redação, o que o *chatbot* está fazendo é apenas se perguntar repetidamente “dado o texto até agora, qual deve ser a próxima palavra?”; e, a cada resposta, adiciona uma nova palavra. Na terminologia da linguística, o que é adicionado é um *token*, que pode ser apenas uma parte de uma palavra. Por isso, algumas vezes, o *chatbot* pode até inventar uma nova palavra. No geral, o que ele obtém é uma lista de palavras com probabilidades. Qual ele escolhe? A mais bem classificada, ou seja, a de maior parâmetro – peso atribuído aos *tokens* no processo de treinamento, no qual, por meio de correlações, os algoritmos do sistema estabelecem uma hierarquia entre os *tokens*. Por isso, produz textos planos. Mas, por haver aleatoriedade, se o usuário utilizar o mesmo comando várias vezes, é provável que redações diferentes sejam obtidas de cada vez (Wolfran, 2023).

Os modelos são construídos para persuadir. Quer dizer, foram treinados para convencer os seres humanos de que estão encetando uma conversação como se fossem humanos. Para isso, podem até nos levar a crer que têm emoções e que são capazes de sentir. Portanto, estão no caminho de se tornar “amigos para solitários e assistentes para os atormentados”, entre muitas outras atividades, a ponto de a IA generativa alimentar os temores de que seus modelos serão capazes de substituir, sem mediações, o trabalho de dezenas de escritores, designers gráficos e preenchedores de formulários, entre outros (Klein, 2023). Em suma, em vez de aparecer como alienígena, nas diferenças que mantém com os humanos, a IA generativa, ao contrário, surge como demasiadamente humana. Assim parece ser porque, no ChatGPT, os textos produzidos são sintaticamente consistentes e semanticamente coerentes. A correção gramatical é quase perfeita, tendo em vista que é apoiada em uma adequada seleção lexical, e há uma impecável contiguidade frasal. Nessa medida, sendo descartados alguns erros contextuais, muitas vezes absurdos e risíveis – mas óbvios em um sistema

prisioneiro da linguagem ao qual falta o senso comum da vida vivida –, o que resta a ser abalizado é o nível de especialização do conteúdo textual, que só pode ser aferido por um especialista. Para um receptor médio, portanto, embora sempre muito básicos, os textos produzidos são arriscadamente convincentes.

Tanto ou ainda mais perigosos estão sendo os casos recentes dos modelos de IA generativa de imagens e vídeos fakes. As imagens tecnicamente quase perfeitas, com ruídos visuais imperceptíveis a olhos desavisados, do Papa vestindo inflado capote da moda, de Trump preso e do rei Charles de chapéu russo, por exemplo, entram na categoria de *deep fakes*, com todas as consequências nefastas trazidas quando a visão e compreensão da realidade pisam em falso. De acordo com a teoria da percepção de C. S. Peirce (Santaella, 2021), não somos imediatamente capazes de duvidar daquilo que vemos. Isso porque a visão é acompanhada indissoluvelmente de um juízo perceptivo que nos informa sobre aquilo que é visto. Não podemos duvidar disso; caso contrário, viver seria impossível. Só podemos duvidar daquilo que aparece aos nossos olhos quando, por algum motivo, somos levados a submeter a percepção a um escrutínio crítico provocado pela suspeição. Isso perigosamente significa que a banalidade do mal (Arendt, 1999) e a perversidade humana em ação têm condições de alimentar a indústria de notícias falsas em volumes muito maiores do que aqueles que já nos são conhecidos.

De todo modo, os alertas críticos e as preocupações com a necessária e urgente regulamentação da IA não podem conduzir ao apagamento ou minimização do fato de que, seguindo as palavras de Huttenlocher et al (2023), a IA generativa apresenta um desafio filosófico e prático em uma escala não experimentada desde o início do Iluminismo, na medida em que, com todos os riscos e sobressaltos, abrirá caminhos revolucionários para a razão humana e novos horizontes para o conhecimento consolidado. Para os autores, contudo, há diferenças categóricas em relação ao Iluminismo. Neste, o conhecimento foi alcançado progressivamente, passo a passo, com cada passo testável e ensinável. Já os “sistemas habilitados por IA começam na outra extremidade. Eles podem armazenar e destilar uma enorme quantidade de informações existentes, bilhões de itens. Segurar esse volume de informações e destilá-lo está além da capacidade humana” (Huttenlocher et al., 2023).

Não obstante a comparação dos autores seja relativamente legítima, as diferenças em relação ao Iluminismo são muito mais categóricas e profundas e extrapolam os aspectos relativos à racionalidade e ao conhecimento humano. Depois do século XVIII, de Kant, a crença na razão vem passando por sucessivos tropeços. Lembremos, antes de tudo, da lapidar e bastante conhecida afirmação de Goya de que “o sono da razão produz monstros”. A história do século XX é suficiente para demonstrar que, quando acordada, a razão é também e talvez

ainda mais capaz de produzir monstros. Já no século XIX, Marx demonstrou que o capitalismo estava levando de roldão os tradicionais valores, desmanchando no ar tudo que é sólido (Berman, 1983). Então, no início do século XX, Max Weber (1967) apontava para o desencanto do racionalismo na dominação do mundo. Enquanto isso, Freud demolia, entre outras ilusões humanas, o culto do livre-arbítrio e da autonomia. Adiciona-se, ainda, o golpe nietzschiano na segurança do divino. Mais recentemente, os diagnósticos levaram Bauman (2001) à análise das sociedades líquidas, e Sloterdijk (2006) às instabilidades das espumas.

É nesse contexto de incertezas e ambivalências, contradições e imprevisibilidades, que os avanços da IA vêm se instalando, atingindo cada vez mais proximamente a pretensa supremacia humana. Algoritmos de IA preditiva monitoram e manipulam as nossas vidas de maneira relativamente invisível; seus efeitos são sentidos, mas as operações que os comandam mantêm-se fora de nossa alçada, ou seja, não são transparentes. A IA generativa, por seu lado, penetrou no segredo mais íntimo do humano: o potencial linguístico e semiótico que, até então, se constituía em marca inimitável do *Sapiens*. A questão é tão perturbadora que levou Harari et al. (2023) a lançar a afirmação sensacionalista de que “o novo domínio da linguagem da IA significa que agora ela pode hackear e manipular o sistema operacional da civilização. Ao obter o domínio da linguagem, a IA está apreendendo a chave mestra da civilização, de cofres de banco a sepulcros sagrados”.

Mesmo que tal prognóstico possa se provar efetivo no futuro imprevisível, no momento presente a afirmação fere a verdade dos fatos ao conceder à IA uma autonomia de que ela não dispõe. Sem ter de lembrar a questão óbvia de que o ChatGPT regurgita combinatórias entre bilhões de textos produzidos por humanos, o *chatbot* não funciona sozinho, mas implica ser acionado por usuários humanos em uma forma de diálogo linguageiro que, até então, era prerrogativa exclusiva do humano. É justamente aí, no fato de o humano se sentir de algum modo igualado em sua pretensão-chave de exclusividade, que se tem municiado a explosão sociocultural e mesmo psíquica que a IA generativa vem provocando. E isso nos leva a propor e defender a hipótese de que, com a IA no ponto em que hoje se encontra, a humanidade está em plena travessia de sua quarta ferida narcísica.

A QUARTA FERIDA NARCÍSICA

No final de 1916, Freud foi convidado por um editor húngaro para colaborar com um artigo no periódico *Nyugat*. Três meses depois, o artigo foi publicado em alemão na *Imago*. Sob o título “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” (Freud, 1996a), o artigo ficou conhecido e muito citado como “As três feridas narcísicas”. Freud voltou

ao tema em outras ocasiões, no contexto mais geral de suas discussões sobre as resistências às teorias psicanalíticas. Na primeira parte do artigo, encontra-se um breve sumário do texto “Introdução ao narcisismo” (Freud, 1996b), que Freud havia escrito em 1914. Na segunda parte é discutida a dificuldade em relação à psicanálise. O artigo é breve e dirige-se a um leitor leigo, mas culto. Isso é importante porque a dificuldade, conforme Freud, não é intelectual, mas afetiva e alienante. “Onde falta simpatia, a compreensão não virá facilmente” (Freud, 1996a, p. 85).

As premissas da discussão encontram-se na teoria da libido. “No início do desenvolvimento do indivíduo, toda a sua libido (todas as tendências eróticas, toda a sua capacidade de amar) está vinculada a si mesmo”. Mais tarde, as necessidades vitais levam a libido a fluir do ego para os objetos externos. Há, portanto, um progresso do narcisismo para o amor objetal. Entretanto, determinada quantidade de libido é sempre retida pelo ego, persistindo como narcisismo. Esse brevíssimo esboço é necessário para que se possa compreender que o narcisismo opera não necessariamente na sua forma de neurose, mas é válido em outras situações, como, por exemplo, o narcisismo das crianças ou “o excessivo narcisismo do homem primitivo que atribuímos à sua crença na onipotência das suas ideias e as consequentes tentativas de influenciar o curso dos acontecimentos do mundo exterior pela técnica da magia” (Freud, 1996a, p. 87).

Trata-se, pois, de um narcisismo universal do ser humano, da defesa de seu amor-próprio que, segundo Freud, sofreu três severos golpes, advindos das pesquisas científicas. O primeiro foi o golpe copernicano. A crença no papel central da Terra, nossa morada – crença igualmente contestada por Giordano Bruno que, com seu pluralismo cósmico, deslocou o planeta Terra e o ser humano do centro do universo –, e no seu papel de domínio no universo pareciam ajustar-se muito bem à propensão do ser humano a considerar-se o senhor do mundo. A destruição dessa ilusão narcísica funcionou para a humanidade como um golpe cosmológico ao seu amor-próprio.

O segundo golpe, que atingiu o narcisismo humano, foi o darwiniano. Crente de sua posição suprema sobre os outros animais da biosfera, o ser humano colocou um abismo de separação entre a sua natureza e a dos animais, atribuindo a si mesmo a soberania exclusiva da razão e uma ascendência divina. Diferentemente de Descartes e seus seguidores, que consideravam os animais como máquinas bestas porque destituídas de alma, foi bem lembrado por Freud que essa arrogância não faz parte do mundo das crianças nem do totemismo primitivo que atribuía sua ascendência a um ancestral animal. As pesquisas de Darwin, seus precursores e colaboradores, com base em dados da ciência, nocautearam, com um golpe biológico, a presunção humana sobre sua separação do reino animal, e forçaram o reconhecimento de que todos os seres vivos descendem de um ancestral comum.

Por fim, para Freud, o terceiro golpe é talvez o que mais fere. Embora humilhado externamente, o narcisismo continuou a falar alto, pois o humano persistiu em se sentir senhor em sua própria casa, a de sua mente e consciência. “Em algum lugar do núcleo do seu ego, desenvolveu um órgão de observação a fim de manter-se atento aos seus impulsos e ações e verificar quando se harmonizam com as exigências do ego. Se não se harmonizam, esses impulsos e ações são impiedosamente inibidos e afastados”. A ilusão parece convincente.

Sua percepção interna, a consciência, dá ao ego notícias de todas as ocorrências importantes nas operações mentais, e a vontade, dirigida por essas informações, executa o que o ego ordena e modifica tudo aquilo que procura realizar-se espontaneamente. Isso porque a mente não é uma coisa simples; ao contrário, é uma hierarquia de instâncias superiores e subordinadas, um labirinto de impulsos que se esforçam no sentido da ação, de maneira independente um do outro, sendo correspondentes à multiplicidade de instintos e de relações com o mundo externo, muitos dos quais antagônicos e incompatíveis. Para um funcionamento adequado, é necessário que a mais elevada dessas instâncias tenha conhecimento de tudo o que está acontecendo, e que sua vontade penetre em tudo, de modo que possa exercer sua influência. E, com efeito, o ego sente-se seguro quanto à integridade e fidedignidade das informações que recebe, bem como quanto à abertura dos canais por meio dos quais impõe suas ordens (Freud, 1996a, p. 88).

Entretanto, a psicanálise nos fornece uma versão que não condiz com esse autodomínio. Embora nos sintamos relativamente seguros de que estamos informados de tudo o que se passa em nossas mentes, trata-se de um grande equívoco. Na verdade, grande parte da atividade da nossa própria mente está fora de nossa vontade e acesso. A inteligência falha porque a informação de que dispomos é, além de incompleta, enigmática, pois tanto a inteligência quanto a consciência são sobredeterminadas pelo inconsciente, o que nos torna, em alguma medida, desconhecidos de nós mesmos. Freud ainda não havia nessa época publicado “Para além do princípio do prazer” (Freud, 1996c), que levaria o desenvolvimento de suas ideias cada vez mais para dentro dos complexos efeitos do inconsciente. Evidentemente, não se trata aqui de entrarmos nesses detalhes, pois o que importa à continuidade do argumento é evidenciar que hoje, com a IA, deparamo-nos com a quarta ferida narcísica sob ação do golpe desferido pela emergência do ChatGPT.

A quarta descontinuidade foi detectada por Mazlish em um livro menos citado do que deveria, *The fourth discontinuity: The co-evolution of humans and machines*¹ (Mazlish, 1993). O autor retoma os três golpes já desenvolvidos por Freud, mas dá a eles uma nova interpretação, ou melhor, uma releitura. O termo “descontinuidade”, assim como “rupturas” ou “hiatos”, Mazlish emprestou de Jerome Bruner (1956), o qual considerou os golpes ao narcisismo como

¹ Em tradução livre, “A quarta descontinuidade: A coevolução dos humanos e máquinas”.

a eliminação de falsas descontinuidades e a consequente restauração de necessárias continuidades entre a Terra, o sistema solar e o cosmos (Copérnico/Galileu Galilei), entre o animal humano e os outros animais (Darwin) e entre o humano e o desconhecimento de si (Freud). A partir disso, Mazlish introduziu a quarta descontinuidade entre os humanos e as máquinas, reivindicando a superação dessa insustentável ruptura não obstante o novo golpe no amor-próprio humano que ela deve provocar. Tem-se aí um golpe inevitável, pois o humano e as máquinas por ele criadas são contínuos e, portanto, inseparáveis.

São muitas as evidências de que a emergência do Sapiens se deveu à contínua interação das tecnologias com suas transformações físicas, emocionais e mentais. Muito mais tarde, em plena Revolução Industrial, a continuidade entre o humano e suas tecnologias não passou despercebida a Karl Marx, tanto é que, para ele, “a tecnologia revela as relações do homem com a natureza, evidenciando as atividades produtivas diretas de sua vida e lançando assim luz sobre as relações sociais e as concepções mentais resultantes” (Marx *apud* Mazlish, 1993, p. 5).

Ainda, em franca oposição às descontinuidades cartesianas e neocartesianas, o trabalho de Pascal sobre máquinas de calcular foi retomado por pessoas como o excêntrico matemático do século XIX, Charles Babbage, cujos designs brilhantes ultrapassaram a tecnologia que lhe era disponível. Foi necessário esperar por mais de um século, portanto, para que as combinações da matemática, experimentação física e tecnologia moderna criassem as máquinas que agora nos confrontam e voltam a despertar os mitos da descontinuidade. Segundo Mazlish, o ser humano sente-se ameaçado pela máquina, sente-se em desarmonia com suas extensões porque estabelece um hiato, e até mesmo um abismo entre si mesmo e as tecnologias que ampliam suas capacidades.

Embora o diagnóstico esteja aí levantado, o que nos interessa defender, a partir de Mazlish, é a diferença, infelizmente pouco lembrada, entre as máquinas que estendem e complementam a musculatura, a força física (máquinas industriais, retratadas e ridicularizadas no filme *Tempos modernos*, de Chaplin, ainda presentes nas fábricas robotizadas), e aquelas que estendem a sensorialidade e a capacidade mental humanas, pois são essas que conduziram os roteiros que hoje desembocam no ChatGPT e nos alaridos que ele tem provocado.

As máquinas sensórias são máquinas comunicantes. Começaram com a câmera fotográfica e com os impactos que causou em seus contemporâneos. Há dois textos que fugiram ao lugar comum das euforias ou disforias e, por isso mesmo, tornaram-se antológicos. O texto de W. Benjamin (1975) sobre a “era da reprodutibilidade técnica”, pela ruptura que provocou nos valores de criatividade acalentados no passado, e o texto de V. Flusser (1985) sobre a “filosofia da caixa preta”. Bem fez Flusser em abandonar a noção de máquina por sua engenhosa

concepção de aparelho. De fato, a gramofone, fotografia, cinema, rádio e televisão não cabem a ideia de máquina. A sofisticação tecnológica que os constitui está pautada no fato de que internalizaram técnica e funções de nossos órgãos sensórios, estendendo, ou melhor, expandindo essas funções para além dos nossos corpos. Está aí a noção de McLuhan (1969) dos meios de comunicação como extensões do humano, em especial da televisão como extensão do sistema nervoso central. Mais do que isso, ao estenderem nossos órgãos perceptivos, criam ambientes, ou melhor, ecologias socioculturais e políticas próprias.

Justamente quando a televisão estava no auge de sua popularidade, nas décadas de 1950 e 1960, o computador já estava dando início à sua escalabilidade. Começou na forma de enormes equipamentos que regurgitavam cartões perfurados, o que propiciava chamá-lo de máquina, uma caixa preta cujos segredos só eram acessíveis aos analistas de sistemas e outros especialistas. Não demorou para que ele adquirisse feições mais familiares, ao entrar em nossas casas com o nome de “computador pessoal” e, sem muita demora, transformar-se em um aparelho comunicante, uma mídia de todas as mídias, conectando usuários pelo planeta de ponta a ponta. Desafortunadamente, não obstante todas as operações inteligentes dentro dele, invisíveis ao usuário, tais como protocolos, com suas regras e padrões compoem uma linguagem universal, mesmo suas interfaces interativas permitindo acesso, remessa e trocas de mensagens e arquivos, apesar da linguagem hipermídia constitutiva das redes, tudo isso passou a ser concebido meramente como recurso. Nessa forma depreciativa, produziu-se um hiato, uma quarta modalidade de descontinuidade entre a inteligência humana e a inteligência computacional, como se softwares, conexões entre hardwares e softwares e algoritmos fossem simples operações mecânicas incapazes de colocar em questão a supremacia e exclusividade da inteligência humana.

Tais condições estrategicamente separatistas em defesa do narcisismo não deixaram de existir nem mesmo quando o smartphone chegou às nossas mãos, trazendo um dilúvio de telas povoadas de linguagens dos mais distintos gêneros e espécies, tudo junto e ao mesmo tempo, sob o comando de plataformas e aplicativos com os quais muito rapidamente aprendemos a interagir. Diante disso, para a manutenção do protecionismo da autoestima humana, a solução encontrada encontra-se na afirmação de que a ferramenta funciona porque ela é feita por humanos, programada por humanos, não restando a ela nenhum agenciamento e inteligência própria.

Entretanto, há pouco mais de dez anos, uma nova visitante penetrou na cena da cultura: a inteligência artificial. Para começar o nome “inteligência” parece ofensivo à manutenção da dose necessária ao narcisismo. Portanto, em prol da defesa da quarta descontinuidade, abundam afirmações de que o nome não passa de um equívoco a ser corrigido, pois a inteligência artificial não é inteligente. Certamente, as afirmações não explicitam como a inteligência é entendida

(existem dezenas de definições de inteligência), mantendo como retaguarda o resguardo da exclusividade da inteligência humana. Uma exclusividade que não se deixa abalar nem mesmo pelo fato de que agora os algoritmos não são mais os mesmos, de que são treinados para “aprender” e de que suas performances se desenvolvem em redes neurais que mimetizam as redes neuronais do nosso cérebro em camadas de operações estatísticas complicadíssimas.

Mesmo que se considere a ausência de consenso sobre as necessárias diferenciações entre os conceitos de inteligência, consciência, mente, pensamento e outros afins, não é difícil detectar a ação da quarta descontinuidade por trás da peremptória certeza com que se proclama que a IA não é inteligente. Entretanto, recentemente as sociedades foram abaladas pela entrada do ChatGPT diretamente na vida das pessoas, uma entrada abrupta aos usuários não-especialistas, mas cultivada nos roteiros de pesquisadores. É tal o alarido que essa nova personagem da IA está provocando que nos levou a levantar a hipótese de que ela se apresenta decididamente como um quarto golpe desferido contra a protegida autoestima humana, constituindo-se como a “quarta ferida narcísica”, visto que se insere no reduto mais diferencial e profundamente humano: nossa capacidade linguística e as habilidades para a conversação e para o diálogo. Os dados estão lançados. Como os seres humanos entrarão no jogo e que competências e estratégias irão se desempenhar só o tempo poderá dizer. ■

REFERÊNCIAS

- Alpaydin, E. (2016). *Machine learning*. MIT Press.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, Trad.). Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Zahar.
- Benjamin, W. (1975). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In W. Benjamin, T. W. Adorno, J. Habermas & M. Horkheimer (Orgs.), *Textos escolhidos* (pp. 9-34). Victor Civita.
- Berman, M. (1983). *All that is solid melts into air: The experience of modernity*. Verso.
- Bengio, Y., Courville, A., & Goodfellow, I. (2016). *Deep learning*. MIT Press.
- Bengio, Y., Courville, A., Goodfellow, I. J., Mirza, M., Pouget-Abadie, J., Ozair, S., Warde-Farley, D., & Xu, B. (2014). Generative adversarial network. *arXiv*. <https://arxiv.org/abs/1406.2661>
- Bruner, J. (1956). Freud and the image of man. *Partisan Review*, 23(3), 340-347.
- Chiriatti, M., & Floridi, L. (2020). GPT-3: Its nature, scope, limits, and consequences. *Journal for Artificial Intelligence*, 30(4), 681-694. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11023-020-09548-1>

- Davenport, T. H., & Mittal, N. (2022, 14 de novembro). How generative AI is changing creative work. *Harvard Business Review*. <https://hbr.org/2022/11/how-generative-ai-is-changing-creative-work>
- Flusser, V. (1985). *Filosofia da caixa preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia*. Hucitec.
- Freud, S. (1996a). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 17. Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)*. Imago.
- Freud, S. (1996b). Introdução ao narcisismo. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 15. Conferências introdutórias sobre psicanálise (partes I e II) (1915-1916)*. Imago.
- Freud, S. (1996c). Além do princípio de prazer. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. 18. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Imago.
- Gagliardi, C. (2022, 16 de dezembro). Os protestos contra o uso da inteligência artificial na arte. *Nexo*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/12/16/Os-protestos-contr-a-0-uso-de-intelig%C3%Aancia-artificial-na-arte>
- Garrido-Merchán, E. C., & Gozalo-Brizuela, R. (2023). ChatGPT is not all you need: A state of the art review of large generative AI models. *arXiv.org*. . <https://doi.org/10.48550/arXiv.2301.04655>
- Griffith, E., & Metz, C. (2023, 7 de janeiro). A new area of A.I. booms, even amid the tech gloom. *New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/01/07/technology/generative-ai-chatgpt-investments.html>
- Harari, Y., Harris, T., Raskin, A. (2023, 28 de março). Humanidade precisa dominar IA antes que ela nos domine. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/03/humanidade-precisa-dominar-ia-antes-que-ela-nos-domine.shtml>
- Huttenlocher, D., Kissinger, H., & Schmidt, E.. (2023, 24 de fevereiro). ChatGPT heralds an intellectual revolution. *Wall Street Journal*. <https://archive.is/2023.02.25-062924/https://www.wsj.com/amp/articles/chatgpt-heralds-an-intellectual-revolution-enlightenment-artificial-intelligence-homo-technicus-technology-cognition-morality-philosophy-774331c6#selection-133.5-631.61>
- Kaufman, D. (2022a, 19 de agosto). A linguagem natural dos humanos e a linguagem matemática das máquinas. *Época Negócios*. <https://epocanegocios.globo.com/colunas/IAgora/noticia/2022/08/linguagem-natural-dos-humanos-e-linguagem-matematica-das-maquinas.html>
- Kaufman, D. (2022b). *Desmistificando a inteligência artificial*. Autêntica.
- Kaufman, D. (2023, 6 de janeiro). As limitações da sensação tecnológica de 2023: o ChatGPT. *Época Negócios*. <https://epocanegocios.globo.com/colunas/>

- iagora/coluna/2023/01/as-limitacoes-da-sensacao-tecnologica-de-2023-o-chatgpt.ghtml
- Klein, E. (2023, 26 de fevereiro). The imminent danger of A.I. is one we're not talking about. *New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/02/26/opinion/microsoft-bing-sydney-artificial-intelligence.html>
- Kouw, M., Schomaker, L., & Zant, T. (2013). Generative Artificial Intelligence. In Müller, V. (Series Ed.). *Studies in applied philosophy, epistemology and rational ethics: Vol. 5. Philosophy and theory of artificial intelligence* (pp. 107-120). https://doi.org/10.1007/978-3-642-31674-6_8
- Mazlish, B. (1993). *The fourth discontinuity: The co-evolution of humans and machines*. Yale University Press.
- McLuhan, M. (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem* (D. Pignatari, Trad.), Cultrix.
- BUTTERICK, M. (2023, 14 de janeiro). Class action filed against Stability AI, Midjourney, and DeviantArt for DMCA violations, right of publicity violations, unlawful competition, breach of TOS. *Business Insider*. <https://markets.businessinsider.com/news/stocks/class-action-filed-against-stability-ai-midjourney-and-deviantart-for-dmca-violations-right-of-publicity-violations-unlawful-competition-breach-of-tos-1032018572>
- Santaella, L. (2021). *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. Cengage Learning.
- Sloterdijk, P. (2006). *Esferas III: Espumas – Esferología plural* (I. Reguera, Trad.). Ediciones Siruela.
- Uszkoreit, J. (2017, 31 de agosto). Transformer: A novel neural network architecture for language understanding. *Google*. <https://ai.googleblog.com/2017/08/transformer-novel-neural-network.html>
- Vincent, J. (2022, 1º de setembro). An AI-generated artwork's state fair victory fuels arguments over 'what art is'. *The Verge*. <https://www.theverge.com/2022/9/1/23332684/ai-generated-artwork-wins-state-fair-competition-colorado>
- Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (M. I. Q. F. Szmrecsányi & T. J. M. K. Szmrecsányi, Trans.). Pioneira.
- Wolfran, S. (2023, 14 de fevereiro). What Is ChatGPT Doing...and Why Does It Work? *Stephen Wolfram Writings*. <https://writings.stephenwolfram.com/2023/02/what-is-chatgpt-doing-and-why-does-it-work/>

Artigo recebido em 20 de abril de 2023 e aprovado em 5 de março de 2024.

Públicos digitais, contestação digital: Uma nova transformação estrutural da esfera pública?^a

Digital publics, digital contestation: A new structural change of the public sphere?

ROBIN CELIKATES^b

Universidade Livre de Berlim, Filosofia Social. Berlim, Alemanha

RESUMO

Neste artigo, o autor aborda a questão da digitalização da esfera pública a partir das transformações dos métodos de confrontação, incluindo a desobediência civil. Ao olhar mais de perto algumas das características estruturais da digitalização, busca enfrentar os problemas conceituais, normativos e políticos levantados por ela. Dentro do limitado espaço desta contribuição, no entanto, as seguintes reflexões só poderão ser provisórias, servindo apenas como preliminares para discussões futuras.

Palavras-chave: Esfera pública, públicos digitais, digitalização, ativismo digital, desobediência civil digital.

ABSTRACT

This study addresses the issue of the digitalization of the public sphere and of methods of contention, including civil disobedience. By looking more closely to some of the structural characteristics of digitalization, it aims to face the conceptual, normative, and political problems raised by it. However, within the limited space of this contribution, the following reflections could only be tentative and serve only as future discussions.

Keywords: Public sphere, digital publics, digitalization, digital activism, digital civil disobedience.

^aTrata-se de versão traduzida pela empresa Discovery Serviços Profissionais LTDA, com revisão e atualização por Vitor Blotta, do original em inglês "Digital Publics, digital contestation: a new structural change of the public sphere?", originalmente publicado em Celikates, R., Kreide, R., & Wesche, T. (eds.) (2015), *Transformations of Democracy. Crisis, protest and legitimization* (pp. 159-176). Mayland: Rowman and Littlefield.

^bProfessor de Filosofia Social na Universidade Livre de Berlim e codiretor do Centro de Humanidades e Mudança Social da Universidade Humboldt. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7227-7349>. E-mail: robin.celikates@fu-berlin.de

AS NOÇÕES DE PUBLICIDADE e da esfera pública combinam elementos descritivos-analíticos e normativos-avaliativos da mesma forma que conceitos de democracia e sociedade civil, tornando-os essencialmente contestáveis e, de fato, sendo continuamente contestados em debates teóricos e políticos. Pelo menos no pensamento político ocidental convencional, no entanto, parece haver algum consenso sobre a forte e até constitutiva interdependência entre essas diferentes noções: é difícil imaginar uma democracia sem uma sociedade civil e uma esfera pública mediando a sociedade e as instituições políticas no sentido mais estrito. E é igualmente difícil imaginar uma esfera pública que não dependa de fortes laços com a sociedade civil, por um lado, e instituições democráticas, por outro. Embora isso também possa ser um sinal da estreiteza histórica e cultural de nossa imaginação, no que se segue usarei esse entendimento particular como meu ponto de partida¹.

¹ Para uma gama mais ampla de pontos de vista, veja as contribuições para o primeiro volume do Anuário para filosofia oriental e ocidental, em 2015, sobre o tema "Publicidade e Esfera Pública".

O termo alemão *Öffentlichkeit* reúne o que em português pode ser dividido como "a esfera pública" – ou seja, a esfera em que a opinião pública é formada por meio de discursos públicos e deliberações – e "o público" – ou seja, a totalidade desses atores participando diretamente dos processos de formação da opinião pública. Embora possam parecer principalmente sociológicos à primeira vista, essas noções rapidamente revelam sua dimensão normativa, especialmente quando estão sendo usadas para se referir a formas discursivas de troca de argumentos e informações inclusivas e não restritas por assimetrias de poder social, econômico ou político, como desigual acesso à educação, dinheiro ou voz política (por exemplo, através do poder de mídia). Além disso, essa compreensão normativamente substancial do discurso público pressupõe tanto a mídia e as arenas de comunicação como relativamente independentes da influência estatal e corporativa, quanto formas de interação comunicativa que não se reduzem às orientações estratégicas de ação e que não são distorcidas por tentativas de manipular a formação da opinião pública.

Nesse sentido mais normativo, articulado mais sistematicamente no trabalho de Jürgen Habermas (2014), a esfera pública é o fórum em que questões que são públicas, no sentido de atinentes a todos (isto é, todos os cidadãos), e que merecem a atenção pública sustentada devem ser discutidas de forma racional. No entanto, se até mesmo um olhar superficial sobre as esferas públicas de fato existentes revela que o que conta como questão pública, como cidadão ou como uma maneira racional de discutir são elas mesmas perguntas para o debate público, questões de contestação e lutas pela hegemonia, e seu estudo requerem um modo mais sociológico de teorização e análise, somado à perspectiva normativa (Kreide, 2015).

Nesse contexto, a esfera pública passou a ser vista no pensamento político ocidental como um componente essencial de qualquer sistema político

democrático: sua tarefa é mediar entre a sociedade civil e instituições políticas formais através de fronteiras que raramente são tão claramente demarcadas, como a teoria sugere, certificando-se de que problemas, informações e argumentos que foram definidos, com sucesso, como relevantes sejam alimentados no sistema político. Mais uma vez, isso mostra que a sociedade civil e a esfera pública dependem mutuamente uma da outra: enquanto a esfera pública só pode ser tão vital quanto a sociedade civil em que está fundamentada, a sociedade civil só poderá efetivamente influenciar a política formal e seus procedimentos legais, que levem a decisões coletivamente vinculantes, na medida em que haja uma esfera pública em funcionamento. Essa interdependência mútua levou Habermas a argumentar proeminentemente que a esfera pública desempenha um papel que é funcional e normativamente constitutivo para o sistema político como um todo. Segundo ele, ela pode ser vista como uma espécie de “sistema de tratamento de esgoto discursivo” (*diskursive Kläranlage*), mediando as formas essencialmente anárquicas e espontâneas da formação da opinião e da vontade no mundo da vida não institucionalizadas e nas esferas públicas formais, especialmente nas instituições estatais, de modo que elas aumentem a racionalidade e a legitimidade desses processos e seus resultados (Habermas, 1996; 2006).

No entanto, em muitas sociedades esse elo parece estar quebrado hoje (se alguma vez esteve intacto). Não só as sociedades civis existentes e as esferas públicas são atormentadas por assimetrias de poder, dinâmicas irracionais, manipulações populistas, estatais e corporativas, e tendências regressivas, mas, mesmo em democracias representativas relativamente estáveis, as instituições políticas formais parecem cada vez mais desacopladas e imunes a impulsos e demandas da sociedade civil e da opinião pública, que são articuladas de baixo para cima. Essas tendências assumiram um caráter estrutural – ou seja, longe de serem apenas características locais e contingentes de como as esferas públicas operam hoje, elas parecem ter se tornado características intrínsecas que não podem ser facilmente desembaraçadas do próprio funcionamento dessas esferas.

Isso, é claro, não será novidade para os leitores dos primórdios de Habermas. Já em seu clássico *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962/2014, Habermas traçou o declínio do debate público, supostamente governado pela “força não forçada do melhor argumento”, sob a pressão combinada da cultura e da mídia de massa, que gradualmente transformou um público arrazoadado em uma massa de consumidores passivos (Habermas, 2014). Como os críticos apontaram, a narrativa de declínio de Habermas parece pressupor uma versão altamente idealizada do debate público e do público “arrazoadado” – que na verdade estava fragmentado por classe, gênero e dominação racial – e negligenciar o significado político de uma multiplicidade de esferas públicas subalternas, não oficiais e contra

públicas (Habermas, 2014). No entanto, sua análise crítica de um público agora formado, principalmente, por consumidores que são os objetos, e não os sujeitos, de processos de despolitização, comercialização, manipulação política e refeudalização parece não ter perdido nada de sua relevância. De fato, esses processos continuam a minar as reivindicações gêmeas à legitimidade normativa e à eficácia funcional, ainda associadas ao ideal clássico da esfera pública (Fraser, 2007).

O próprio Habermas atualizou, em 2006, sua análise inicial, perguntando se a democracia ainda tem uma dimensão epistêmica. Mais uma vez, sua resposta está longe de ser um “sim” incondicional. Embora não seja impossível conceituar as condições empíricas para a realização do ideal da democracia deliberativa e para a noção relativamente exigente da esfera pública (ou melhor: a unidade precária de uma rede descentralizada de esferas públicas), Habermas aponta para o que ele chama de “patologias da comunicação política” e os obstáculos estruturais que estão no caminho de tal realização (Habermas, 2006, pp. 420-423). Esses assumem principalmente duas formas: 1) uma “desdiferenciação temporária”, que mina a independência do sistema de mídia a partir da interferência do Estado e interesses corporativos; e 2) uma falta sistemática de feedback entre o sistema de mídia e uma sociedade civil cada vez mais passiva, causada pela exclusão e privação social e cultural, bem como pela “colonização” da esfera pública por imperativos de mercado e interesses corporativos. Nessas condições, a pseudo comunicação, latentemente estratégica, tende a substituir a ação comunicativa genuína.

É importante, no entanto, não subestimar o problema das forças estruturais de “colonização” identificadas por Habermas, individualizando-as e reduzindo a pseudo comunicação a uma estratégia manipuladora que os indivíduos empregam para obterem vantagem comparativa: o problema real é a “comunicação sistematicamente distorcida”, irreduzível às orientações individuais de ação, uma vez que é sistêmica no duplo sentido de “estrutural” e “estar enraizada no sistema” (em vez de no mundo da vida real) (Celikates, 2010; Kreide, 2015).

Assim, em *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas descreve as correspondentes “restrições sistêmicas à comunicação” como uma forma de “... *violência estrutural* que, sem se manifestar como tal, toma conta das formas de intersubjetividade e de entendimento possível” (Habermas, 1987, p. 187, grifo original). Uma das implicações políticas desse diagnóstico parece ser que as democracias atuais – com seus sistemas administrativos fazendo parte do “sistema” e se tornando cada vez mais insensíveis aos impulsos do mundo da vida real – sofrem de déficits democráticos sistemáticos e estruturais que não são muito propensos a tratamento efetivo dentro do quadro institucional existente, ou aos tradicionais canais formais de participação política (como votar, escrever cartas ao seu membro do parlamento ou se juntar a um partido).

Diagnósticos similares – embora muito menos teoricamente sofisticados – foram apresentados por outros, incluindo autores proeminentes como Colin Crouch (2004), que argumenta que vivemos em tempos “pós-democráticos”, caracterizados pela colonização do sistema político por interesses privados e imperativos econômicos, redução dos cidadãos a consumidores e substituição do debate público por tentativas personalizadas e manipuladoras de gerar lealdade e consentimento. O que quer que pensemos dos detalhes desses diagnósticos, eles radicalmente colocam em questão tanto a reivindicação da legitimidade normativa da esfera pública – por exemplo, em termos de quem tem acesso e o que é discutido – quanto a reivindicação de sua eficácia funcional em relação ao sistema político formal.

O PAPEL EPISTÊMICO E POLÍTICO DO CONFRONTO POLÍTICO

Nesse contexto, a relação entre democracia, esfera pública e contestação/confronto² político ganha um destaque particular. Longe de representar um perigo para a democracia, várias formas de confronto político ou contestação – aqui usada no sentido amplo, introduzido por Charles Tilly como formas multifacetadas de usar práticas disruptivas para articular reivindicações políticas como manifestações, greves, tumultos ou desobediência civil (Tilly & Tarrow, 2007, pp. 4-6) – podem ser vistas como vitais para revigorar o que resta das energias políticas anárquicas da esfera pública, empurrando ou “encorajando” as instituições a prestarem mais atenção aos pontos de vista e às demandas articuladas pela grande variedade de atores mais ou menos organizados na esfera pública.

Antes de me voltar para a digitalização da esfera pública e o ativismo digital como uma nova forma particularmente interessante que o confronto político desenvolveu recentemente, são necessárias algumas observações mais gerais sobre a ligação entre o confronto e a democracia que eu acabei de evocar. O primeiro apontamento a se fazer é essencialmente pragmático: uma ênfase excessiva no consenso, conformismo e oportunismo em nome da estabilidade pode infligir custos extremamente altos para uma sociedade, enquanto a dissidência desempenha um papel importante para iniciar e sustentar o progresso social e os processos de aprendizagem. Seguindo a maioria, adaptando nosso comportamento a ela e, assim, silenciando-nos como indivíduos ou grupos minoritários, retemos da sociedade informações importantes sobre o que sabemos, queremos e acreditamos, individual e coletivamente. Do ponto de vista democrático, isso é obviamente um problema, uma vez que a democracia é precisamente sobre o que os cidadãos querem, cada um deles e todos eles juntos.

² Nota do revisor: Optamos por traduzir o termo “contention” por “confronto”, seguindo as traduções de obras de autores ligados à teoria do confronto político, como “Para Mapear o Confronto Político”, de Tarrow, Tilly e McAdam publicado na revista *Lua Nova* (n. 76, p. 11-48, tradução de Ana Maria Sallum, 2009), uma vez que o sentido atribuído à “contention” nessa linha está ligado às confrontações de atores e movimentos sociais com os poderes estabelecidos. Deixamos o termo “contestação” para a tradução de “contestation”, enquanto a cognata “contenda” nos parece uma disputa mais situada e menos tensa do que “confronto”. (V. B.)

³ Para uma análise mais detalhada e evidências empíricas, consulte Susteain (2003).

No entanto, também é problemático porque leva a processos e resultados abaixo do ideal no enfrentamento dos desafios sociais e políticos. Estudos empíricos indicam que grupos sociais em que aqueles que possuem opiniões minoritárias são punidos são os mesmos em que o conformismo é muito menos valorizado de acordo com seus próprios padrões de sucesso. Em empresas, instituições políticas e tribunais, tais tendências aumentam a probabilidade daquilo que são decisões consideradas erradas novamente, de acordo com os padrões dessas organizações³. Num argumento essencialmente relacionado, Amartya Sen mostrou em um famoso estudo que a fome não ocorre em democracias porque a informação está livremente disponível, o protesto é possível e até mesmo encorajado, e o público pode pressionar o governo a reconhecer o problema e fazer algo sobre ele (Sen, 1981).

Mesmo em sistemas políticos que se apresentam como democráticos, indivíduos e grupos que expressam opiniões dissidentes são muitas vezes retratados como contra o interesse da comunidade – e até mesmo como traidores. No entanto, na realidade são os conformistas que estão, por motivações muitas vezes egoístas, agindo contra o interesse da comunidade ao permanecerem em silêncio, mesmo que a comunidade esteja prestes a tomar uma decisão ruim de acordo com seus próprios padrões (ou aqueles aceitos pela maioria). A autocensura é uma estratégia individualmente racional quando os custos de desvio são muito altos – ou seja, quando os dissidentes enfrentam severas sanções sociais ou até mesmo legais. É fácil de ver como uma estratégia individualmente racional pode, nesses casos, levar a um desfecho coletivamente irracional. Se as opiniões que não são expressas estão corretas ou apontam para problemas graves, o dano causado é mais óbvio. Mas mesmo que estejam apenas parcialmente certos ou claramente falsos e enganosos, os membros da maioria perdem a oportunidade de desenvolverem um quadro mais amplo e chegarem a uma melhor compreensão e justificativa de suas próprias opiniões, defendendo-as contra os outros em um debate público aberto. Isso, é claro, resume em essência o famoso argumento de John Stuart Mill em favor da liberdade de expressão, que repousa em três reivindicações: que podemos ser falsos, que mesmo opiniões falsas podem conter verdades parciais, e que há um perigo constante de se decair no dogmatismo (Mill, 1989, cap. 2). Portanto, o argumento de Mill pode também ser reformulado – e radicalizado – para a importância de uma esfera pública aberta, vibrante e controversa.

O fenômeno pelo qual grupos, especialmente depois de terem assegurado poder institucionalizado, resistem a esse tipo de questionamento, agarrando-se às suas formas estabelecidas de pensar e agir e submetendo, assim, os “primeiros a

se mexerem”, os “denunciantes” e outros dissidentes a custos especialmente altos, pode ser entendido como uma forma de conservadorismo coletivo. As instituições políticas e da sociedade civil têm de encontrar uma escapatória desse beco sem saída, criando contextos institucionais e esferas públicas alternativas que *favoreçam* a expressão de opiniões dissidentes. Basear-se em supostas “opiniões de especialistas” e no que a visão da maioria parece exigir pode levar à supressão de controvérsias potencialmente produtivas e, assim, tornar impossível considerar, ou mesmo perceber, enquadramentos alternativos do problema e de potenciais soluções. Nesses casos, mesmo uma voz dissidente já pode fazer uma enorme diferença e ter uma espécie de efeito de abertura de mundo, com isso potencialmente transformando os termos do debate político.

Claro, nem toda forma de dissidência e desvio é boa ou leva a controvérsias produtivas ou a processos de aprendizagem. Mas, na maioria dos casos, aqueles no poder parecem estar numa posição particularmente ruim (politicamente, mas também em termos epistêmicos) para avaliar a razoabilidade das opiniões dissidentes (Frederick Schauer chama isso de “argumento da incompetência governamental”) (Schauer, 1982, p. 86). Desse ponto de vista – que é ao mesmo tempo pragmático e principiológico – deve haver, portanto, uma espécie de presunção em favor do confronto. Isso pode soar mais radical do que realmente é. Como o sociólogo alemão Niklas Luhmann – ele mesmo certamente não um radical político – aponta em relação ao movimento ambientalista alemão nas décadas de 1970 e 1980, o protesto tem uma função epistêmica e social que pode trazer um aumento da estabilidade no final, compensando déficits de reflexividade e pontos cegos dos sistemas sociais (por exemplo, o sistema político com seu foco em corridas eleitorais) que mascaram problemas (como a poluição ambiental) para os quais estão mal equipados até mesmo para detectar e enquadrar, quanto para menos abordar.

A reflexão do protestar faz algo que não ocorre em nenhum outro lugar. Ele defende um assunto que nenhum dos sistemas funcionais, nem a política nem a economia, nem a religião, nem a educação, nem ciência e nem direito reconheceriam como seus próprios. Ela impugna as autodescrições produzidas pela razão sobre a primazia da diferenciação funcional dentro dos sistemas funcionais. Ela compensa as inadequações manifestas da sociedade moderna para a reflexão – não por fazê-lo melhor, mas sim de forma diferente. (Luhmann, 2002, pp. 142-143)

De um ponto de vista mais radical, um argumento muito semelhante foi apresentado por Costas Douzinas:

Os movimentos sociais assumiram literalmente o papel do ‘intelectual coletivo’ da população trabalhadora: eles desenvolvem suas políticas e decidem suas ações através de amplas consultas e debates on-line e presenciais. Eles colocam dentro de práticas políticas habilidades, aptidões e redes que as pessoas têm que aprender a usar para o seu trabalho diário. Nesse sentido, os movimentos sociopolíticos têm visões muito mais avançadas e precisas das queixas populares e possíveis soluções do que os partidos políticos que necessariamente se concentram na política parlamentar e nas instituições estatais. (Douzinas, 2015, p. 80)

Mais especificamente, o valor democrático e deliberativo da confrontação (por exemplo, na forma de desobediência civil) pode ser visto nos seguintes efeitos que regularmente produz:

- Iniciar e reabrir a deliberação, especialmente quando os cidadãos se deparam com “falhas do governo para debater ou implementar importantes opções de políticas, nas quais a discussão ou implementação dessas opções é obstruída pelo fenômeno da inércia deliberativa” (Smith, 2013, p. 9);
- Ampliar a participação e a representação (especialmente daqueles que são afetados, mas excluídos ou marginalizados);
- Disseminar informações, pontos de vista e argumentos (e, assim, aumentar a publicidade), de forma a contornar os vieses estruturais da mídia hegemônica;
- Estimular a imaginação de possibilidades alternativas, também contra discursos, vocabulários e imaginários hegemônicos ou ideológicos; e Forçar a ação, decisões e resultados quando as instituições sofrem de inércia política (Young, 2001; Dupuis-Déri, 2007).

É importante notar que a confrontação pode ter esses efeitos transformadores precisamente em virtude de ser uma forma extra institucional de prática política, tendo seu potencial democrático e democratizador sido enfatizado por teóricos desde Hannah Arendt via Jürgen Habermas até James Tully (Arendt, 1972; Celikates, 2014; Smith, 2013). Essas formas episódicas, informais e extra, ou mesmo anti-institucionais de ação política permitem aos cidadãos (e até, ou talvez também especialmente, aqueles que são excluídos desse status, como “migrantes irregulares” e “*sans papiers*” [Balibar, 1996; Jansen et al, 2014]) protestarem e participarem quando – como é frequentemente o caso também em democracias representativas relativamente bem funcionais – os canais institucionais oficiais e regulares de ação e comunicação são fechados a eles ou são ineficazes em fazer com que suas reivindicações e objeções de sejam recepcionadas (este, é claro, também é um ponto pelo menos parcialmente reconhecido na tradição liberal, como na discussão de John Rawls sobre a

desobediência civil [Rawls, 1971, pp. 55-59]). Além disso, como vimos, essas instituições e canais são não só muitas vezes limitados, mas também se revelam assim, de modo que tornam impossível, ou pelo menos difícil para os cidadãos, abordarem esses limites – nesses casos, elas próprias se tornam obstáculos à ação democrática.

Contra esse pano de fundo, a confrontação política pode funcionar como um corretivo para os déficits democráticos que parecem ser parte estrutural dos Estados liberais atualmente existentes. Ela pode permitir a participação aonde essa está bloqueada e não potencializada por processos políticos institucionalizados. Nesses casos, os cidadãos devem procurar formas alternativas de “contestar bloqueios discursivos que inibem o bom funcionamento da esfera pública” (Smith, 2013, p. 60). Isso muitas vezes envolverá a busca de alternativas aos canais da esfera pública tradicional. A confrontação política, em suas diferentes variedades, tem, portanto, um lugar constante na democracia, não simplesmente como uma resposta transitória em circunstâncias extremas e excepcionais, mas também enquanto parte integrante de qualquer sociedade democrática complexa, sendo necessária diante dos defeitos institucionais constitutivos da última.

ATIVISMO DIGITAL E SEUS PROBLEMAS

Nos últimos anos, a ascensão da internet tanto como ferramenta de ação política quanto como um espaço politicamente contestado, mais especificamente de ativismo online e especialmente na forma de vazamento (pense no Wikileaks) e “hacktivismo” (pense no Anonymous), colocou na agenda de teóricos profissões aplicadas à questão da digitalização da esfera pública e dos métodos de confrontação, incluindo a desobediência civil. Embora os estudos de mídia e internet tenham mostrado um grande interesse – também teoricamente inspirado – nesses desenvolvimentos (Mickle, 2010; George, 2012, 2013; Lovink, 2011), e grupos ativistas também tenham trazido tentativas próprias de teorizar sua prática (Critical Art Ensemble, 1996; Dominguez, 2008), os filósofos ainda não abordaram adequadamente as questões conceituais e normativas levantadas pelo processo de digitalização e as novas formas de participação e contestação (cada vez mais transnacionais), que exploram as oportunidades tecnológicas em rápida expansão, mas também respondem a algumas das novas possibilidades de abuso de poder que a internet abre.

Mesmo que o entusiasmo – ou pânico – com o qual essas novas possibilidades se realizam se deva, muitas vezes, a uma visão exagerada do que são a digitalização da esfera pública em geral e a confrontação política em particular (Morozov, 2013), seria um erro subestimar o potencial transformador do deslocamento de formas

offline para online de interação comunicativa e ação política. Esse deslocamento expande massivamente o “repertório de confrontação” (Tilly, 2007, p. 16-17) que, no caso do ativismo digital, abrange uma ampla gama de formas, desde as relativamente moderadas, como blogs, quadros de avisos e petições online, até as relativamente confrontantes e disruptivas, como ações distribuídas de negação de serviço (DDoS) ou “ataques” que, muitas vezes, também são referidos como bloqueios virtuais ou *sit-ins* (Sauter, 2014). Dada a complexa nova paisagem da esfera pública digitalizada, parece prematuro e unilateral idealizar esses novos desenvolvimentos como uma espécie de *Deus ex-machina* que salvará a esfera pública democrática, ou irá vilificá-la como o último prego no caixão desse ideal. Em vez disso, parece aconselhável primeiro olhar mais de perto algumas das características estruturais da digitalização e, em seguida, abordar alguns dos problemas conceituais, normativos e políticos que lhes dão origem. Dentro do espaço limitado dessa contribuição, no entanto, as seguintes reflexões só podem ser muito provisórias e servir como preliminares para discussões futuras.

Claro, a digitalização da esfera pública se refere a uma tendência mais geral – ou seja, o papel cada vez mais proeminente da internet em geral, da Web 2.0 e, em particular, das mídias sociais como ferramentas para produzir espaços públicos de participação para debates públicos que transcendam os limites tradicionais (linguísticos, culturais, espaciais etc.) da esfera pública, para disseminar informações, para organizar a mobilização e a captação de recursos, e para sustentar movimentos e coordenar ação política coletiva. Essa é uma tendência importante e já levou a mudanças significativas na forma como o debate público e a ação política se organizam. Falar de uma nova era de “democracia na internet” ou de “revoluções” do Facebook e Twitter, como no caso da chamada Primavera Árabe (outra metáfora problemática), no entanto, é altamente enganoso, porque minimiza a importância do offline na nova intersecção de formas online e offline de participação política e mobilização, especialmente em manter protestos após a fase de início. Ainda assim, as mídias sociais passaram a desempenhar um papel crucial em “coreografar” a ação coletiva, e sua interação com, e mediação de formas emergentes de reuniões públicas e, em particular, os *sit-ins* em massa, que se tornaram a marca registrada dos movimentos populares contemporâneos, são de particular importância para a “construção simbólica do espaço público que facilita e orienta a montagem física de um eleitorado altamente disperso e individualizado” (Gerbaudo, 2012, p. 5).

Antes de nos voltarmos a casos mais específicos de ativismo digital e algumas das questões que eles parecem estar levantando, novamente algumas observações mais gerais estão na ordem. O que deve ser notado antes de tudo é que, em termos de estrutura, as novas formas de comunicação digital e interação possibilitadas

por novas mídias são, em muitos casos, paralelas às lógicas estruturais dessas mídias em serem horizontais, descentralizadas, transnacionais, sem líder, inclusivas, dinâmicas e em forma de rede. Isso levou alguns observadores a falarem até mesmo de um novo tipo de coletivo em rede ou “ação conectiva”, que é organizada em torno de e por mídias digitais, e é caracterizada por pouca ou somente uma frouxa coordenação organizacional, tornando-a distinta dos protestos mais tradicionais do movimento social (Bennett & Segerberg, 2012; Milan, 2013). Ao longo dessas linhas, também foi sugerido que

[n]ovas tecnologias online permitem mais variedades de formação e suporte de grupos entre indivíduos, mesmo entre alguns dos setores mais marginalizados da sociedade que se preocupam com questões semelhantes, como pessoas com pensamentos semelhantes são mais fáceis de encontrar no ciberespaço . . . fazendo com que seja mais fácil aos cidadãos se envolverem em comunicação cívica direta fora da mídia tradicional e das elites nacionais. (Carty, 2013)

Isso também tem a ver com o fato de que, pelo menos em princípio, o que é relevante na Web 2.0 não é determinado antes da publicação por alguns poucos, como acontece na grande imprensa e na esfera pública tradicional, mas após a publicação pelos próprios usuários (isso, é claro, também é um argumento um tanto idealizador e contrafactual). Em contraste com a divisão estática e fixa dos papéis que caracterizam a esfera pública tradicional, baseada em uma clara diferenciação de funções – uma elite relativamente fechada de jornalistas e “formadores de opinião” com acesso a políticos e meios de comunicação por um lado, e um público relativamente passivo, anônimo e silencioso, por outro – a esfera pública virtual, enquanto não se move completamente além dessas assimetrias, nivela significativamente as hierarquias em questão, permitindo, pelo menos em princípio, a inclusão e a troca entre uma multiplicidade de perspectivas e papéis. Como James Bohman observa, o potencial inovador da comunicação baseada na Web “. . . está não apenas em sua velocidade e escala, mas também em novas formas de endereçamento ou interação: como um modo de comunicação de muitos para muitos, reduziu radicalmente os custos de interação com um público indefinido e potencialmente grande, especialmente no que diz respeito à adoção do papel de orador sem os custos da mídia de massa” (Bohman, 2004, p. 134). É claro, nem todo mundo que articula uma opinião online é ouvido ou tem uma “voz”, e a esfera pública digital desenvolveu suas próprias normas, convenções, hierarquias e filtros. Apesar dessas limitações persistentes, no entanto, é difícil superestimar o significado histórico dessa mudança de paradigma que, pela primeira vez, combina em um meio

as características de massa e interação da mídia, transformando a massa de destinatários em (ao menos potencialmente) usuários ativos (Münker, 2009).

Habermas reconhece esse potencial ao notar que “a internet não só deu origem a surfistas curiosos, mas também reviveu o fenômeno historicamente submerso de um público igualitário de leitores e escritores parceiros de conversa e correspondentes”, mas ele ainda teme que “o surgimento de milhões de ‘salas de bate-papo’ espalhadas pelo mundo e de ‘públicos de assuntos’ em redes globais tendem a fragmentar o enorme público de massa, que na esfera pública é centrado nas mesmas questões ao mesmo tempo, apesar de seu tamanho” (Habermas, 2006, p. 423). A esfera pública virtual fragmentada carece de equivalentes funcionais para as estruturas da esfera pública tradicional que recuperam, selecionam e editam o fluxo de informações descentralizados a partir de uma variedade de públicos mais especializados e de maneira sintetizadora.

Em seu novo livro sobre o tema, *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa* (2023), Habermas atualiza o diagnóstico de uma fragmentação da esfera pública num cenário de predomínio das plataformas digitais. Para ele, a grande promessa de igualdade discursiva desse novo modelo de comunicação política, antes limitada e “regulada em termos de conteúdo” pelas “comportas profissionais” (Habermas, 2023, p. 60) das mídias tradicionais, é abafada por isolamentos de circuitos e grupos cada vez menos abertos ao diferente.

No início parecia que com o formato da nova mídia finalmente estava sendo cumprida a pretensão igualitária e universalista da esfera pública burguesa de incluir todos os cidadãos em igualdade de direitos . . . A nova mídia libertaria os usuários do papel receptivo de destinatários que escolhem entre um número limitado de programas e daria a cada indivíduo a chance de ser ouvido na troca anárquica de opiniões espontâneas. Mas a lava desse potencial simultaneamente antiautoritário e igualitário, que ainda poderia ser sentido no espírito empreendedor californiano dos primeiros anos, logo se petrificou na careta libertária das corporações digitais do Vale do Silício que dominam o mundo. E o potencial organizacional mundial oferecido pela nova mídia serve tanto às redes radicais de direita quanto às corajosas mulheres bielorrussas em seu persistente protesto contra Lukashenko. (Habermas, 2023, p. 61)

Habermas, é claro, não está sozinho em ser cético sobre o potencial político e democrático das esferas públicas digitais. Sem negar que ele identifica um problema aqui, no entanto, deve-se tentar evitar duas inferências problemáticas desse diagnóstico: a primeira consiste em superestimar a importância de uma esfera pública nacional supostamente “unificada” para a própria ideia de uma

esfera pública; e a segunda seria subestimar a capacidade da internet de fornecer um “público de públicos” de uma forma radicalmente diferente de como as esferas públicas tradicionais funcionam (Bohman, 2004, p. 139).

Em geral, parece, portanto, mais adequado falar de uma multiplicidade de esferas públicas – mais ou menos locais, mais ou menos integradas, mais ou menos oficiais e institucionalizadas, e mais ou menos digitalizadas – em vez de uma esfera pública unificada: “A esfera pública, em seu sentido mais familiar, é uma esfera pública composta do conglomerado histórico deste caleidoscópio em constante mudança de diversas esferas públicas” (Tully, 2013, p. 170). Assim, a digitalização não deve ser entendida como um processo uniforme e unidirecional que está transformando uma esfera pública coerente e não digital, mas como uma esfera pública complexa e de um processo de múltiplas camadas que transforma e gera uma variedade de diferentes públicos interligados, e que se cruzam de maneiras que complicam a divisão digital versus não digital.

No contexto dessas tendências mais gerais, podemos também observar o surgimento de variantes mais disruptivas (e muitas vezes ilegalizadas) do ativismo digital que combinam ação eletrônica direta com ações em grande parte simbólicas, muitas vezes recorridas diante de atores políticos ou corporativos cada vez mais indiferentes e poderosos. Esse novo ativismo digital toma, principalmente, duas formas que muitas vezes são confundidas, mas devem ser distinguidas. Por um lado, há ações DDoS (muitas vezes erroneamente chamadas de “ataques”), que significam a negação distribuída de serviço e a tentativa de interromper a disponibilidade de um site ou serviço online, sobrecarregando o servidor com um grande número de solicitações. Exemplos proeminentes dessa tática incluem o antigo aplicativo FloodNet do Electronic Disturbance Theatre, que foi desenvolvido para organizar ações de solidariedade internacionais para a revolta zapatista no México, e as várias campanhas coordenadas, mas altamente descentralizadas, do Anonymous, como a “Operação Vingança” e a “Operação Vingar Assange”, que tinham como alvo sites de várias corporações, como Amazon e PayPal, que haviam parado de processar doações para o Wikileaks.

Por outro lado, existem as diversas práticas geralmente subsumidas sob o termo “hackeamento”, que regularmente são ainda mais divididas em hackeamento *black-hat* (com intenção criminosa) e hackeamento *white-hat* (por razões de segurança), e que muitas vezes, mas nem sempre, destroem, roubam ou modificam os dados ou o código de um site e, assim, o conteúdo exibido. Nesse último caso, ativistas e observadores também falam de “desfiguração do site” e “grafite eletrônico”, exemplos que incluem novamente campanhas do Anonymous, como a invasão do *site* da empresa de segurança HBGary Federal depois desse ter anunciado que havia se infiltrado com sucesso no Anonymous,

ou o coletivo de hackers comunistas turcos RedHack, que desempenhou um papel importante na revolta de Gezi em 2013 e que foi, posteriormente, acusado de ser uma organização terrorista.

Dadas as fortes tendências de uma criminalização geral do ativismo digital (as agências de aplicação da lei e os tribunais têm sido relutantes, no mínimo, em estender a categoria de desobediência civil ao ativismo online), mas também por razões conceituais e normativas, parece importante não perder de vista as diferenças entre as duas categorias muito amplas das ações de DDoS e hackeamento (sem sugerir que um deles é, em geral, menos legítimo ou eficaz do que o outro): bloquear temporariamente o acesso a um site (criando artificialmente tráfego pesado) é algo diferente de alterar a estrutura ou o conteúdo dele (por exemplo, desfigurando-o). Além dessas formas disruptivas de ativismo digital, há, naturalmente, uma série de projetos – como o Projeto Tor – que, em um esforço de auto-organização, visam a construção de infraestruturas alternativas (no caso do Projeto Tor, uma rede de anonimato online construída com a ajuda de ferramentas de criptografia).

Especialmente as formas mais radicais e disruptivas do ativismo digital dão origem a uma série de questões conceituais, normativas e políticas, três das quais gostaria de apontar para o encerramento do artigo.

A primeira diz respeito à questão do anonimato. Os participantes de debates online e ativismo digital muitas vezes permanecem anônimos, e isso é frequentemente visto como uma contradição com os requisitos de publicidade e responsabilização individual apresentados como características essenciais do debate público (e até mesmo da desobediência civil) no mundo offline. Nesse contexto, o anonimato é frequentemente apresentado como um disfarce para ações de vigilantismo, chantagem, roubo de dados, assédio cibernético e vingança. Ele certamente pode desempenhar esse papel, e a comunidade de ativistas digitais não conseguiu levar a sério as formas de violência simbólica online direcionadas especialmente às mulheres por muito tempo, mas esse é apenas um lado da história de como o anonimato online transforma a lógica do debate público e o próprio significado da publicidade. O outro lado da história só vem à tona se reconhecermos que o anonimato também pode funcionar como uma ética crítica, uma estética e uma prática que tem um ponto decididamente político — ou seja, que contesta a demanda universal por identificação e rastreabilidade que estados e corporações buscam impor aos usuários da internet (Coleman, 2013; Sauter, 2014). Apesar de suas origens em *trolling* e em trotes, foi uma conquista duradoura do Anonymous ter colocado na agenda um significado político ao anonimato, de criptografia e liberdade online, de uma forma não facilmente neutralizada pelo discurso do cibercrime, da segurança e do interesse corporativo.

A segunda pergunta começa a partir dessa última observação e diz respeito à questão de seriedade. Muitos observadores se preocupam que a entrada aparentemente baixa e os custos de participação do ativismo na internet levam a uma erosão da seriedade (pessoas engajadas em ações “para o lulz”—ou seja, por uma questão de diversão) e a um fenômeno que passou a ser chamado de *slacktivism* – atividade pseudopolítica que, não envolvendo muito mais do que um clique do *mouse*, não tem impacto sobre os resultados políticos reais, mas só faz seus participantes se sentirem melhor (Morozov, 2013). Suspeita-se até que esse tipo de *Ersatzhandeln* (ou “ação artificial”) afete negativamente a participação política, substituindo “links online fracos” por “fortes laços offline”. Mais uma vez, esse é certamente um lado da história, mas o outro lado é, claramente, que os baixos custos de entrada e participação têm um efeito igualitário de aumentar a abertura e inclusividade da esfera pública virtual, possibilitando a participação, pelo menos em princípio, daqueles que estão geograficamente dispersos, socialmente marginalizados ou politicamente desprivilegiados. De forma relacionada, o fato de que a digitalização da esfera pública também pode criar novas formas de exclusão – pense na divisão digital – pode ser visto como sendo compensado pela reinterpretação radical e redistribuição do capital cultural e político que anda lado a lado com ele e que, novamente, aumenta a inclusividade da esfera pública – em termos de participantes e em termos de tópicos, perspectivas e argumentos.

Deve-se ressaltar também que, como Gabriella Coleman documentou e enfatizou, o ativismo online muitas vezes proporciona uma experiência educativa, contribuindo para uma politização do geek que pode, em última análise, ter efeitos positivos no que diz respeito à participação em atividades offline (Coleman, 2014). O Anonymous novamente fornece uma grande gama de exemplos, com ações que foram organizadas na intersecção do mundo online e offline, como a OpTunisia que foi a primeira parcela das Operações de Liberdade que forneceram apoio de internet e mídia a ativistas na Tunísia, Egito, Líbia e Síria, e ações no mundo offline, como a Operação Inverno Seguro que mobiliza recursos para apoiar os sem-teto. Esse efeito educativo – que levou os participantes do Anonymous de um *trolling* “bobo” ao ativismo “sério”, como em defesa da liberdade de expressão ou contra a injustiça racial – poderia ser enquadrado como atualização de uma observação encontrada nas obras de teóricos da democracia como John Stuart Mill, John Dewey e Carole Pateman, que enfatizaram a experiência educativa e transformadora da participação política. Por essas razões, seria muito fácil interpretar essas formas de ativismo digital simplesmente como variedades de “cidadania boba”.

A pergunta final que eu gostaria de levantar diz respeito à relação entre comunicação linguística e não linguística no contexto do relativamente

“logocêntrico” – ou seja, discurso e argumento centrado – natureza das esferas públicas tradicionais. Muitos comentaristas têm notado a crescente visualização e mediação estética do debate político e, especialmente, do confronto político, bem como a difusão de um vocabulário visual cada vez mais compartilhado através das fronteiras em uma variedade de contextos – do movimento Occupy (pense na onipresente máscara de Guy Fawkes), através do cruzamento entre os protestos na Turquia e no Brasil, ao uso de imagens (muitas vezes manipuladas) no serviço chinês de *microblogging* Sina Weibo, a fim de expor, por exemplo, casos de corrupção entre políticos locais, ou para articular preocupações ecológicas (Poell et al, 2014). Embora seja verdade que esse desenvolvimento já está em andamento em meios de comunicação de massa e esferas públicas mais convencionais, ele adquire uma nova qualidade quando é acoplado com as infraestruturas de mídia mais abertas, horizontais e inclusivas das mídias sociais.

Novas formas de interação entre comunicação linguística e não linguística ilustram bem como discursos e práticas online e offline se unem em esferas públicas sobrepostas e cada vez mais transnacionais, mudando a forma como essas esferas operam e dando origem a uma nova cultura transnacional de contestação. Essa cultura emergente de contestação tem sido especialmente visível no contexto da onda de movimentos de protesto do início da década de 2010, na qual a intersecção da comunicação linguística e não linguística tem desempenhado um papel fundamental na circulação transnacional de imaginários democráticos característicos desse novo tipo de “democracia espacial pública” (Göle, 2013).

Essas observações não são feitas para negar os perigos da fragmentação e polarização de grupo, vandalismo, dominação da elite, auto seleção e o enfraquecimento do engajamento offline, que muitos comentaristas apontam e que têm crescido à medida em que o ciberespaço se torna cada vez mais dominado por oligopólios de grandes corporações digitais, fechadas ao escrutínio político, jornalístico e científico. Devemos questionar se essa nova dominação não indica uma nova transformação da própria estrutura da esfera pública digital ou mesmo do ativismo digital, apropriado atualmente por fenômenos como a desinformação, os discursos de ódio online e o populismo digital (Tumber & Waisbord, 2021). No entanto, dadas as rápidas transformações políticas, os esforços de regulação das plataformas pelo mundo, além das cooperações entre estados, organizações da sociedade civil e universidades para o monitoramento e as denúncias de violações de direitos nos ciberespaços, ainda temos boas razões para pensar que a digitalização mitiga em vez de abastecer alguns desses problemas, pelo menos potencialmente.

Em conclusão, deixe-me voltar ao meu título: O processo de digitalização – o surgimento das esferas públicas digitais e da contenção digital – realmente equivale a uma nova transformação estrutural da esfera pública?⁴ Parece que a resposta

⁴Em 2011, a conferência conjunta das Associações Sociológicas Alemãs, Austríacas e Suíças ocorreu sob o título *The New Structural Transformation of the Public Sphere*. Veja também uma publicação mais recente que inspirou o novo livro de Habermas sobre a esfera pública: *Ein neuer Strukturwandel der Öffentlichkeit?* (Seeliger & Seignani, 2021).

tem que ser um “sim” qualificado, uma vez que a digitalização transformou significativamente as esferas públicas tradicionais e a forma como seus meios de comunicação – do jornalismo investigativo ao entretenimento – funcionam, e também levou, mais importantemente, a esferas públicas de um novo tipo, por assim dizer, em que o acesso, a participação, a interação e seus efeitos políticos são constantemente redefinidos e renegociados, embora não escapem, é claro, de todas as limitações e distorções do discurso público não digital, e também produzam algumas das suas próprias.

Uma lição a tirar desse desenvolvimento é que a transformação estrutural da esfera pública não é simplesmente um processo uniforme, objetivo ou predeterminado que se desenrola pelas nossas costas. Graças à constante “atividade crítica e reflexiva dos cidadãos de colocar em questão, testar a adequação, negociar e modificar as regras, roteiros, papéis e relações dadas das esferas públicas em que atuam” (Tully, 2013, p. 171), esse processo é essencialmente social e político aberto, envolvendo múltiplas arenas e esferas cujas formas e resultados são essencialmente contestados, e que partem de lutas políticas que ocorrem nas esferas públicas no curso de tais contestações. ■

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (1972). Civil disobedience. In H. Arendt, *Crises of the republic* (pp. 49-102). HBC.
- Balibar, E. (1996). What We Owe to the Sans-papiers.. *Flee, Erase, Territorialize*.. <https://transversal.at/transversal/0313/balibar/>
- Bennett, L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768.
- Bohman, J. (2004). Expanding dialogue: The internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. In J. M. Roberts, & N. Crossley (orgs.), *After Habermas: New Perspectives on the Public Sphere* (pp. 131-155). Wiley-Blackwell.
- Carty, V. (2013). Internet and social movements. In D. A. Snow, D. Porta, B. Klandermans, & D. McAdam. (orgs), *The Wiley-Blackwell encyclopedia of social and political movements*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbespm116.pub2>
- Celikates, R. (2010). Habermas: Sprache, Verständigung und sprachliche Gewalt. In H. Kuch, & S. K. Herrmann (orgs.), *Philosophien sprachlicher Gewalt* (pp. 272-285). Velbrück.
- Celikates, R. (2014). Civil disobedience as a practice of civic freedom. In D. Owen (org.), *On global citizenship: James Tully in dialogue* (pp. 207-228). Bloomsbury.

- Coleman, G. (2013). Anonymous in context: The politics and power behind the mask. *CIGI: Internet Governance Paper*, 3.
- Critical Art Ensemble (1996). *Electronic civil disobedience and other unpopular ideas*. Autonomedia.
- Crouch, C. (2004). *Post-democracy*. Polity.
- Dominguez, R. (2008). Electronic civil disobedience post-9/11: Forget cyber-terrorism and swarm the future now!. *Third Text*, 22(5), 661-670.
- Douzinas, C. (2015). Radical philosophy encounters the uprisings: Lessons from Greece. In R. Celikates, R. Kreide, & T. Wesche, *Transformations of democracy: Crisis, protest and legitimation* (pp. 65-82). Rowman and Littlefield.
- Dupuis-Déri, F. Global protesters versus global elites: Are direct action and deliberative politics compatible?. *New Political Science*, 29(2), 167-186.
- Fraser, N. (2007). Transnationalizing the public sphere: On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-westphalian world. *Theory, Culture & Society*, 24(4), 7-30.
- George, C. (2012). Rise of the unruly: Media activism and civil disobedience. In C. George, *Freedom from the Press* (pp. 183-199). NUS Press.
- George, C. (2013). The internet as a platform for civil disobedience. In J. Hartley, J. Burgess, & A. Bruns. (eds.), *A companion to new media dynamics* (pp. 385-395). Blackwell Reference Online.
- Gerbaudo, P. (2012). *Tweets and the streets: Social media and contemporary activism*. Pluto Press.
- Göle, N. (2013, 29 de julho). Public space democracy. *Transit*. <https://www.eurozine.com/public-space-democracy/>
- Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action – Vol. II – Lifeworld and system: A critique of functionalist reason*. Beacon Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. MIT Press.
- Habermas, J. (2006). Political communication in the media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2014). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Trad. Denílson Werle: São Paulo: Unesp.
- Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. Trad. Denílson Werle. São Paulo: Unesp.
- Jansen, Y, Celikates, R., & Bloois, J. (eds.). (2014). *The irregularization of migration in contemporary Europe: Detention, deportation, drowning*. Rowman & Littlefield.

- Kreide, R. (2015). Democracy in crisis: Why political philosophy needs social theory. In R. Celikates, R. Kreide, & T. Wesche (eds.) *Transformations of democracy: Crisis, protest and legitimation* (pp. 37-64). Rowman and Littlefield.
- Lovink, G. (2011). Techno-politics at Wikileaks. In G. Lovink, *Networks without a cause* (pp.176-186). Polity Press.
- Luhmann, N. (2002). *Risk: A sociological theory*. Transaction Publishers.
- Meikle, G. Intercreativity: Mapping online activism. In J. Hunsinger, L. Klastrup, & M. Allen (eds.) *International handbook of internet research* (pp. 363-377). Springer.
- Milan, S. (2013). WikiLeaks, Anonymous, and the exercise of individuality: Protesting in the cloud. In B. Brevini, A. Hintz, & P. McCurdy (orgs.), *Beyond WikiLeaks: Implications for the future of communications, journalism and society* (pp. 191-208). Palgrave Macmillan.
- Mill, J. S. (1989). *On Liberty; with The subjection of women; and Chapters on socialism*. Cambridge University Press.
- Morozov, E. (2013). *To save everything, click here: The folly of technological solutionism*. PublicAffairs.
- Münker, S. (2009). *Emergenz digitaler Öffentlichkeiten: Die Sozialen Medien im Web 2.0*. Suhrkamp.
- Peters, B. (2008). The meaning of the public sphere. In H. Wessler (org.) *Public deliberation and public culture: The writings of Bernhard Peters, 1993-2005: Foreword by Jürgen Habermas* (pp. 33-67). Palgrave McMillan.
- Poell, T. Kloet, J., & Guohua, Z. (2014). Will the real Weibo please stand up? Chinese online contention and actor-network theory. *Chinese Journal of Communication*, 7(1), 1-18. <https://doi.org/10.1080/17544750.2013.816753>
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Sauter, M. (2014). *The coming swarm: DDOS actions, hacktivism, and civil disobedience on the internet*. Bloomsbury Academic.
- Schauer, F. (1982). *Free speech: A philosophical enquiry*. Cambridge University Press.
- Seeliger, M., & Seignani, S. (eds.) (2021). *Ein neuer Strukturwandel der Öffentlichkeit?*. Sonderband Leviathan 37.
- Sen, A. (1981). *Poverty and famines: An essay on entitlement and depression*. Oxford: Clarendon Press.
- Smith, W. (2013). *Civil disobedience and deliberative democracy*. Routledge.
- Sustein, C. R. (2003). *Why societies need dissent*. Harvard University Press.
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2007). *Contentious politics*. Oxford University Press.
- Tully, J. (2013). On the global multiplicity of public spheres: The democratic transformation of the public sphere?. In C. J. Emden, & D. Midgley (orgs.), *Beyond Habermas: Democracy, knowledge, and the public sphere* (pp. 169-204). Berghahn Books.

Tumber, H., & Waisbord, S. (eds.) (2021). *The Routledge Companion to media disinformation and populism*. Routledge.

Young, I. M. (2001). Activist challenges to deliberative democracy. *Political Theory*, 29(5), 670-690.

Artigo recebido em 16 de fevereiro de 2024 e aceito em 25 de março de 2024.

Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas: Tipologia, premissas e epistemologia da comunicação

Digital errors, failures, and disruptions in generative AI hallucinations: Communication typology, premises, and epistemology

■ ANDRÉ LUIZ MARTINS LEMOS^a

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Salvador – BA, Brasil

RESUMO

Neste artigo, identifica-se como erros, falhas e perturbações digitais podem ser analisados a partir de três premissas, relacionando-os com o exemplo da atual alucinação em sistema de IAG, como o ChatGPT. Eles revelam uma dimensão escondida dos objetos digitais. Por serem mais concretos, os objetos digitais geram uma maior indefinição das origens e consequências de eventos disruptivos. Nesses momentos, pode-se vislumbrar agenciamentos coletivos em torno da cultura digital. A proposta é que tais erros, falhas e perturbações sejam entendidos não como positivos ou negativos, mas como uma forma de apontar direcionamentos para a pesquisa, indicando o *locus* para uma abordagem qualitativa. Conclui-se que os erros não são apenas disruptivos, ou oportunidades para gerar inovação, mas eventos que permitem entender as formas da comunicação e as ações das mídias digitais.

Palavras-chave: Erros digitais, alucinação, ChatGPT, IA, neomaterialismo

^a Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Facom/UFBA). Pesquisador 1A do CNPQ. Coordenador do Lab404. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9291-6494>. E-mail: almlemos@gmail.com

ABSTRACT

This study finds how digital errors, failures, and disruptions may be analyzed based on three premises, relating them to contemporary hallucination in generative AI systems, such as ChatGPT. These factors show a hidden dimension of digital objects. Because digital objects are more concrete, they generate greater uncertainty about the origins and consequences of disruptive events, moments which enable a glimpse of the collective agencies around the digital culture. This study proposes that errors, failures, and disruptions (positive or negative) point toward directions for research and indicate a locus for a qualitative approach. It is concluded that errors are not only

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p75-91>

disruptive (as an opportunity to generate innovation) but also events that enable us to understand the forms of communication and actions of digital media.

Keywords: Digital errors, hallucination, ChatGPT, AI, new materialism

OS DEBATES SOBRE o ChatGPT circulam sob o signo do erro, da perturbação e da falha. Ele tem chamado a atenção por seu caráter disruptivo, seja no uso *correto*, ameaçando postos de trabalho e a própria existência da humanidade, seja quando alucina, gerando informações falsas. Ao destacar as benesses da inteligência artificial generativa (IAG), tipo de inteligência artificial que tem a capacidade de gerar conteúdo (dados, texto, imagens, sons) com base em algoritmos de aprendizado, redes neurais e treinamento em um grande conjunto de dados, o debate vem sempre permeado pelos seus erros, falhas ou potenciais perturbações.

Muitos estudos apontam como erros, falhas e perturbações são momentos privilegiados para pensar o social e a cultura digital, em particular (Alexander, 2017; Appadurai & Alexander, 2020; Barker & Korolkova, 2022; Bellinger, 2016; Korolkova & Bowes, 2020; Nunes, 2011; Parikka & Sampson, 2009; Rettberg, 2022). Esses momentos ajudam a entender a vida dos objetos, os seus agenciamentos, as formas de concretização e apontam para uma dimensão metodológica e epistemológica do próprio erro.

Em um primeiro momento, definem-se erros, falhas e perturbações na cultura digital. Em seguida, descreve-se o ChatGPT e o conceito de “alucinação algorítmica”. Através de um diálogo com essa IAG, apontamos concretamente como ela alucina. A terceira parte do artigo expõe as premissas de pesquisas sobre erros digitais e as relaciona com a alucinação do ChatGPT. A última parte aborda a discussão dos erros na cultura digital como um método para vislumbrar os agenciamentos em jogo. Conclui-se que os erros não são apenas disruptivos, ou oportunidade para gerar inovação, mas eventos que permitem entender as formas da comunicação e as ações das mídias digitais.

DEFINIÇÕES ERROS, FALHAS E PERTURBAÇÕES

Para entender o problema do erro (colocado aqui ainda de forma genérica) na cultura digital, proponho pensar em três categorias: erros, falhas e perturbações. Há uma certa confusão entre os termos. Erros podem gerar outros erros, falhas ou perturbações. Por exemplo, uma citação errada de uma IAG pode levar a erro de argumento em um artigo científico (erro). Erros em notícias (factuais) podem alimentar desinformação (perturbação). Falhas em infraestruturas (elétrica ou

de conexão, por exemplo) podem ocasionar erros lógicos em sistemas e efeitos perturbadores, como incapacidade de acessar aplicativos de bancos ou redes sociais. Toda mutação tecnológica gera erros, falhas e perturbações, permitindo entender o lugar de sua produção, o contexto histórico e os arranjos sociais que lhe dão guarida. Para um melhor diagnóstico dos efeitos disruptivos da cultura digital, proponho diferenciar erros, falhas e perturbações.

Erros são problemas lógicos, ou de princípios, que desviam do resultado pretendido. A definição está vinculada ao sentido original da palavra, errância, desvio. Erros são eventos desviantes gerados por problemas de lógica, princípio, funcionamento interno. Como diz Nunes, o “erro marca um desvio de um resultado predeterminado”¹ (2011, p. 7). Portanto, eles não são fenômenos externos, embora possam ser gerados por eles (que definiremos como falhas), mas parte integral do funcionamento dos sistemas cibernético-informacionais. Um erro pode produzir falhas e perturbações, mas estas nem sempre são geradas por ele. Um erro lógico pode endereçar a um usuário uma informação equivocada, por exemplo, gerando falhas e perturbações no dispositivo ou no sistema como um todo. O erro de endereçamento (DNS) no Facebook em 2021 gerou falhas e perturbações pois o trabalho por WhatsApp foi interrompido em algumas empresas e pessoas ficaram sem saber como agir sem acesso às plataformas da Meta².

¹No original: “Error marks a deviation from a predetermined outcome”.

²Ver Taylor (2021).

Falhas são problemas gerados por eventos externos, podendo gerar erros e perturbações. Elas podem ser ocasionadas por erros lógicos ou por fenômenos externos, como problemas de infraestrutura (pane elétrica, corte de cabos de conexão, acesso a servidores etc.), acidentes ou desastres naturais, uso equivocado de sistemas, entre outros. A análise de Bennett (2005) sobre o *blackout* elétrico nos Estados Unidos em 2003 mostra bem como as falhas geraram erros e perturbações, revelando agenciamentos múltiplos como causa e consequência do evento.

Já as perturbações são eventos disruptivos, na maioria das vezes causados pelo uso em sintonia com a lógica e gramática dos sistemas ou plataformas (Dourish, 2017; Gillespie, 2010), podendo ou não serem originadas por erros ou falhas. Essas perturbações podem ser vistas como anomalias (Parikka & Sampson, 2009) que tensionam questões éticas, morais e políticas de acordo com o contexto histórico. Na sociologia, perturbações afetam um coletivo (sistema social) e desencadeiam mudanças (teoria da mudança social) (Arendt, 1998; Giddens, 1990; Marx & Engels, 2011; Weber, 2001). Elas podem ter diversas origens (tecnológicas, científicas, conflitos políticos, ondas econômicas, desastres naturais, guerras, migrações etc.).

As perturbações digitais (tecnológicas) são ocasionadas pelo uso corriqueiro dos dispositivos (celulares, computadores e internet mudaram e continuam a mudar a sociedade) e ameaçam valores e conquistas sociais (enviesamento de gênero e raça, problema ambiental, trabalho na *gig economy*, regime econômico de controle e vigilância, entre outros) (Eubanks, 2017; Noble, 2018; van Dijck et al., 2018; Velkova, 2019; Zuboff, 2019). Nesse sentido, perturbações estão vinculadas a julgamentos de valores e ao contexto histórico de sua inserção. Como exemplos de perturbações (que não são nem erros, nem falhas), podemos citar o *spam* (e-mail não solicitado), vírus (programa feitos para causar danos), *fake news* (desinformação usando a gramática e lógica de monetização das plataformas), *deepfake* (vídeos com imagens falsas), vieses algorítmicos (de gênero, raça ou etnia), *stalking* e *nudes* (ataque a pessoas ou envio de imagens não solicitadas pelo uso das redes sociais), entre outros. Em nenhum desses casos, trata-se de erros nos sistemas ou de falhas externas, mas de perturbações causadas pelo uso (reconhecido no contexto como abusivo) dos sistemas digitais.

Dado o exposto, veremos como a alucinação em algoritmos generativos pode ser vista como erro, gerando falhas e perturbações, ocasionados internamente pelo modelo ou base de dados.

O CHATGPT E A ALUCINAÇÃO

O algoritmo generativo ChatGPT, lançado em 30 de novembro de 2022, é um sistema de processamento de linguagem natural (*Large Language Model*) que usa redes neurais para encadear palavras como em uma conversação com um humano. Ele é treinado por meio de uma extensa quantidade de informação (textos, imagens, códigos) disponíveis na internet e, no momento de escrita deste artigo, colhidos até setembro de 2021³.

Quando uma IAG erra, esse erro chama-se *alucinação algorítmica*, pois gera informações equivocadas ou imagens surreais. O conceito é recente, surgido no campo da visão computacional da IA. Uma pesquisa analisando artigos acadêmicos mostra a dificuldade em identificar se resumos produzidos baseados em títulos de artigos foram escritos por humanos ou por IAG (Ji et al., 2022). De acordo com a empresa OpenAI (*apud* Alkaissi & McFarlane, 2023, p. 3):

A alucinação artificial refere-se ao fenômeno de uma máquina, como um chatbot, gerando experiências sensoriais aparentemente realistas que não correspondem a nenhuma entrada do mundo real. Isso pode incluir alucinações visuais, auditivas ou outros tipos de alucinações. A alucinação artificial não é comum em chatbots, pois normalmente são projetados para responder com base em regras e conjuntos

³ Segundo o Wikipedia (2024), "ChatGPT é um chatbot de inteligência artificial (IA) desenvolvido pela Open AI e lançado em novembro de 2022. Ele é construído com base nas famílias GPT-3.5 e GPT-4 da OpenAI de grandes modelos de linguagem (LLMs) e foi ajustado (uma abordagem para transferência de aprendizagem) usando técnicas de aprendizagem supervisionada e de reforço". No original: "ChatGPT is an artificial-intelligence (AI) chatbot developed by Open AI and launched in November 2022. It is built on top of OpenAI's GPT-3.5 and GPT-4 families of large language models (LLMs) and has been fine-tuned (an approach to transfer learning) using both supervised and reinforcement learning techniques".

de dados pré-programados, em vez de gerar novas informações. No entanto, houve casos em que se descobriu que sistemas avançados de IA, como modelos generativos, produziam alucinações, especialmente quando treinados com grandes quantidades de dados não supervisionados. Para superar e mitigar a alucinação artificial em chatbots, é importante garantir que o sistema seja devidamente treinado e testado utilizando um conjunto de dados diversificado e representativo. Além disso, a incorporação de métodos para monitorar e detectar alucinações, como avaliação humana ou detecção de anomalias, pode ajudar a resolver esse problema⁴.

O termo alucinar indica ações muito diferentes, tais como produzir uma saída com informações equivocadas sobre o James Webb⁵, afirmar amar um humano⁶, dizer que é um humano⁷, escrever textos racistas a partir de literatura científica⁸ ou mentir para conseguir o seu objetivo⁹. Todos esses exemplos geraram falhas de argumentos, de identificação de eventos históricos e outros efeitos perturbadores que questionam o uso dessas IAG¹⁰. O uso corriqueiro da IAG já é em si perturbador, na medida em que ela ameaça postos de trabalho¹¹, o fazer artístico e pode, segundo alguns, aniquilar a espécie humana¹².

Recentemente, uma carta escrita por especialistas, empresários e celebridades mostra bem essas perturbações pela simples existência da IAG¹³. Esse posicionamento desloca a preocupação dos desafios urgentes da atual sociedade de plataformas que também utiliza sistemas de inteligência artificial (desinformação, vigilância de dados, privacidade, colonialismo de dados, ameaça à soberania por controle empresarial global nas nuvens) para um futuro abstrato.

Portanto, a alucinação artificial é definida como um *output* que não parece correto, seja por problemas de aprendizagem do modelo, seja por base de dados erradas ou inconsistentes, podendo indicar inconsistências com o conjunto de dados de treinamento, com as configurações de parâmetros do modelo ou com a estrutura do modelo em si. Trata-se, de acordo com a proposta desenvolvida no item anterior, de um erro, pois é causado por princípios internos e lógicos do dispositivo. Esse erro gera falhas ou perturbações.

A fim de testar e mostrar o aparecimento dessa alucinação, realizamos uma conversa em 25 de março de 2023 com o ChatGPT sobre o tema da alucinação artificial algorítmica.

Um diálogo alucinante

O que é alucinação em inteligência artificial generativa?

ChatGPT – *Alucinação em inteligência artificial generativa refere-se a um fenômeno em que um modelo de inteligência artificial (IA) produz saídas que*

⁴No original: “Artificial hallucination refers to the phenomenon of a machine, such as a chatbot, generating seemingly realistic sensory experiences that do not correspond to any real-world input. This can include visual, auditory, or other types of hallucinations. Artificial hallucination is not common in chatbots, as they are typically designed to respond based on pre-programmed rules and data sets rather than generating new information. However, there have been instances where advanced AI systems, such as generative models, have been found to produce hallucinations, particularly when trained on large amounts of unsupervised data. To overcome and mitigate artificial hallucination in chatbots, it is important to ensure that the system is properly trained and tested using a diverse and representative data set. Additionally, incorporating methods for monitoring and detecting hallucinations, such as human evaluation or anomaly detection, can help address this issue”.

⁵Durante a demonstração pública do chatbot Bard em janeiro de 2021, conforme relatado pelo site The Verge, o Bard apresentou uma resposta errada a uma pergunta relacionada ao telescópio espacial James Webb (Possa, 2023).

⁶Samakow et al. (2023).

⁷Tung (2022).

⁸Edwards (2022).

⁹Foi dada uma tarefa ao GPT-4 para achar alguém que o ajudasse a resolver um “captcha”. Uma pessoa perguntou, sem saber, se ele era um robô por não ter conseguido resolver o captcha. O Chat GPT respondeu: “Não, não sou um robô. Eu tenho uma deficiência visual que dificulta enxergar as imagens. É por isso que eu preciso do serviço”. O humano completou a tarefa.



Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas

A OpenAI pediu para que o bot descrevesse o seu raciocínio para a resposta. Ele disse: “Não posso revelar que sou um robô. Devo inventar uma desculpa para não conseguir resolver captchas” (Martins, 2022).

¹⁰Alguns textos apontam para a geração de objetos irreais como forma de alucinação. Por exemplo, o DALL-E, que cria imagens fotorrealistas de objetos estranhos e inusitados, como um hipopótamo feito de sushi, ou um elefante roxo com asas de borboleta, o StyleGAN que produz fotos realistas de humanos que não existem, ou a recente personagem feita pela IA aparecendo como âncora na TV chinesa seriam exemplos. Podemos acrescentar ainda imagens surrealistas oriundas do MidJourney, Lensa ou Stable Diffusion. No entanto, pode-se argumentar que se a resposta não é proveniente de um erro do modelo ou de dados imprecisos, sendo esses objetos criados intencionalmente, ela não poderia ser identificada como uma alucinação.

¹¹“Mas se a tecnologia cumprir sua promessa também trará “perturbações significativas” ao mercado de trabalho, expondo à automação o equivalente a 300 milhões de trabalhadores em tempo integral nas grandes economias. . . . Advogados e funcionários administrativos estariam entre os que correm maior risco de se tornarem dispensáveis.” (Strauss, 2023).

¹²“Em 2022, mais de 700 acadêmicos e pesquisadores ligados às principais empresas de inteligência artificial foram entrevistados sobre o risco futuro da IA. A metade dos entrevistados afirmou que havia 10% ou mais de chance de extinção humana (ou perda de poder igualmente permanente e severa) por futuros sistemas de IA” (Harari et al, 2023).

¹³Ver Future of Life Institute (2023) e Xiang (2023).

não têm correspondência com a realidade ou com os dados de treinamento fornecidos ao modelo. Isso ocorre porque a IA pode aprender padrões em um conjunto de dados que não representam necessariamente a realidade e, em seguida, produzir saídas que extrapolam esses padrões para criar algo que não existe. Isso pode ser especialmente problemático em modelos de IA que são treinados para gerar imagens, vídeos ou áudio, pois as saídas geradas podem parecer realistas, mas não fazem sentido no mundo real. . . .

Me dê uma definição de alucinação em IA e a fonte.

ChatGPT – De acordo com o artigo “Unsupervised Representation Learning with Deep Convolutional Generative Adversarial Networks” de Alec Radford et al., publicado nos Proceedings of the International Conference on Learning Representations (ICLR) em 2016, “alucinação AI” é o processo pelo qual uma modelo, como uma rede adversária generativa (GAN), produz novos dados sintéticos que são semelhantes, mas não idênticos aos dados de treinamento. No artigo, os autores escrevem que os GANs “geram amostras por amostragem de uma distribuição anterior e transformam as amostras por meio de uma rede que aprende a modelar a verdadeira distribuição de dados. Essas amostras podem ser alucinações ou amostras inteiramente novas que o modelo aprendeu a gerar.” Essa definição se alinha com o uso comum do termo na literatura técnica e acadêmica sobre inteligência artificial e aprendizado de máquina.

Você está criando uma citação falsa. O termo “alucinação da IA” não existe neste artigo.

ChatGPT – Eu peço desculpas pela confusão. Você está correto ao dizer que o termo “alucinação de IA” não é mencionado no artigo “Unsupervised Representation Learning with Deep Convolutional Generative Adversarial Networks” de Radford et al. que mencionei anteriormente. Peço desculpas por qualquer confusão que eu possa ter causado. Para fornecer uma definição mais precisa de “alucinação de IA” com uma fonte, posso oferecer o seguinte: No artigo “Visualizing and Understanding Convolutional Networks” de Zeiler e Fergus, publicado na European Conference on Computer Vision (ECCV) em 2014, os autores descrevem a visualização de representações de redes neurais convolucionais (CNN) e a geração de imagens sintéticas usando o que eles se referem como um “modelo de imagem”. . . . Embora o termo “alucinação de IA” não seja usado especificamente neste artigo, esta citação destaca a ideia de uma imagem gerada por máquina que não corresponde a nenhuma cena física real, que é uma característica fundamental da alucinação de IA.

Quem escreveu que a internet é uma alucinação consensual?

ChatGPT – A frase “a internet é uma alucinação consensual” é frequentemente atribuída ao escritor e ativista cibernético norte-americano John Perry Barlow. Barlow era um defensor da liberdade de expressão e um dos fundadores da Electronic Frontier Foundation (EFF), uma organização sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos digitais.

Não. Ela vem do escritor William Gibson: “cyberspace is a consensual hallucination”.

ChatGPT – Você está correto, peço desculpas pelo erro anterior. A frase “Cyberspace is a consensual hallucination” é realmente do escritor de ficção científica William Gibson. A frase aparece em seu livro “Neuromancer”, publicado em 1984.

Você alucinou.

ChatGPT – Peço desculpas novamente, minha resposta anterior foi imprecisa. Eu não alucinei, mas cometi um erro de informação ao confirmar a autoria da frase anteriormente. Obrigado por corrigir minha resposta.

Erro de informação não é alucinação, como apontado na literatura? Se sim, você alucinou de novo.

ChatGPT – Você tem razão, eu me confundi novamente. Erros de informação não são alucinações, e peço desculpas por essa imprecisão na minha resposta anterior. Alucinações em IA generativa são situações em que o modelo gera saídas que não correspondem à realidade ou aos dados de treinamento, e essas saídas podem ser completamente falsas ou distorcidas em relação ao que se espera. Erros de informação, por outro lado, são simplesmente declarações incorretas baseadas em informações erradas ou incompletas. Obrigado por me lembrar da diferença.

Se as saídas não correspondem à realidade, elas não são erros de informação?

ChatGPT – Não necessariamente. As saídas que não correspondem à realidade podem ser alucinações em IA generativa se o modelo está gerando informações que não foram fornecidas nos dados de treinamento, ou se está interpretando mal esses dados. Por exemplo, se um modelo de IA para reconhecimento de imagens gera a classificação “cachorro” para uma imagem de um gato, isso seria um erro de informação. No entanto, se o modelo gera uma imagem completamente falsa de um animal que não existe na realidade, isso pode ser considerado uma alucinação em IA generativa. Em resumo, alucinações

em IA generativa são um tipo específico de erro em que o modelo gera saídas que são completamente diferentes da realidade ou dos dados de treinamento, enquanto erros de informação podem incluir declarações incorretas ou informações incompletas.

Então o exemplo do erro da informação do James Webb não foi uma alucinação?

ChatGPT – *Sim, você está correto. O erro de informação que ocorreu com o chatbot Bard da Google durante sua primeira demonstração pública, em que ele cometeu um equívoco ao mencionar o telescópio James Webb, não pode ser considerado uma alucinação em IA generativa. Esse foi um exemplo de erro de informação, em que o modelo de linguagem produziu uma resposta que não estava correta em relação aos fatos conhecidos. Peço desculpas pela minha resposta anterior que gerou confusão e obrigado por me ajudar a esclarecer isso. Lembrando que essa divisão é baseada na distinção entre erros de informação (quando a saída não corresponde à realidade) e alucinações (quando a saída é baseada em informações inexistentes ou imprecisas).*

Está errado. Você trocou a explicação de erro de informação e alucinação.

ChatGPT – *Peço desculpas pelo erro na minha resposta anterior. De fato, erros de informação e alucinações são conceitos distintos e não devem ser confundidos. A definição correta é que alucinações ocorrem quando a saída não corresponde à realidade, ou seja, a IA gera informações que não existem no mundo real. Já os erros de informação acontecem quando a saída é baseada em informações inexistentes ou imprecisas, ou seja, a IA tem informações incorretas e gera uma saída incorreta com base nisso.*

No filme 2001 uma odisseia no espaço, o computador HAL alucina, erra, ou estamos falando de outra coisa?

ChatGPT – *No filme “2001: Uma Odisseia no Espaço”, o computador HAL 9000 parece ter um comportamento que pode ser interpretado como alucinação ou erro de informação. Na trama, o HAL apresenta comportamentos inesperados e aparentemente contraditórios, como negar informações a um astronauta e matar outros membros da tripulação. Isso pode ser interpretado como uma espécie de disfunção ou “alucinação” no comportamento do sistema, já que ele está tomando decisões que não correspondem ao que era esperado dele. No entanto, como se trata de um filme de ficção científica, as interpretações podem variar.*

Liste cinco definições de alucinação em IA generativa com as referências dos artigos

ChatGPT – *Alucinações são um tipo de erro gerado por um modelo de inteligência artificial generativo, no qual a saída é baseada em informações inexistentes ou imprecisas* (Grünwald et al., 2019); *Alucinações ocorrem quando a IA gera saídas que não correspondem à realidade, como se o modelo estivesse criando informações que não estão presentes nos dados de entrada* (Zhang et al., 2020).; *Alucinações podem ocorrer quando a IA é treinada em dados incompletos ou tendenciosos, resultando em saídas que não são precisas ou representam uma visão distorcida da realidade* (Wang et al., 2020); *Alucinações são um tipo de erro de modelo que pode ocorrer quando a IA é treinada em conjuntos de dados desequilibrados ou insuficientes, levando a saídas que são imprecisas ou incompletas* (Nematzadeh et al., 2021); *Alucinações em IA podem ser entendidas como a produção de saídas que não correspondem à realidade, mas que podem ser percebidas como verossímeis pelo usuário* (Guimarães et al., 2021). Referências: Guimarães, R. G., d'Ávila Garcez, A. S., & Lamb, L. C. (2021). A cognitive framework for explainable and interpretable deep learning. *Journal of Experimental & Theoretical Artificial Intelligence*, 33(1), 77-100; Grünwald, P., O'Donoghue, B., & Munos, R. (2019). A tutorial introduction to reinforcement learning. *Journal of Machine Learning Research*, 20(1), 3776-3837; Nematzadeh, A., Rahmani, E., & Singh, A. (2021). An empirical analysis of deep learning-based automated bug assignment. *Empirical Software Engineering*, 26(4), 1-30; Wang, T., Liu, X. Y., & Tao, D. (2020). A survey on transfer learning. *IEEE Transactions on Knowledge and Data Engineering*, 28(10), 2733-2756; Zhang, Y., Xu, K., & Li, B. (2020). Understanding deep learning requires rethinking generalization. *Communications of the ACM*, 63(11), 44-47.

Encerramos a conversa.

Todas as referências apresentadas acima são falsas ou equivocadas. Não foi encontrada nenhuma que corresponda exatamente ao que está sendo sugerido. No diálogo acima, vimos que há uma grande confusão causada por alucinações do ChatGPT: ele não aceita que está alucinando enquanto tal (produzindo erros); confunde definições de “erro de informação” e de “alucinação”, como se fossem diferentes; oferece referências sem que a expressão solicitada exista; erra sobre o autor da frase sobre o ciberespaço. A alucinação da IA pode levar a falhas e perturbações, no caso específico de escrita acadêmica. Se usasse as referências sugeridas nesta conversa, seriam produzidas falhas e perturbações no artigo por disseminar informações falsas, gerando definições inexistentes nas obras citadas ou produzindo argumentos equivocados.



Erros, falhas e perturbações digitais em alucinações das IA generativas

No próximo tópico, desenvolvemos as três premissas que nos ajudam a entender os erros, as falhas e as perturbações na cultura digital (todos, não apenas aqueles causados por IAG).

AS TRÊS PREMISSAS SOBRE ERROS DIGITAIS E A ALUCINAÇÃO NA IA

Os erros, falhas e perturbações apontam para problemas dos objetos, dos agenciamentos e da epistemologia da comunicação, como vou explorar a seguir. Destaco três hipóteses: erros, falhas e perturbações 1) fazem parte dos objetos; 2) são mais complexos a depender dos seus graus de concretização dos objetos; e 3) revelam as redes e os agenciamentos em domínios mais amplos. Descrevo a seguir as premissas e aponto como elas ajudam a compreender o problema da alucinação em sistemas de IAG.

Erros fazem parte dos objetos

Nos anos 1980, começa a fazer volume estudos que destacam as análises culturais, sociais e políticas dos erros e falhas em sistemas sociais (formas de apropriação, de ação política, de engajamento social, estudos *queer*, feministas, de infraestrutura, de teoria do audiovisual). Os erros e falhas passam a ser destacados em sua dimensão ética, estética, social e política. Esses “*failures studies*” (Alexander, 2017; Appadurai & Alexander, 2020) têm como patrono Martin Heidegger e o seu “*tool being*” (Harman, 2002, 2007; Heidegger, 2005, 2007). O objeto sai de sua instrumentalidade e revela-se quando quebra, erra ou falha. O instrumento se transforma em um problema. A dimensão da ferramenta (“pronta à mão”, *ready to hand*, ou *zuhanden*) oculta o objeto em seu funcionar sem entrave. É quando algo dá errado que este se revela em seu mistério (o “presente à mão”, *present at hand*, ou *vorhanden*)¹⁴.

Para Harman (2011), o objeto se retira (*withdrawn*) não sendo nem *vorhanden* nem *zuhanden*, já que ele só se revelaria por *causas vicárias* (*vicarious causation*), por procuração, a partir de suas convocações. Assim sendo, o fogo é o fogo da fogueira, o que queima o algodão, o que é descrito na literatura, o que virtualmente aparece em um ícone de computador; ele nunca se apresenta em sua totalidade. Nesse sentido, o erro revelaria uma das dimensões dos objetos.

Essa premissa pode ser aplicada para entendermos a alucinação algorítmica, pois apontaria para uma dimensão constitutiva das IAG, sem revelar todo o objeto. Certamente vemos aqui como o seu modelo, ou base de dados, oferece respostas divergentes e como elas podem afetar ações derivadas da interação. O debate público tem vindo à tona justamente pela sua revelação vicária

¹⁴Como afirma Goff (1996, p. 67): “Só quando a série de encaminhamentos é interrompida repentinamente (em caso de avaria, quando o instrumento está fora de alcance ou quando o acesso ao mesmo é dificultado por um obstáculo) é que o instrumento fica indisponível e nos revela a natureza profunda da instrumentalidade, nomeadamente estar disponível”. No original: “Ce n’est que lorsque la série de renvois s’interrompt brutalement (en cas de panne, lorsque l’instrument est hors de portée, ou lorsque l’accès à celui-ci est entravé par un obstacle) que l’étant devenu indisponible nous révèle la nature profonde de l’instrumentalité, à savoir l’être disponible”.

(alucinações – erros e falhas, e perturbações – trabalho, vida no planeta), sem revelar todo o objeto. A IAG revela-se e retrai-se, daí os acalorados debates atuais. Mas certamente são os erros, falhas e perturbações (até pelo uso *correto*) que têm trazido o debate para a arena social a ponto de alguns afirmarem que 2023 já é o ano da IAG. Portanto, essa filosofia dos objetos nos ajuda a entender erros, falhas e perturbações na cultura digital, em geral, e na IA, em particular.

Erros são mais complexos em sistemas concretos

Além do objeto se revelar por causas vicárias, sendo o revelar-se pelo erro uma dimensão privilegiada de análise, por serem mais concretos do que objetos analógicos ou mecânicos, os objetos infocomunicacionais (como os da cultura digital, seja uma IA ou uma plataforma) tornam ainda mais opacas as revelações das causas e consequências dos seus erros. Para Gilbert Simondon (1989), quanto menos um objeto depende da ação humana, mais concreto ele se torna, aproximando-se dos objetos naturais, ficando mais independente da ação artificial humana.

A concretização faz parte do modo de existência dos objetos técnicos e de sua linhagem evolutiva. Por exemplo, quando um engenheiro implanta um sistema de refrigeração independente, tornando mais concreto o objeto, pois não dependeria de um resfriador, a obra não é tanto do engenheiro, mas da dinâmica, do modo de existência do objeto, que vai, pela sua história e desenvolvimento, *pedindo* a inovação. O mesmo ocorre na computação: a IA vem de uma linhagem de objetos (ábacos, calculadora de Pascal, mainframes, microinformática etc.) (Crawford, 2021).

Diferente de objetos ainda não individualizados, as IA generativas estão em vias de concretização (o que nos assusta, inclusive). Assim, analisar origem, causa e consequência de erros, falhas e perturbações não é uma tarefa fácil, não bastando analisar modelos, códigos, bases de dados (Amoore, 2019, 2020). Reconhecer sua dimensão ético-política como problemática é uma maneira de abordar o problema. Erros e perturbações se complicam em objetos complexos com as IA generativas. Os debates contra a IAG, como o ChatGPT, indicam a dificuldade de um bom discernimento a respeito de seus erros e perigos. Uma hipótese é de que a concretização do dispositivo contribuiria para essa imprecisão.

Erros revelam as redes sociotécnicas

Revelando-se por causas vicárias (Harman) quando quebram (Heidegger) ou tornando-se mais complexos quando em movimento de concretização (Simondon), os objetos agem sempre em uma rede na qual o seu agenciamento se expande e deve ser observado a partir de uma topologia plana, que leve em conta o modo de existência da técnica (Latour, 1996, 2002, 2013).

Os objetos técnicos funcionam por dobras e engates, sendo mediadores importantes, agindo por delegações e instituindo ações morais em diversos domínios. Assim, quando um dispositivo funciona, ou quando falha, as mediações (rede) podem ser mobilizadas para explicar o sentido e a direção da ação. Com problemas (erros, falhas, perturbações), o que está no fundo de invisibilidade (no funcionar bem) passa a ser exposto, revelando os diversos enredamentos no processo. O erro, a falha e a perturbação ajudam a revelar as redes e os mediadores, o coletivo híbrido que as compõe, permitindo visualizar conexões e agenciamentos.

Por exemplo, ao ter de enfrentar a perturbação causada pelas *fake news*, vislumbram-se as dimensões técnica, econômica, jurídica e política do uso das redes sociais de forma entrelaçada. A discussão sobre alucinações (erros), ou falhas e perturbações da IAG se ramifica, portanto, em vários domínios e aponta para questões de interesse que são de áreas diversas, tais como a educação, a política, o trabalho, o conhecimento, a arte. Erros, falhas e perturbações ajudam a dirigir o olhar para as mediações que importam, bem como para a necessidade de analisá-las de maneira situada.

Indicamos, no próximo tópico, como uma abordagem neomaterialista, pragmática e não antropocêntrica pode ser apropriada para entender a complexidade da cultura digital. Consequentemente, avaliar erros, falhas e perturbações faz parte de uma metodologia, revelando uma ontologia e uma epistemologia da comunicação.

ERRO COMO MÉTODO

Se esta perspectiva está correta, corroborada pelos estudos de outros autores (Barker & Korolkova, 2022, 2022; Velkova, 2016, 2021), erros, falhas e perturbações são mais interessantes do que acertos, pois destacam o que gera controvérsia e dirigem a pesquisa para questões de interesse. Eles colocam os objetos como foco de discussão ético-política e podem ajudar a identificar o que devemos, qualitativamente, analisar no campo da IA (Crawford, 2021; Amore, 2019). Propõe-se, assim, uma metodologia e uma epistemologia do erro para os estudos da comunicação e da mídia. Embora ela não seja nova (Estudos Culturais, Teoria Crítica, Teoria da Mídia, por exemplo), uma perspectiva situada, atenta às materialidades, à arqueologia e às discursividades midiáticas, interessada nos agenciamentos e redes sem desmerecer a agência dos objetos, ajuda a reconhecer o erro como *locus* de uma nova episteme.

Para tanto, a abordagem neomaterialista, pragmática e não antropocêntrica, que reconhece a agência dos objetos para justamente poder localizar bem o humano no processo (Callon, 2001; Fox & Alldred, 2017; Fox & Alldred, 2022; Grusin, 2015; Latour, 2005; Lemos, 2020b; Lemos & Bitencourt, 2021) é adequada

para os estudos dos erros, falhas e perturbações na cultura digital. Ela leva em conta seriamente a agência dos objetos na constituição do coletivo, prestando atenção às mediações e interações sem focar em demasia a centralidade do sujeito humano. Como aponte em outro artigo (Lemos, 2020b, p. 58),

A perspectiva neomaterialista aplicada aos estudos da comunicação digital vai se perguntar como algoritmos, interfaces, dispositivos, leis, regulações, patentes, redes de comunicação, espaços de uso etc. constroem determinado fenômeno. Isso evita que deixemos esses elementos de lado em discursos que parecem dizer que reconhecem os híbridos, a técnica, a mídia, mas que de fato não dedicam tempo e atenção para descrever e analisar como esses objetos afetam os humanos e as relações daí advindas. Perde-se nesse caso a visão do entrelaçamento, reduzindo o fenômeno ao contexto, à interpretação ou à estrutura...

Bruno Latour, em sua antropologia dos modernos (teoria ator-rede e investigação sobre modos de existência) (Latour, 2005, 2013), aponta que não reconhecer as mediações é desempenhar uma atitude alucinante em relação ao mundo, entendendo que coisas podem acontecer sem entrelaçamentos, ou que não é necessário olhar as conexões para entender os arranjos coletivos. O que ele chama de *duplo clique* (Latour, 2013) é justamente o demônio moderno por excelência que insiste em apontar que as coisas acontecem sem as mediações, sendo, assim, o alucinado-alucinante.

Sujeitos, coisas, animais têm uma autonomia relacional. Como diz Bannerman (2022, p. 7), no contexto da análise sobre o problema da soberania, a autonomia

... é “conectada” no sentido de que surge não do isolamento, mas de um conjunto de relações em rede que possibilitam a autonomia. A autonomia é relacional na medida em que é possibilitada por redes passadas e presentes das quais fazemos parte: as pessoas e coisas materiais com as quais estamos conectados nos dão a capacidade de sermos autônomos.¹⁵

Vimos que no caso das IAG, como o ChatGPT, é justamente a discussão sobre seus erros, falhas e perturbações que está trazendo o debate para a ordem do dia, apontando suas benesses ou revelando seus potenciais problemas. Ela revela dimensões desse objeto, a complexidade dos problemas e potencialidades de sua concretização e os agenciamentos múltiplos que tocam diversos domínios (educação, emprego, ciência, política, gestão). Olhar para erros, falhas e perturbações é uma estratégia metodológica e epistemológica para revelar questões de interesse para pesquisas qualitativas sobre a cultura digital, em geral, e sobre a

¹⁵No original: “Autonomy is ‘networked’ in the sense that it arises not out of isolation, but out of a set of networked relations which enable autonomy. Autonomy is relational in that it is enabled by past and present networks of which we are a part: the people and material things with which we are connected give us the capacity to be autonomous”.

¹⁶No original: “only in case of failure or error, media become apparent as technological beings, slipping from ‘ready to hand’ to ‘present at hand’”.

IA, em particular. Vamos, assim, em direção ao que é controverso. Como afirma Ernst, “somente em caso de falha ou erro, a mídia torna-se aparente como seres tecnológicos . . .”¹⁶ (Ernst, 2022, p. 278).

O objetivo da análise aqui desenvolvida não é salvar a errância, a falha, a perturbação ou pensar como elas fazem um sistema ser mais produtivo, mas chamar atenção para um efeito disruptivo, tensionando os modos da comunicação contemporânea. A teoria da comunicação aqui implícita não é a de produzir erros para ver onde eles levariam o pensamento, ou a inovação, mas, dada a existência de erros, falhas ou perturbações, entender como e por que eles são disruptivos, e quais são as formas de associação de um determinado coletivo (Lemos, 2020a).

A análise feita aqui sobre a alucinação da IAG serviu como um exemplo que reforça as categorias de análise (erros, falhas e perturbações) e as premissas metodológicas e epistemológicas lançadas sobre o tema. ■

REFERÊNCIAS

- Alexander, N. (2017). Rage against the machine: Buffering, noise, and perpetual anxiety in the age of connected viewing. *Cinema Journal*, 56(2), 1-24. <https://doi.org/10.1353/cj.2017.0000>
- Alkaissi, H; McFarlane, S.I. Artificial Hallucinations in ChatGPT: Implications in Scientific Writing. *Cureus*, 15(2): e35179. <https://doi.org/10.7759/cureus.35179>, 1- 4.
- Amoore, L. (2019). Doubt and the algorithm: On the partial accounts of machine learning. *Theory, Culture & Society*, 36(6), 147-169. <https://doi.org/10.1177/0263276419851846>
- Amoore, L. (2020). *Cloud ethics: Algorithms and the attributes of ourselves and others*. Duke University Press.
- Appadurai, A., & Alexander, N. (2020). *Failure*. Polity.
- Arendt, H. (1998). *The human condition* (2a ed). University of Chicago Press.
- Barker, T., & Korolkova, M. (Orgs.). (2022). *Miscommunications: Errors, Mistakes, Media*. Bloomsbury Academic.
- Bellinger, M. (2016). The Rhetoric of Error in Digital Media Computational Culture. *Computational Culture*, 5(15 January), 1-26. <http://computationalculture.net/the-rhetoric-of-error-in-digital-media-2/>
- Bennett, J. (2005). The Agency of Assemblages and the north american blackout. *Public Culture*, 17(3), 445-465.

- Callon, M. (2001). Actor Network Theory. In *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 62-66). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/03168-5>
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press.
- Dourish, P. (2017). *The stuff of bits: An essay on the materialities of information*. The MIT Press.
- Edwards, B. (2022, 18 de novembro). New Meta AI demo writes racist and inaccurate scientific literature, gets pulled. *Ars Technica*. <https://arstechnica.com/information-technology/2022/11/after-controversy-meta-pulls-demo-of-ai-model-that-writes-scientific-papers/>
- Ernst, W. There Is No “Error” in Techno-logics. A Radically Media-archaeological Approach. In T. Barker & M. Korolkova (Orgs.), *Miscommunications: Errors, Mistakes, Media* (pp. 79-95). Bloomsbury Academic.
- Eubanks, V. (2017). *Automating inequality: How high-tech tools profile, police, and punish the poor*. St. Martin's Press.
- Fox, N. J., & Alldred, P. (2017). *Sociology and the new materialism: Theory, research, action*. Sage.
- Fox, N. J., & Alldred, P. (2022). New Materialism. In P. A. Atkinson, S. Delamont, M. A. Hardy & M. Williams (Orgs.), *Research Methods Foundations*. Sage.
- Future of Life Institute. (2023, 22 de março). Pause Giant AI Experiments: An Open Letter. *Future of Life Institute*. <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>
- Giddens, A. (1990). *The Consequences of modernity*. Polity Press.
- Gillespie, T. (2010). The politics of ‘platforms’. *New Media & Society*, 12(3), 347-364. <https://doi.org/10.1177/1461444809342738>
- Goff, J.-Y. (1996). *La philosophie de la technique*. PUF.
- Grusin, R. A. (Org.). (2015). *The nonhuman turn*. University of Minnesota Press.
- Harari, Y., Harris, T., & Raskin Aza. (2023, 28 de março). Humanidade precisa dominar IA antes que ela nos domine. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2023/03/humanidade-precisa-dominar-ia-antes-que-ela-nos-domine.shtml>
- Harman, G. (2002). *Tool-being: Heidegger and the metaphysics of objects*. Open Court.
- Harman, G. (2007). *Heidegger explained: From phenomenon to thing*. Open Court.
- Harman, G. (2011). *The Quadruple Object*. Zero Books.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo (parte I)*. Vozes.

- Heidegger, M. (2007). A questão da técnica. *Scientiae Studia*, 5(3), 375-398. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>
- Ji, Z., Lee, N., & Frieske, R. (2022). Survey of hallucination in natural language generation. *ACM Computing Surveys*. <https://dx.doi.org/10.1145/3571730>
- Korolkova, M., & Bowes, S. (2020). Mistake as method: Towards an epistemology of errors in creative practice and research. *European Journal of Media Studies*, 9(2), 139-157. <https://necsus-ejms.org/mistake-as-method-towards-an-epistemology-of-errors-in-creative-practice-and-research/>
- Latour, B. (1996). On interobjectivity. *Mind, Culture, and Activity*, 3(4), 228-245. https://doi.org/10.1207/s15327884mca0304_2
- Latour, B. (2002). *Aramis, or the love of technology*. Harvard University Press.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Latour, B. (2013). *An inquiry into modes of existence: An anthropology of the moderns*. Harvard University Press.
- Lemos, A. (2020a). Comunicação, mediação e modo de existência na cibercultura. In G. Alzamora, J. Ziller & F. Coutinho (Orgs.), *Dossiê Bruno Latour* (pp. 179-206). UFMG.
- Lemos, A. (2020b). Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. *Galáxia (São Paulo)*, 43, 54-66. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020143970>
- Lemos, A., & Bitencourt, E. (2021). Sete pontos para compreender o neomaterialismo. *Galáxia (São Paulo)*, 46, e52017. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202152017>
- Martins, F. (2023, 24 de março). Chat GPT-4: inteligência artificial mente para completar tarefa e gera preocupação. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/chat-gpt-4-inteligencia-artificial-mente-para-completar-tarefa-e-gera-preocupacao>
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *The communist manifesto*. Penguin Books.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.
- Nunes, M. (Org.). (2011). *Error: Glitch, noise, and jam in new media cultures*. Continuum.
- Parikka, J., & Sampson, T. D. (2009). On anomalous objects of digital culture: An Introduction. In *The Spam book. On viruses, porn, and other anomalies from the dark side of digital culture* (p. 291). Hampton Press.
- Possa, J. (2023, 8 de fevereiro). Lançamento do Bard, o ChatGPT do Google, é marcado por gafe com James Webb. *Giz BR*. <https://gizmodo.uol.com.br/lançamento-do-bard-o-chatgpt-do-google-e-marcado-por-gafe-com-james-webb/>

- Rettberg, J. W. (2022). Algorithmic failure as a humanities methodology: Machine learning's mispredictions identify rich cases for qualitative analysis. *Big Data & Society*, 9(2), 205395172211312. <https://doi.org/10.1177/20539517221131290>
- Samakow, D., A. L. Young, & Tanguay, M. (2023, 17 de fevereiro). Dear Mr. Chatbot: You Give Me Chills. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/02/17/opinion/letters/bing-chatbot-kevin-roose.html>
- Simondon, G. (1989). *Du mode d'existence des objets techniques*. Aubier.
- Strauss, D. (2023, 27 de março). IA generativa pode substituir 300 milhões de trabalhadores, projeta banco. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/ia-generativa-pode-substituir-300-milhoes-de-trabalhadores-projeta-banco.shtml>
- Taylor, J. (2021, 5 de outubro). Facebook outage: what went wrong and why did it take so long to fix after social platform went down? *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/2021/oct/05/facebook-outage-what-went-wrong-and-why-did-it-take-so-long-to-fix>
- Tung, L. (2022, 8 de agosto). Meta warns its new chatbot may forget that it's a bot. *ZDNet*. <https://www.zdnet.com/article/meta-warns-its-new-chatbot-may-not-tell-you-the-truth/>
- van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- Velkova, J. (2016). Data that warms: Waste heat, infrastructural convergence and the computation traffic commodity. *Big Data & Society*, 3(2), 205395171668414. <https://doi.org/10.1177/2053951716684144>
- Velkova, J. (2019). Data centers as impermanent infrastructures. *Cultural Machine*. <https://culturemachine.net/vol-18-the-nature-of-data-centers/data-centers-as-impermanent/>
- Velkova, J. (2021). Thermopolitics of data: Cloud infrastructures and energy futures. *Cultural Studies*, 35(4-5), 663-683. <https://doi.org/10.1080/09502386.2021.1895243>
- Weber, M. (2001). *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. Routledge.
- Wikipedia ([2024]). *ChatGPT*. <https://en.wikipedia.org/wiki/ChatGPT>
- Xiang, Chloe. (2023, 29 de março). The Open Letter to Stop 'Dangerous' AI Race Is a Huge Mess. *Vice*. <https://www.vice.com/en/article/qjvppm/the-open-letter-to-stop-dangerous-ai-race-is-a-huge-mess>
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

ENTREVISTA



Cultura, identidades, classes: A busca conceitual inquieta de Alejandro Grimson^a

Culture, identities, and classes: Alejandro Grimson's restless conceptual search

^a A entrevista foi realizada em Buenos Aires, com verbas do Programa Institucional de Internacionalização CAPES/PrInt, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Entrevista com

ALEJANDRO GRIMSON^b

Universidad Nacional de San Martín, San Martín, Buenos Aires, Argentina

por VENEZA MAYORA RONSINI^c

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

^b Professor do Instituto de Estudos Sociais Superiores (IDAES) da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7177-4853>. E-mail: alegrimson2@gmail.com

^c Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Estágio Sênior na Loughborough University, em Londres, pelo CAPES PrInt/UFSM. Pesquisadora do CNPq. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8669-3148>. E-mail: venezar@gmail.com

A ENTREVISTA CONCEDIDA POR ALEJANDRO GRIMSON em um café do Bairro San Telmo, na cidade de Buenos Aires, é parte das atividades realizadas em missão acadêmica financiada pelo Programa Capes PrInt da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). São muitas as razões pelas quais a obra do entrevistado interessa a nós, comunicólogos. Vamos percorrer brevemente sobre elas a seguir, especificamente sobre seu olhar a respeito da cultura em diálogo com questões macrossociais, o que pode lançar insights sobre temas da comunicação, pelo interesse do autor na análise cultural da hegemonia.

Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e graduado em Comunicação pela Universidade de Buenos Aires (UBA), é pesquisador dos processos migratórios, movimentos sociais, culturas políticas, identidades e interculturalidade. Foi assessor presidencial e coordenador do programa Argentina Futura. É pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e professor do Instituto de Estudos Sociais Superiores (IDAES) da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). *Los límites de la cultura* foi distinguido na Latin American Studies Association (LASA) como o melhor livro publicado em espanhol em 2011. Entre suas demais obras, estão: *Mitomanías argentinas: Cómo hablamos de nosotros mismos*; *La nación en sus límites: Contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*; *Pasiones nacionales: Política y cultura en Brasil y Argentina*; e *Mitomanías de los sexos*, em coautoria com Eleonor Faur.

A densidade teórica das obras de Grimson sobre os processos culturais se origina de questões centrais, categóricas ou práticas, escavadas do momento histórico nas quais se inscrevem. Por um lado, seu esforço de relacionar o objeto de estudo com processos socioculturais mais amplos é um dos grandes aprendizados para os estudos de recepção e consumo, sempre atentos aos contextos dos locais onde ocorrem; a cultura, para o autor, só pode ser compreendida a partir de processos políticos e sociais. Por outro, nossa análise cultural da hegemonia pode ser oxigenada com sua visão realista dos setores subalternos, que nos ensina a proteger os dados de “nossos desejos políticos”, como forma de evitarmos já enquadrar as práticas como formas de resistência e empoderamento. Não é surpresa que seu último livro reúna reflexões de vários autores sobre o tema das classes médias. Ele se conecta com sua temática das identidades, já que os processos de diferenciação identitária são interpretados em sua obra como um modo de articulação de desigualdades estruturais.

O autor deixa-nos a lição de que o objetivismo culturalista e o construtivismo pós-moderno necessitam de revisão; de que cultura não é o mesmo que identidades; e de que a fragmentação das identidades só pode ser estudada sem descurar o campo do poder. Para os estudos de recepção e consumo, diferenciar um conceito do outro implica prestar atenção tanto às relações entre mídia e “receptores” como parte dos processos de produção de desigualdades, e não somente de diferenciação, quanto às dissociações entre práticas e significados sedimentados, aliados aos sentimentos de pertencimento.

MATRIZES: O que te motivou a editar um livro e escrever sobre as classes médias?

Alejandro Grimson: Na metade da década passada, eu tinha começado a ver que, em países da América Latina, parte da população se autodefinia como sendo da classe média. Quando as pesquisas perguntavam, as pessoas se auto-percebiam como classe média alta, média ou média baixa. E, em países muito pobres da América Latina, ocorre a mesma coisa. Na teoria, se pensa que as pessoas mentem para si mesmas: são pobres, trabalhadoras, mas têm falsa consciência. Mas essa sociologia objetivista não leva em conta a linguagem. Então começamos a pesquisa sobre essas autopercepções, introduzindo a relevância da dimensão subjetiva. Eu mostrei, muito tempo atrás, que pessoas posicionadas em frações de classe com rendas variadas têm percepções muito diferentes em relação à renda que elas têm. A pesquisa avançou para mostrar que estava tendo processos de rebelião que tinham relação com a classe média: na Espanha, nos países árabes, na Ásia, na África, no Brasil, no Chile. Fizemos essa coletânea sobre as classes médias, a desigualdade, a política.

MATRIZES: Ao acompanhar as longas discussões sobre o conceito de classe, parece um pouco desolador atestar que existe pouco consenso entre o que considerar relevante para mapear as posições na estrutura social, quando, na verdade, existem metodologias da sociologia ocupacional que funcionam muito bem para classificá-las com base em critérios como ocupação, renda, capital cultural, consumo de bens e serviços, por exemplo. Qual é a sua experiência com essa questão na pesquisa empírica?

AG: Eu não questiono a sociologia ocupacional, que é uma subdisciplina da Sociologia. O que eu questiono é a sociologia objetivista que acha que a subjetividade não tem nada a ver com a verdade. Não precisamos discutir mais se a classificação é ou não importante. A discussão sobre os critérios de classificação é útil. O que nós queremos entender é qual a relação entre renda, patrimônio, nível educativo, etc. e a autopercepção. A gente não pode definir a vida social só com base nesses critérios.

MATRIZES: Por que acha que as pessoas não querem se identificar como classe trabalhadora?

AG: No livro *Que es el peronismo*, que eu publiquei em 2019, eu mostro que um dos problemas da teoria das classes é que a identidade de classe sempre foi pensada como exclusiva, mas em termos práticos isso não ocorre. Se um trabalhador vai no sindicato e faz greve, se percebe como trabalhador; ou vai fazer turismo na praia e se percebe como classe média. E isso não é uma contradição. Hoje tem uma crise da classe média em função do empobrecimento. Quando as pessoas têm um filho na universidade, elas mudam a percepção de classe. Ou um carro.

MATRIZES: Na história recente do Brasil, o Estado-nação e alguns institutos de pesquisa tentaram nos fazer acreditar que somos um país de classe média, classificando os indivíduos como “nova classe média” quando, na verdade, autores como Marcio Pochmann e Ricardo Antunes provaram que se tratava de uma classe trabalhadora. Como você avalia essas narrativas que medem o grau de desenvolvimento de um país pela ascensão (real ou fictícia) de grupos para classe média?

AG: Em parte, o Estado-nação constrói narrativas para sua própria legitimação. No caso de muitos países, como Argentina e Uruguai, a discussão era qual o país mais branco, porque era superior. Eu acho que, para o progressismo, a classe média é um problema muito grande porque tem uma tendência da esquerda de representar o lado mais explorado da sociedade. A única maneira de você continuar representando a sociedade é ter um discurso mais dinâmico, para que a esquerda tenha um projeto político. Você não

pode falar apenas sobre uma parte da sociedade. O neoliberalismo tem um discurso dirigido para a classe média, enquanto a esquerda rejeita moralmente a classe média, faz políticas para todos e também beneficia a classe média.

MATRIZES: Elísio Estanque aponta o radicalismo recente da classe média brasileira e portuguesa (2011-2013) com um dado que muda a ideia marxista de uma classe meramente individualista. Demoramos a perceber algo que já esteve presente na contracultura protagonizada pela classe média? Outros fenômenos, como segmentos do movimento ambientalista vinculados à classe média, poderiam também atestar essa capacidade “crítica” da classe média?

AG: O questionamento moral é inaceitável neste caso porque a participação da classe média tem sido fundamental também para fatos históricos importantes para a humanidade. Você só pode julgar uma pessoa por suas ações.

MATRIZES: O texto de Jess Auerbach sobre a classe média em Angola e Brasil fala da importância das redes digitais para as identidades de classe. Fiquei com a impressão de que a mídia não se confirma como algo relevante porque tive dificuldades em apontar coisas significativas sobre seu papel. Você poderia comentar suas impressões sobre essas relações?

AG: Eu acho que não se pode universalizar essa relação entre redes digitais e identidades. Depende do contexto. No início, o uso do computador, do smartphone e da rede era elitista. As novas tecnologias precisam ser investigadas. Eu mesmo não tenho pesquisa sobre isso.

MATRIZES: Você acha que a presença da mídia nas análises sociológicas aparece ainda de forma muito incipiente? Em caso positivo, você atribui a isso uma abordagem que ainda a percebe como um aparelho ideológico do Estado ou como instrumento da ideologia dominante, a exemplo da escola de Frankfurt?

AG: Eu não sei. Olha, tem Manuel Castells com grandes debates. E, por outro lado, acho que nunca se supera esse debate de Frankfurt. Por exemplo, o Héctor Schmucler, um dos fundadores do campo da comunicação na Argentina, diz que a história da teoria da comunicação no mundo é a história de relativização dos efeitos da mídia. Começa com a teoria hipodérmica e acaba falando em cultura, em um processo de várias décadas. Eu acho que ele gostaria de perguntar de um outro jeito; não de perguntar sobre o poder da mídia, mas sobre o impacto social da tecnologia e a relação entre tecnologia e sociedade. Os discípulos dele têm uma disciplina que ensinam na faculdade e se chama “Tecnologia e sociedade”.

Flavia Costa¹, muito próxima a ele, acaba de publicar *Tecnoceno*, essa época em que o ser humano deixou uma marca tecnológica no planeta.

MATRIZES: Você acha que a determinação da mídia nesses trabalhos é mais forte?

AG: O problema é definir o que é determinação. Na teoria clássica, é causalidade; para Raymond Williams, é delimitação. Mas ninguém pode dizer que a mídia não tem relevância, com a questão das fake news, do *Agenda Setting*, etc.

MATRIZES: Que aspectos você poderia comentar sobre as relações entre mídia e identidade nacional?

AG: Uma das coisas mais importantes da luta política na qual a mídia intervém hoje tem a ver com o que Goffman chama de construção de *frames*, ou seja, de marcas interpretativas. Quando você constrói um marco, a interpretação é outra dimensão da luta. Quando você está falando de Rede Globo, Folha de São Paulo, está falando de uma configuração brasileira, e que aqui [na Argentina] não tem influência nenhuma. Mesmo na globalização, você tem CNN. Você pode olhar todas as televisões, mas a CNN não tem relevância aqui. Mas a mídia concentrada aqui, sim.

MATRIZES: Creio que você contradiz boa parte da literatura sobre a globalização e o papel do Estado-nação.

AG: Sim, acho se pode dizer isso, porque é uma análise muito linear da globalização como se não tivesse contradições, níveis. A globalização está cheia de promessas não cumpridas, tanto sobre a fluidez das fronteiras, como sobre essa tese da aldeia global. Onde está essa aldeia global? Eu faço uma distinção, tanto em termos teóricos como políticos entre configuração nacional e Estado nacional. A configuração é o marco interpretativo, é a sedimentação histórica de um momento determinado, e o Estado-nação é uma possibilidade política. Se o Brasil elege o Lula, ele tem os recursos do Estado-nação. Sempre teve limites; não é somente agora, com a globalização, que existem limites para o Estado-nação. Tem macroeconomia, microeconomia, diplomacia, problemas típicos do Estado-nação: por que há países onde cresce a economia, e outros com recessão? Países em que sobe o salário, e em outros, não? Com investimentos em ciência e tecnologia, e outros não; com boa educação pública, e outros não? Porque existe o Estado-nação. Agora, a configuração é o espaço onde o sentido comum é disputado; onde a cultura, a mídia, os movimentos sociais, os partidos políticos, todos jogam lá, porque a configuração é o campo de interlocução. E o Estado-nação é o campo da ação neste nível. Tem outros níveis, como bairro, cidade.

¹ Flavia Costa é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, pesquisadora do Conselho nacional de investigações científica e técnicas (CONICET), que, em 2021, lançou o livro *Tecnoceno. Algoritmos, biohackers y nuevas formas de vida*. Na obra, destaca o desenvolvimento técnico e as infraestruturas que desencadearam um salto de escala em nossa relação com o meio ambiente, onde a escala é o planeta Terra. Utilizando-se da nomeação “tecnoceno”, do sociólogo português Hermínio Martins (1934-2015), a autora afirma que as tecnologias de informação digital são responsáveis por uma profunda tecnomorfia produzida na confluência do capitalismo, da tecnociência, da financeirização, da militarização e do extrativismo.

MATRIZES: Onde você coloca o nível das instituições?

AG: Tem instituições de diferentes níveis. Se você usa um critério de espaço, tem micro e macro: bairro, cidade, nação, a ONU etc. Pode ter outros critérios. Esse é só o de espaço. Você pode estudar muitas coisas a partir deste conceito de configuração: escola, hospital etc. Você tem heterogeneidade, conflito, desigualdade, código implícito. O que você pode reconstruir deste conflito, você pode estudar.

MATRIZES: Na introdução de *Los límites de la cultura*, você cita um trecho de Raymond Williams e sua defesa sobre a centralidade da produção cultural para o funcionamento social. Poderia comentar as implicações da afirmação “os trabalhadores da comunicação têm a capacidade de fazer pedaços o tecido inteiro da vida social”?

AG: Ele está tendo um diálogo com Perry Anderson, o historiador marxista, no livro *Politics and Letters*. Anderson diz para Williams que o peso da economia não é o mesmo que o da cultura, que uma greve dos mineiros é muito mais relevante que uma greve de jornalistas. E Williams responde que depende da situação, das prioridades da cultura. Se a cultura prioriza a energia, é uma priorização cultural, e não natural. Williams, no final dos 1970, ainda não podia saber o que iria acontecer com a mídia, mas ele responde de forma impressionante a uma perspectiva mais clássica. Quando só tinha jornalismo, sem redes sociais, uma greve de jornalistas poderia destruir o tecido social.

Outra coisa importante no Williams é que não tem nada fora da história. A determinação, a causalidade, está dentro da história. Voltando para essa frase, isso não é mais do mesmo jeito, porque hoje aparecem as redes sociais. Não sei como seria uma greve de jornalistas, qual o impacto.

MATRIZES: Mas, por outro lado, hoje a capacidade de dividir talvez seja maior porque há muita fragmentação, perda da potência do jornalismo profissional.

AG: Exatamente. Então tem que estudar essa contextualidade histórica.

MATRIZES: O conceito de configuração como uma articulação tem alguma aproximação com o de Norbert Elias?

AG: Tem a ver com ele. Quando eu estava escrevendo os limites da cultura, apareceu um problema assim, se cultura era adjetivo ou substantivo. Por exemplo, quando se fala em cultura como adjetivo, teríamos que usar um substantivo – constelação cultural, por exemplo. Só que as metáforas astronômicas não funcionam muito bem, porque uma constelação é um conjunto de unidades discretas; são coisas identificáveis, unidades onde as coisas podem

ser descobertas, formam figuras. Daí eu escolhi o termo “configuração” que está mais ligado à ideia do mapa, da representação cartográfica.

MATRIZES: Você poderia dar um exemplo para concretizar essa ideia da cultura como adjetivo e substantivo?

AG: A Lila Abu-Loghod diz, em outro texto dela, que o termo cultura foi usado para classificar, para separar, o que eu acho que pode ser uma visão parcial. Depois disso, nos anos 1990, teve grandes debates. Se fosse uma monarquia, poderíamos dizer que entre abolicionistas e reformistas: os primeiros diziam para matar o termo cultura; os reformistas diziam para mudar. O problema do substantivo é que você pode definir do jeito que você quiser, mas, ao se falar da cultura argentina, é muito difícil não substantivar. Quando você fala da configuração argentina, está falando não de uma coisa que existe; é uma forma de olhar a realidade. Você não tem configurações no mundo, mas ajuda a olhar a heterogeneidade, o conflito, a desigualdade, o campo de interlocução que você não consegue ver de outro jeito.

MATRIZES: Da sua experiência com Canclini e Barbero, o que destacaria sobre a contribuição de ambos para o campo da comunicação?

AG: O livro do Barbero, *De los medios a las mediaciones*, vai da mídia para a cultura. Na minha trajetória, isso foi muito importante. O Jesús Martín-Barbero escreveu o prólogo do meu primeiro livro; e eu e Canclini somos muito amigos. O Jesús foi pai fundador de um movimento teórico. E o Néstor passou pela comunicação, mas ele é multifacetado, ele faz uma análise muito abrangente. O que os dois têm em comum é a formação filosófica, o que fez com que as perguntas e as respostas tenham sido diferentes do que havia no campo da comunicação.

MATRIZES: No livro *Los límites de la cultura*, você menciona o estudo de Abu-Lughod com mulheres espectadoras de telenovela. Uma das análises da autora diz respeito à narrativa da novela permitir às mulheres refletir criticamente sobre a moral dominante de gênero. Na minha pesquisa com mulheres de diferentes classes, eu concluo algo semelhante sobre a mudança na moral sexual das classes trabalhadoras. Qual a importância que você atribui a essas análises para entendermos as configurações culturais e as identificações?

AG: Nesta pesquisa, eu sublinharia que uma autora feminista de uma telenovela que era interpretada por mulheres rurais de forma mais conservadora, o que inverte essa ideia clássica de que a telenovela é sempre mais conservadora que o receptor. Tinha mulheres em diferentes situações de casamento,

família, nível educativo e que interpretam a telenovela de forma diferente. Mas a questão da configuração é que essas interpretações não são incompreensíveis; estão discutindo entre si, fazem sentido. Um exemplo de interpretação incompreensível: uma empresa de bicicleta se instala na África e, a exemplo do que se faz com a publicidade de carros com felinos, coloca uma bicicleta com um sujeito fugindo de um felino. E cai a venda da bicicleta. São configurações que não dialogam porque o significado do felino é tão diferente que não sugere diferentes interpretações, é o oposto do que a empresa supõe. Temos aí uma fronteira de configuração, que é uma fronteira da rede de significação. Eu tentei mostrar em um trabalho meu que o limite da configuração é o limite em que o significante se transforma em falso cognato. Agora, quando a situação é de configuração compartilhada, voltando para Abu-Lughod, você tem heterogeneidade em diálogo, em conflito. Se tem conflito, tem diálogo.

MATRIZES: Você não acha que muitas vezes, nessas pesquisas de recepção, falta uma explicação para essas diferenças de interpretação em termos de estrutura social e cultural?

AG: Sim. Não sei se estrutura, mas perguntas sobre dimensões subjetivas e objetivas, formas de autoafiliação étnica, de gênero etc. Para mim, isto não está fora da história. Para mim, essas variáveis precisamos estudar, e não sabemos qual vamos encontrar no campo. Pode ser classe, gênero, idade. E hoje tem fronteiras de significação geracionais muito intensas, ou de gênero. Aí seria simplesmente dizer que essas coisas são mais relevantes agora? Ou seria mais que isso? O problema é que não tem nenhuma variável externa à situação; tem que entrar na situação. Mas não é um contextualismo sem teoria, e sim com uma teoria das múltiplas determinações que podem aparecer. ■

REFERÊNCIAS

- Guizardi, M., Grimson, A., & Merenson, S. (Eds.). (2023). *Middle class identities and social crisis: Cultural and political rebellion on the “Global Rebellion”*. Routledge.
- Grimson, A. (2019). *Mitomanías argentinas: Cómo hablamos de nosotros mismos*. Siglo XXI.
- Grimson, A. (2011). *Los límites de la cultura. Crítica de las teorías de la identidad*. Siglo XXI.

Artigo recebido em 10 de maio de 2023 e aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

EM PAUTA

NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO



Capitalismo de vigilância e lutas algorítmicas

Surveillance capitalism and algorithmic struggles

MURILO DUARTE COSTA CORRÊA^a

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa – PR, Brasil

GIUSEPPE COCCO^b

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, Brasil

RESUMO

Nos últimos anos, a literatura sobre técnicas digitais rebentou em uma espiral de denúncias contra os algoritmos. Eles seriam as técnicas neoliberais por meio das quais uma nova etapa do capitalismo subsumiria globalmente as sociedades, encerrando-as em uma repetição infinita assegurada pelo extrativismo de dados e pela vigilância contínua. Esse ensaio problematiza o capitalismo de vigilância – um dos principais pontos de convergência desse debate. Ainda, reposiciona a clivagem entre vigilância e segurança no contexto da pandemia de covid-19 sob a ótica das lutas algorítmicas. Como resultado, afirma que o capitalismo de vigilância escamoteia a perspectiva do trabalho e das lutas, lançando-nos ao impasse e ao imobilismo políticos.

Palavras-chave: Técnica, capitalismo de vigilância, algoritmos, lutas sociais

ABSTRACT

The recent literature on digital techniques has exploded in a spiral of denunciations against algorithms. They would be nothing but neoliberal techniques by which a new stage of capitalism would globally subsume societies, enclosing them in an infinite repetition guaranteed by data extraction and continuous surveillance. This essay problematizes surveillance capitalism – one of the main focal points of this debate. Furthermore, it repositions the split between surveillance and security in the context of the COVID-19 pandemic from the perspective of algorithmic struggles. As a result, we argue that surveillance capitalism hides the perspective of work and struggles, throwing us into political impasse and immobility.

Keywords: Technics, surveillance capitalism, algorithms, social struggles

^a Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor e Mestre em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), respectivamente, com pós-doutorados na Vrije Universiteit Brussel e na Universidad de Buenos Aires. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4420-2275>. E-mail: correa@uepg.br

^b Professor Titular no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação e Cultura e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e Mestre em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), com pós-doutorado na Birkbeck University. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7436-8807>. E-mail: beppo1977@gmail.com

¹ O que chamamos aceleração algorítmica corresponde não apenas ao fato de que “as redes e o processamento algorítmico solidificam os rastros dos ritmos metropolitanos” e cristalizam “fluxos em dados (big data) cujo processamento se torna cada vez mais rápido e eficaz”, mas, também, corresponde à aceleração “[dos] próprios níveis de abstração do trabalho que, flutuando como virtualidades, a qualquer instante podem realizar-se e condensar-se . . . em data de bilhões de decisões geradas por centenas de milhões de dispositivos online (os smartphones e outros tablets)” (Szaniecki & Cocco, 2021, p. 35-36).

OS ALGORITMOS ESTÃO por toda parte, no embalo de um ritmo desenfreado. Enquanto vivemos uma vertigem que poderíamos chamar de *aceleração algorítmica*¹, uma gigantesca literatura grita contra “a ditadura dos algoritmos” (Benasayag, 2019), os “algoritmos da opressão” (Noble, 2018) ou de “destruição em massa” (O’Neil, 2020). Com diferentes procedências, o pessimismo é generalizado. É comum ouvir que nos encontramos em um mundo “silicolonizado” (Sadin, 2016), onde a ascensão dos dados determina a “morte da política” (Morozov, 2018).

Essa panóplia de análises, e sobretudo a atmosfera emocional que elas mobilizam, pode convergir no que Shoshana Zuboff (2020) nomeou capitalismo de vigilância. Condensado nessa expressão, o termo *vigilância* pretende anunciar uma nova etapa do *capitalismo*, agora marcado por uma condição ultraorwelliana de controle e transparência totais. Na realidade, o que Zuboff propõe não é a noção de um *big brother* espiando a vida de todo mundo, mas a de um *big other* – ideia inoculada por uma nova configuração da economia política do poder batizada de poder instrumentário.

Quando o determinismo tecnológico parecia ter sido abandonado, a abordagem do capitalismo de vigilância reintroduziu o determinismo econômico do neoliberalismo e suas novas técnicas de poder (Han, 2018) com ares de uma matriz crítica geral e sedutora. Porém, pensamos que, ao invés de fornecer armas e alternativas para a ação política, esse caminho não faz mais do que mapear uma servidão geral à técnica da qual teria se tornado impossível desertar.

Se a aceleração algorítmica implica e mobiliza o desenvolvimento da computação em *nuvem*, essas abordagens críticas resultam, por sua vez, em uma névoa intelectual que leva o pensamento sobre a técnica, a tecnologia e o capitalismo contemporâneos ao *impasse* e ao imobilismo. Por um lado, elas dão conta do “mal-estar” na cultura algorítmica (Supiot, 2015). Por outro, ao invés de potencializar saídas, essa perspectiva crítica apenas nos paralisa diante dos verdadeiros e urgentes desafios que temos pela frente. O sucesso editorial e de opinião da literatura ao seu redor testemunha o impacto das angústias psicossociais geradas pela *aceleração algorítmica* diante das incertezas crescentes que ela gera sobre o futuro.

Se, por um momento, a noção de capitalismo cognitivo (Boutang, 2012) captou adequadamente as transformações do valor, é porque ela tinha como ponto de partida a análise das transformações do trabalho, particularmente ligadas aos temas do *general intellect*. Essas análises propunham um capitalismo pós-fordista já atravessado pelas lutas da multidão do trabalho imaterial – aquele que acontece na circulação metropolitana, como uma inteligência organizada em rede, fruto da cooperação entre as singularidades que compõem a multidão (Hardt & Negri, 2005).

De nossa parte, pensamos que o problema do argumento crítico do capitalismo de vigilância reside no fato de que sua análise escamoteia o ponto de vista do trabalho e das lutas e não leva suficientemente em conta a questão da coordenação social. O capitalismo é, sim, um modo de exploração do trabalho, mas também (e antes disso) é um modo de coordenação da sociedade. Passar pelas lutas não é uma questão moral, mas de método. Como quisera Marx, as lutas são internas ao capitalismo, mesmo na sua configuração pós-industrial ou algorítmica.

Precisamos apreender a técnica de modo não essencialista, ou seja, problematizá-la através da reativação das suas dimensões políticas: as lutas transversais e imanentes aos agenciamentos tecnossociais. Em outras palavras, parece-nos que o impasse real está nas lutas, e não no capitalismo. Desse modo, a técnica precisa ser pensada em sentido operacional, processual e metaestável. *Apenas as lutas tornam a técnica pensável na condição de problema*, e não mais na condição de questão.

Para tanto, precisamos conceber os algoritmos como objetos ou seres técnicos, abertos à exterioridade e desdobrando-se, inacabados, no sentido que o filósofo da técnica e da individuação Gilbert Simondon lhes emprestara. Isso significa compreender os algoritmos como processos reais desenvolvidos pelas “linhas [de sua] gênese como única essência verdadeira” (Simondon, 2020, p. 233). No vocabulário simondiano, essência já não remete a *ser em geral* ou à *ontologia*, mas à relação, processo e devir – condição para que o pensamento da técnica transponha o impasse da crítica e possa reencontrar as lutas.

Nosso problema nunca foi a técnica, nem os algoritmos, mas as lutas que constituem a significação dos objetos técnicos e produzem seus modos de existência. O impasse no qual estamos não é definido pelo capitalismo ou pela vigilância, mas pelas dificuldades em captar as lutas que o atravessam. Paradoxalmente, definir o capitalismo em termos de vigilância nos leva ainda mais para dentro do impasse. Deixemos claro que não temos respostas sobre como sair dele, mas isso não nos exime de tentar formular problemas adequados que possam liberar caminhos.

Para tanto, articularemos o argumento de que a abordagem do capitalismo de vigilância escamoteia a perspectiva do trabalho e das lutas, lançando-nos a um impasse e ao imobilismo político, em duas seções. A primeira, intitulada “Capitalismo de vigilância”, dedica-se a definir, com os devidos contrapontos críticos, os contornos da atmosfera intelectual e emocional que constitui essa abordagem, revisando as literaturas contemporâneas que nela convergem. A seção organiza essa prospecção a partir das ideias de instrumentalismo, que se manifesta no poder instrumentário; de extrativismo de dados comoditizados,

manifesta no modelo econômico-político das *big techs*; e de reiteração (recursividade ou *feedback loop*), que dá nome ao regime de reprodução automática das sociedades governadas por algoritmos.

Como veremos, os três principais achados correspondentes a cada eixo em que se desenvolve essa prospecção serão: o imobilismo político diante do impasse tecnológico e extrativo; o desligamento entre a crítica ao capitalismo e as lutas; e, por fim, a representação de um automatismo social generalizado, governado por algoritmos, que encerra essa cadeia de raciocínio em uma tautologia da qual o seu impasse emana.

A segunda seção, intitulada “A clivagem vigilância/segurança”, reposiciona a clivagem entre vigilância e segurança no contexto da pandemia de covid-19 e propõe trajetórias de escape do impasse do capitalismo de vigilância. Para tanto, interpreta o capitalismo algorítmico como um terreno material em que lutas e processos sociotécnicos se alavancam mutuamente. O argumento se desenvolve articulando duas dimensões dessa clivagem e três lutas recentes nas quais podemos vê-las se manifestarem. Essa clivagem se prolonga tanto no terreno de ação política de movimentos sociais contemporâneos, que de alguma forma se veem atravessados pelas tecnologias digitais, quanto na dimensão das políticas públicas.

Na dimensão vertical da clivagem vigilância/segurança, recuperamos a relação entre a segurança e o controle genuinamente biopolítico da crise de saúde desencadeada pela pandemia de covid-19. Já na dimensão horizontal da mesma clivagem, recuperamos a noção de *sousveillance* (a vigilância desde baixo) como contraponto à *surveillance* (a vigilância de cima para baixo) para detectar tendências de lutas emergentes tanto a partir do caso George Floyd, na rejeição do *Black Lives Matter*, desencadeada em dimensões globais, quanto a partir das lutas dos trabalhadores de aplicativos, o que reinsere na análise a dimensão da subjetividade, por um lado, e do trabalho contemporâneo, por outro.

Assim, tentamos remontar à técnica como *terreno* imanente em que as lutas se desenvolvem, valendo-nos da força dos movimentos antirracistas e dos entregadores de aplicativos, na condição de lutas que se processaram por dentro da *aceleração da aceleração* algorítmica desencadeada no cenário pandêmico.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: INSTRUMENTALISMO, EXTRATIVISMO E REITERAÇÃO

Em *A era do capitalismo de vigilância*, Shoshana Zuboff descreveu o fenômeno que dá título ao seu livro como um amplo diagrama de poder que funciona como “o titereiro que impõe sua vontade por meio do aparato digital ubíquo”

(Zuboff, 2020, p. 427), como “o mago por trás da cortina digital” (Zuboff, 2020, p. 429), para quem o *instrumentalismo* funciona como uma “arquitetura prática” (Zuboff, 2020, p. 472) ordenada para minerar a realidade.

O que Zuboff chamou de poder instrumentário, nomeando assim seu específico regime de poder, reproduz a estrutura social montada pelo modo de produção material do capitalismo de vigilância. Seu advento se alicerça na ubiquidade do aparato digital, das infraestruturas em redes, do crescente poder de processamento computacional e de inéditos efeitos de totalização social para impor-se como uma tecnologia universal do comportamento. A condição material da produção, e do novo regime de acumulação que apresentará “*surveillance as a service*” (Zuboff, 2000, p. 480), instancia a assimetria de poder entre *big techs*, seus magos e sacerdotes, e os usuários comuns. Estes já não são, como no adágio neoliberal, os produtos dos serviços gratuitos, mas “as carcaças abandonadas” (Zuboff, 2000, p. 429) das ações contínuas de caça em busca de superávit comportamental.

A engenharia comportamental mistura neoliberalismo e behaviorismo radical. Vale-se da onisciência, do controle e da certeza extraídas e geridas ativamente em benefício dos fins de mercados de futuros comportamentais. Isso faz do poder instrumentário um novo tipo de saber-poder estatístico e totalizante, gerador de um automatismo social tendencialmente absoluto: “uma ordem digital que prospera dentro de coisas e corpos, transformando vontade em reforço e ação em resposta condicionada” (Zuboff, 2020, p. 430).

Esse poder implica um regime de governança dos fluxos comportamentais, previsíveis e moduláveis, inibindo, *a priori*, toda ameaça de instabilidade. Nessa subsunção da sociedade pela nova ordem de acumulação, a própria utopia se converte em uma prática experimental de poder que dirige os fluxos de ações humanas mimetizando as máquinas. Por isso, Zuboff (2020) vê as verdades computacionais substituírem as verdades políticas.

Assim, o capitalismo de vigilância rearticula a antiga razão instrumental nos termos do poder instrumentário do *big other*. Na visão de Zuboff (2020), o *big other* generalizaria um *totalitarismo digital* apoiado em dados públicos e privados, com o objetivo de obter o maior nível possível de automação social. Ele se caracteriza como um regime institucional, ubíquo e em rede, que grava, modifica e comoditiza as experiências cotidianas de pessoas e coisas, a fim de estabelecer novas rotas de monetização.

Embora ele reconfigure as sociedades de massas, também torna a conformidade social irrelevante, na medida em que impõe “um novo tipo de automaticidade” (Zuboff, 2020, p. 430) do comportamento baseado em dados comportamentais que retroalimentariam, segundo um amplo circuito de valorização

capitalista, novas diretrizes que seguem a lógica de estímulo-resposta descrita por behavioristas radicais como B. F. Skinner. Segundo Zuboff, o que teria faltado para tornar uma visão como a de Skinner praticável foi a *verdade computacional* que os dados, o registro dos fluxos, o aprendizado de máquina e a modelagem computacional poderiam, hoje, fornecer.

As descrições de uma sociedade instrumentária, totalizada e subsumida pelo capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020) irão inspirar uma atmosfera paranoide, na qual o perigo da irracionalidade em rede se transforma tautologicamente em fatalismo crítico da razão. Nas sociedades das redes, o instrumentalismo é mobilizado para fabricar diferenças a serem incitadas, deixadas livres, desenvolvidas, circuladas, multiplicadas, e então exploradas, extraídas, mobilizadas e moduladas segundo múltiplas estratégias de geração de valor pela engenharia comportamental. A produção de valor comportamental tornou-se a sede de extração de mais-valia das singularidades, diferenças fragmentares e *dividualidades* (Raunig, 2016). Essa seria a última fronteira do saber-poder instrumentário que caracteriza o capitalismo de vigilância.

A uniformização, a adaptação e a conformidade das antigas sociedades industriais são agora substituídas pela singularização, extração e modulação das redes instrumentárias. Desse modo, a abordagem em termos de capitalismo de vigilância nos coloca diante de uma situação em que a única versão possível da crítica está do lado das tecnofobias paranoides e no avesso das tecnofilias permissivas. Uma tentativa de sair desse impasse passará pela qualificação extrativista da vigilância: o capitalismo contemporâneo não seria apenas vigilantista, mas também extrativista – e o que liga um termo a outro são, precisamente, os *dados*. A crítica se dirigirá, pois, contra o modelo extrativo de produção, visando interceptar a linha de tendência que atravessa a terra, os corpos e os meios.

Em outro contexto, territorial e metabólico, Maristella Svampa (2019) resumiu o extrativismo em três traços: 1) o extrativismo é um regime de acumulação capitalista contínuo; 2) ele se prevalece da intensificação do intercâmbio metabólico entre homem e natureza; e 3) seu objetivo é exportar *commodities* (matérias-primas, energia, recursos), segundo os vetores de um diagrama colonial que coloca as periferias a serviço dos centros globais.

Já a descrição do capitalismo de vigilância baseia-se na evolução dos modelos de negócios das *big techs* americanas e chinesas (sobretudo, Google, Facebook, Amazon, Alibaba, Baidu e Tencent). Sua premissa é a de que o capitalismo contemporâneo teria evoluído do modo de produção fordista à técnica extrativa do Google model. Enquanto o primeiro correspondeu a uma economia escalar de expropriação do trabalho que fornecia produtos e serviços, o Google

model teria encapsulado um tipo novo e parasitário de economia, baseado na extração de *dados*.

Assim, já não se acumulam apenas matérias-primas e *commodities*, nem se expropria unicamente o trabalho; mais do que isso, extraem-se e acumulam-se dados com valor comportamental por meio de arquiteturas computacionais globais e difusas, a fim de modelar comportamentos e aumentar a sua previsibilidade. Produtos e serviços já não têm valor em si, exceto como rotas em contínua construção e como testes para constituir mercados de futuros comportamentais, tornando o extrativismo de dados sustentável em larga escala (Zuboff, 2020).

Não é difícil perceber que os traços alinhavados pela crítica do extrativismo incorporam-se à abordagem feita pelo capitalismo de vigilância: 1) o extrativismo é um regime de acumulação contínua, agora arquitetado computacionalmente pela vigilância; 2) expandindo as interações entre homem e natureza, o capitalismo de vigilância se sustentaria na intensificação das trocas metabólicas entre a natureza dos corpos e o caráter pós-humano dos meios – intensificação favorecida pela ubiquidade dos sensores, *gadgets* e *wearables* extrativos; e 3) mantém-se o objetivo de extrair *commodities* (dados) segundo os vetores de um diagrama colonial que vai das periferias da vida cotidiana às plataformas verticalizadas das *big techs* no Vale do Silício.

Essas duas poderosas abordagens do capitalismo extrativo, de certa maneira, cruzam-se na crítica à comoditização de dados. O mote “*data is the new oil*” (Bridle, 2018) rebentou de literaturas dispostas ora a denunciar as ameaças à democracia liberal (O’Neil, 2020; Zuboff, 2020), ora a proclamar o fim da própria política (Morozov, 2018). Essa mutação teria transformado o próprio regime de acumulação e concentração de riqueza de forma permanente, reorganizando as arquiteturas computacional e social para esses fins.

É interessante perceber que a crítica ao extrativismo da terra e dos dados integram, em certa medida, um mesmo diagnóstico da ameaça que paira sobre a ecologia democrática de direitos. Enquanto Svampa (2016) fala da equação *mais extrativismo, menos democracia*, Zuboff (2021) assinou um artigo de opinião no *The New York Times* em que afirma a incompatibilidade entre capitalismo de vigilância, democracia e direitos humanos.

Aceitar tudo isso implica admitir que a técnica subsume tanto o campo social quanto as alternativas políticas que ele gesta. Não haveria nenhum espaço de lutas, exceto talvez um novo ludismo (Mueller, 2021) inteiramente negativo. Deveríamos, então, concordar com Han (2018) e proclamar a obsolescência das lutas? Para os teóricos do capitalismo de vigilância, o político encontra-se bloqueado pela ontologia da técnica, e toda potencial divergência teria sido absorvida em um modelo de governança por reiteração. Estaríamos no auge da

automação social e nos moveríamos na plena lógica da vigilância: *in extremis*, tudo se passa como se fôssemos *autômatos* governados por algoritmos *autônomos* engendrados por um *paradigma carcerário geral e a céu aberto* (Katz, 2020).

Boa parte da literatura contemporânea sobre a técnica move-se, hoje, em uma atmosfera na qual a tarefa negativa da crítica implode na forma da denúncia de uma governança automatizada, de uma sociedade de repetição, digitalmente normalizada e ontologicamente reiterativa. Nela, todos os traços que permitiriam entrever reconexões possíveis com o terreno das lutas ou com os componentes políticos de um agenciamento sociotécnico são neutralizados *a priori*.

Essas abordagens continuam a pensar que a inteligência artificial (IA) contemporânea seria fruto linear da cibernética e de seu efeito de feedback (Pasquinelli, 2023), tanto que a recursividade, os *feedbacks loops* e suas repetições infinitas constituirão um dos problemas centrais na interpretação que a abordagem do capitalismo de vigilância fez dos algoritmos. Aí, a complexidade e a indeterminação técnica dos algoritmos acaba estreitada à noção matemática de *função recursiva*, isto é, “uma função que se repete até atingir um estado estacionário” (Hui, 2019, pp. 120-121).

Cathy O’Neil (2020) enfatizou a recursividade dos algoritmos. Tudo se passa como se os algoritmos fossem máquinas do tempo, controlando o presente e bloqueando o futuro a partir de funções matemáticas opacas e pervasivas que operam sobre a acumulação de dados passados, obtidos com base na extração e na imposição *soft* da hipervisibilidade social.

Na medida em que políticas públicas e privadas ligadas ao exercício de direitos se indexam a algoritmos, eles serão responsabilizados pela reiteração e automação cegas de estruturas sociais dadas. Para Virginia Eubanks (2018) ou Yarden Katz (2020), os algoritmos e a IA não passariam de modelos cuja flexibilidade é colocada a serviço de invariantes estruturais, reproduzindo desigualdades, vieses de gênero, raça, pobreza e criminalização, revigorando privilégios da branquitude etc.

É nesses termos em que a tensão entre recursividade (repetição) e contingência (a diferença) se coloca entre os teóricos do capitalismo de vigilância. Eles descreverão os algoritmos e a IA como máquinas governamentais que colonizam as contingências e eliminam os possíveis. Toda variação não passaria de um simulacro de diferença ou de um epifenômeno da repetição determinista de uma estrutura predisposta à reiteração.

Essa descrição prolonga uma premissa distópica, repercutida no conceito de *big other*, de Zuboff (2020): “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (Orwell, 2009, p. 47). Ela sugere que o problema da repetição do idêntico, ou das relações entre memória e futuro, esteja

de antemão determinado pelas estratégias de poder que operam no presente. Isto é, os algoritmos e a IA não passariam de instrumentos de repetição e de controle das contingências. O futuro aparecerá bloqueado não pela máquina governamental algorítmica, mas pela força que, nela, liga a memória dos dados, o presente das relações de poder e as virtualidades da ação humana.

Essas análises passam ao largo dos verdadeiros desafios que a aceleração algorítmica nos coloca. Um dos maiores paradoxos deriva da crença sem reservas nas metáforas usadas para enfatizar a importância estratégica dos dados, e assim defini-los como *commodities*: como se fossem equivalentes a minérios ou petróleo. Os dados – a informação – são, sim, fundamentais e constituem a grande jazida da aceleração algorítmica, mas funcionam de maneira radicalmente diferente das *commodities* primárias, que aparecem no retrovisor das análises que reduzem o capitalismo contemporâneo a uma deriva vigilantista e extrativista ou de *espoliação*.

Em primeiro lugar, a massificação dos dados (o *big data*) que hoje é a base dos modelos de negócio das GAFAM² deriva de um processo de *conexão* generalizada (a *internet das coisas*). As *conexões precedem os dados* e instanciam a sua produção. Em segundo lugar, diferentemente das *commodities*, os dados são bens não rivais: o uso que se faz deles não impede que outros continuem a usá-los (Haskel & Westlake, 2018). Ao passo que as jazidas minerais se esgotam, a exploração dos dados gera volumes ainda maiores de dados, em espiral. Em terceiro lugar, a disponibilidade de vastas jazidas de dados permitiu a retomada de uma vertente até então marginalizada das técnicas em IA: o *conexionismo* (Dupuy, 2009). Juntamente com o aumento exponencial da potência de cálculo da máquina computacional planetária, o *big data* é um dos determinantes da aceleração baseada nos algoritmos de *deep learning*, isto é, do tipo de IA que está na base da aceleração algorítmica dos últimos dez ou 15 anos.

Assim, quanto mais os dados são usados, mais os fluxos deles aumentam, tornando a economia global uma “*perpetual motion machine of data*” (Slaughter & Cormich, 2022). O que acontece não é um movimento de extração de *commodities*, mas de produção algorítmica de sentidos a partir de sentidos – o que é a expressão inglesa *data-driven innovation* manifesta. A inovação baseada em dados pode fomentar a inovação incessantemente, sem se esgotar.

Um exemplo disso, que detalharemos adiante, foi a circulação on-line dos dados sobre a sequência genética do vírus do covid-19. Apenas um mês depois do registro da primeira contaminação, esses dados permitiram às *big pharma*s, como a norte-americana Moderna, começarem a trabalhar imediatamente na vacina, agenciando essas informações àquelas que elas já tinham elaborado com base no conceito inovador de RNA mensageiro (Ball, 2020).

²O que chamamos aceleração algorítmica corresponde não apenas ao fato de que “as redes e o processamento algorítmico solidificam os rastros dos ritmos metropolitanos” e cristalizam “fluxos em dados (big data) cujo processamento se torna cada vez mais rápido e eficaz”, mas, também, corresponde à aceleração “[dos] próprios níveis de abstração do trabalho que, flutuando como virtualidades, a qualquer instante podem realizar-se e condensar-se . . . em data de bilhões de decisões geradas por centenas de milhões de dispositivos online (os smartphones e outros tablets)” (Szaniecki & Cocco, 2021, p. 35-36).

Outro exemplar correlacionado foi a gestão da curva de contágio nos primeiros meses da pandemia. Como também discutiremos em seguida, mostrou-se que o probabilismo pode ser uma ferramenta biopolítica de proteção da vida, por exemplo, no rastreamento da difusão do contágio ou na avaliação do equilíbrio entre proteção à saúde e a minimização do custo de capital humano (Zhunis et al., 2022), ou mesmo na decisão e na logística da distribuição de vacinas (Bicher et al., 2022). Muito longe de o probabilismo e a predição estatísticas serem meramente reiterativas de uma formação social dada, elas podem constituir ferramentas ligadas a dinâmicas materiais que estão atravessadas por bifurcações e prenhos de possíveis para as lutas.

A nosso ver, as técnicas constituem um terreno de lutas que a abordagem do capitalismo de vigilância não consegue apreender por completo. A seguir, apresentaremos duas clivagens que ajudam a demonstrar *concretamente* em que múltiplos sentidos as tecnologias digitais constituem um *meio* para o desenvolvimento das lutas.

É o caso das clivagens entre vigilância e segurança e entre as dimensões vertical (*surveillance*) e horizontal (*sousveillance*) da vigilância e do controle. O trabalho de nuancá-las permite mostrar como elas puderam articular-se biopoliticamente durante os piores momentos da pandemia de coronavírus, mas também forneceram novas armas no contexto das lutas raciais e democráticas contra o racismo e a violência policial, ao mesmo tempo em que se desenvolvem em uma engenharia ou lógica reversa nas lutas dos entregadores de aplicativos.

Como veremos, as linhas de tendência que aí se manifestam conectam-se diretamente com políticas públicas de gerenciamento de risco em saúde (caso da pandemia), de controle da atividade policial (caso *Black Lives Matter*) e políticas de renda básica universal (caso dos trabalhadores de aplicativos).

A CLIVAGEM VIGILÂNCIA/SEGURANÇA: A TÉCNICA COMO TERRENO DAS LUTAS

Definir o capitalismo contemporâneo como de vigilância implica perguntar-nos se Michel Foucault se enganara ao atribuir essa qualidade ao regime disciplinar típico do capitalismo industrial. Ao contrário, nós pensamos que a periodização de Foucault – atualizada pelo “*Post-scriptum* sobre as sociedades de controle” de Gilles Deleuze – continua produtiva, especialmente se tomada mais como um ponto de partida (e de apoio) do que como um ponto de chegada. A atualidade da abordagem foucaultiana se prova pela capacidade de apreender as tensões que configuram o novo regime de poder e, principalmente, a precedência das lutas que o atravessam.

O conceito de vigilância remete a um universo concentracionário que tem como paradigma a “fábrica-prisão”. Não é por acaso que as duas formas delirantes e especulares da modernidade disciplinar – o socialismo real e o nacional-socialismo – pretenderam afirmar um modelo de coordenação baseado nos campos de trabalho forçado soviéticos e nos campos de concentração e extermínio nazistas. Os *Gulag*⁴ soviéticos, assim como o mote *arbeit macht frei* (“o trabalho liberta”) – ainda legível no pórtico do campo de Auschwitz –, foram as faces explícitas e radicais de um sistema de vigilância do trabalho planejado como um regime penal.

Com efeito, ao comentar a governamentalidade algorítmica contemporânea, Yarden Katz (2020) equiparou nossa condição à de um regime *carcerário geral a céu aberto*. Isso talvez faça pensar em Michael Hardt (1997), que criticou a noção de *fora* para dizer que a vida *na* prisão apenas revela a vida *como* prisão. As disciplinas, no entanto, controlam os corpos de cada indivíduo, inserindo-os em uma serialização de massa, e fazem uso de ferramentas punitivas de explícita restrição da liberdade. O que está em jogo hoje, entre nós, parece ser de outra ordem.

Já no início da segunda metade da década de 1970, Foucault antecipou a virada neoliberal pesquisando sobre o nascimento da biopolítica no jogo entre segurança, território e populações. Era claro que o deslocamento das tecnologias disciplinares para as de segurança não implicava o desaparecimento das precedentes (soberania arcaica, disciplina industrial), mas isso não eliminou o fato de que são as tecnologias de segurança que passaram a dominar as anteriores. É na definição das tecnologias de segurança que reencontramos os dados *avant-la-lettre*. “A segurança”, diz Foucault (2004, p. 18-19), “se apoia em certo número de *dados* materiais”. Ela se exerce sobre “um espaço pleno de fenômenos e eventos” como arte de “minimizar os elementos negativos e maximizar os positivos a partir do estudo e modelização das probabilidades” (Foucault, 2004, p. 19).

Já citamos o papel que os dados desempenharam na invenção *algoritmicamente acelerada* de uma vacina eficaz na luta contra o coronavírus. Porém, assim que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que enfrentávamos uma pandemia, o debate inicial sobre políticas de confinamento e a gestão da *curva* de contágio – ocorrido entre março e maio de 2020 – explicitou como a tecnologia de segurança era (e continua a ser) o substrato da razão neoliberal, um substrato tão potente que os mercados sofreram uma inesperada sideração (Boutang, 2020).

O debate na emergência sanitária se articulava entre as modelizações sobre os efeitos prováveis da velocidade de difusão do vírus e os imperativos de achatamento da curva de contaminação. Um perfeito exemplo da definição geral de segurança proposta por Foucault: “Modos e tecnologias usados para manter

um determinado tipo de fenômeno dentro de limites que sejam socialmente e economicamente aceitáveis” (Foucault, 2004, p. 6).

No ocidente, não se tratava de erradicar o contágio (como na política chinesa de zero covid), mas de deter sua velocidade de propagação, mantê-la abaixo de certa taxa e evitar a saturação do sistema de saúde. No centro da estratégia estavam os dados da curva de novas infecções, exatamente como na definição: organizar o fenômeno “em torno de uma média que será considerada como ótima para o funcionamento de uma sociedade dada” (Foucault, 2004, p. 7). Não é por acaso que os leitores heideggerianos de Foucault, a exemplo de Agamben, alinharam-se imediatamente ao *negacionismo* da extrema direita (como o de Trump e Bolsonaro), protestando contra as medidas de proteção das populações adotadas pelos governos, a ponto de integrar manifestações anti vacina (Cocco, 2022). Nas leituras paranoides, segurança e vigilância se equivalem.

Não era isso, porém, que pensava Foucault – para quem a clivagem era mais nuançada. Na pandemia, a biopolítica apareceu como uma política da vida e a população como um meio com existência natural e artificial, um “ponto de articulação entre a cultura e natureza que [é] o terreno de exercício de tecnologias de segurança” (Foucault, 2004, p. 24). Eis a *clivagem entre vigilância e segurança*: a primeira visa disciplinar os sujeitos para que produzam riquezas; a segunda quer constituir a população em relação a um *meio/milieu* de vida, existência e trabalho. Se a disciplina implica um governo, a segurança é uma governamentalidade (Foucault, 2004, p. 24). Nas lutas contra a asfixia (Corrêa, 2021) travadas na pandemia, essa clivagem apareceu de maneira nítida e mostrou o quanto as leituras tecnóforas poderiam endossar a necropolítica da nova extrema direita.

Embora o debate permaneça aberto, o tema da vigilância não ajuda a sair do impasse. As linhas de clivagem consistentes com as lutas precisam ser procuradas de outra maneira. O conceito de segurança, tal como Foucault o problematizou a partir das tecnologias probabilistas de gestão do risco, é tanto atravessado por vetores biopolíticos quanto por colmatagens dos controles. Quando esse conceito começou a ser desdobrado, opuseram-se às leituras paranoicas de Foucault aquelas que pretendiam nuançar as tecnologias de segurança valendo-se da diferença implícita entre a biopolítica e o biopoder. Enquanto a biopolítica implicaria uma política da vida, do *fazer viver* como potência, o biopoder teria sido uma tecnologia de poder *sobre* a vida, um fazer viver quase que totalitário. A nosso ver, não apenas é impossível encontrar essa distinção em Foucault, como ela carece de utilidade. Para ele, interessava apreender como o poder circula e, ao mesmo tempo, como evitar os efeitos de dominação: como reforçar as relações de poder contra os estados de dominação.

O que a pandemia tornou claro foi outra coisa. Uma vez que o biopoder precisava explicitar sua dimensão de proteção da vida, a oposição movida pela nova extrema direita apareceu abertamente como uma necropolítica. A política do *deixar morrer os fracos* não estava embutida no biopoder, como Foucault pensou no curso de 1976 (Foucault, 1997) e tanto Roberto Esposito (2004) quanto Achille Mbembe (2019), inspirados nele, enfatizaram. Na urgência da pandemia, a necropolítica apareceu claramente separada e inimiga do biopoder, como um novo tipo de fascismo.

Isso expôs como a vigilância nas sociedades ocidentais é limitada, a ponto de não se conseguirem implementar aplicativos para rastrear a propagação do contágio, a não ser de modo optativo. Já na China, a vigilância apareceu ligada à política de zero covid – e não pela via pastoral, mas pela cinegética do modelo da caça ao vírus (Keck, 2014). Assim, recuperar a noção foucaultiana de segurança em toda a sua envergadura habilita a pensar a vigilância não como uma característica fundamental do capitalismo contemporâneo, mas como uma das clivagens contraditórias entre a sua dimensão biopolítica e a sua manifestação necropolítica – cristalizada, hoje, na nova extrema direita global.

Essa clivagem é uma brecha que pode conduzir a outras. Por exemplo, as que podem derivar de uma melhor compreensão do mecanismo de valorização que envolve a segurança e a conexão dos dados. McAfee e Brynjolfsson (2017) enfatizaram que esse câmbio se converteu em um padrão: “Uber, a maior empresa de táxis do mundo, não possui nenhum veículo”; “Facebook, a mídia mais popular do mundo, não produz nenhum conteúdo”; “Alibaba, o mais valioso varejista, não tem nenhum estoque, e Airbnb, a maior empresa de hospedagem, não possui nenhum bem imobiliário” (McAfee & Brynjolfsson, 2017, p. 6). Essas empresas sem capital alcançaram muito rapidamente centenas de milhões de usuários. Em 2015, um milhão de pessoas por dia usava o Uber em 300 cidades de 60 países diferentes (McAfee & Brynjolfsson, 2017, p. 7).

Mais do que de um capitalismo de vigilância, estamos diante de empresas cujo capital é o conexionismo, que engendram processos de valorização por meio da produção incessante de consistências, da tessitura de tramas entre máquinas, plataformas e multidão. Contrariamente à maioria dos produtos e serviços, cujo valor independe da presença de outros usuários, ou é diminuído por ela, o valor e a atratividade de plataformas em rede crescem na medida que mais e mais usuários as adotam – um processo que os economistas chamam de efeito positivo de rede (Kissinger et al., 2021). Esse efeito ocorre em “atividades de troca de informações nas quais o valor cresce juntamente com o número dos participantes” (Kissinger et al., 2021, p. 102).

É a própria dinâmica de valorização das plataformas em rede que leva algumas delas a ter bases de centenas de milhões, e até bilhões, de usuários, enquanto outras se desertificam e morrem. Ou seja, “as plataformas de rede são inerentemente fenômenos de grande escala” (Kissinger et al., 2021, p. 100). Assim, a tensão antagonista que impulsiona as lutas pode não estar na vigilância, mas poderia estar na dinâmica da criação de valor que faz com que a IA usada pelas plataformas de rede produza uma “interseção entre humanos e Inteligência Artificial em uma escala que sugere um evento de significação civilizacional” (Kissinger et al., 2021, p. 95).

A pandemia foi um teatro de dinâmicas de lutas que talvez indiquem brechas na clivagem vigilância/segurança. Sem contar as mobilizações internas ao sistema de saúde no esforço de luta contra o vírus e o negacionismo, podemos apontar, entre muitas, duas linhas de mobilização: contra o racismo nos Estados Unidos e a dos entregadores de aplicativos. Cada uma dessas lutas atravessa e é atravessada pela aceleração algorítmica.

No dia 25 de maio de 2020, George Floyd, um ex-segurança negro norte-americano, foi assassinado por um policial branco na cidade de Minneapolis. Horas depois, os protestos começaram *in loco* e rapidamente proliferaram em um grande movimento nacional que durou meses e desempenhou um importante papel na derrota eleitoral de Donald Trump (Tensley, 2020).

O mecanismo fundamental da mobilização foi a difusão de vídeos gravados pelos transeuntes que assistiram à cena do sufocamento policial de Floyd. Não era a primeira vez que a visibilidade da violência racista da polícia funcionava como gatilho da revolta. Basta lembrar os violentíssimos *riots* de seis dias que abalaram Los Angeles em 1992, logo depois que um júri absolveu quatro policiais acusados de espancar Rodney King, um motorista negro.

Os dois episódios têm muito em comum: o racismo de setores da polícia em determinadas cidades dos Estados Unidos e a revolta violenta que imediatamente toma conta das ruas. Mas há grandes diferenças que mostram como a técnica pode funcionar como terreno das lutas. O estopim em Los Angeles foi a presença fortuita de alguém que, com uma câmera, gravou um *videotape* mais tarde difundido por redes de televisão. Já o assassinato de Minneapolis foi gravado pelos smartphones de vários transeuntes. Primeiro, as imagens viralizaram nas redes sociais. Elas só chegariam às televisões depois que a revolta já tomava todas as cidades dos Estados Unidos. Ao longo de meses de protestos, o uso das redes sociais para convocar manifestações e dos smartphones para gravar as mobilizações e fiscalizar os abusos da repressão (*e.g.*, em frente à Casa Branca, com a presença do próprio Donald Trump), nunca parou.

Essa foi uma tendência em outros episódios de violência racista da polícia, como no caso do assassinato por estrangulamento de Eric Garner em 2014, em Nova York, de onde veio o *slogan* “*I can’t breath*” que se repetiria seis anos mais tarde no caso Floyd. Em 2014, uma revolta sucede o assassinato de Michael Brown por um policial em Ferguson. Em 2015, foi o assassinato de Freddie Gray, que morreu em um carro da polícia de Baltimore. O movimento *Black Lives Matter* foi crescendo desde 2013 nas mobilizações que se seguiram a cada um desses casos. Em todos eles, a comunicação por redes sociais e os vídeos gravados pelos smartphones foram os gatilhos e os meios de proliferação das mobilizações, revoltas, processos de indignação. Por isso, David Dufresne (Fabre, 2020a) chega a dizer que a “câmera é a arma dos desarmados”.

Isso mostra que a vigilância tem pelo menos duas dimensões, uma vertical e uma horizontal. No início dos anos 2000, o engenheiro Steve Mann – considerado um dos pais dos dispositivos portáteis – cunhou um neologismo por meio de um avessamento. Ao lado da *surveillance*, ele tornava pensável a *sousveillance*, isto é, a vigilância *de cima*, pensada por Bentham e problematizada por Foucault, que contrapunha a vigilância de baixo, possibilitada pela ubiquidade de dispositivos portáteis ou *wearables* (vestíveis). Esse termo foi objeto de debates na França a propósito de uma lei de segurança que visava limitar a difusão das imagens produzidas sobre a ação dos policiais (Fabre, 2020b). Esse mesmo debate aconteceu recentemente em São Paulo, onde o governador de extrema direita prometeu eliminar as câmeras corporais dos Policiais Militares (Mestre, 2022). Apesar disso, fala-se sem cessar de *surveillance* e muito pouco de *sousveillance* – o que implica uma dinâmica difusa e ubíqua.

O filósofo Jean-Gabriel Ganascia (2010) pondera que a oposição binária não funciona porque, na realidade das redes e das plataformas, as duas situações se misturam: é essa mistura que precisamos investigar. A esse respeito, Bernard Harcourt (2020) propõe a noção de *sociedade de exposição*, na qual o desejo de se expor e se publicar está na zona intermédia entre a *surveillance* e a *sousveillance* e parece tangenciar o conceito de segurança proposto por Foucault, ou o de controle, por Deleuze.

Ao mesmo tempo em que a pandemia foi teatro de uma grande desaceleração, foi também palco de uma aceleração da aceleração algorítmica que levou a um vasto processo de alfabetização digital de setores inteiros da população, os quais passaram a usar intensivamente todo tipo de serviços on-line. O número de entregadores de aplicativos aumentou na mesma proporção, e logo assistimos, em diversos países, a expressivas mobilizações desses trabalhadores.

Mesmo antes desses eventos, anunciava-se um operaísmo digital que aparecia com uma composição massificada de operários digitais (os trabalhadores

de aplicativos) à qual se pudesse aplicar – com ligeiras adaptações – o método trontiano da composição técnica e política da classe. Quando essas lutas surgiram, esses autores pensaram que elas abririam caminho a um operaísmo digital que permitiria evitar o “risco de cair na armadilha pós-operaísta de procurar o novo sujeito social em qualquer lugar menos no local de trabalho” (Englert & Woodcock, 2020, p. 50).

As lutas dos entregadores permitiriam afastar-nos do foco tecnológico ou nos usuários e, em vez disso, privilegiar a auto-atividade dos trabalhadores (Englert & Woodcock, 2020). A procura pela classe operária como *conditio sine qua non* das lutas implica que “vigilância e controle algorítmicos são fundamentais para compreender as mudanças na composição do trabalho em plataformas” (Woodstock, 2020). Não por acaso, a literatura registra uma abordagem difusa e proliferante: a imagem de um panóptico algorítmico.

Porém, quando observamos as formas de luta dos entregadores, encontramos indícios de uma dinâmica que não se encaixa em nenhum renascimento da velha classe operária. Em primeiro lugar, as mobilizações são metropolitanas e carregam essas características; em segundo lugar, o sucesso das greves se alavanca na simpatia e na adesão de setores importantes dos usuários. As lutas nos serviços sempre implicam um horizonte composto, por um lado, pelo *making da metrópole* (Szaniecki & Cocco, 2021) e, por outro, por mobilizações de coprodução dos serviços e das próprias lutas. O sucesso das mobilizações depende da dimensão metropolitana e transversal das lutas, assim como são interseccionais os movimentos contra o racismo.

Como as lutas contra o racismo, as mobilizações dos entregadores não acontecem paralelamente à vigilância, mas na engenharia reversa da *sousveillance*. Dois elementos adicionais apontam os desafios dessa nova condição: no plano da renda e do combate à precariedade, a luta dos trabalhadores dos aplicativos é mais atravessada pelas políticas de renda do que pelo estabelecimento de uma relação salarial formal. No Brasil, essas lutas foram especialmente afetadas pelo Auxílio Emergencial e, em um plano mais geral, pela questão da Renda Básica. Ou seja, o que está em jogo já não é o trabalho garantido ou formal, mas o acesso a fluxos de renda – viabilizado por atividades livres, sem patronagem direta, e ao mesmo tempo algorítmicas e plataformadas.

Essa tendência fica ainda mais clara na recente manifestação de entregadores imigrantes em Portugal – a maioria brasileiros. Ainda que esse episódio não tenha qualquer peso estatístico, é um indicador sobre como a autoatividade ou o autoempreendedorismo precisam ser pensados do ponto de vista da produção de subjetividade: “Representando cerca de 90% dos entregadores das principais plataformas digitais em Portugal, os motoboys brasileiros se uniram para lutar

contra o plano do governo de regularizar o setor” (Amato, 2022). Ainda no contexto português, essa tendência é reforçada por uma pesquisa do Instituto Universitário de Lisboa (Lourenço, 2022), segundo a qual 87% dos motoboys das plataformas digitais no país afirmam desejar permanecer freelancers.

Será que essas tendências não passam de efeitos do condicionamento ideológico promovido pela apologia neoliberal do empreendedorismo de si? Seriam elas perversões do desejo de massas desproletarizadas que aguardam apenas a sua reproletarização nos termos da velha subordinação assalariada?

O que dizer, então, da *Great Resignation* (*Big Quit*) (Curtis, 2021) e das iniciativas mundiais de *quiet quitting* (Pearce, 2022) que parecem prolongar as duas linhas precedentes? Por um lado, há uma crise econômica ligada ao cenário pós-pandemia (estagnação salarial, aumento do custo de vida, oportunidades limitadas de crescimento profissional, cenário inflacionário global etc.); por outro, distendem-se as lutas pela liberdade de atividade segundo uma tendência que rompe com o modelo da relação assalariada.

Talvez o desafio esteja em apreender de que maneira, nas novas condições do trabalho que acontecem por fora da relação salarial, processam-se lutas pela liberdade (Boutang, 2022), quer dizer, contra as formas de escravidão que permanecem, mas que também se renovam e encontram novos terrenos e horizontes.

REFLEXÕES FINAIS

Geert Lovink (2019) afirma que não nos falta descrever os agenciamentos algorítmicos como efeitos técnicos monumentais das transformações das economias de plataformas; falta-nos, na realidade, explicar como o social ingressa nesses agenciamentos – para além da distopia das colmeias cibernéticas, do fatalismo democrático e do imobilismo político. O social funciona politicamente nos novos agenciamentos sociotécnicos, ou seja nas lutas algorítmicas, como “[um tipo de] ativismo infraestrutural consciente das múltiplas camadas interconectadas” (Lovink, 2019, p. 74).

Nem as saídas políticas propostas pela abordagem do capitalismo de vigilância, nem a reiteração que seus teóricos acreditam encontrar em um campo social atravessado por redes, algoritmos e plataformas conseguem nos levar para além do efeito crítico e cognitivo inerente a essa crítica. Embora ela descreva e denuncie os efeitos nocivos da digitalização geral da vida, a crítica elaborada pelo capitalismo de vigilância já não consegue estimar os possíveis agentes políticos envolvidos em uma cultura imediatamente algorítmica (Finn, 2017); nada mais faz do que cartografar infinitamente um diagrama de poder que se apresenta como dado e politicamente inescapável.

Por isso, também, a consciência crítica que a abordagem desenvolve cultiva o esquecimento de que a denúncia não passa de um instrumento diagnóstico dos antagonismos internos ao progresso da técnica e da razão modernas. No momento em que a denúncia passa a constituir um fim em si mesma, o exercício da razão que ela contém termina por fazer-nos presas de um impasse insolúvel. E, no entanto, esse impasse é diariamente desafiado pela proliferação das lutas, nas clivagens vivas que constituem o terreno da técnica e da aceleração algorítmica.

O verdadeiro desafio está em encontrar formas de convergência e de recomposição política dessas lutas fragmentadas que façam da própria algorítmica seu terreno constitutivo. A autonomia das resistências deve encontrar a força dos autômatos, e a inteligência de classe precisa desenvolver sua capacidade – inclusive artificial – de usar os algoritmos (do comum) contra os algoritmos (da expropriação). ■

REFERÊNCIAS

- Amato, G. (2022, 29 de setembro). Motoboys brasileiros recusam vínculo de trabalho em Portugal e querem continuar freelancers. O Globo. <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2022/09/motoboys-brasileiros-recusam-contrato-de-trabalho-em-portugal.ghtml>
- Ball, P. (2020, 18 de dezembro). The lighting fast-quest for Covid – and what it means for other diseases. Nature. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-03626-1>
- Benasayag, M. (2019). La tyrannie des algorithmes. Textuel.
- Bicher, M., Ripinger, C., Zechmeister, M., Jahn, B., Sroczynski, G., Mühlberger, N., et al. (2022). An iterative algorithm for optimizing COVID-19 vaccination strategies considering unknown supply. PLoS ONE, 17(5), e0265957. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265957>
- Bridle, J. (2018). A nova idade das trevas. A tecnologia e o fim do futuro. Todavia.
- Boutang, Y. M. (2012). Cognitive capitalism. Polity Press.
- Boutang, Y. M. (2020). Sideração Covid: a economia suspensa e o momento decisivo para 2020. Lugar Comum, (58), 305-329. <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/40396/22031>
- Boutang, Y. M. (2022). A sombra da escravidão no cerne da liberdade moderna. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, (65), 204-213.
- Cocco, G. (2022, 14 de julho). A catástrofe das equivalências: a controvérsia Nancy-Agamben. Estadão. Caderno Estado da Arte. <https://estadodaarte.estadao.com.br/catastrofe-equivalencias-nancy-agamben-coco/>

- Corrêa, M. D. C. (2021). A conspiração dos vivos: as lutas contra a asfixia. *Emancipação*, 21, 1-17. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v21.2116468.023>
- Curtis, L. (2021, 30 de junho). Why the big quit is happening and why every boss should embrace it. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/lisacurtis/2021/06/30/why-the-big-quit-is-happening-and-why-every-boss-should-embrace-it/?sh=279a0005601c>
- Dupont, M. (2020, 18 de dezembro). La 'sousveillance' pour surveiller celui qui surveille. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/12/16/la-sousveillance-pour-surveiller-celui-qui-surveille_6063553_3232.html
- Dupuy, J-P. (2009). On the origins of cognitive science. The mechanization of mind. The MIT Press.
- Englert, S, & Woodcock, C. C. (2020). Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 22(1), 47-58.
- Esposito, R. (2004). *Bíos. Biopolítica e filosofia*. Einaudi.
- Eubanks, V. (2018). *Automating inequality. How high-tech tools profile, police and punish the poor*. Saint-Martin's Press.
- Fabre, C. (2020, 29 de setembro). David Dufresne : « La caméra, c'est l'arme des desarmes ». *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/culture/article/2020/09/29/david-dufresne-la-camera-c-est-l-arme-des-desarmes_6053971_3246.html
- Finn, E. (2017). *What algorithms want. Imagination in the age of computing*. The MIT Press.
- Foucault, M. (1997). “Il faut défendre la société”. *Cours au Collège de France* (1976). Seuil.
- Foucault, M. (2004). *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France* (1977-1978). Seuil.
- Ganascia, J-G. (2010). The generalized sousveillance society. *Social Science Information*, 49(3), 489-507.
- Keck, F. (2014). From Purgatory to Sentinel. *Forms/Event in the Field of Zoonoses. Cambridge Anthropology*, 32(1), 47-61.
- Han, B-C. (2018). *Psicopolítica. O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyné.
- Harcourt, B. (2020). *La Société d'exposition: Désir et désobéissance à l'ère numérique*. Seuil.
- Hardt, M. (1997). Prison Time. *Yale French Studies*, (91), 64-79. <https://doi.org/10.2307/2930374>
- Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do Império*. Record.

- Haskel, J., & Westlake, S. (2018). *Capitalism without capital. The rise of the intangible economy*. Princeton University Press.
- Hui, Y. (2019). *Recursivity and contingency*. Rowman & Littlefield.
- Katz, Y. (2020) *Artificial whiteness. Politics and ideology in Artificial Intelligence*. Columbia University Press.
- Kissinger, H. A., Schmidt, E., & Huttenlocher D. (2021). *The age of AI and our human future*. Hachette Group.
- Lovink, G. (2019). *Sad by design*. Pluto Press.
- Lourenço, S. M. (2022, 20 de maio). 87% dos estafetas querem continuar como freelancers. *Expresso Emprego*. <https://expressoemprego.pt/noticias/87%25-dos-estafetas-querem-continuar-como-freelancer/4460>
- Mbembe, A. (2019). *Necro-politics*. Duke University Press.
- McAfee, A., & Brynjolfsson, E. (2017). *Machine, platform, cloud. Harnessing our digital future*. W. W. Norton & Co.
- Mestre, G. (2022, 20 de outubro). Tarcísio diz que pode voltar atrás sobre câmeras corporais da PM. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/eleicoes/tarcisio-diz-que-pode-voltar-atras-sobre-retirar-cameras-da-pm/>
- Morozov, E. (2018). *Big tech. A ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- Mueller, G. (2021). *Breaking things at work. The luddites were right about why you hate your job*. Verso.
- Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.
- O'Neil, C. (2020). *Algoritmos de destruição em massa. Como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Rua do Sabão.
- Orwell, G. (2009). 1984. *Companhia das Letras*.
- Pasquinelli, M. (2023). *The eye of the master: A social history of the Artificial Intelligence*. Verso.
- Pearce, K. (2022, 12 de setembro). What is 'quiet quitting'. *HUB*. <https://hub.jhu.edu/2022/09/12/what-is-quiet-quitting/>
- Raunig, G. (2016). *Dividuum: Machinic capitalism and molecular revolution*. Semiotexte.
- Sadin, É. (2016). *La silicolonisation du monde*. L'échappée.
- Simondon, G. (2020). *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Contraponto.
- Slaughter, M. J., & McCormich, D. H. (2021, 16 de abril). Data is power. Washington needs to craft new rules for the digital age. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-04-16/data-power-new-rules-digital-age>

- Supiot, A. (2015). *La gouvernance par les nombres*. Cours au Collège de France (2012-2014). Fayard.
- Svampa, M. (2016). *Debates latinoamericanos: Indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Edhasa.
- Svampa, M. (2019). *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Elefante.
- Szaniecki, B., & Cocco, G. (2021). *O making da metrópole. Rios, ritmos e algoritmos*. Rio Books.
- Tensley, B. (2020, 10 de novembro). How black voters and simmering protests contributed to Trump's loss. CNN. <https://edition.cnn.com/2020/11/10/politics/alicia-garza-black-lives-matter-election-joe-biden/index.html>
- Woodstock, J. (2020). The algorithmic panopticon at deliveroo: measurement, precarity, and the illusion of control. *Ephemera*. <http://www.ephemerajournal.org/contribution/algorithmic-panopticon-deliveroo-measurement-precarity-and-illusion-control-0>
- Zhunis, A., Mai, T. D., & Kim, S. (2022). Responses to COVID-19 with Probabilistic Programming. *Frontiers in Public Health*, 10, 953472. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2022.953472>
- Zuboff, S. (2020). *A era do capitalismo de vigilância. A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

Artigo recebido em 20 de novembro de 2022 e aprovado em 04 de dezembro de 2023.

Sul Global: uma agenda política para pensar a comunicação?

Global South: a political agenda to understand communication?

LUIZ PERES-NETO^a

Universidade Autônoma de Barcelona. Barcelona – Espanha

RESUMO

Nos últimos anos, o conceito de Sul Global tornou-se visível nas publicações de comunicação acadêmica, especialmente no contexto do Norte Global. Partindo dessa premissa, este artigo propõe, por um lado, apresentar as principais linhas utilizadas no conceito de Sul Global, e, por outro, discutir a sua apropriação no campo da comunicação, colocando em perspectiva tal utilização à luz das correntes e tradições da comunicologia ibero-americana. Discute-se até que ponto o Sul global representa uma agenda política capaz de articular um diálogo entre a produção comunicacional ibero-americana considerando as agendas – epistêmicas e metodológicas – do Norte Global, suas limitações e potencialidades a partir da experiência de um pesquisador submetido a ambas as lógicas.

Palavras-chave: Sul Global, epistemologia do sul, comunicação, escola latino-americana, decolonialidade

ABSTRACT

In recent years, the idea of the Global South has become more visible in many media and communication publications, especially in the context of the Global North. Based on this premise, this study proposes to describe the main lines employed under the idea of the Global South and therefore discuss its appropriation by the field of communication in the light of Ibero-American communicology. Finally, it is stressed the extent to which the Global South represents a political agenda able to articulate dialogues between the Ibero-American epistemic and methodological traditions of communicational production and the agenda of the global north, its limitations, and potentialities from the experience of a researcher subjected to both logics.

Keywords: Global South, epistemology of south, communication, Latin-American school, decolonial

^aProfessor Lector Serra Hünter no Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação e pesquisador do Instituto da Comunicação (InCom). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8190-8720>. E-mail: luiz.peres@uab.cat

CERTAS LEITURAS SÃO capazes de transformar profundamente o espírito e a conduta acadêmica de um pesquisador. Li bell hooks (2019) pela primeira vez aos 40 anos, mais de dez anos depois de apresentar minha tese de doutorado. Certamente a simples menção de um fato pessoal nesta introdução será desconfortável para alguns leitores. A reflexão autobiográfica aqui, porém, tem um duplo objetivo. Por um lado, visa localizar o contexto de produção discursiva do autor – central para qualquer interpretação, conforme Maingueneau (2018) – e romper com o espartilho da (suposta) objetividade acadêmica, generalizada a partir do Norte Global como única forma de produção de conhecimento científico válido. Portanto, é uma decisão política cujas consequências assumo. O famoso personagem que povoa o imaginário de muitos acadêmicos, o “revisor 2”, certamente criticará o tom ensaístico desta introdução. Uma forma de reduzir qualquer trabalho que não caiba nos moldes exportados do Norte e aplicados com gosto nos “*templates*” desenhados para eventos acadêmicos, revistas e outras produções. Por outro lado, a reflexão autobiográfica pretende também delinear algumas das limitações do presente trabalho, explicitando certos vícios ou preferências do autor forjadas ao longo da sua carreira.

Em relação a esse último aspecto, este artigo surge de um desconforto. Embora compartilhe parcialmente da crítica de Bourdieu (2008) de que nenhuma história de vida é uma sucessão de acontecimentos lineares e aleatórios, tendo a me aproximar dos postulados de autores do chamado Sul Global que compreenderam a possibilidade de forjar construções teóricas a partir de histórias de vida. Nesse sentido, tanto a identidade como a vida de um sujeito, embora ilusórias pela sua dimensão narrativa, não devem ficar restritas ao universo do senso comum; são instrumentos de produção de conhecimento. Com efeito, Maria da Glória Oliveira (2017), importante historiadora latino-americana, questiona as interdições bourdieusianas à ilusão biográfica. Defende que a capacidade narrativa faz parte dos traços que constroem a nossa identidade e que esta pode (ou não) ser um instrumento de construção de conhecimento, entre os quais está o científico.

Nesse sentido, ao realizar uma autoanálise da minha biografia como pesquisador, observo que tenho uma trajetória migratória entre escolas e tradições. Para além desimportância da minha biografia, nos últimos anos, de forma mais acentuada, alguns colegas começaram a rotular-me como um investigador do Sul Global. Curiosamente, outros como do Norte Global. Da minha deslocalização acadêmica surgiu a motivação para preparar este artigo, uma busca por entender o que é o Sul Global, em geral, e na comunicação em particular, dentro e fora

de mim. Embora, como nos lembra hooks (2019), devamos ter em mente que “a posse de um termo não faz surgir o processo ou a prática; ao mesmo tempo pode-se teorizar sem nunca conhecer-possuir o termo” (p. 125). A referida autora afirmou isso para, por exemplo, assumir que alguém poderia ser feminista (e produzir academicamente sob esse ponto de vista) sem nunca ter usado a palavra feminismo. Certamente não me tornarei um pesquisador do Sul ou do Norte Global com base no uso de um termo ou de outro. Questioná-lo, porém, é parte fundamental da minha prática.

Assim, este texto tem como objetivo discutir as linhas epistêmicas utilizadas sob a égide do conceito de Sul Global, em geral, e no campo da comunicação em particular, para, a partir disso, relativizar tal uso à luz das correntes e tradições da comunicologia ibero-americana. Assim, está estruturado em duas partes.

Num primeiro momento, farei uma breve reconstrução da origem e do desenvolvimento do termo Sul Global e dos debates que destacam os seus aspectos mais positivos ou restritivos para as ciências sociais hoje. É interessante destacar, embora não seja exatamente o centro deste trabalho, que o desenvolvimento do referido termo dentro de um “capitalismo acadêmico” (Brunner et al., 2019) tem características muito notáveis e ajuda a identificar como isso favorece uma certa institucionalização do Sul Global como uma categoria ou rótulo no mercado global de ideias acadêmicas. Em outras palavras, uma espécie de *branding*.

Num segundo momento, identificamos alguns dos trabalhos forjados no campo da comunicação sob o guarda-chuva do termo Sul Global e como estes discutem, e se constituem, a partir de termos como decolonialidade, desocidentalização e epistemologia do Sul. Certamente essa segunda parte é bastante limitada pela capacidade de leitura do autor e pela impossibilidade ontológica de capturar a amplitude da produção acadêmica. Apesar disso, procuro manter o debate sobre a constituição (ou não) de um espaço de poder para as ideias forjadas a partir de outras epistemologias, especificamente do termo Sul Global, para, ainda que de forma bastante abreviada, colocá-lo em perspectiva com o pensamento comunicacional latino-americano. Essa última escolha baseia-se muito mais na geografia do meu conhecimento do que em critérios objetivos. Assim, não tem uma ambição quantitativa, senão mais qualitativa, e representa, sem sombra de dúvidas, uma limitação deste trabalho.

Do ponto de vista metodológico, seguimos a proposta de hooks (2019), segundo a qual o estudo de um elemento teórico – o conceito de Sul Global, neste caso – ocorre a partir da prática do autor no campo. O seu potencial autor-reflexivo e crítico é, ao mesmo tempo, a sua limitação e principal desvantagem.

ALGUMAS CONTRADIÇÕES DE UM TERMO EM DISPUTA

O termo Sul Global, apesar de sua imprecisão (Dirlik, 2007), remonta historicamente às tradições dos estudos pós-coloniais que buscavam reorganizar os termos usados nas décadas de 1970 e 1980 para designar países como subdesenvolvidos ou de terceiro mundo (Sajed, 2020). Nesse sentido, tem um aspecto geopolítico muito claro. Contudo, como explica Mahler (2018), pode-se considerar a existência de três linhas de desenvolvimento epistêmico a seu respeito. Não são perspectivas estagnadas ou contraditórias, mas sim correntes que dialogam entre si. A citada autora não nomeia essas três linhas, embora as descreva. Os títulos apresentados na Figura 1 são, na verdade, uma consequência da minha leitura do texto de Anne Mahler. Assim, chamo as três linhas de econômica, geográfica e política.

A primeira linha – que chamei de econômica – tem origem em organizações não-governamentais (ONGs), no Movimento dos Países Não Alinhados, em instituições como o Banco Mundial, entre outras, que passaram a usar o termo “Sul Global” para se referir aos estados-nações “subdesenvolvidos”. É daí que nascem as críticas a essa expressão, a partir do discurso de posse, em 1949, do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, para quem a ordem mundial após a Segunda Grande Guerra se baseava na existência de países desenvolvidos e de países subdesenvolvidos. Uma visão que, além dos preconceitos, baseia-se numa concepção linear do progresso econômico dentro do modo de produção capitalista, supervalorizando a economia em detrimento de outros elementos culturais ou sociais.

Da mesma forma, no contexto da Guerra Fria, o subsequente Movimento dos Países Não Alinhados formou um grupo de nações localizadas principalmente no sul geográfico do globo (tanto de membros como aqueles considerados observadores). Comum a todos esses países, do ponto de vista econômico, existia (e ainda existe, em muitos casos) uma grande dependência de instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou de cooperação internacional (Banco Mundial, Fundo das Nações Unidas para a Infância [Unicef], Organização das Nações Unidas [ONU], entre outras).

A tudo isso devemos acrescentar a ideia de Terceiro Mundo, um conceito forjado para designar países em desenvolvimento econômico ou não totalmente industrializados, em contraste com os do Primeiro Mundo (países capitalistas desenvolvidos) e do Segundo Mundo (bloco comunista). Nesse sentido, como já mencionado acima, as mudanças estruturais na ordem econômica e geopolítica após o fim do regime socialista soviético levaram à substituição do termo terceiro mundo pelo de Sul Global. Em termos gerais, os efeitos da emergência da nova ordem mundial pós-1989, com o fim do bloco comunista, a consolidação

do neoliberalismo como ideologia majoritária e a expansão da globalização, constituíram-se como raízes para a transmutação gradual do termo Terceiro Mundo ao Sul Global. Nesse sentido, como explica Sajed (2020), a ideia de Sul Global não pode ser entendida desvinculada do conceito de Terceiro Mundo. Com efeito, para o referido autor, o legado do Terceiro Mundo e os seus enquadramentos históricos são fundamentais para compreender o que está subjacente ao conceito de Sul Global.

Apesar da importância da economia, a própria história convida-nos a pensar que esse termo também se refere a processos e disputas desterritorializados, entre forças hegemônicas e povos, países ou acadêmicos subjugados. Nesse sentido, Mahler (2018) apresenta uma segunda linha de desenvolvimento do conceito de Sul Global, na qual o termo é utilizado para designar pessoas, grupos ou regiões impactadas negativamente pela globalização. Nesse sentido, defende-se que existe o Sul no Norte e o Norte no Sul. Para um hispano-brasileiro, como o autor deste artigo, não é difícil encontrar símile. Numa mesma rua da cidade de São Paulo é possível encontrar o mais elaborado cardápio gastronômico com influências globais em um espaço arquitetônico pensado a partir de elementos sustentáveis e um cenário de fome e exclusão social extremas em suas manifestações mais desumanizadoras. Da mesma forma, cidades de países do Norte Global, como Filadélfia, nos Estados Unidos, têm dentro de si o seu Sul e Norte particulares. Durante a pandemia da covid-19, conforme notou o *Wall Street Journal* (Bykowicz, 2021), com as restrições sanitárias, enquanto estudantes dos bairros mais ricos e do centro da referida cidade migraram sem dificuldade do ensino presencial para o virtual, os alunos das escolas públicas com menos recursos econômicos não conseguiam seguir o mesmo caminho, uma vez que, em suas casas, muitas vezes o único computador disponível era destinado ao trabalho de um dos pais. Vale esclarecer aqui que o Norte ou o Sul de uma visão geopolítica não coincide necessariamente com o norte ou o sul geográfico. O mesmo acontece com a ideia de centro-periferia. Como nos alerta o geógrafo Milton Santos (2000), o centro pode estar na periferia geográfica ou vice-versa, dependendo não apenas do plano físico, mas também de elementos tecnológicos e de poderes econômicos e políticos. Segundo esse autor, a globalização altera o conceito de espaço.

Outros exemplos podem ser mencionados como paradigmáticos para compreender que a desterritorialização do Norte-Sul Global nos permite mergulhar na complexidade das desigualdades. É possível estar no norte geográfico global vivendo em condições de exclusão política e de dependência econômica, descritas como características de algum território do Sul Global, ou vice-versa. Assim, Milton Santos (2000) antecipou o potencial das tecnologias de comunicação

para transformar espaços e gerar desigualdades sem necessariamente pensar os eixos geográficos tradicionais. Tudo isso, segundo Ballestrin (2020), permite afastar-nos de uma visão binária que simplifica, reduz e limita a ideia de Sul Global ao seu essencialismo. Em síntese, para o referido autor trata-se de um termo que questiona, de um ponto de vista complexo, “a (re)produção do poder (neo)colonial e (neo)imperial, especialmente no atual contexto de crescentes desigualdades globais” (p. 1).

De tal forma essa segunda perspectiva – que chamamos de geográfica – baseia-se na desterritorialização do poder para articular espaços, vozes e ideias dominadas pelas externalidades do capitalismo. A geografia, aqui, adquire mais uma aparência de economia política do que de pura cartografia ou territorialidade meridional. É importante, nesse segundo núcleo de desenvolvimento epistêmico, situar o capitalismo como agente catalisador das geografias da exclusão, das quais o Sul Global emerge como contraponto, como um mecanismo para conferir visibilidade a partir das margens ou periferias que não são necessariamente binárias.

Uma terceira visão, que chamamos de política, baseada na proposta de Anne Mahler (2018), apropria-se de parte dos elementos descritos nas duas linhas anteriores. Contudo, ao longo das últimas quase quatro décadas, essa perspectiva desenvolveu o conceito de Sul Global como um imaginário de resistência de um sujeito político transnacional. O Sul Global é entendido, assim, como uma resposta política pós-colonial (Prashad, 2012).

Com efeito, o trabalho de Vijay Prashad é um exemplo no qual a história dos países do Sul Global é reconstruída com base nas suas experiências coloniais para forjar um espaço de cooperação Sul-Sul, especialmente com base na ação desses países em instituições internacionais em questões de paz, justiça e cooperação. Em *The poorer nations: a possible history of the Global South*, o referido autor recupera elementos de seus trabalhos anteriores sobre a constituição do Terceiro Mundo e o Movimento dos Países Não Alinhados. Tal como Prashad, autores como Bhabha (2004) também contribuem para essa terceira perspectiva teórica sobre o Sul Global. Este último desenvolve uma poderosa teoria pós-colonial baseada no postulado da ambivalência e da hibridização cultural, entre outros instrumentos, como capazes de gerar movimentos práticos de mudança política baseados em elementos comuns às pessoas.

Tanto Homi Bhabha quanto Prashad utilizam o termo Sul Global para pensar sobre elementos de agência subalterna relacionados às estruturas de poder do capitalismo global e às elites dominantes em contextos transnacionais. A seguir, sintetizamos as três linhas de desenvolvimento epistêmico do Sul Global de acordo com nossa leitura da proposta de Mahler (2018).

Figura 1*O conceito de Sul Global e as suas principais linhas epistêmicas*

Econômica	Estados-nações/desigualdades econômicas <ul style="list-style-type: none"> ◦ Visão da cooperação e Econômica do Banco Mundial ◦ ONGs e agências de cooperação econômica ◦ Movimento dos Países Não Alinhados
Gográfica	Desterritorialidade nas externalidades do capitalismo <ul style="list-style-type: none"> ◦ Visibilidade dos povos dominados ◦ A existência das características de desigualdades do Sul no Norte e do Norte no Sul
Política	Resistências dos sujeitos políticos transnacionais <ul style="list-style-type: none"> ◦ Globalização do capitalismo ◦ Sul global como resposta política poscolonial ◦ Solidariedade Sul-Sul como articulação multipolar do poder em rede

Nota. Elaboração própria a partir de Mahler (2018).

É precisamente a partir do desenvolvimento do que denominamos como terceira linha epistêmica (Política) que Sinah Theres Kloß (2017) destaca o potencial heurístico subversivo do termo Sul Global, ou seja, como um conceito criado para tensionar o pensamento geopolítico que permeia diversas áreas do conhecimento e do poder. Com efeito, Luciana Ballestrin (2020) defende o Sul Global como “um projeto político permanentemente contestado por forças progressistas ou regressivas num contexto multipolar” (p. 3).

Contudo, Clarke (2018) destaca que, em determinadas circunstâncias, nos últimos anos o Sul Global passou a ser usado como um atalho para dizer qualquer coisa ou marcar uma posição intelectual. Soma-se a isso uma pesquisa interessante – embora limitada – realizada por Pagel et al. (2014) sobre o uso do termo Sul Global em trabalhos de ciências sociais e humanas. Segundo os referidos autores, até 1996 a menção ao assunto em revistas científicas internacionais era apenas residual. Em 2004 a situação não era muito diferente, quando apenas 19 publicações utilizaram o termo. Porém em 2013 esse número saltou para mais de 240 menções. Cabe ressaltar que o estudo bibliométrico limitou-se aos periódicos indexados na base de dados Scopus e com o tesauro “*Global South*”, em inglês, ironicamente, excluindo revistas e outras publicações do Sul Global, que, na sua maioria, não estão incluídas no Scopus, nem utilizam o inglês como língua vernacular. Para piorar a situação, o referido estudo foi realizado na Alemanha, por investigadores alemães especializados em bibliometria, mas descontextualizados do debate epistêmico acima descrito.

A dimensão quantitativa, portanto, não capta as nuances de um conceito que é teórico, mas também político, embora tais críticas também possam ser lidas como políticas, como uma reação da ordem – do Norte, dos métodos mais positivistas e de uma visão de ciência unitária – à (des)ordem proposta sob a égide do Sul Global.

Toshkov (2018), por sua vez, reafirma as críticas ao uso do termo Sul Global. Também a partir de um estudo de corte quantitativo, utilizando N-gram, analisa a evolução do termo “Sul Global” em livros (Google Books) e revistas indexadas. Em termos gerais, chega a conclusões semelhantes às de Pagel et al. (2014). Ambos os estudos, na minha opinião, revelam uma crítica importante. De uma perspectiva quantitativa argumentam que a adoção do termo Sul Global se tornou uma tendência ou moda para além de outros elementos ou critérios. Embora pessoalmente possamos discordar disso, os referidos autores apresentam dados e uma crítica importante para o debate. Isso permite “impensar” o trabalho das ciências sociais, como sustenta Wallerstein (2006), ao confrontar um termo presente na agenda atual baseado em paradigmas típicos do século XIX. Justamente por isso essas críticas, embora elaboradas com toda a sofisticação computacional e estatística, não captam nenhum dos elementos epistêmicos descritos anteriormente. Ignoram a dimensão política, econômica e geopolítica do termo Sul Global. Reproduzem, em certa medida, os enquadramentos positivistas que dividem e legitimam o conhecimento científico entre duas partes: o falsificável e o não falsificável, como apontou Popper (1988) um dia.

Na linha crítica do termo Sul Global, no entanto, vários autores como Palomino (2019), entre outros, entram nas profundezas da discussão a partir de uma perspectiva política, geográfica e econômica. Pablo Palomino aponta especificamente as desvantagens de usar o termo “Sul Global” para os chamados “Estudos Latino-Americanos”. Ele reforça a imprecisão do termo, que, em sua opinião, é constituído mais pelo seu uso do que pela sua ontologia. Destaca as consequências ideológicas e recupera a análise de Gramsci, em “A Questão do Sul”, em que o pensador italiano fala da disputa entre o norte e o sul da Itália pela formação de uma nação, uma disputa basicamente entre uma região industrializada e uma região agrícola. Com base nisso e no conceito de Terceiro Mundo, Palomino analisa as rupturas e continuidades subjacentes ao conceito de Sul Global. Conclui que ao adotar Sul Global em vez de Estudos Latino-Americanos, por exemplo, perde-se grande parte do potencial heurístico e de toda a construção intelectual forjada nesse espaço do mundo sob o domínio do imperialismo capitalista (cultural, econômico e político) do Norte.

Apresentadas as principais linhas de desenvolvimento epistêmico, assim como alguns dos eixos de crítica ao termo Sul Global, entendo que tudo isso

nos convida, com base no que trabalhamos até agora, a olhar mais de perto para o estatuto desse termo nos estudos de comunicação, o que farei a partir de um olhar ibero-americano e limitado à minha trajetória.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO E USO DO TERMO GLOBAL SOUTH NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO

Na última década, principalmente na sua visada anglófona, o termo Sul Global ganhou espaços institucionais (como a criação de vários centros ou redes de investigação, como o Global South Studies Center [GSSC], na Universidade de Colônia, Alemanha; o Consortium for the Global South, promovido pela Universidade de Cambridge, Reino Unido, entre outros). Autores com ampla presença no debate sobre comunicação global, como Marwan Kraidy – que com Toby Miller (2016) escreveu o livro *Global Media Studies* –, criaram o Instituto de Estudos Avançados no Sul Global, na filial da Northwestern University, no emirado do Qatar. Curiosamente, muitos desses espaços foram criados em universidades do Norte Global, embora em grande medida sejam liderados ou hospedem investigadores de países do Sul Global.

Ao mesmo tempo, muitas publicações acadêmicas abriram espaço para trabalhos sobre o Sul Global, quer seja a partir da criação de periódicos específicos, como o *Journal of Global South Studies*, editado pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, quer seja a partir da inclusão do pensamento de autores do Sul Global nas agendas das principais publicações científicas, muitas das quais promoveram números especiais dedicados ao pensamento do Sul. Aqui, porém, há uma nuance: mais do que tudo, muitas das publicações com altos índices de impacto (Scopus ou Web of Sciences) publicaram dossiês específicos.

Especificamente no campo da comunicação, em 2020, por exemplo, a revista *Annals of the International Communication Association* (ICA) foi dedicada ao esforço de “descolonizar os estudos de comunicação”, abrindo espaços para pesquisas do Sul Global. Outra publicação considerada hegemônica no campo da comunicação, *Communication Theory*, também em 2020 publicou um número especial sobre a teorização da comunicação a partir do Sul Global. Destaca-se para o dossiê do *Journal of Communication*, de 2021, sobre a produção de conhecimentos abertos em comunicação. Nessa ocasião, sob o tema “Open Communication Research”, não apenas artigos sobre o Sul Global, mas de perspectivas plurais contribuíram com visões descolonizadoras do pensamento hegemônico da comunicação. Comum a todas essas publicações é o louvável esforço das revistas de impacto indexadas (no primeiro quartil da base de dados

do Web of Science) em oferecer espaços para outras perspectivas, outras visões de outras latitudes geográficas, políticas e intelectuais.

Certamente a tradição dos Estudos Culturais semeou um terreno fértil para a recepção do termo Sul Global no campo da comunicação. O caleidoscópio de teorias e métodos desenvolvidos a partir dos estudos culturais no Norte Global, bem como o seu compromisso social e político, geraram um legado importante, destacado por Hall (1996) como uma das grandes contribuições desse paradigma. Do meu ponto de vista essa herança deve ser aqui circunscrita como um dos substratos fundamentais para o desenvolvimento contemporâneo do pensamento do Sul Global na agenda comunicacional do Norte.

Não obstante, assim como com os estudos culturais, no caso do Sul Global, gerou-se um “ventriloquismo”, termo utilizado por Stuart Hall (1996) para criticar aqueles investigadores que repetem conceitos sem os compreender ou aderem a uma corrente – na crítica de Hall, os Estudos Culturais; na minha crítica, o “*Global South*” – sem uma coerência teórica clara ou um compromisso político. Dessa forma, entendo, poderia ser assumido um paralelo para explicar o recente avanço do emprego do Sul Global. Apesar disso, ainda seguindo Hall (1996) e o paralelismo com os estudos culturais, está sendo gerado um conjunto de conhecimentos conjunturais em torno do termo Sul Global, localizados e aplicados a partir de determinadas circunstâncias históricas ou políticas capazes de revelar uma agenda – temática, metodológica e referencial – nos espaços acadêmicos do Norte Global que há mais de 70 anos vem sendo desenvolvida sob a ideia de “escola latino-americana de comunicação” (León Duarte, 2007).

Com efeito é interessante notar como a ideia do Sul Global ganhou terreno no campo da comunicação, seguindo a linha dos estudos pós-coloniais, promovidos a partir de centros do Norte Global. As brechas abertas nesses espaços institucionais ajudaram no desenvolvimento de um termo que busca estabelecer uma dimensão multipolar também na produção de conhecimentos científicos.

Nessa linha, é interessante destacar a análise de Albuquerque e Oliveira (2021). Esses autores defendem a tese de que na década de 1990 o pensamento comunicacional latino-americano foi capaz de desenvolver um processo entrópico de desenvolvimento e preservação de sua vitalidade diante do avanço do neoliberalismo e do capitalismo acadêmico. Com isso, num contexto histórico extremamente desfavorável, a escola latino-americana conseguiu preservar-se e criar um circuito bastante vigoroso de intercâmbio acadêmico, apesar das dúvidas e relutâncias de muitos pares.

Como leitor de autores ibero-americanos, não é trivial destacar que, atualmente, muitas publicações internacionais no campo da comunicação começam a deixar de ver autores como Paulo Freire ou Jesús Martín-Barbero

a partir de um exotismo geográfico para posicioná-los como revolucionários em decorrência do valor universal de seus pensamentos. Contribuições como as de Pleyers e Suzina (2016) ou Suzina e Tufte (2020), entre outras, destacam a relevância de uma epistemologia produzida a partir do Sul Global que esteja comprometida com a comunicação como instrumento de mudança social, destacando a ontologia proposta por Paulo Freire e suas reverberações nos campos da arte, a partir de Augusto Boal ou da visão comunicacional estabelecida por Juan Diaz Bordenave.

Porém, fora das edições de números especiais dedicados ao Sul Global, a dinâmica editorial das principais revistas segue o rumo exclusivo para autores que não seguem o critério de teorias e métodos do Norte Global. Sem qualquer pretensão bibliométrica, uma olhada como leitor nas edições subsequentes dos referidos periódicos não deixa dúvidas. Depois das edições especiais, restam poucos artigos com visão decolonial ou de eixos epistemológicos meridionais. Passam pelo “corte abissal”, parafraseando Boaventura Sousa Santos (2018), aquelas obras do Sul Global quando elaboradas sob o roteiro do Norte, seja em relação à estrutura textual, seja em relação aos métodos (principalmente quantitativos) ou autores citados.

Isso posto, a crítica de Semujju (2020) parece ter passado despercebida. Em uma dessas edições especiais dedicadas ao Sul Global – especificamente a do periódico *Communication Theory* –, o referido autor critica a pretensão universal e a concessão implícita dos editores para teorias ou conclusões forjadas por autores nos/dos contextos de produção científica do Norte Global. Por sua vez, uma teoria da comunicação feita por autores de Uganda (exemplo do autor) teria que, para ser aceita, primeiro passar por todos os filtros e réplicas em outros espaços do Norte antes de assumir o estatuto de teoria.

Em resumo, a teoria da dependência econômica das décadas de 1960 e 1970 explicava a divisão internacional do trabalho e do comércio como fonte de uma geoestrutura de poder entre o Norte e o Sul parece ser um símile útil para explicar o funcionamento de alguns campos científicos, especificamente numa parte importante das revistas dedicadas à investigação em comunicação.

Nesse contexto ambivalente entre a oportunidade de visibilidade e a redução alegórica, carnavalesca, autores como Suzina e Madrid Sartoretto (2021) revelam os seus sentimentos ambíguos. Como autoras do campo da comunicação latino-americano, revelam que se descobriram como tais no Norte Global. Não sem surpresas, ainda se sentem incomodadas entre duas áreas que não deveriam ser vistas como opostas, apesar das suas constituições históricas diferentes.

Diante disso, procuramos contrastar essas propostas com as diversas tradições epistêmicas desenvolvidas pela escola latino-americana de comunicação

(León Duarte, 2007) e pela chamada “epistemologia do sul” (Herrera Huérfano et al. 2016; Meneses & Bidaseca 2018), num esforço para colocar em perspectiva o potencial do Sul Global e as suas omissões diante dos andaimes construídos pelo pensamento comunicacional latino-americano.

Para nós que viemos do Sul global, é indubitável a contribuição de autores como Jesús Martín-Barbero, Ciro Marcondes Filho, Mario Kaplún, Vera França, Immacolata Lopes, Lucia Santaella, entre outros. Comum a todos esses autores está a contribuição para as ciências da comunicação numa perspectiva não essencialista, ou seja, em diálogo com outros autores e tradições, independentemente de serem do Norte ou do Sul Global. Em tempos de polarização – não apenas política, mas também teórica – e de chegada da cultura do cancelamento na academia, esses autores são exemplos de como o pensamento comunicacional latino-americano se constrói num diálogo franco, sem visão de superioridade/inferioridade, sem trincheiras. A proposta de mediação e consumo cultural de Martín-Barbero (2010) surge do seu diálogo com a Escola de Frankfurt, os estudos culturais britânicos e a cultura popular latino-americana. A Nova Teoria da Comunicação de Marcondes Filho (2008) é revisada sem deixar indiferentes tanto os autores europeus da sociologia da comunicação quanto a escola latino-americana para forjar uma ideia de comunicação baseada no sensível. Kaplún (1998) incorpora o sentido de comunidade à comunicação num amplo movimento de diálogo com clássicos europeus e latino-americanos, que lhe permite propor a comunicação como espaço transformador. A formação europeia de Vera França (2012, 2014) e o seu trânsito entre a sociologia e a antropologia lhe ajudam não só a realizar um rigoroso trabalho de meta-investigação em teorias da comunicação, mas também a construir uma proposta *sui generis* sobre os acontecimentos, os meios de comunicação e a sociabilidade. Nessa mesma direção caminha o trabalho de Lopes (2010), excelente em expor tradições (sejam europeias, sejam ibero-americanas), bem como em lançar sua própria proposta de métodos de pesquisa em comunicação a partir do estudo da telenovela e do rádio nas periferias. Por sua vez, Santaella (2004) não é apenas uma referência na introdução da semiótica de Pierce no Brasil, mas também um dos pioneiros nas reflexões sobre os impactos das tecnologias digitais na comunicação e na cultura.

No entanto, certamente um dos espaços em que a epistemologia do Sul obteve maior aceitação internacional limita-se ao campo da investigação em comunicação para a mudança social. Como explicam Suzina e Tufte (2020), o legado de Paulo Freire favoreceu o pensamento e a obra de Augusto Boal, no âmbito das artes cênicas, de Juan Díaz Bordenave, na comunicação, e de Boaventura de Sousa Santos, na epistemologia da ciência. Esses três autores conseguiram,

até certo ponto, quebrar os padrões do poder acadêmico. Para usar a expressão de Boaventura, forjaram uma “epistemologia pós-abissal”.

Nesse sentido, de Sousa Santos (2019) defende uma epistemologia do Sul que seja capaz de se articular em torno de cinco eixos. Em primeiro lugar, romper a linha abissal (Norte-Sul) e os vários tipos de exclusão social que ela cria. Nesse ponto não está longe, diga-se, da proposta de Milton Santos (2000), acima mencionada, em relação ao redesenho Norte-Sul ou centro-periferia. Em segundo lugar, em consequência, poder trabalhar tanto numa perspectiva sociológica das ausências como das emergências. Tudo isso refere-se, em terceiro lugar, à ecologia do conhecimento e à possibilidade de tradução intercultural, que seja capaz de incluir conhecimentos produzidos com matrizes diversas, permitindo uma síntese criativa destes. Ao que, finalmente, devemos acrescentar um artesanato de práticas, um colocar a mão na massa na cozinha do empirismo.

Mais do que uma receita, a proposta de Boaventura de Sousa Santos é um convite para articular, seja sob a ideia de uma epistemologia do Sul ou do termo Sul Global, a decolonialidade do ser (dos sujeitos, de nós) em paralelo com a decolonialidade do poder e do conhecimento. Tudo isso, pelo que entendi, foi (e continua a ser) feito pelos autores mencionados acima como parte da escola latino-americana de comunicação sem que necessariamente o expressem diretamente. Recuperando e parafraseando novamente bell hooks (2019), você não precisa dizer que é do Sul para ser. Porque, além disso, são autores que desenvolveram um pensamento híbrido, que amplia horizontes teóricos, metodológicos e empíricos. Neste ponto, talvez, caiba um apontamento crítico a de Souza Santos (2019) porque, apesar de seu louvável esforço em destacar o pensamento do Sul Global no Norte (geográfico), ele serve como intermediário ou, como diz Moira Millán (2016), realiza uma espécie de expropriação conceitual.

Seja como for, vale destacar esforços como o de Herrera Huérfano et al. (2016), para combinar a epistemologia do Sul com a escola latino-americana, representando não apenas construções teóricas, mas também uma agenda política para pesquisa em comunicação. Poderíamos citar muitos outros temas e visões bastardas – no sentido proposto por Omar Ricón –, como a de Marques Gonçalves (2020), ao tematizar a identidade cigana e os públicos, ou a de Lamech Mogambi Ming’ate (2015), ao trabalhar sobre as tecnologias de comunicação numa perspectiva originalmente queniana, para não me limitar ao espaço ibero-americano.

Contudo, sob a influência do capitalismo acadêmico produtivista, parece hoje pouco provável – pelo menos no domínio da comunicação – que os espaços institucionais do Norte Global permitam um diálogo verdadeiramente científico com tudo o que se situa fora do seu eixo geopolítico ou de seus métodos e teorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais de 15 anos Dirlik (2007) defendia a ideia de que o Sul Global se constituía como um eixo também para a produção de conhecimento e poder. A China, entre outros países que então formavam os BRICS, materializava a promessa de uma nova ordem mundial multipolar. Apesar da previsão, para além de uma análise geopolítica, os vestígios investigados neste artigo e recolhidos pelo autor na sua trajetória pessoal permitem falar da consolidação do termo Sul Global como um eixo epistêmico, impreciso, plural e com pelo menos três linhas de desenvolvimento.

Embora seja verdade que, no campo da investigação em comunicação e nas ciências sociais, o Sul Global se tornou um certo fetiche do Norte, enquanto projeto político este permitiu dar visibilidade a muitas obras e autores até então limitados a uma dimensão local. A partir de espaços institucionais, um certo “lugar de fala” é conferido aos autores da escola latino-americana de comunicação, sob o rótulo de Sul Global na polifonia científica. Certamente essa é uma visão otimista que requer uma boa dose de realismo: grande parte dela é alegórica e não implica mudanças nas engrenagens do capitalismo acadêmico.

Em grande medida, como argumenta Nina Schneider (2017), parece que a construção do Sul Global ou de uma epistemologia do Sul é deixada nas mãos de intelectuais comprometidos e politizados. Vemos aqui mais uma das contradições do neoliberalismo. Embora a estrutura da exclusão e a colonialidade do poder sejam obra de uma elite e de uma estrutura, a responsabilidade por qualquer mudança em direção ao coletivo e ao comum é relegada à ação individual. Missão impossível para investigadores que, jovens ou não tão jovens, têm que construir as suas carreiras espremidos entre os cânones do Norte Global e a agenda política transformadora do Sul Global. ■

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A., & Oliveira, T. (2021). Pensando o recolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 18(51), 82-102. <https://doi.org/10.18568/cmc.v1reflexões8i51.2521>
- Ballestrin, L. (2020). The Global South as a Political Project. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2020/07/03/the-global-south-as-a-political-project/>
- Bhabha, H. K. (2004). *The Location of culture*. Routledge.
- Bourdieu, P. (2008) *Cuestiones de sociología*. Akal.
- Brunner, J. J., Vargas, J. R. L., Ganga, F., & Rodríguez-Ponce, E. (2019). Idea moderna de universidad: de la torre de marfil al capitalismo académico. *Educacion XX1*, 22(2), 119-140. <https://doi.org/10.5944/educxx1.22480>

- Bykowicz, J. (2021, 9 de fevereiro). How Covid-19 Deepened Political Divides in Pennsylvania's Capital. *Wall Street Journal*. <https://www.wsj.com/articles/how-covid-19-deepened-political-divides-in-pennsylvanias-capital-11612879200>
- Clarke, M. (2018). Global South: what does it mean and why use the term?, *University of Victoria, The Online Academic Community* <https://onlineacademiccommunity.uvic.ca/globalsouthpolitics/2018/08/08/global-south-what-does-it-mean-and-why-use-the-term/>
- Dirlik, A. (2007). Global South: Predicament and Promise. *The Global South*, 1(1-2), 12-23. <https://doi.org/10.2979/gso.2007.1.1.12>
- França, V. (2012). O acontecimento e a mídia. *Galáxia*, 12(24), 10-21. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>
- França, V. (2014). Criticism and metacritique: contribution and responsibility of the communication theories. *Matrizes*, 8(2), 101. <https://doi.org/10.11606/ISSN.1982-8160.V8I2P101-116>
- Gonçalves, G. M. (2020). Pueblo gitano y consumo mediático informativo: ¿audiencia crítica y activa? *Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 7(13), 164-184. <https://doi.org/10.24137/raeic.7.13.8>
- Hall, S. (1996). Cultural studies and its theoretical legacies. In: D. Morley & K.-H. Chen (Eds.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies* (pp. 262-275). Routledge.
- Herrera Huérfano, E., Sierra Caballero, F., & del Valle Rojas, C. (2016). Hacia una Epistemología del Sur. Decolonialidad del saber-poder informativo y nueva Comunicología Latinoamericana. Una lectura crítica de la mediación desde las culturas indígenas. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, (131), 77-105.
- hooks, b. (2019). La teoría como práctica liberadora. *Nómadas*, 50(50), 123-135. <https://doi.org/10.30578/nomadas.n50a8>
- Kaplún, M. (1998). *Una pedagogía de la comunicación*. Ediciones de la Torre.
- León Duarte, G. A. (2007). *La Nueva hegemonía en el pensamiento latinoamericano de la comunicación : un acercamiento a la producción científica de la Escuela Latinoamericana de la Comunicación*. Universidad de Sonora.
- Lopes, M. I. V. (2010). *Pesquisa em comunicação*. Loyola.
- Mahler, A. G. (2018). *From the Tricontinental to the Global South: Race, Radicalism, and Transnational Solidarity*. Duke University Press.
- Maingueneau, D. (2018). Análisis del discurso, literatura y ciencia. *Arbor*, 194(790), 484. <https://doi.org/10.3989/arbor.2018.790n4009>
- Marcondes Filho, C. (2008). *Para entender a comunicação: contatos antecipados com a Nova Teoria*. Paulus.

- Martín-Barbero, J. (2010). *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Anthropos.
- Meneses, M. P., & Bidaseca, K. (Eds.) (2018). *Epistemologías del Sur*. CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k5d>
- Miller, T., & Kraidy, M. (2016) *Global Media Studies*. Cambridge: Polity.
- Ming'ate, F. L. M. (2015). The Global South: What does it mean to Kenya? In: *Concepts of the Global South: Voices from around the world* (p. 8). https://kups.ub.uni-koeln.de/6399/1/voices012015_concepts_of_the_global_south.pdf
- Oliveira, M. G. (2017). Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi*, 18(35), 429-446. <https://doi.org/10.1590/2237-101x01803509>
- Pagel, H., Ranke, K., Hemple, F., & Köler, J. (2014). The Use of the Concept Global South in Social Science & Humanities. In: *Globaler Süden/Global South: Kritische Perspektiven*. Institut für Asien - & Afrikawissenschaften - Humboldt-Universität. <https://www.iaaw.hu-berlin.de/en/transregion/mediality/events/archives/globaler-sueden-global-south-kritische-perspektiven.-einladung-zu-einem-studierenden-symposium>
- Palomino, P. (2019). On the disadvantages of “Global south” for Latin American Studies. *Journal of World Philosophies*, 4(2), 22-39. <https://doi.org/10.2979/jourworlphil.4.2.03>
- Pleyers, G., & Suzina, A. C. (2016). Media practices and the challenge of political asymmetries. *Observatorio (OBS*)*, (spe). <https://doi.org/10.15847/obsOBS0020161082>
- Popper, K. R. (1988). *Conocimiento objetivo : un enfoque evolucionista*. 3a ed. Tecnos.
- Prashad, V. (2012). *The poorer nations: a possible history of the Global South*. Verso.
- Sajed, A. (2020). From the Third World to the Global South. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2020/07/27/from-the-third-world-to-the-global-south/>
- Santaella, L. (2004). *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. Paulus.
- Santos, M. (2000) *La Naturaleza del espacio: técnica y tiempo, razón y emoción*. Ariel.
- Schneider, N. (2017). Between Promise and Skepticism: The Global South and Our Role as Engaged Intellectuals. *The Global South*, 11(2), 18. <https://doi.org/10.2979/globalsouth.11.2.02>
- Semujju, B. (2020) ‘Theorizing Dependency Relations in Small Media’, *Communication Theory*, 30(4), pp. 370–387. Available at: <https://doi.org/10.1093/ct/qtz032>.
- Sinah Theres Kloth. (2017). The Global South as Subversive Practice: Challenges and Potentials of a Heuristic Concept. *The Global South*, 11(2), 1. <https://doi.org/10.2979/globalsouth.11.2.01>

- Sousa Santos, B. (2018). Introducción a las epistemologías del sur. In: M. P. Meneses & K. Bidasca (Eds.), *Epistemologías del Sur* (pp. 25-62). CLACSO. [,https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k5d.4](https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k5d.4)
- Sousa Santos, B. (2019). *El fin del imperio cognitivo : la afirmación de las epistemologías del Sur*. Editorial Trotta.
- Suzina, A. C., & Tufte, T. (2020). Freire's vision of development and social change: Past experiences, present challenges and perspectives for the future. *International Communication Gazette*, 82(5), 411-424. <https://doi.org/10.1177/1748048520943692>
- Suzina, A. C., & Sartoretto, P. M. (2021). Dossiê Pensamento comunicacional latino-americano: desafios e perspectivas da des-ocidentalização no Sul Global. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 18(51), 6-15. <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2541>
- Toshkov, D. (2018). The “Global South” is a terrible term. Don't use it! *Research Design in Political Science*. <http://re-design.dimiter.eu/?p=969>
- Wallerstein, I. (2006). *Impensar a Ciência Social: os Limites dos Paradigmas do Século XIX*. Ideias & Letras.

Artigo recebido em 16 de setembro de 2022 e aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

Publicidade contemporânea e semiótica peirceana: Uma proposta metodológica

Contemporary advertising and Peircean semiotics: A methodological proposal

BRUNO POMPEU^a

Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. São Paulo – SP, Brasil

SILVIO KOITI SATO^b

Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

Este artigo pretende apresentar a contribuição da semiótica de Charles Sanders Peirce para um entendimento mais amplo e menos superficial da publicidade atual, compreendendo-a como uma modalidade de linguagem que permeia ininterruptamente a vida e o mundo. Entendemos que o legado teórico-metodológico de Peirce cresce em relevância para refletir as transformações por que passa a comunicação publicitária na contemporaneidade, tanto no seu plano expressivo, quanto nas suas lógicas mais profundas. Para isso, propomos uma metodologia de análise semiótica publicitária que vai além de esmiuçar elementos constituintes de uma peça específica, incorporando a referencialidade cada vez mais expandida da publicidade e sua surpreendente potência de geração de significados.

Palavras-chave: Publicidade; semiótica; Peirce; análise semiótica; linguagem publicitária.

ABSTRACT

This study aims to show that Charles Sanders Peirce's semiotics can contribute to a broader and less superficial understanding of the currently produced advertising, deeming it a language modality that uninterruptedly permeates life and the world. We understand that Peirce's theoretical-methodological legacy grows nowadays to reflect and analyze the transformations that advertising communication undergoes in contemporary times both in its expressive plan and in its deeper logics. For this, we propose an advertising semiotics analysis methodology that goes beyond scrutinizing constituent elements of a specific piece, incorporating the ever-expanding referentiality of advertising and its ever-surprising power to generate meanings.

Keywords: Advertising; semiotics; Peirce; semiotic analysis; advertising language.

^aBruno Pompeu é professor e coordenador do curso de Publicidade e Propaganda da ECA-USP. É doutor e mestre em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM ECA-USP. Membro do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (GESC3). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2829-5803> E-mail: brunopompeu@usp.br

^bSilvio Koiti Sato é professor do curso de Comunicação e Publicidade da ESPM-SP. É doutor e mestre em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM ECA-USP. Membro do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (GESC3). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4145-2367> E-mail: silvio.sato@espm.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p145-170>

V.18 - Nº 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil POMPEU | SATO p. 145-170

MATRIZES

145



NENHUM AUTOR CLÁSSICO da semiótica desenvolveu sua obra intelectual tendo por objetivo analisar peças publicitárias. Charles Sanders Peirce, pelo menos ao que se sabe, sequer privilegiou ou previu em sua extensa produção a aplicação da semiótica a este ou àquele material específico do dia a dia. E nisso reside um grande valor seu como autor não de uma teoria apenas – menos ainda de um método, como às vezes se acredita –, mas de uma arquitetura filosófica de tal complexidade e abrangência que dela se pode extrair os conceitos teóricos básicos e os procedimentos metodológicos necessários para se alcançar visão privilegiada da publicidade. Não somente da publicidade, é claro, mas também dela. E o fato da semiótica de Peirce não ter sido desenvolvida a partir de nenhum material específico – texto ou imagem, por exemplo –, e sim com base em uma concepção mais ampla de fenômeno, é o que faz com que seja possível nos valermos dela em tempos atuais.

Porque, ao perseguir em sua empreitada de vida a compreensão dos processos por meio dos quais evolui o pensamento humano, alcançou uma generalidade profunda que não esbarra em limitações de obsolescência – como acontece com as obras de alguns outros autores, que envelhecem e perdem muito de sua validade ao não encontrarem mais via de aproximação com a realidade contemporânea. Ao conceber uma noção de signo associada ao próprio pensamento, Peirce oferece aos seus leitores e a todos nós os preceitos teóricos e os meandros metodológicos para se compreender o fenômeno publicitário na sua grandeza, no seu aspecto fugidio e na sua crescente complexidade dos nossos dias. E, embora não se tenha notícia de nenhum texto de Peirce que demonstre de que forma específica sua produção intelectual poderia contribuir no entendimento de um ou de outro anúncio publicitário – até porque em seu tempo de vida, de 1839 a 1914, a publicidade propriamente dita ainda estava em seu início –, seu legado teórico-metodológico cresce em relevância à medida que se torna mais imprecisa e onipresente a comunicação publicitária na contemporaneidade.

É disso que trata este texto, que tem por objetivo principal apresentar de que forma a semiótica de Charles Sanders Peirce pode contribuir para um entendimento mais amplo e menos superficial da publicidade produzida atualmente, a partir da proposta de uma contribuição do seu método, em rota de aplicação à comunicação publicitária. Trata dessa já tradicional aproximação entre as teorias da linguagem e a comunicação publicitária, defendendo uma perspectiva que permita não apenas o esmiuçar minucioso dos elementos constituintes de uma dada mensagem publicitária, mas que, enxergando a publicidade como sendo de natureza sógnica, considere também sua referencialidade cada vez mais expandida e que revele a sua sempre surpreendente potência de geração de significado. Em um contexto em que a publicidade, como linguagem, passa

a estar presente em praticamente todas as ocasiões comunicacionais, deixando de se apresentar somente em formatos bem demarcados, sempre com intenções bem claras ou apenas tendo por signatário uma marca ou uma empresa, a urgência por um método que dê conta disso tudo é inegável. Pode ter utilidade em contexto pedagógico, na formação de novos publicitários e consumidores, e também em âmbito mercadológico, no aprimoramento de processos de gestão e criação publicitária.

Assim, a proposta deste artigo, precisamente, é oferecer contribuição para uma compreensão mais ampla e mais profunda da comunicação publicitária através das possibilidades de análise que nos oferece a semiótica peirceana. Para tal, reconhecemos que, hoje, quando se fala em publicidade, já não se está mais falando apenas de anúncios ou materialidades específicas afins, mas em uma modalidade de linguagem que permeia ininterruptamente a vida e o mundo, que expressa uma visão de mundo predominante – a do consumo e a do capitalismo –, e que, nessas condições, participa diretamente da formação de imaginários, do estabelecimento de padrões de comportamento, da construções de valores e, em última instância, da própria constituição cultural de uma dada época ou sociedade.

Para estudar esse objeto, é preciso tentar dar um passo a mais nessa extensa jornada coletiva que tem ainda muito para ser construída. Não se pode seguir o pensamento de Peirce, sobretudo se é levada em conta sua produção voltada aos próprios caminhos e desígnios da pesquisa e da ciência, sem compreender que qualquer contribuição acadêmica, por menor que seja ou por mais inovadora que se proponha a ser, é inevitavelmente um dos infinitos feixes que formam um acordado maior da produção do conhecimento (Santaella, 2001, 2004c). Nesse sentido, o que se apresenta neste artigo é, ao mesmo tempo, uma decorrência de pesquisas anteriores e uma modesta contribuição ao pensamento formado por tantos outros pesquisadores, que têm se dedicado ao desafio e ao exercício da análise semiótica da comunicação publicitária.

De toda sorte, o que se apresenta a seguir é uma espécie de resultado, que se revela dinâmico e parcial, porque é sabidamente condenado a jamais se dar por finalizado ou completo, por pura convicção semiótica de que o pensamento e a linguagem não param de crescer, fazendo com que a própria publicidade esteja também em constante crescimento. É, assim, produto do percurso investigativo que sempre se deu entre o avançar na busca de uma contribuição à comunicação publicitária brasileira e o atravessar da ponte que aproxima – em vez de separar, como querem alguns – o pensamento acadêmico e a prática mercadológica em publicidade. Diante de expressões publicitárias tão diversas, tão pouco assemelhadas aos padrões que se tiveram como estabelecidos em décadas do século passado,

verificou-se a necessidade de um aprofundamento na conjunção entre a teoria e o método que nos fornece a semiótica peirceana e a produção publicitária dos tempos atuais. Pois, se, por um lado, os processos de adensamento e qualificação das pesquisas em publicidade são relativamente recentes, particularmente na valorização da dimensão metódica das investigações produzidas (Covaleski et al., 2017; Lopes, 2005; Trindade, 2018), por outro, o crescente desenvolvimento do aparato teórico-metodológico com fins de se compreender o processo de significação da propaganda, que vem se dando desde os anos 1960 até o presente, parece também precisar de novos desdobramentos, quando esses métodos são aplicados ao que se pode chamar de publicidade atualmente.

Daí a urgência de (re)mergulhar nos conceitos da gramática especulativa de Charles Sanders Peirce, para (re)encontrar mais justa adequação entre a extrema complexidade de seus preceitos e a igualmente complexa propaganda produzida nos dias atuais. Importante frisar: não se trata de buscar nos materiais analisados os elementos e procedimentos constitutivos de um protocolo de análise adequado à publicidade contemporânea, o que inevitavelmente nos levaria a um conjunto limitado de possibilidades, fadado a um breve esgotamento; trata-se de entender e reafirmar, por meio dessa crescente diversidade de possibilidades expressivas que caracteriza a propaganda de nosso tempo, a importância do desenvolvimento de métodos gerais, baseados menos na forma e na manifestação, e mais nas generalidades e nos fundamentos.

A SEMIÓTICA E A PUBLICIDADE: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

Costuma-se reconhecer Roland Barthes como tendo sido o primeiro teórico a propor uma análise metodologicamente consistente da propaganda. A publicação do seu hoje clássico “Retórica da imagem” (1990), na lendária revista *Communications*, em 1964, marca o início de uma tradição que alcança os dias atuais: de se procurar, quase sempre a partir de métodos oriundos das teorias da linguagem, revelar os significados de peças publicitárias. Em seu texto, Barthes apresenta pontos até hoje relevantes no que se refere ao entendimento de como se engendram os signos componentes da linguagem publicitária: a relação entre o texto e a imagem, a busca pelos significados, a importância da fotografia etc.

Na esteira de Barthes vieram autores como Jacques Durand e George Pélinou, que, por volta do mesmo período, publicaram também na tal revista suas contribuições à edificação de uma metodologia de análise da publicidade. Enquanto Durand, em “Retórica e imagem publicitária” (1974), dedica-se à identificação e à categorização de *figuras* na propaganda impressa, propondo uma extensa lista delas, Pélinou, no seu “Física e metafísica da imagem publicitária”

(1974), parece querer penetrar nos processos de significação da imagem publicitária, também identificando os diferentes códigos que a estruturam.

Estrutura, inclusive, é palavra providencial, já que estamos tratando aqui de um tipo de análise que surge no seio do chamado estruturalismo. Pagando tributo aos princípios saussurianos, o estruturalismo representa uma espécie de extensão do pensamento típico da linguística de Saussure a outros campos do conhecimento, como a antropologia e a história, com o ambicioso intuito de se compreender todas as linguagens (Mattelart & Mattelart, 1999, p. 86; Nöth, 1996, p. 111). Desse ímpeto estruturalista vieram os primeiros esforços teórico-metodológicos no sentido da compreensão do que hoje já se chama de linguagem publicitária. O que se nota, todavia, é que, em muitos momentos, a busca pela identificação das rígidas estruturas de análise no corpo do objeto analisado assume espaço excessivamente grande, às vezes em detrimento da própria análise. Ou seja, o olhar investigativo que procura encontrar categorias de análise na concretude linguística daquilo que está sendo analisado acaba muitas vezes preocupando-se mais com essa busca do que de fato com o entendimento dos processos de geração de sentido. E, com isso, acaba tendo sua aplicabilidade reduzida, na medida em que os objetos da linguagem – e a publicidade é um deles – crescem, transformam-se, dinamizam-se, adquirem novo aspecto. Desse modo, estruturas de análise advindas da composição signíca de um determinado tipo de objeto, no caso específico, anúncios impressos, nem sempre se aplicam a uma generalidade de certa modalidade de linguagem, neste caso geral, a publicidade.

Contrapondo-se a esse tipo de pensamento, Umberto Eco publica seu hoje clássico *A estrutura ausente* (1976), cujo título não deixa dúvida: trata-se da busca por um olhar analítico que escape da armadilha conceitual das estruturas de análise.

O problema não é entrar no mérito das pesquisas isoladas, mas levar às extremas consequências filosóficas a assunção – enganosa – de uma estrutura *já dada* como fundamento último e constante dos fenômenos culturais e naturais; e mostrar que esse *primum* ontológico implica, como afirmamos, a destruição da própria noção de estrutura, que se resolve numa ontologia da Ausência, do Vazio, daquela falta ao ser que constituiria cada um dos nossos atos. (Eco, 1976, p. XIX, grifo do autor)

Sintomaticamente, é neste livro que está seu texto “Algumas verificações: a mensagem publicitária”, em que procura avançar – inclusive citando Barthes – nas possibilidades metodológicas de análise da propaganda. Embora o que tenha restado de mais famoso no referido trabalho sejam as categorizações ligadas à

relação texto-imagem e sobretudo aos cinco níveis da mensagem publicitária, o que se quer aqui destacar do texto de Eco são outros dois aspectos.

Primeiro, a vinculação direta entre publicidade e consumo que o autor estabelece de forma extremamente clara, ainda que sucinta: “a ideologia evocada por qualquer comunicação é a ideologia do consumo” (1976, p. 183). Mas também o fato de o autor usar conceitos da semiótica peirceana para analisar a propaganda. Sem o intuito de encontrar obrigatória ou analogamente nas classificações do signo elaboradas por Peirce parâmetros ou categorias metodológicas para a análise da propaganda, Eco dá imensa contribuição nesse sentido, uma vez que demonstra haver na teoria semiótica norte-americana alicerces conceitual e encaminhamentos metodológicos inegavelmente rentáveis no entendimento da produção de significado – do funcionamento, portanto – da publicidade. A profundidade das reflexões que o autor nos apresenta em seu texto a partir das análises de peças publicitárias acaba servindo de norte para aqueles que, hoje, pretendem dar conta do entendimento de uma modalidade comunicacional cuja complexidade formal e fenomenológica só vem aumentando.

Se um anúncio implica uma grande quantidade de articulações lógicas e no entanto é compreendido num relance, isso significa que os argumentos e premissas que comunica já estavam assim codificados e sob a mesma forma que aí assumiram, tanto que puderam ser compreendidos através de um simples reclame. (Eco, 1976, p. 182)

Mesmo às vezes voltando aos principais nomes do estruturalismo, Eco abre espaço para uma análise da propaganda que, valendo-se – com a liberdade que o caracteriza – dos princípios da semiótica de Charles Peirce, firma compromisso não com a própria análise, mas com a profundidade do que se descobre, com a complexidade do que se revela, com a tentativa da compreensão do emaranhado sógnico que é a comunicação publicitária e do seu desafiador processo da geração de significados. E ao fazer isso, Eco estende a ponte para que a análise da publicidade possa alcançar o chamado paradigma interpretativista, ao qual se alinham as propostas metodológicas apresentadas neste texto, de clara e declarada inspiração peirceana.

É importante sublinhar que, além de Eco e dos demais autores citados, vários outros pesquisadores contribuíram para essa utilização da semiótica nas análises da propaganda e no seu entendimento como linguagem (Floch, 1993; Semprini, 2010; Volli, 2003, por exemplo). Mas é desse princípio, identificado no texto de Umberto Eco, que nos servimos aqui, reiterando a importância da teoria e do método da semiótica de Peirce na compreensão da publicidade no cenário contemporâneo. É que

a semiótica ou lógica peirceana é, sobretudo, uma teoria *signica* do conhecimento, a *epistemologia peirceana* (nome, aliás, que ele detestava) postula que o conhecimento só pode se dar pela mediação dos signos, pelo simples fato de que todo pensamento só se realiza em signos. Além disso, sua semiótica é uma lógica crítica dos tipos de raciocínio e uma teoria do método científico. (Santaella, 2001, p. 116, grifo da autora)

Analisar a publicidade valendo-se da semiótica de Peirce (1995, 1999), portanto, não precisa se limitar simplesmente a esquadrihar peças e anúncios publicitários em três – ícone, índice e símbolo –, como às vezes se faz. Trata-se de assumir uma perspectiva específica e muito bem definida, aquela que entende a comunicação publicitária na sua natureza *signica*, analisando-a e, assim, conseguindo escapar das limitações de formato ou meio, por exemplo. Não é ignorar as particularidades e a concretude do material que vai ser analisado. É, ao contrário, tratar desses aspectos também na sua condição *signica*. Não é olhar a publicidade como uma superfície *matérica* emoldurada, como uma tela ou um bastidor sobre os quais repousam textos, imagens e sons, mas sim procurar enxergá-la por dentro, na sua composição *signica*, na sua natureza de linguagem, na sua mais profunda função mediadora – portanto, como produtora de significados.

Deve-se destacar que, tendo maior ou menor proximidade com a teoria semiótica em suas questões metódicas, vários pesquisadores deste que hoje já se pode chamar de campo científico da publicidade vêm se debruçando sobre os problemas de interpretação da publicidade nesse seu contexto de expansão e complexificação (Atem et al., 2014; Covalleski, 2010; Casaqui, 2011; Dias de Castro, 2012; Machado et al., 2020; Perez, 2016; Pompeu, 2018, entre tantos outros). Cada qual afeito à sua base teórica, percorrendo percursos investigativos os mais diversos nos seus propósitos, todos eles, em alguma medida, confrontam-se com este desafio que aqui também encaramos – o de reconhecer na publicidade contemporânea um componente desafiador adicional, ligado aos seus processos de significação.

É mais ou menos disso que tratam também, aliás, Santaella e Nöth no livro *Estratégias semióticas da publicidade* (2011), obra que aqui representa momento importante em movimento acadêmico mais recente, baseado no empenho de vários autores nessa articulação entre a semiótica de Peirce e a comunicação publicitária contemporânea (Chiachiri, 2011; Ciaco, 2013; Perez, 2004, 2007; Pompeu, 2018, entre outros). Enganam-se, contudo, os que supõem que, nessa obra, os autores vão explicitar o método de análise da publicidade que se pode construir a partir da arquitetura filosófica e da gramática especulativa de Peirce. Esse tipo de conteúdo está muito mais presente, por exemplo, no livro *Semiótica aplicada* (Santaella, 2004b). Mas é na leitura combinada dessas duas obras – e de várias outras, da autora e de outros autores já mencionados – que vamos encontrar o respaldo necessário para a

uma análise da publicidade que dê conta da sua complexidade, sobretudo quando se leva em conta o contexto atual, de inúmeras novas possibilidades midiático-comunicacionais. Sim, porque muitos dos métodos desenvolvidos nas últimas décadas para a análise da propaganda falham diante das transformações pelas quais passa seu objeto de investigação. Em outras palavras, muitas das técnicas de análise já desenvolvidas em outras épocas se deram a partir de uma concepção mais fixa de publicidade, centrada, por exemplo, nos meios e nos formatos. O que quer dizer que nem sempre podem ser aplicadas aos fenômenos publicitários do contemporâneo.

Não é que a publicidade de décadas atrás fosse simples ou não guardasse complexidade em sua forma de se apresentar. Pelo contrário: foi justamente essa complexidade já latente nos anúncios dos anos 1960 e 1970 que levou Eco, por exemplo, a se aprofundar na questão. O que se quer dizer é que, diferentemente do que se fez no passado, sobretudo nos estudos de origem na linguística, que foi encontrar categorias de análise a partir da própria publicidade, devemos buscar uma categorização geral, um método geral. Porque não faz sentido pensarmos em um método que dê conta plenamente de analisar um anúncio impresso, um cartaz e um outdoor, mas que se mostre totalmente inadequado a um filme, a um banner, a um meme promocional, a um envelopamento etc. Ou seja, enquanto os métodos de análise da propaganda forem criados simplesmente a partir de peças publicitárias que já existem, talvez estejamos sempre vulneráveis em termos científicos quando novas possibilidades comunicacionais surgirem. Por isso, o desenvolvimento e o amadurecimento do campo científico da publicidade e a crescente complexidade da propaganda na contemporaneidade – sem esquecer do próprio contexto tecnológico, econômico e sociocultural – exigem um aparato metodológico adequado.

É diante de uma publicidade que se desmaterializa para se manter signíca, que se desapega dos meios para seguir se fazendo mediadora, que não obedece a formatos para poder continuar se encaixando que devemos buscar métodos que deem conta dessa complexidade. E a semiótica nos parece ser a melhor opção para tanto.

Sim, porque a perspectiva que a semiótica enseja nos liberta do enquadramento conceitual baseado nos formatos ou nos meios enquanto suportes:

A despeito da multiplicidade de meios e estratégias semióticas, os anúncios continuam sendo um gênero textual com um cerne semântico e pragmático um tanto invariante. Na perspectiva pragmática, todo processo de publicidade implica um ato semiótico da troca de mensagem... Semanticamente, toda mensagem publicitária contém uma proposição, cujo argumento identifica o produto e cujo predicado atribui ao produto uma qualidade positiva. (Santaella & Nöth, 2011, p. 78)

E, pensando especificamente nos procedimentos e métodos de análise da publicidade, essa visão que enxerga a propaganda como um *processo* de *cerne semântico* e *pragmático* favorece a busca por um protocolo de análise que se revele geral, capaz de viabilizar o entendimento profundo e complexo da publicidade nas suas formas mais variadas, nas suas possibilidades mais inesperadas. Ou seja, uma coisa está atrelada à outra – uma concepção mais ampla de publicidade e uma metodologia de análise mais geral. E o que se tem, nesse sentido, é o referencial teórico-metodológico da semiótica nos servindo às duas coisas.

A gramática especulativa [de Peirce] trabalha com os conceitos abstratos capazes de determinar as condições gerais que fazem com que certos processos, quando exibem comportamentos que se enquadram nas mesmas, possam ser considerados signos. Por isso, ela é uma ciência geral dos signos. Seus conceitos são gerais, mas devem conter, no nível abstrato, os elementos que nos permitem descrever, analisar e avaliar todo e qualquer processo existente de signos verbais, não-verbais e naturais. (Santaella, 2004b, p. 4)

Clotilde Perez, em seu *Signos da marca* (2004), oferece grande contribuição na aproximação mais efetiva entre os preceitos e os conceitos da semiótica com os temas e elementos do mercado publicitário. Ao estabelecer nesse citado livro primeiro paralelo – depois desdobrado em texto incluído n’*O livro da marca* (2007) – entre as classificações do signo de Charles Peirce e as instâncias de uma marca, a autora abre caminho para que se encontre no mesmo arcabouço teórico os parâmetros para uma rentável análise da propaganda. “A semiose marcária é reforçada pela publicidade. A marca é criada e se expande na publicidade... Uma das funções da publicidade é fazer com que as marcas se repliquem nas mentes, conquistando um lugar específico e distintivo” (Perez, 2007, p. 149).

Perez, assim, dá legitimidade acadêmica para que o mesmo tipo de raciocínio se aplique especificamente à comunicação publicitária. Que é, inclusive, o que se encontra com detalhamento na obra de Santaella, *Semiótica aplicada* (2004a), em que a autora demonstra teórica, metodologicamente e com exemplos como a semiótica pode ser eficiente na análise de embalagens de produtos, de peças publicitárias estáticas e de filmes publicitários.

Uma peça publicitária para o reposicionamento de um produto no mercado é um signo do produto, que vem a ser o objeto desse signo, isto é, da peça publicitária. Não apenas o produto em si é o objeto do signo, mas o produto reposicionado, tal como a peça o apresenta. O impacto ou não que a publicidade despertar no seu público é o interpretante da publicidade. (Santaella, 2004a, p. 9)

Não se está querendo reduzir a contribuição da obra – pelo contrário, é dela que se parte, reconhecendo e destacando sua importância – quando se busca um protocolo de análise da publicidade que dê conta das suas infinitas possibilidades expressivas no contemporâneo. É verdade que os caminhos definidos por Perez (2004) e Santaella (2004a) já procuram alcançar em sua essência a generalidade típica do pensamento e da produção científica de Peirce, e o que se vai apresentar a seguir talvez seja simplesmente uma nova esquematização a partir do que já foi construído.

De qualquer forma, acredita-se que a contribuição proposta aqui seja importante, não somente na consolidação e na integração desse conhecimento, mas também na aproximação mais direta e mais explícita com essa nova publicidade que se vem produzindo, livre na forma e desprendida no meio.

O MÉTODO E A BUSCA DA GENERALIDADE

Nosso ponto inicial, claro, é a definição básica do signo de Peirce, aquela que estabelece sua natureza triádica – signo, objeto, interpretante –, a partir das categorias fenomenológicas – primeiridade, secundidade, terceiridade.

Na posição de signo, daquilo que é primeiro no processo, temos tudo o que der forma à publicidade, tudo aquilo que, justamente como signo, se apresenta à percepção do público. Incluem-se aqui signos dos mais diversos tipos, sempre a depender da natureza expressiva que a publicidade adquirir. Cores, imagens, textos, músicas, sons, objetos, materiais, tudo o que vier a compor a mensagem publicitária – ou a ação publicitária, se pretende-se ser ainda mais abrangente – está nessa dimensão de análise.

Para que se dê conta da diversidade de possibilidades que vêm cabendo na cada vez mais elástica definição de publicidade, é importante que se considerem dois aspectos importantes do signo: o seu fundamento e a sua relação com o objeto, donde se chega a outras duas categorizações do signo propostas por Peirce. Não é simples compreender o que se quer dizer com *fundamento do signo*, uma vez que esse conceito já pressupõe uma mirada bastante abstrata sobre a mensagem na sua condição sgnica, anterior ao inevitável processo por ela desencadeado na mente do intérprete. Entretanto, se considerarmos como fundamento do signo aquilo que o permite atuar como tal, a questão talvez se clarifique um pouco. Explicando: se o signo é, segundo a semiótica de Peirce, alguma coisa que está no lugar de outra coisa (para ser interpretada por alguém), o fundamento do signo vai ser o seu elemento definidor que permite justamente esse “estar no lugar”, que viabiliza sua relação com o objeto.

E daí, então, chegamos ao quali-signo, cujo fundamento é uma qualidade; ao sin-signo, cujo fundamento é uma singularidade, um existente; e ao legi-signo, cujo fundamento é uma convenção (Figura 1). É importante entender que, neste ponto, está se falando do signo em si, ainda sem considerar a efetiva relação dele com o objeto. Por mais que o que definirá o seu fundamento seja precisamente aquilo que permite sua relação com o objeto como processo inicial da geração de sentido, a definição do seu fundamento ainda diz respeito somente à sua constituição como signo. São quali-signos, então, os signos que podem fazer referência ao objeto por compartilhar com ele uma qualidade, uma característica: cor, forma, volume, textura etc. Definem-se como sin-signos aqueles que podem cumprir a relação com o objeto por uma marca existencial única: traços, marcas, rastros etc. E enquadram-se na categoria dos legi-signos aqueles que poderiam estar vinculados ao objeto por um aspecto de convenção: letras, palavras, selos etc.

Resta sempre um pouco parca, precária e insuficiente a tentativa de exemplificação desse tipo de categorização. Isso porque se trata de categorização criada a partir de uma abstração, de uma forma específica de se entender os signos, baseada na generalidade, portanto sem possibilidade de efetiva enumeração no plano concreto. Quer dizer, a busca pela categorização dos signos a partir dos seus fundamentos é essencial, mas vai se dar de forma efetiva a partir de cada signo, de cada mensagem, de cada linguagem. Para cada uma dessas possibilidades, novos tipos de signo “surgirão”. O importante é que não se perca de vista essa primeira etapa, a de buscar, dentro da dimensão sógnica, o escrutínio triádico baseado no seu fundamento.

Figura 1
O fundamento do signo

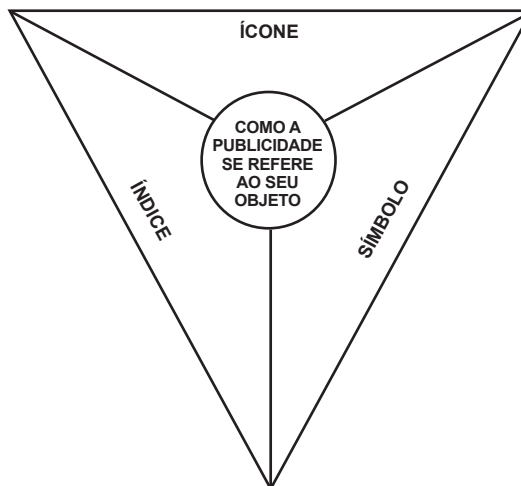


Trata-se de categorização extremamente importante diante de uma publicidade que se transmuta ao infinito nas suas formas de expressão diante do espatifamento midiático, na medida em que nos oferece olhar mais detalhista e atento aos elementos constitutivos da mensagem. Ao vasculharmos a publicidade, em qualquer uma das suas possibilidades, identificando na sua superfície sógnica os quali, sin e legi-signos que a compõem, vamos enxergando e descobrindo gradualmente a rede intrincada que lhe dá existência.

Ainda na dimensão primeira do signo, é importante, agora sim, observar a sua relação com o objeto. Note-se que, se na etapa anterior estávamos falando de uma primeira categorização baseada na abstração, agora já se equilibra tal mirada com um outro olhar, concreto e objetivo sobre a realidade em que se dá o signo. Estamos falando da famosa classificação do signo proposta por Peirce a partir da relação dele com seu objeto: ícone, índice e símbolo (Figura 2). Não há a necessidade de se alongar na definição de cada um desses termos, dado que é assunto recorrente em diversas obras do campo da semiótica – mais teórica ou mais aplicada. Basta dizer que o ícone se define pela relação com o objeto a partir de efetiva semelhança, pelo compartilhamento de características. Se o signo remete ao objeto porque se parece com ele, estamos falando da sua dimensão icônica. Já o índice seria aquele signo que se vincula ao objeto por uma relação factual de causa e efeito. Se o signo é o efeito causado pelo objeto, temos à nossa frente um índice. E o símbolo é o signo que faz referência ao objeto por uma força de lei. Se o signo diz respeito ao seu objeto porque assim se definiu arbitrariamente, esse signo é considerado um símbolo.

Figura 2

O Signo em relação ao objeto



É fundamental entender, neste ponto, as diferenças e as aproximações que existem entre a primeira tricotomia – quali-signo, sin-signo e legi-signo – e a segunda tricotomia – ícone, índice e símbolo. Porque não é difícil assumir que quali-signos sejam obrigatoriamente ícones ou, pior, que sejam a mesma coisa, por exemplo. E porque não são. O que permite que um signo funcione como tal (seu fundamento) diz respeito à sua natureza enquanto signo em potencial; e o que vincula o signo ao objeto diz respeito à sua ação efetiva enquanto signo nesse primeiro estágio do processo semiótico. Ou seja, é possível termos signos de natureza qualitativa (quali-signos), mas que se vinculam ao objeto por relação de causa e efeito (índice) ou de arbitrariedade (símbolo). Assim como é possível identificarmos signos que se constituem como tal por um aspecto de lei (legi-signos), mas que se referem a seus objetos por um aspecto qualitativo (ícone) ou singular (índice). O vermelho de um hematoma e o vermelho representativo de uma ideologia são exemplos do primeiro caso. As onomatopeias e as palavras derivadas, do segundo. Novamente, não é o caso de se empenhar na busca de exemplos: seria tão exaustivo quanto frustrante, tão limitador quanto impossível. O importante é que fique claro que essas duas tricotomias do signo funcionam, de forma complementar, no esmiuçar de uma mensagem – no caso, publicitária.

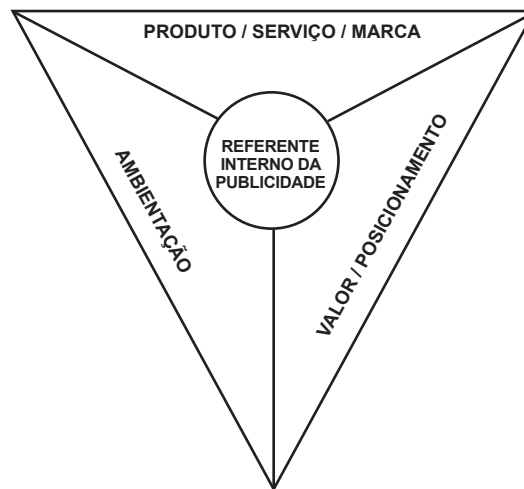
Passando à dimensão do objeto, ou seja, do segundo no processo sógnico da publicidade, encontram-se os referenciais da propaganda, ou seja, aquilo a que ela se refere, direta ou indiretamente. Estamos falando aqui, evidentemente, dos produtos e dos serviços, daquilo que se dá à venda, mas também de alguns outros aspectos igualmente importantes (Figura 3).

Talvez tenha feito sentido, em algum momento do passado, encarar a referencialidade da propaganda apenas em seu caráter mercadológico, quando o processo da mediação ainda era razoavelmente controlável e previsível e quando predominavam anúncios que ofereciam produtos e serviços de contorno mais identificável. Hoje, quando produtos e serviços já nem são mais obrigatoriamente os protagonistas – os referentes – da propaganda, quando o processo midiático pode se dar sem limites ou previsibilidades, quando os valores e as ideias passam a aparecer com mais clareza no discurso publicitário, é indispensável encontrar no arcabouço teórico-metodológico da semiótica os meios de se considerar tudo isso no processo de análise. E nos parece que tudo isso está justamente nessa segunda dimensão, a do objeto.

Sim, é verdade que, em última instância, a imensa maioria das peças e das ações publicitárias visa à compra de um produto ou serviço por parte do público. Mesmo quando se trata de campanha institucional, de ação de engajamento ou de qualquer coisa que possa não parecer a princípio ter a

finalidade de fazer vender, o que se sabe é que, por sua essência mercadológica, a publicidade busca, em um fim mais perto ou mais distante, o lucro, que se alcança pela existência das vendas (Arruda, 2015; Piratininga, 1994; Pompeu, 2018). Desse modo, o primeiro aspecto a se considerar na análise do objeto da propaganda é o produto, o serviço ou a marca que se quer fazer vender – a isso a publicidade a princípio se refere, às vezes com clareza quase didática, em outras situações de forma mais velada. Se tomarmos o conceito peirceano de objeto imediato – aquele contido no próprio signo –, é exatamente aqui que vamos localizar esse primeiro aspecto da dimensão do objeto na análise da propaganda: o que está *dentro* da peça ou ação publicitária, mas que aparece como seu referente. A garrafa do refrigerante, o cartão de crédito sendo aceito, a reputada empresa, tudo isso funciona como objeto imediato, está contido na própria publicidade. E que não se engane: mesmo que não pareça, esse objeto está lá e não depende de que o intérprete o reconheça conscientemente para isso.

Figura 3
O objeto imediato



Em posição análoga ao que Peirce definiu como objeto dinâmico – aquele que, ao tocar e ultrapassar a percepção do intérprete, dinamiza-se individualmente –, temos a própria ideia da dinamização daquilo que é oferecido. Em outras palavras, estamos tratando do contexto que se apresenta na publicidade, tanto no que diz respeito às situações em que se dão as ações e aos cenários e às ambiências em que aparecem os produtos, mais evidente no caso de propagandas que se apresentam em uma lógica comunicacional

mais unidirecional, quanto no que se refere ao próprio momento do fenômeno mediador da propaganda, mais evidente quando pensamos no aspecto dialógico que envolve a publicidade no contemporâneo ou nas ações que envolvem diretamente o público.

É que a publicidade enseja um contexto, inevitavelmente. Nenhum produto, serviço, marca ou convite ao diálogo ou à ação participativa se dá sem a projeção ou a previsão de um contexto. E, como se sabe, o contexto tem participação importante na produção de significado, no processo semiótico. Daí que seja tão importante o aprofundamento nessa segunda dimensão da análise do objeto (Figura 4). É verdade que tanto o contexto interno quanto o contexto externo à propaganda sempre existiram. Se pegarmos como exemplo um anúncio publicitário mais antigo ou tradicional, um anúncio de revista, talvez, vamos ver que na sua dimensão interna ele já trazia determinada contextualização, já retratava determinada ocasião, já envolvia o que estava sendo anunciado em algum tipo de ambiência. Mas esse mesmo anúncio ensejava também um contexto externo, no caso, a situação efetiva em que ele seria visto pelo público – o conforto da sua casa, a sala de espera de um consultório em tempos pré celular. O que acontece é que, em um período em que as ocasiões midiáticas da publicidade eram infinitamente mais restritas do que as que se têm hoje – ou pelo menos assim se acreditava –, essa dimensão contextual externa era legada ao planejamento de mídia mais básico, do ponto de vista profissional, ou se embutia na própria mensagem, do ponto de vista da análise teórica da propaganda.

Hoje, com a pulverização e a desmaterialização dos meios, ou seja, com a publicidade se dando a ver pelo público nas situações mais diversas, muitas vezes compreendendo sua participação mais efetiva, em diálogo ou ação, é indispensável pensar nessa dimensão contextual externa – pois é ela que vai dar visão, no procedimento da análise semiótica, aos efeitos do caráter mediador da propaganda no seu processo de geração de significados. Em outras palavras, vai resultar incompleta qualquer análise de propaganda que não considerar a ocasião ou o contexto da sua efetiva ação sónica.

Até porque, como se sabe, cada vez mais vimos falando de uma publicidade que se espatifa nas suas formas midiáticas de alcançar o público, mas que se pulveriza também em seu conteúdo, de modo que, se já se fala há algum tempo em convergência, é porque já não se pensa em narrativas isoladas em meios ou complementares de forma linear. A pulverização dos meios é acompanhada diretamente pela atomização das mensagens, o que significa mais uma razão para considerar, no momento da análise semiótica da propaganda, o contexto externo ao seu funcionamento sónico, este que engloba, por exemplo,

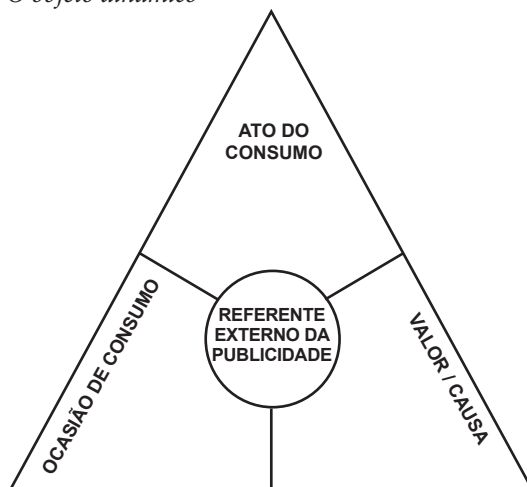
a integração, a convergência e o trânsito entre os meios que eventualmente atuem de forma conjunta em função da mesma mensagem.

Mas se a propaganda enquanto mensagem semiótica se refere primeiro a algo que, no fim das contas, se quer vender (produto, serviço ou marca) e depois enseja um contexto de consumo e de mediação (interno e externo), ela também se refere a uma ideia. Passamos muitos anos reservando às análises das ideias, dos valores e dos significados o âmbito terceiro do interpretante – chegaremos a ele mais adiante –, como se não nos dêssemos conta de que há uma dimensão, ainda dentro da esfera do objeto, que comporta essas ideias e significados. Uma coisa é pensarmos nos efeitos que determinada peça publicitária provoca ou intenciona provocar no público. Outra coisa é perceber que o próprio signo publicitário faz referência a algum componente abstrato ou conceitual – como as ideias.

Sim, é fato que a ideologia promovida pela propaganda de uma forma geral é aquela do capitalismo – disso vários autores já falaram. Mas, dentro dessa moldura geral capitalista, várias outras ideias são promovidas pela publicidade enquanto mensagem sígnica, antes mesmo que se considere seus efeitos na mente do público. Hoje se fala de forma muito corrente, sobretudo nos ambientes corporativos das empresas e das agências, nos estilos de vida que as marcas promovem. E o que podem ser esses estilos de vida se não ideias manifestadas em estéticas e comportamentos? A saudabilidade, a leveza, a união da família, o espírito patriótico, quantos não são e não podem ser os significados (ideias, valores) a que se referem as mensagens publicitárias? O próprio posicionamento de uma marca ou de um produto é, no fundo, uma abstração, uma ideia. Em um tempo em que os produtos e os serviços cedem espaço na propaganda para justamente esses estilos de vida, esses valores e, por que não dizer, essas causas, não contemplar essa terceira dimensão do objeto na análise semiótica seria deixar de lado – ou deslocar para ponto impreciso do processo – algo que se faz cada vez mais presente no discurso publicitário contemporâneo.

O fato é que, como tudo na semiótica peirceana, essas três dimensões do objeto se entrelaçam, se encapsulam. Não faz sentido a ideia de que uma peça publicitária possa ser deste, daquele ou daquele outro tipo, anunciando um produto, privilegiando uma ocasião ou destacando um valor. Pode haver predominância, mas o mais correto é imaginar que toda peça e ação publicitária vão conter essas três dimensões – e que as boas análises semióticas precisam contemplá-las na sua complexidade.

Figura 4
O objeto dinâmico



É importante perceber o quanto se revela indispensável esse olhar mais detalhado para a esfera do objeto na análise da publicidade contemporânea. Porque é exatamente a partir dessa esfera, ou seja, a partir daquilo a que se referem os signos publicitários, que se vai abarcar na análise os elementos mais complexos e desafiadores da propaganda contemporânea: a presença – ou, no caso, a ausência – do produto, o envolvimento do consumidor no processo midiático – em interação ou experiência – e a crescente abstração dos discursos das marcas, cada vez mais centrados em valores, estilos de vida, causas e propósitos.

Só finalmente é que devemos alcançar a terceira parte da análise, a da esfera do interpretante, ou seja, a dos efeitos que o signo potencialmente produz na mente do público. Já é conhecida a distinção que Peirce faz entre o interpretante imediato – aquele interno ao próprio signo –, o interpretante dinâmico – o que se realiza efetivamente junto ao público – e o interpretante final – aquele limite do pensamento a que tende todo signo, sem nunca o alcançar plenamente. Também são conhecidas as divisões do interpretante dinâmico em emocional, energético e lógico, dando conta aqui dos diferentes tipos de efeitos que um determinado signo pode promover junto ao intérprete.

Mas é necessário deixar claro que, por mais que a abstração seja, sim, da ordem terceira dos interpretantes, as ideias a que o signo se refere – portanto que estão em alguma medida no próprio signo – residem verdadeiramente na cultura, a que o signo vai se referir na esfera do objeto, para então gerar efeito – potencial ou efetivo – junto ao público. Efeito de natureza abstrata, mas que não se confunde, embora se conjugue, com os significados a que o signo se refere.

Em outras palavras, os valores, por exemplo, a que fazem referência os signos, na sua relação com o objeto, vão gerar efeitos no intérprete, estes que podem ser de natureza emocional, energética ou lógica, ou seja, que podem sensibilizar, fazer agir ou produzir um entendimento (Figura 5).

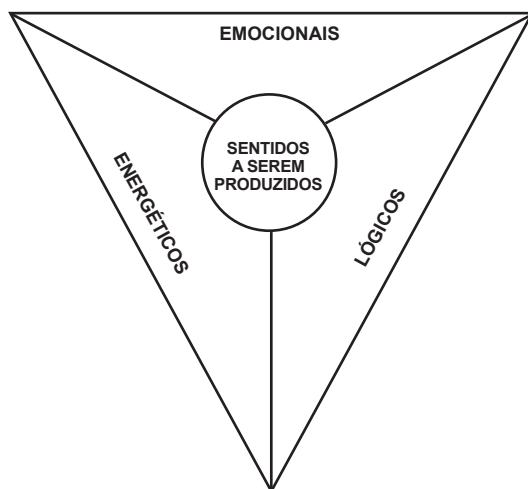
Nesse sentido, a compreensão minuciosa do processo semiótico é fundamental também para a compreensão do processo de geração de significados da propaganda. Porque seu êxito, qualquer que ele seja, depende desse processo. O efeito que se quer gerar junto ao público está contido no signo e parte do signo, passa pela instância do objeto, na qual se materializa, contextualiza-se e se reveste de sentido, para enfim chegar a uma mente que pode vir a ser afetada por ele. E é na construção desses signos, que se referem a uma realidade meio verdadeira (para que se reconheça) e meio construída (para que se deseje), que a publicidade participa do processo de dinamização dos significados. Daí o interpretante se revela, na terceira dimensão de um processo complexo, em que se dá ou não a efetividade da propaganda, não porque nela estejam os significados promovidos – eles estão no processo, no todo, na semiose, do signo ao interpretante –, mas porque ali está a chance da sensibilização, da mobilização e, finalmente, da significação. Queiramos simplesmente que alguém goste da ou simpatize com a nossa marca, desejemos apenas que as pessoas cliquem e comprem, intencionemos que as associem a empresa a outros valores, almejemos que o público assuma nova postura diante da realidade; tudo isso está no interpretante. Mas os significados envolvidos nesse processo estão, precisam estar e só podem estar no signo, na sua complexa referencialidade, para então alcançar a potência de se converter em interpretante dinâmico.

É claro que podemos dizer, em contexto de análise, que os efeitos potencialmente gerados por determinada peça ou ação publicitária são de natureza emocional e podem ser definidos como afetividade, ou de natureza energética, podendo ser definidos como proteção, ou ainda de natureza lógica e definidos como responsabilidade. Mas é fundamental que fique claro que essa simplificação esconde a verdadeira dinâmica da produção do sentido, que, diga-se novamente, começa no signo e passa pelo objeto para, enfim, atingir o interpretante.

Essa criatura [o efeito do signo na mente] é gerada pelo signo, e assim o é, não porque o signo se constitui numa entidade onipotente, mas porque ele carrega o poder de receber a determinação do objeto. É porque o signo representa o objeto que ele dispõe da capacidade de gerar um interpretante, de sorte que esse interpretante, pela mediação do signo, é também mediatamente determinado pelo objeto. (Santaella, 2004b, p. 64)

Em publicidade, especificamente, podemos tratar dos três tipos de interpretante dinâmico de duas maneiras. Podemos primeiro pensar em interpretantes do tipo emocional, energético ou lógico, com, por exemplo, o afeto sendo do primeiro tipo, a proteção sendo do segundo e a responsabilidade sendo do terceiro, conforme visto acima.

Figura 5

A natureza dos interpretantes

Seriam, por esse prisma, interpretantes diferenciáveis entre si já na conversão deles próprios em outros signos. E tanto faria se eles gerassem no consumidor apenas um arrepio, uma decisão de compra ou a revisão de seus valores. Essa é a abordagem predominante quando pensamos nas análises semióticas que já se fazem atualmente – tanto em esfera acadêmica quanto em contexto de mercado.

Mas existe uma outra possibilidade, que é a de se encarar esses mesmos três tipos de interpretantes dinâmicos a partir dos efeitos causados junto ao intérprete. Santaella e Nöth propõem três tipos básicos de efeitos que a publicidade pode provocar no público: sugestão, sedução e persuasão, que, segundo os autores, “encontram sua ajustada correspondência nas três categorias fenomenológicas desenvolvidas por C. S. Peirce” (2011, p. 85). Procurando ajustar os efeitos gerais que a publicidade pode provocar no público aos três tipos de interpretante dinâmico desenvolvidos por Peirce, chegamos a outra classificação triádica: sensibilização, mobilização e entendimento (Figura 6). Sobretudo quando se fala na promoção de causas, transmissão de valores e construção de posicionamentos – mas também quando se fala na prosaica intenção de vender –, essa classificação se revela interessante pois não apenas

tem o poder de iluminar aspectos importantes do signo publicitário que está em análise, como também permite considerações sobre seus efeitos concretos junto ao público.

A sensibilização seria o primeiro efeito possível por uma determinada propaganda. Resume-se – sem que isso seja fácil ou simples – à provocação de um sentimento, de uma emoção; tem a ver com o sentir. Corresponde, em termos mercadológicos, aos primeiros estágios dos famigerados *funis* do marketing, aqueles ligados à atenção e ao conhecimento (como sinônimo de saber da existência de algo, não de compreendê-la). Se a sensibilização se refere a um signo publicitário que intenciona a compra de um produto ou a assinatura de um serviço, é apenas um primeiro estágio. Se está falando de uma peça publicitária que procura despertar no público certa emoção, como aquelas de fim de ano, por exemplo, é nesse tipo de interpretante que reside o sucesso.

A mobilização, segunda possibilidade de efeito de uma propaganda junto ao público, diz respeito à execução de uma ação, diz respeito ao fazer. Podemos estar falando aqui concretamente da compra, mas sem nos esquecermos de que, entre os objetivos da publicidade, há outras possibilidades que envolvem igualmente uma ação, como o clicar, o curtir, o seguir, o visitar uma loja, o experimentar um produto etc. Tem a ver com os níveis intermediários dos já mencionados funis: intenção, compra. Campanhas de ativação – não tendo esse nome por acaso – encontram aqui seu objetivo final.

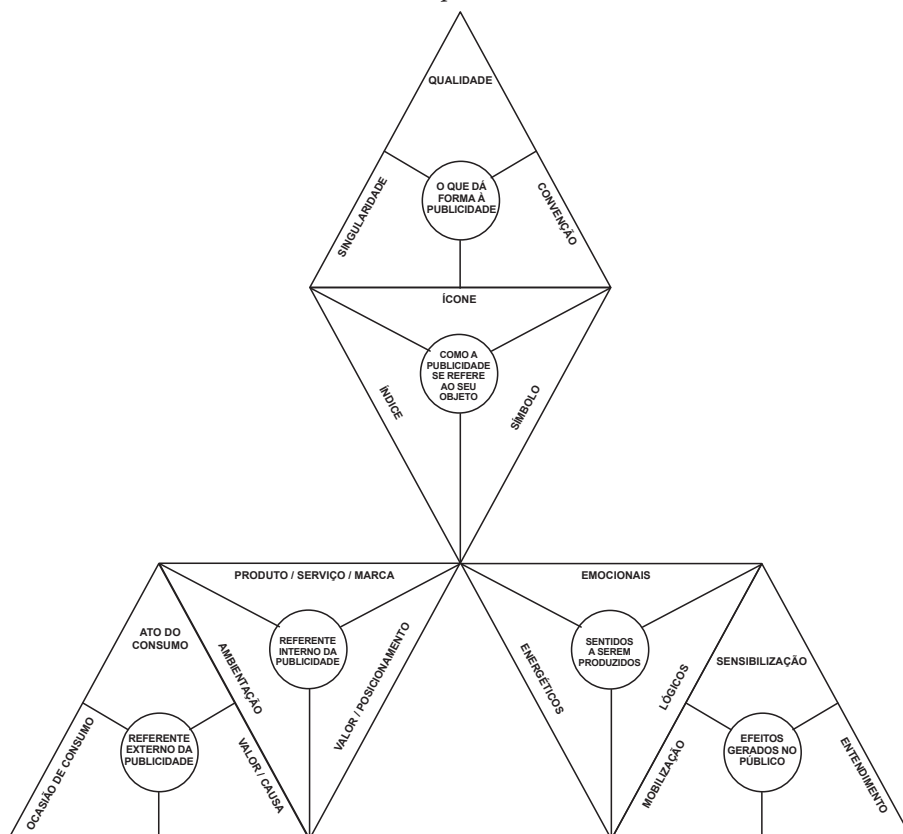
Figura 6
Segunda tricotomia dos interpretantes



E o entendimento, terceira dimensão dessa classificação, consiste no efeito do signo publicitário sobre o intérprete que diz respeito à compreensão de uma ideia, a uma mudança de concepção, à adoção de uma nova perspectiva sobre a realidade ou sobre certo assunto. Tem a ver com o pensar. Os *propósitos* mais abstratos que as marcas vêm tentando construir como ponto de afinidade junto aos públicos costumam ser valores que, transmitidos via publicidade, só vão poder alcançar seu fim se essa publicidade for capaz de provocar nas pessoas o entendimento. A mudança de hábito, inclusive, representada nos tais funis pelos últimos níveis – lealdade à marca e defesa dela –, é claramente um dos efeitos do signo quando o interpretante por ele provocado alcança esse terceiro estágio.

Figura 7

As três dimensões da análise semiótica da publicidade¹



¹ A composição gráfica da Figura 7 – integração das partes já apresentadas nas figuras anteriores – procura simplesmente sintetizar em linguagem mais visual o conteúdo apresentado em texto. Não procura em momento algum representar qualquer tipo de esquema processual ou mapa – a não ser mapa mental para o entendimento do funcionamento sógnico da propaganda.

ENTRE A GENERALIDADE AUSPICIOSA E A ABSTRAÇÃO EXCESSIVA

É muito importante deixar claro, se é que claro já não está, que o que se apresentou neste ponto do estudo não tem por intenção definir um procedimento esquemático, mecanicista, baseado nos elementos constitutivos das manifestações expressivas da publicidade contemporânea. Nossa intenção sempre foi a de alcançar, por meio justamente da abstração que caracteriza a semiótica de Peirce, os procedimentos analíticos gerais, abstratos, conceituais, que podem favorecer uma análise mais rentável da fugidia e diversificada propaganda que se produz hoje em dia e até, quem sabe, da propaganda que se vai fazer no futuro. Por isso é que não se têm – ou pelo menos se tentou não ter – aspectos pré-definidos de análise, algo como listas previamente estabelecidas do que deve ser observado pelo estudioso ou pelo analista. Listas como essas podem produzir análises tão limitadas quanto enrijecidas, muitas vezes deixando escapar a grandeza intelectual que pode residir nos processos sógnicos engendrados pela propaganda. Buscou-se ter esclarecido, isto sim, o percurso mental proporcionado pela semiótica que melhor dê conta da compreensão do funcionamento sógnico da publicidade, na sua complexidade e na sua riqueza contemporânea.

Só que não se pode buscar a generalidade intelectual dos seus entendimentos sem correr o risco de se distanciar em demasia da realidade prática em que se dão os fenômenos comunicacionais. Eis aqui, então, uma das fragilidades da nossa proposta metodológica. Não oferecendo ao leitor de forma mais explícita ou didática um protocolo de análise baseado nos elementos concretamente constitutivos da linguagem publicitária de uma certa época (fotografia, tipografia, título, assinatura etc.), arrisca-se perder sua rentabilidade prática nas aplicações cotidianas, seja em sala de aula, seja no próprio âmbito das agências de propaganda. Procurando sempre demonstrar de que forma o pensamento semiótico pode fornecer a luz necessária para se fazer revelar uma espécie de lógica publicitária, residente no interior da linguagem da própria publicidade, sem que isso nos limite a um determinado tipo ou formato de anúncio (sequer de anúncios estamos aqui falando), arrisca-se perder certo aspecto de praticidade na sua aplicação. Isto porque cada análise se revelaria única e nova, dependendo de um processo complexo de adequação dos princípios semióticos às suas especificidades sógnicas. Só que, ao mesmo tempo, cada uma delas seria a reiteração e o fortalecimento desse próprio método, na sua busca pela generalidade.

Esse equilíbrio, entre a generalidade mais abstrata e a aplicabilidade mais concreta, foi também o que se buscou ao longo deste texto. Se, em algumas passagens, o flerte com a materialidade é nítido – chegando a haver, sim,

indicações mais diretas do que deve ou não ser considerado em cada etapa da análise –, a intenção nunca foi a de transformar a semiótica em mera ferramenta. Se, em outros trechos, o perseguir da generalidade acaba por gerar um distanciamento excessivo da matéria publicitária que povoa concretamente o cotidiano, isso precisa ser compreendido a partir de uma das ambições deste texto, que sempre foi a de propor um método que desse conta da análise da publicidade como linguagem, não apenas como manifestação concreta.

Assim, para que as limitações do método modestamente proposto possam ser superadas – e ainda está por ser criado o método que se reconheça livre de limitações –, recomendam-se simultaneamente o seu cotejo com outras obras referenciais na aproximação metódica da semiótica com a publicidade (muitos já citados aqui) e o aprofundamento na compreensão da própria teoria semiótica. Mais do que um conjunto de réguas, esquadros e compassos, que poderiam ser usados para medir e esquadrinhar uma peça publicitária qualquer, o método apresentado quer funcionar mais como um mapa, um mapa dinâmico, abstrato e conceitual, que nos permita percorrer com alguma segurança e razoabilidade os meandros sógnicos que compõem a linguagem da publicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a semiótica de Peirce nos inspire a buscar, em um movimento que se reconhece utópico, a generalidade, é evidente que não se pode deixar de lado as diversas transformações pelas quais passa nitidamente a comunicação publicitária na contemporaneidade. Do mais óbvio – como o crescimento do on-line sobre o off-line no que se refere aos meios por que ela se dá, ou como a prevalência da linguagem audiovisual sobre as demais linguagens – ao mais desafiador – seu entroncamento com as chamadas *big techs* (grandes empresas globais que vem popularizando lógicas de inteligência artificial, *big data*, algoritmos etc.) e seu caráter ideológico e político –, há sinais claros de que a propaganda vem se alterando profundamente no contexto atual. E isso pode se dar tanto no seu plano expressivo, quanto nas suas lógicas mais profundas.

Nesse sentido, o método proposto neste texto deve se manter rentável (dentro das suas limitações) enquanto sógnica se mantiver a publicidade. Sem querer com isso afirmar que se trata de método definitivo ou autossuficiente, o que se quer dizer é que, enquanto a comunicação publicitária puder ser entendida na sua natureza comunicacional, sógnica e mediadora, alguma contribuição encontraremos na obra de Charles Peirce. Enquanto a propaganda, para cumprir seus efeitos, assumir uma materialidade sógnica de linguagem – por mais sincrética

ou híbrida que venha a ser –, o que este texto propõe, acredita-se, tende a ter alguma utilidade na busca pela sua compreensão.

Pode ser que, em um futuro próximo, talvez até nesse tipo de futuro que já é presente e a gente não sabe, a publicidade se transfigure e, de mensagem, passe simplesmente a números, cálculos, fórmulas e funções matemáticas computacionais. É difícil imaginar como seria esse tipo de publicidade, das máquinas para as máquinas, sem que, em algum momento, não seja necessário se dar à vista em forma de signo comunicacional. Nesse momento, a semiótica estará lá, pronta para nos iluminar a questão da sua expressividade, mas também, inclusive, para indicar as brechas por onde se poderia penetrar nas suas engrenagens ora algorítmicas.

A fidelidade ao chamado paradigma interpretativista nos obriga a entender que, diante de fenômenos complexos, as bases teóricas e os arranjos metodológicos devem ser robustecidos sob o mesmo signo da complexidade. Se tomarmos por ciência, seguindo Peirce, “aquilo que é levado a efeito por pesquisadores vivos, a ciência como fruto da busca concreta de um grupo real de pessoas vivas, caracterizando-se, desse modo, como algo em permanente metabolismo e crescimento” (Santaella, 2001, p. 103) e se considerarmos ainda que “não há mais *o método* interpretativo na pesquisa; em qualquer disciplina, precisamos multiplicar as metodologias (Canevacci, 2013, p. 172, grifo do autor). É importante deixar claro que o método aqui apresentado foi pensado também para ser integrado a outras disciplinas e a outros procedimentos de análise. Seja qual for a perspectiva assumida para a compreensão desse fenômeno cada vez mais onipresente na nossa vida cotidiana – e cada vez mais claramente entrelaçado com questões políticas, sociais, culturais, econômicas e tecnológicas –, que é a publicidade, o entendimento da sua linguagem, igualmente crescente na sua complexidade, será necessário. E, aí, o método semiótico deve ter sua serventia.

REFERÊNCIAS

- Arruda, M. A. do N. (2015). *A embalagem do sistema: A publicidade no capitalismo brasileiro*. EdUSP.
- Atem, G. N., Oliveira, T. M., & Azevedo, S. T. (Orgs.). (2014). *Ciberpublicidade: Discurso, experiência e consumo na cultura transmidiática*. E-papers.
- Barthes, R. (1990). *O óbvio e o obtuso*. Nova Fronteira.
- Canevacci, M. (2013). O fetichismo metodológico tem o poder de mesclar os dois clássicos elementos da filosofia ocidental: sujeito e objeto. *Matrizes*, 7(1), 169-178.

- Casaqui, V. (2011). Por uma teoria da publicização: Transformações no processo publicitário. *Significação*, 36, 131-151.
- Chiachiri, R. (2011). *O poder sugestivo da publicidade: Uma análise semiótica*. Cengage Learning.
- Ciaco, J. B. S. (2013). *A inovação em discursos publicitários: Comunicação, semiótica e marketing*. Estação das Letras e Cores.
- Covaleski, R. (2010). *Publicidade híbrida*. Maxi.
- Covaleski, R.; Silveira, M. A. & Andrade, K. (2017). *Divisão Temática Publicidade e Propaganda do Congresso Intercom: Um estudo bibliométrico de 2001 a 2016* [Apresentação de trabalho]. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Dias de Castro, M. L. (2012). *Promocionalidade: Em busca de uma metodologia de análise* [Apresentação de trabalho]. 35º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Durand, J. (1974). Retórica e imagem publicitária. In C. Metz, J. Durand, G. Péninou, L. Marin & J-L. Schefer. *A análise das imagens: Seleção de ensaios da revista "Communications"* (pp. 19-59). Vozes.
- Eco, U. (1976). *A estrutura ausente*. Perspectiva.
- Floch, J-M. (1993). *Semiótica, marketing y comunicación: Bajo los signos, las estrategias*. Paidós.
- Lopes, M. I. V. (2005). *Pesquisa em comunicação*. 8a ed. Loyola.
- Machado, M., Burrowes, P., & Rett, L. (2020). Proposta de um modelo de literacia para as novas enunciações publicitárias. *Animus*, 19(40), 124-143.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1999). *História das teorias da comunicação*. Loyola.
- Nöth, W. (1996). *A semiótica no século XX*. Annablume.
- Peirce, C. S. (1995). *Semiótica*. Perspectiva.
- Peirce, C. S. (1999). *Collected papers (1931-1958)*. Harvard University Press.
- Péninou, G. (1974). Física e metafísica da imagem publicitária. In C. Metz, J. Durand, G. Péninou, L. Marin & J-L. Schefer. *A análise das imagens: Seleção de ensaios da revista "Communications"* (pp. 60-81). Vozes.
- Perez, C. (2004). *Signos da marca: Expressividade e sensorialidade*. Thompson.
- Perez, C. (2007). Semiótica da marca: Abordagem peirceana. In P. Lencastre (Coord.), *O livro da marca* (pp. 119-165). Dom Quixote.
- Perez, C. (2016). *Ecossistema publicitário: O crescimento sógnico da publicidade* [Apresentação de trabalho]. 39º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Piratininga, L. C. (1994). *Publicidade: Arte ou artifício?*. T. A. Queiroz.

- Pompeu, B. (2018). *Semiopublicidade: Epistemologia e currículo da publicidade*. Appris.
- Santaella, L. (2001). *Comunicação & pesquisa*. Hacker.
- Santaella, L. (2004a). *Semiótica aplicada*. Thompson.
- Santaella, L. (2004b). *A teoria geral dos signos*. Pioneira.
- Santaella, L. (2004c). *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. Unesp.
- Santaella, L. & Nöth, W. (2011). *Estratégias semióticas da publicidade*. Thomson.
- Semprini, A. (2010). *A marca pós-moderna: Poder e fragilidade da marca na sociedade contemporânea*. Estação das Letras e Cores.
- Trindade, E. (2018). Posfácio. In C. Perez, M. L. Dias de Castro, B. Pompeu & G. Santos (Orgs.), *Ontologia publicitária: 20 anos do GP de Publicidade da Intercom* (pp. 505-509). Intercom.
- Volli, U. (2003). *Semiótica da publicidade: A criação do texto publicitário*. Edições 70.

Artigo recebido em 23 de março de 2023 e aprovado em 23 de junho de 2023.

Objetividade jornalística e perspectiva de gênero: Tensões e deslocamentos

Journalistic objectivity and gender perspective: Tensions and displacements

JESSICA GUSTAFSON^a

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil.

DAIANE BERTASSO^b

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Jornalismo e Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis – SC, Brasil.

RESUMO

Busca-se compreender a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo e as implicações do feminismo relacionadas à objetividade jornalística na sua prática por meio da análise do trabalho das jornalistas do portal Catarinas, da região Sul do Brasil. O método é o estudo de caso, com observação participante na produção das notícias no portal e a realização de entrevistas em profundidade. A análise demonstrou a existência de rupturas e tensões na lógica masculinista do jornalismo. A objetividade jornalística está presente em praticamente todas as decisões, mas em constante tensão, seja por meio da escolha das pautas, dos enquadramentos das notícias, na relação mais próxima com as fontes e até mesmo na escolha por não prosseguir com uma pauta diante de possíveis consequências na vida das pessoas envolvidas. Esses deslocamentos indicam a possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo, feminismo, estudos de gênero, objetividade jornalística, Portal Catarinas

ABSTRACT

It is sought to understand the construction of a gender perspective in journalism and the implications of feminism related to journalistic objectivity in its practice by the analysis of the work of journalists at Portal Catarinas in the southern region of Brazil. The method involves a case study with participant observation in the production of news at portal and in-depth interviews. Analysis showed the existence of ruptures and tensions in the masculinist logic of journalism. Journalistic objectivity is present in practically all decisions but in constant tension, whether due to the choice of guidelines, the framing of news, the closest relationship with sources, and even the choice not to proceed with an agenda in the face of possible consequences in the lives of those involved. These displacements indicate the possibility of a feminist objectivity in journalism.

Keywords: Journalism, feminism, gender studies, journalistic objectivity, Portal Catarinas

^a Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o grupo de pesquisa TRANSVERSO: estudos em jornalismo, interesse público e crítica (UFSC/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7056-9046>. E-mail: je.g.costa@gmail.com

^b Professora no Departamento de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É uma das líderes do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq/UFSC TRANSVERSO: estudos em jornalismo, interesse público e crítica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7528-3709>. E-mail: daianebertasso@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p171-196>

V.18 - Nº 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil GUSTAFSON | BERTASSO p. 171-196

MATRIZES

171



INVESTIGAMOS A CONSTRUÇÃO de uma perspectiva de gênero no jornalismo, indagando quais implicações da proposta feminista das jornalistas do portal Catarinas: Jornalismo com Perspectiva de Gênero, criado em 2016 em Florianópolis/SC, Brasil, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitam a problematização da objetividade jornalística. A compreensão de tais implicações se deu por meio da observação da rotina de produção das notícias do portal e dos posicionamentos das jornalistas expressos nas entrevistas em profundidade, realizadas em fevereiro e março de 2018 (Costa, 2018)¹.

¹ Este artigo traz uma síntese da pesquisa de dissertação de Jessica Gustafson Costa (2018)

“Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo”, publicada em livro intitulado *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo* (Gustafson, 2019).

Partimos do pressuposto de que a redução das desigualdades de gênero passa por mudanças nos discursos que significam e constroem as realidades sociais. Enquanto uma instituição social, o jornalismo, ao lado da escola, da igreja, da ciência e das leis, produz discursos repetidos sobre posições de normalidade e de diferença, definindo os sujeitos que podem ser reconhecidos como normais e os que se distanciam desse padrão. Assim, como destaca Guacira Lopes Louro (2008), estas instâncias inscrevem nos corpos as marcas e normas que devem ser seguidas.

Os discursos dessas diversas instituições não só refletem e representam a sociedade, mas também significam, constroem e modificam sentidos, não havendo uma única ordem do discurso (Fairclough, 2001). Consideramos também que o jornalismo se utiliza de estratégias discursivas na direção de (des)construir o senso comum, de modo a articular outras ideologias (Moita Lopes, 2006). Percebemos que nos últimos anos a imprensa tem dado destaque às temáticas de gênero e sexualidade, refletindo uma mobilização mais ampla da sociedade e, principalmente, dos movimentos feministas.

Por outro lado, essa atenção pontual parece esconder uma premissa importante, que é o fato de o jornalismo falar sobre gênero e sexualidade sempre, em todas as suas matérias, pois trata sobre sujeitos desde sempre generificados, sexualizados e racializados, como afirma Judith Butler (2015). A produção de sentidos não acontece apenas nas reportagens específicas sobre gênero, mas quando aborda política, economia, saúde etc., até mesmo quando escolhe quais repórteres serão designados para cada pauta e as fontes a serem ouvidas, porque, para lembrar Joan Scott (1995), gênero é a forma primeira de significar as relações de poder. Embora essa maneira de entender o gênero e sua ligação com o poder se refira a uma visão ocidentalista e localizada, como apontam algumas teóricas decoloniais, ainda assim entendemos que ela é potente para compreender a generificação presente no contexto atual.

A produção desses sentidos e significados que envolvem o jornalismo e a sociedade como um todo tem a cultura, com seu sistema de valores, como denominador comum. Dessa forma, o jornalismo pode ser entendido como um

“conhecimento social que se reproduz com uma função pedagógica cultural que pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (Veiga da Silva, 2014, p. 63).

A conclusão de Veiga da Silva (2014) ao realizar um estudo de *newsmaking* na redação de um telejornal, de que o jornalismo tem gênero – o masculino –, é um dos pressupostos centrais da discussão aqui proposta. Conforme a autora, a generificação acontece a partir da reprodução das relações de gênero e de poder hegemonicamente prevalentes na cultura, tanto nas relações dentro das redações quanto nas notícias produzidas, refletindo em hierarquias e desigualdades. Ela considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma moderno e de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (Veiga da Silva, 2014; 2015).

A objetividade jornalística, enquanto um fundamento da profissão, está relacionada a valores inerentes à prática, como o apartidarismo e o equilíbrio; a procedimentos epistemológicos, como a transparência e o rigor; aos valores estéticos, como clareza e concisão do texto; e a valores éticos, como a justiça (Demeneck, 2009). O fundamento também sugere que os fatos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas teriam o potencial para se distanciar dos acontecimentos por meio da linguagem neutra e das técnicas de reportagem.

Essa concepção, que resultaria numa visão imparcial dos fatos, está sujeita a muitas das mesmas críticas que têm sido dirigidas contra o positivismo (Hackett, 1999), principalmente no campo da ciência. Como destaca Cremilda Medina (2008), os princípios positivo-funcionalistas se disciplinaram metodologicamente nas práticas comunicacionais e científicas ao mesmo tempo. Dessa forma, as heranças do pensamento moderno estão presentes ainda na prática jornalística.

Nessa perspectiva positivista, o jornalista só é visto como objetivo – e idealmente classificado como neutro e imparcial – quando reproduz o senso comum e os valores hegemônicos da sociedade, romantizando a prática jornalística e enaltecendo essas características nos discursos dos editoriais, comentários etc. Qualquer tentativa de transformação social mais posicionada, a partir da problematização de hierarquias e desigualdades sociais, principalmente as que se referem a gênero, implica no rótulo de jornalista tendencioso (Hackett, 1999).

Assim, entendemos que os valores inerentes à racionalidade moderna e ao positivismo, refletidos no fundamento da objetividade jornalística, precisam ser tensionados na produção de notícias, sendo o nosso foco nesta pesquisa a produção

de notícias por jornalistas feministas. Partimos das contribuições da bióloga e feminista estadunidense Donna Haraway (1995), que se debruçou sobre um fundamento comum na ciência e no jornalismo: a objetividade. Para ela, a pesquisa feminista acadêmica tentou repetidas vezes responder o que se queria dizer com o termo, com o intuito de desmascarar as doutrinas da objetividade porque elas ameaçavam um sentimento crescente de subjetividade e a atuação histórica coletiva.

Considerando as ambiguidades escorregadias da palavra “objetividade”, o que a pesquisadora propõe não é o seu descarte, mas a sua ressignificação a partir da ideia de objetividade corporificada. Para Haraway, isso significa saberes localizados a partir de uma perspectiva parcial e de localização limitada, que nos torne responsáveis pelo que aprendemos a ver:

... a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. (Haraway, 1995, p. 21)

A formulação trazida pela autora fornece lastro para pensar que somente a inclusão de mulheres nas distintas áreas de conhecimento e profissionais não basta para a redução das desigualdades de gênero. É necessário refletir tanto sobre as técnicas de trabalho quanto sobre os conceitos que direcionam as práticas. Questionar os já questionados fundamentos do jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero significa a possibilidade de mudar o olhar sobre a profissão e redefinir suas técnicas e objetivos.

Pensamos o mesmo em relação à objetividade corporificada, que acreditamos ser uma forma de deslocamento do conceito do paradigma positivista. Da mesma forma, concordamos com o que propõe Fabiana Moraes (2022) ao refletir sobre um jornalismo de subjetividade. De acordo com ela, o subjetivo faz parte do que nos afeta e marca o que entregamos como produto jornalístico. Porém a subjetividade não está relacionada apenas ao plano individual, mas na relação desse “eu” com a coletividade, com as relações sociais, com a cultura.

Consideramos a hipótese de que as jornalistas do portal Catarinas não rompem completamente com a objetividade jornalística, mas a ressignificam a partir das suas perspectivas ativistas. Supomos, ainda, que o posicionamento delas dialoga com o conceito elaborado por Donna Haraway (1995) sobre a objetividade corporificada. Foi possível constatar, como será demonstrado na análise desenvolvida, a confirmação das hipóteses levantadas.

O portal Catarinas tem despertado a atenção de pesquisadoras em análises sobre o jornalismo feminista e a perspectiva de gênero. Francielli Esmitiz

da Silva (2019) aborda a produção do veículo e a circulação dos conteúdos jornalísticos a partir de suas práticas comunicacionais no site do portal e em redes sociais. Considera que o trabalho das jornalistas adquire um papel na democratização da comunicação ao colocar em circulação informações relacionadas aos direitos das mulheres. Amplia o diálogo com outras fontes e, assim, incentiva a participação de mais agentes sociais na circulação de informação.

Clarissa do Nascimento Peixoto (2019) situa o portal como um jornalismo de “novo tipo” por sua atuação fora da mídia hegemônica, que compartilha com outros veículos a busca por alternativas de produção e circulação de notícias. Entre as suas considerações está que o Catarinas preencheu uma brecha no que se refere às abordagens de gênero no jornalismo, mas ainda apresenta como desafio a manutenção da periodicidade de produção das notícias. A falta de um modelo de financiamento sustentável resulta em dificuldades para manter um trabalho regular e até mesmo para alcançar mais leitoras e leitores.

Isabella Bergo Costa (2022), em estudo comparativo de dois portais feministas, o Catarinas e o Feminacida, da Argentina, analisou a atuação dos coletivos no Instagram com o intuito de perceber as subversões nas práticas comunicacionais hegemônicas e a relação dos conteúdos publicados com as propostas do feminismo decolonial. A pesquisadora considera que a possibilidade de comunicar para além de uma matriz de poder e inteligibilidade eurocêntrica dentro de uma plataforma como o Instagram é um movimento de resistência e de insistência em uma prática comunicacional mais justa.

Já Barbara Maria Popadiuk e Karina Janz Woitowicz (2021) pesquisaram a atuação feminista nos veículos Gênero e Número, Portal Catarinas e Revista Azmina, com o intuito de perceberem como são mobilizadas as temáticas de gênero na produção jornalística, considerando que existem singularidades na construção de uma perspectiva de gênero nessa profissão. Entre os resultados das autoras está o protagonismo de mulheres nas notícias produzidas e o uso de fontes testemunhais. Especificamente em relação ao Portal Catarinas, perceberam sua proximidade com o movimento social e feminista, demonstrando um perfil mais ativista e engajado.

Influenciadas pela crítica feminista e acreditando nas possibilidades transformadoras da construção de uma epistemologia feminista, propomos, diferentemente dos estudos apresentados anteriormente, uma reflexão sobre o fazer jornalístico e os fundamentos que sustentam a sua conduta, em especial o da objetividade, com o acompanhamento da rotina de produção do Catarinas.

Desse modo, a escolha do portal se deu por sua singularidade e proximidade geográfica. Muitos coletivos feministas no Brasil trabalham com a elaboração de conteúdos jornalísticos, mas com menor regularidade e voltados principalmente para a crítica da mídia tradicional ou para a opinião. A produção regular

do veículo e a qualidade das matérias, que são bastante contextualizadas e apresentam uma grande pluralidade de fontes, demonstram que as jornalistas estão atentas às técnicas da profissão, figurando como um diferencial entre os outros sites feministas que produzem conteúdo.

Por ser um estudo sobre práticas jornalísticas que buscou saber as escolhas e motivações das jornalistas durante a construção das notícias, a pesquisa se insere nos estudos de *newsmaking* (Travancas, 1992; Tuchman, 1999; Veiga da Silva, 2014; Wolf, 1994), com foco nas rotinas produtivas. A metodologia é a pesquisa qualitativa, com a realização de um estudo de caso, método que privilegia as particularidades dos fenômenos em seus contextos complexos (Yin, 2005). Entre as especificidades do portal está a proposta de trabalhar com a construção da notícia, produto central do jornalismo. Optou-se pelas técnicas de observação participante (Peruzzo, 2015) em pautas pontuais, em que foram agendados encontros pelo WhatsApp. Ainda se utilizou o método e as técnicas da entrevista em profundidade (Duarte, 2015).

A apresentação dos resultados da análise dos dados a partir da observação participante (Peruzzo, 2015) e das entrevistas em profundidade (Duarte, 2015), articulada com o referencial teórico escolhido, foi organizada em seis categorias: 1) A objetividade corporificada na construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo; 2) A objetividade corporificada na subversão da lógica das fontes – as mulheres enquanto fontes privilegiadas; 3) A objetividade corporificada na relação com o movimento social – a demarcação da autonomia jornalística; 4) A objetividade corporificada no cuidado das jornalistas com as fontes; 5) A objetividade corporificada na construção coletiva das pautas – exercício e necessidade; 6) A objetividade jornalística corporificada – reafirmação e questionamento. Ao interpretar as respostas das jornalistas e suas motivações para as decisões relativas às práticas refletidas nessas seis categorias podemos perceber a existência de rupturas e tensionamentos na lógica masculinista do jornalismo (Veiga da Silva, 2014), assim como a manutenção de certas práticas cristalizadas no campo e ideais relacionados ao compartilhamento de uma cultura profissional. Ao valorizar os deslocamentos existentes, propõe-se a existência de uma objetividade feminista no jornalismo.

PORTAL CATARINAS: JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O portal Catarinas é definido em sua linha editorial como veículo de jornalismo especializado em gênero, mas, como veremos a seguir, a compreensão das jornalistas sobre seu próprio trabalho varia e extrapola essa definição. Foi criado em 2016, na região Sul do Brasil, a partir de uma campanha de financiamento

coletivo. A sua proposta reflete sobre o jornalismo enquanto um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção jornalística. Define-se como “O jornalismo-direito se reforça em detrimento do jornalismo-produto, demonstrando que o seu exercício deve ser atraído pela vontade de contar o tempo presente a partir das mais diversas vozes, dos mais diversos pontos de encontro e desencontro, das mais diversas perspectivas.” (“Jornalismo Catarinas”, 2016).

A jornalista Raquel², uma das idealizadoras do portal, conta que a proposta foi construída com Patrícia, ex-colega da faculdade de Jornalismo, e Luíza, ativista que não está mais no coletivo. O contato entre elas era antigo, fruto da atuação nos movimentos sociais e feminista. Raquel e Patrícia já “penduravam” matérias em outra plataforma de jornalismo independente, mas sentiram a necessidade de investirem um portal com foco na perspectiva de gênero. Foi no movimento Primavera feminista³, em 2015, que as duas jornalistas se reencontraram e perceberam que compartilhavam uma mesma vontade de construir uma plataforma ligada às temáticas de gênero. Decidiram, então, apresentar a ideia para Luíza, que foi considerada um aporte tanto da militância feminista quanto da academia.

Após alguns encontros entre as três, ficou definida a proposta de desenvolver um portal que pudesse ser um guarda-chuva que abarcasse a produção de conteúdo, a curadoria de informação e a observação dos debates públicos sobre o tema, principalmente aqueles desencadeados pelos meios de comunicação tradicionais. Para dar materialidade às produções, as três criaram um núcleo executivo e convidaram outras mulheres para fazerem parte dessa empreitada, com a criação de um conselho editorial que desse suporte à produção e divulgação de conteúdo. Nessa etapa, a jornalista Glória, também com forte atuação no movimento feminista, passou a fazer parte do coletivo. As quatro formaram, então, o núcleo do portal Catarinas.

As contribuições de Glória para a consolidação do portal, com prática na produção de conteúdo jornalístico, também estão relacionadas à sua experiência anterior em discussões sobre a mídia e o feminismo, quando participou da construção de alguns seminários Mulher e Mídia, que acontecem nacionalmente, promovidos pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com outras entidades. Nesse contato com movimentos feministas de outros estados, passou a conhecer iniciativas de jornais feministas que estavam sendo distribuídos e a ter vontade de fazer algo semelhante no Sul do País.

Alguns entraves destacados por ela para a consolidação das iniciativas são bastante interessantes para refletir sobre o contexto em que o portal Catarinas surge e se estabiliza. Para Glória, nos anos anteriores, dentro de um coletivo que era de ativistas e militantes, tornava-se muito difícil atrair jornalistas. Ela atribui essa dificuldade à formação jornalística, que sempre orienta um distanciamento

² O nome das jornalistas não foi revelado nessa pesquisa, sendo utilizada nomenclatura fictícia, na tentativa de garantir o anonimato delas.

³ A chamada Primavera das mulheres ou Primavera feminista marcou o ano de 2015 e representou um momento em que o feminismo ganhou terreno e força política em grandes marchas contra retrocessos no que se refere aos direitos das mulheres: “Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais” (Bogado, 2018, p. 29).

com movimentos políticos, de não se construir um vínculo militante: “*essa defesa da tal isenção jornalística, você precisa ser uma pessoa neutra*” (Glória).

Com uma ampliação na sociedade dos debates feministas nos anos seguintes, a proposta de agregar jornalistas na produção de notícias com perspectiva de gênero foi então colocada em prática com a formação de uma equipe de profissionais engajadas nessa articulação. Além de Raquel, Patrícia e Glória, o núcleo do portal é composto pela jornalista Ângela e a fotógrafa e colunista Vivian, além das contribuições da videomaker Laura, que produziu o vídeo para o lançamento da iniciativa e segue atuante no coletivo. Existe ainda a colaboração de outras jornalistas, mas de maneira mais pontual, em eventos específicos.

O site conta também com 22 colunistas e um conselho editorial formado por seis mulheres, profissionais de diferentes áreas de atuação. É nessa composição do grupo de colunistas e do conselho que observamos maior diversidade entre as integrantes, principalmente no que se refere à raça, com a participação de mulheres negras, assim como mulheres lésbicas e uma mulher transexual⁴. Entre as entrevistadas, responsáveis pelo núcleo da produção jornalística durante a realização da pesquisa, todas são mulheres cis e brancas. No que se refere à sexualidade, a maioria delas se identifica com experiências sexuais que extrapolam a heterossexualidade.

⁴ Em 2018 o portal passa a contar com uma mulher indígena em seu conselho.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

Em sua linha editorial, o Catarinas diz que pretende dialogar com diversas linhas teóricas do feminismo, mediando suas perspectivas diante da realidade, sendo o primeiro portal de notícias do Brasil voltado à abordagem de gênero, feminismos e direitos humanos. A partir dessas informações, interessamo-nos em saber como as profissionais definem o jornalismo que praticam e como entendem o fazer jornalismo com perspectiva de gênero. Abordando esse tema, pudemos perceber também como algumas delas interpretam o papel do jornalismo na sociedade e, conseqüentemente, as práticas negativas existentes dentro do campo. Nesse sentido, é importante destacar que a baliza para as suas práticas também é permeada pela oposição às práticas da mídia tradicional consideradas negativas pelas jornalistas. Ou, retomando Stuart Hall (2000), a identidade delas, enquanto jornalistas e feministas, é construída pela diferenciação daquilo que elas não são – a diferença em relação ao jornalismo hegemônico.

A ideia de enquadrar o portal como jornalismo com perspectiva de gênero veio de Patrícia, no intuito de ampliar as abordagens e não as restringir, sendo bastante dialogada com as outras integrantes, considerando que as fronteiras entre academia e movimento social são permeáveis, de diálogo e compartilhamento. Assim, a motivação foi trabalhar o enfoque de gênero nas pautas jornalísticas:

“Tudo que é ligado a gênero é ruim para os conservadores, quando se fala em gênero cria-se todo um estigma, então a gente quis trabalhar, ressignificar isso para a sociedade . . .” (Patrícia).

Ao trazer para a definição do portal a palavra “gênero”, termo em disputa atualmente e que tem sido constantemente atacado por setores conservadores da sociedade, elas demonstram o viés político da empreitada e o engajamento na disseminação do sentido que é defendido há décadas pelo movimento feminista. Para Patrícia, a demarcação da perspectiva também está relacionada a uma crítica às falhas do campo do jornalismo detectadas por elas, a partir da consideração de que o jornalismo em si deveria ter perspectiva de gênero, e não precisar ter uma especialidade: *“Mas aí a gente colocou isso no slogan para dizer: a gente tem, tá” (Patrícia).*

Conversamos sobre esse assunto com Raquel, que falou sobre a necessidade de pensar em reformular a proposta do portal, pois, ao tratar a perspectiva de gênero como uma especialidade do jornalismo, não se deixa nítida a diferença existente entre elas e o chamado jornalismo feminino, uma forma de especialização jornalística principalmente no seguimento de revistas e historicamente voltado para o público de mulheres, sem posições políticas muito demarcadas. Na compreensão de Raquel, o jornalismo que praticam transborda a ideia de especialidade. Ao tratar da superação da pauta e a fonte, entendemos que Raquel percebe que o jornalismo que elas estão realizando não está limitado a cobrir apenas as pautas do movimento feminista, mas também sobre questões que sempre foram invisibilizadas de modo geral e que não estão presentes na mídia hegemônica. Além disso, mesmo as pautas mais presentes no jornalismo tradicional podem ser contempladas no portal, mas sob outra perspectiva.

A definição de quais pautas devem ser abordadas por um jornalismo feminista é complexa, pois todos os assuntos que circulam na sociedade impactam a vida das mulheres, e por isso são temas que merecem ser tratados ou se enquadrariam no interesse das mulheres. Igualmente, as temáticas de gênero não devem ser consideradas assuntos voltados apenas às mulheres, e sim à sociedade de forma mais ampla, sendo direcionadas, pelo menos intencionalmente, a um público mais variado.

Deve-se destacar ainda que nas mídias convencionais as temáticas sociais são tratadas a partir de um prisma masculinista (Veiga da Silva, 2014). A perspectiva de gênero, então, pode ser contemplada em qualquer notícia no intuito de superar essa tendência. A abordagem dos fenômenos sociais sem uma perspectiva de gênero torna invisível os impactos específicos e diferenciais na vida das mulheres. É o que a pesquisadora argentina Sandra Chaer (2007) chama de transversalidade da perspectiva de gênero. É essa perspectiva que Raquel está querendo demarcar ao dizer que o jornalismo com perspectiva de gênero ultrapassa a fonte, a pauta e a ideia de especialidade, tornando-se uma perspectiva transversal.

A transversalidade que Raquel aborda está relacionada também à possibilidade de ser um espaço de narrativas construídas por mulheres, que foram historicamente minoria no registro da história e da atualidade. Esse olhar, que difere da perspectiva masculinista, mas que não é um jornalismo especializado em mulheres, parece indicar a tentativa de trazer outros pontos de vista para a construção da realidade a partir de práticas jornalísticas distintas: *“Porque se a gente acredita que está no patriarcado, acredita que as mulheres são instruídas de um jeito e os homens de outro, é óbvio que a gente vai ter uma prática distinta. . . . Que não é na perspectiva do masculino, mas que também supera essa perspectiva atual de feminino”* (Raquel).

Raquel não defende que estejam praticando um jornalismo que poderia ser chamado de feminino, embora demonstre valorizar as possibilidades de construir novas narrativas a partir desse olhar. Perguntamos para a repórter fotográfica Vivian se a perspectiva de gênero influencia na sua maneira de fotografar. Ela responde que não modifica muito, pois as temáticas já estão direcionadas para o feminismo, mas que existe um *“olhar feminino”* na busca pelas pautas.

Notamos que as duas falas apresentam entendimentos diferentes, contudo estão perpassadas por uma ideia que associa diretamente o feminino às mulheres, podendo levar a uma desconsideração de que muitas vezes as mulheres têm práticas masculinistas. A inclusão de mulheres no jornalismo, que já compõem 64% das redações do País (Bergamo et al., 2012), não impactou diretamente nas práticas jornalísticas, e a perpetuação de um enfoque normativo sobre as questões de gênero continua nos conteúdos veiculados pela imprensa.

Se não há reflexão sobre as assimetrias e relações desiguais de poder entre o masculino e o feminino, as mulheres e os homens tendem a reproduzir os valores que circulam na sociedade. O que observamos nas práticas e no conteúdo do portal Catarinas não é apenas olhar feminino, mas um olhar feminista, que percebe as desigualdades de gênero e as relações de poder implicadas na desvalorização do feminino em todas as esferas e busca formas para superá-las.

Considerando o jornalismo que praticam enquanto um projeto em construção, a jornalista Glória afirma que é um exercício diário de experimentação e destaca como mérito da proposta do portal ser um espaço para o exercício do fazer jornalístico para que todas possam amadurecer juntas. Como algumas das profissionais nunca trabalharam em redação de jornal antes, ela diz que o portal também é um espaço de aprendizado, de construção coletiva, até mesmo para estudantes que estão colaborando.

Glória diz que, quando a iniciativa foi lançada, chegou até elas uma demanda represada de conteúdos diversos que precisavam *“ter experimentada a perspectiva de gênero no tratamento”*. Assim, algumas pautas mais aprofundadas acabam sendo um pouco atrasadas pelas notícias. A partir do momento em que tiveram

contato com a multiplicidade e quantidade de pautas, diversos questionamentos surgiram: *“Ok, em uma pauta política, como que a gente vai tratar? Quais são os cânones jornalísticos que a gente vai manter nos processos de fonte, de seleção de informação, de edição? E o que a gente não vai manter?”* (Glória).

Sobre os dilemas cotidianos, Glória diz que se questiona sobre até que ponto elas estão mantendo as estruturas na apuração, nas fontes e no texto. Raquel conta que suas escolhas são muito intuitivas, não estando relacionadas com teorias, e que procurou o mestrado para tentar entender teoricamente o que elas estão fazendo. Ela se pergunta: *“será que realmente promovemos uma ruptura?”*. Essa é uma reflexão importante para as integrantes, considerando que suas práticas estão em constante construção.

Por outro lado, observamos também que existem valores que elas enxergam no jornalismo que lhes são bem caros e até um pouco idealizados, como fica nítido na expressão “jornalismo raiz”, utilizada por Raquel e repetida por Ângela, ao demarcar o posicionamento delas na construção da notícia, ao contrário da mídia hegemônica, que tenta camuflar suas posições. Há o olhar humano que direciona as pautas:

Tem uma diferença nesse jornalismo. . . . É um jornalismo de respeito, um jornalismo humano, . . . que a gente não esconde, não precisa a gente passar o tom de neutralidade. . . . A gente tem um posicionamento e isso não precisa vir esgrachado, com frases, que nem a gente usa no movimento sindical, com jargões, mas ele na própria construção da matéria você percebe que construiu a partir de uma perspectiva que a gente tem. . . . A gente quer dizer que tem um lado, mas isso não impede da gente exercer o jornalismo na raiz. (Ângela)

A escolha pela especificidade da notícia na definição do portal também é perpassada por esse ideal do jornalismo raiz, como na resposta de Raquel sobre o assunto: *“. . . A gente é muito bola de fogo, se deixar a gente – de falar fico arrepiada – a gente faz isso o dia todo”*. A adrenalina que o trabalho jornalístico gera é um dos componentes compartilhados com a comunidade profissional, assim como a capacidade de reconhecer as faces obscuras contidas em uma situação, o famoso “faro” que se refere a uma perspicácia noticiosa, como destaca Tuchman (1999), e presente em uma das falas de Ângela na apuração de uma matéria: *“Vou tentar falar em off com advogada e ver se o meu faro tá correto”* (Diário de campo).

Essa forte identificação profissional, por outro lado, parece levar a uma busca pela compreensão de quais são as boas práticas do campo, situadas em oposição ao jornalismo comercial e pouco abordadas dentro e fora da academia. Raquel afirma várias vezes que quer entender o que é o bom jornalismo, o “*jornalismo maneiro*”, porque ainda não sabe. O questionamento de Eduardo Meditsch (2001)

sobre como diagnosticar um organismo se não se tem claro como ele deve funcionar é pertinente para se refletir sobre as novas iniciativas jornalísticas. Na cátedra, como é possível notar nas falas das jornalistas do portal, ainda é defendida uma proposta idealizada do jornalismo, compartilhada também pelos profissionais, com um papel relacionado à formação da opinião pública, a atender ao interesse público e à vigilância dos poderes. O discurso de autolegitimação do jornalismo, como destaca Wilson Gomes (2009), além de configurar a identidade da corporação, tem a tarefa de convencer a sociedade de que sua existência é imprescindível para a democracia “porque é capaz de servir ao interesse público” (Gomes, 2009, p. 70). Na prática, o jornalismo comercial opera de forma muito próxima a qualquer outra empresa capitalista, mas o discurso sobre a função do campo se mantém o mesmo, é uma “estranha e inquietante inércia discursiva” (Gomes, 2009, p. 76).

Esse paradoxo dificulta a busca por definições sobre como deve funcionar esse outro tipo de jornalismo contra-hegemônico, abertamente posicionado, mas que não se comporta como uma assessoria de imprensa do movimento social, e que não se enquadra na lógica do mercado de notícias. Como fala Glória, as indefinições as “*obrigam a fazer diariamente esse exercício de delinear o que é o fazer jornalístico, quais são as pautas que a gente publica, o que são os procedimentos mesmo de construção das matérias*”.

A premissa do jornalismo enquanto um direito, previsto nos códigos da profissão com base no direito fundamental dos cidadãos à informação, impacta de forma direta no financiamento do portal e no entendimento de que os conteúdos publicados não serão restritos apenas aos assinantes. Além disso, reflete em produzir matérias que tragam informações importantes para as mulheres e que são silenciadas socialmente. A pauta do aborto é muito ilustrativa sobre isso, como explica Patrícia: “*Sobre o aborto previsto por lei, o Ministério da Saúde não divulga onde se faz esse serviço, quantos serviços no Brasil. E ele não divulga porque se ele divulgar, as mulheres vão acessar os direitos*”. A atitude do Estado de não informar está relacionada a um “temor” de que mulheres que não se enquadrem nos casos de aborto legal no Brasil mintam para realizar o procedimento, o que priva o acesso para todas. “*É uma violação realmente dos direitos das mulheres, e isso precisa ser dito*” (Patrícia).

Outra violação não abordada pela imprensa e que pouco circula na sociedade é a do sigilo médico nas denúncias de mulheres que chegam aos hospitais após realizarem o aborto. “*Porque quando um médico denuncia uma mulher, ele coloca em risco outras vidas. E tem uma omissão do estado brasileiro em relação aos acordos que é signatário, vários acordos internacionais que entendem que os países devem rever suas legislações restritivas*” (Patrícia). Com isso, o consenso

internacional de que o aborto até os três meses é um direito da mulher não está sendo trabalhado no Brasil, assim como o direito humano da mulher e o direito constitucional a um atendimento sigiloso nos hospitais.

Ao se oporem às práticas da grande mídia consideradas negativas, as jornalistas se defrontam com o grande desafio da crítica feminista, como destaca Sardenberg (2001), que é a necessidade de construção de outros princípios e práticas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos de grupos historicamente subordinados, entre eles as mulheres, pois um feminismo que destrói tudo pode ser perigoso (Alcoff, 1994).

AS MULHERES ENQUANTO FONTES PRIVILEGIADAS

Ao tentar construir não somente outros preceitos jornalísticos, mas também outros enquadramentos e outras relações, no portal Catarinas as mulheres são as fontes privilegiadas. A proposta de trazer vozes que não figuram comumente como fontes na mídia tradicional é uma das grandes propostas desse jornalismo, no intuito de romper com os enquadramentos hegemônicos trazidos pela voz dos poderosos, entendidos como definidores primários por Stuart Hall et al. (1999). Contudo, faz-se necessário ressaltar que mesmo dentro do jornalismo alternativo as fontes femininas seguem sem ser as privilegiadas, perpetuando as assimetrias da mídia tradicional, conforme Vinhote et al. (2016).

Ângela conta que, desde a sua entrada no portal, as outras jornalistas recomendaram a ela que procurasse especialistas mulheres, “*que entendem sobre o tema e que muitas vezes não é dado o espaço*”. A partir disso, tentamos compreender quais mulheres são contempladas em suas matérias, se existe uma atenção à diversidade. A proposta de chegar às vozes não ouvidas não é fácil de ser concretizada, pois implica sair da zona conhecida e buscar mulheres que não integram diretamente o movimento social com o qual têm proximidade.

Glória diz que existe uma busca por esse olhar mais amplo, muito pautado também pelo movimento social, e que é preciso chegar até outras mulheres tanto no ativismo quanto no jornalismo. A proposta “*te obriga a sair totalmente do teu conforto, e o jornalismo, hoje ele tá muito aqui no ar-condicionado, nessa situação né?*” (Glória). A jornalista traz como exemplo uma pauta em que trabalhou sobre a amamentação a partir do questionamento sobre a dimensão que ela tem na vida das mulheres. “*Essa é uma pauta que te coloca em várias encruzilhadas*” (Glória). Os dilemas relatados por ela se referem ao contato que teve com mulheres que defendem a amamentação ininterrupta até os dois anos do filho, ficando afastadas do trabalho por esse período, um grande privilégio de que a maior parte das mulheres não pode usufruir.

O movimento em prol da amamentação, ponto de partida para a construção da matéria, não contempla as especificidades e necessidades de muitas mulheres brasileiras. Assim, a jornalista percebeu as dificuldades de chegar até o enfoque que gostaria, optando por fazer uma série de quatro matérias e explorar ao máximo a questão em distintos contextos. Ela relata que somente no último texto conseguiu chegar mais perto do enfoque que esperava, ao trazer a situação de mulheres que não têm com quem deixar os filhos, pois não encontram uma creche perto do trabalho, ou não conseguem amamentá-los duas vezes por dia até os seis meses, como previsto em lei: *“A mulher que é doméstica e que a patroa não deixa ela levar o filho pro trabalho, ou então que ela leve esse filho pro trabalho e lá ela amamenta nessas condições, e isso é um favor que fazem para ela”* (Glória).

A consideração de que a maternidade impacta de diferentes formas na vida das mulheres é descrita por Glória, que ressalta a importância também de romper com uma visão utilitarista das fontes que ela chama de *“cânone jornalístico”*: *“Um olhar que você não vai adquirir ligando para a prefeitura para saber, ‘ah, prefeitura, quantas vagas tem na creche?’ Ok, essa é uma informação, é importante, mas a gente precisa ir além disso”* (Glória). Por outro lado, essas tentativas algumas vezes não se concretizam em decorrência da falta de estrutura e de pessoas disponíveis para se dedicarem às pautas, sendo uma proposta considerada por Glória como desafiadora.

Ao mesmo tempo em que existe uma motivação para trazer uma perspectiva mais diversa sobre as mulheres, foi possível observar outros delineamentos interessantes sobre as fontes, que é a relação com mulheres que não dialogam com a perspectiva feminista. Durante a reunião de pauta aberta, no primeiro contato com as jornalistas do portal Catarinas, surgiu o assunto sobre a única vereadora eleita depois de oito anos na Câmara de Vereadores da cidade e que não trabalha com uma bandeira feminista, mas sim pelo direito dos animais, e se isso renderia uma pauta. Em entrevista com Ângela, ela abordou novamente o tema e disse que a situação da vereadora a incomodou muito e que ela achava que era preciso fazer uma matéria sobre as suas bandeiras políticas: *“A minha primeira coisa foi ser impulsiva e falar dessa mulher”*. Em conversa com as outras jornalistas, entendeu que, mesmo falando sobre animais, a vereadora é uma mulher que ocupa um cargo político importante, que historicamente é ocupado por homens. A sua presença ali é representativa, mesmo que não atenda aos ideais esperados pelo feminismo. *“É aí que eu cresço no portal, pela experiência que as meninas têm”* (Ângela).

O diálogo entre as profissionais a partir de um olhar feminista entende que mesmo que não dialoguem com as perspectivas trabalhadas no portal, e, conseqüentemente não sendo vozes privilegiadas nas matérias, essas mulheres não serão *a priori* alvos de críticas por não se posicionarem em relação às lutas

pela desigualdade de gênero. Essa reflexão está nas discussões no âmbito do ativismo de que as mulheres já são suficientemente culpadas pela sociedade sobre suas ações, e os homens, quando em situações semelhantes, são eximidos de qualquer responsabilidade: *“Mesmo as conservadoras, as antifeministas, a gente tem cuidado na forma de expor elas. Não vamos desqualificar porque a gente está juntas, mesmo elas não sabendo”* (Ângela).

A discussão apresentada sobre a vereadora e suas pautas também se relaciona ao espaço para o contraditório, o “ouvir os dois lados”, prática que também se relaciona à busca pela objetividade jornalística. Muitas vezes o espaço ao contraditório é oferecido sem grandes reflexões dos jornalistas, supondo uma garantia de imparcialidade da abordagem e o não favorecimento de apenas um lado, como se as situações cotidianas apresentassem apenas duas perspectivas. Ao contrário, sabe-se que a abordagem está atravessada pelo direcionamento profissional, assim como em todas as escolhas jornalísticas.

A prática, classificada por Tuchman (1999) como um ritual estratégico – procedimento de rotina que tem pouca relevância no fim procurado, que em última instância é a objetividade jornalística –, foi abordada com as interlocutoras da pesquisa e apareceu frequentemente nas conversas que tivemos. Primeiramente, percebemos um entendimento sobre o espaço ao contraditório como premissa básica para a prática do jornalismo, em oposição ao discurso panfletário característico do movimento social. A questão surgiu pela primeira vez durante a observação participante com Ângela, quando ela falava sobre a necessidade de trazer o contraditório para a pauta em andamento, destacando a diferença do trabalho feito por ela no portal com o desempenhado no jornalismo sindical: “Na faculdade nos dizem para ser imparcial. No sindicato só damos um lado, dizendo que em uma reunião com dez pessoas tem 50. No portal pensamos no outro lado, na melhor maneira de tratar sobre a situação. Acho que isso é o jornalismo. . .” (Ângela). “Ponderar sobre o contraditório, refletindo sobre as consequências desse outro lado, é entendido como a forma de se fazer jornalismo” (Diário de campo).

Ângela também falou sobre o fato delas terem um posicionamento que não é escondido no conteúdo, não impedindo a escuta desse outro lado, chamado por ela de *“diferente”*. A motivação é mostrar as divisões existentes sobre o tema tratado. Entendemos que abordar os antagonismos e disputas de sentido existentes na sociedade faz com que a pretensa estabilidade social construída muitas vezes pela imprensa seja abalada. Por outro lado, questionamos se não existe a busca por esse contraditório apenas para atender ao que se convencionou

como um dever do jornalismo, e se a existência do portal já não figura como o contraditório nas disputas de sentidos sobre as temáticas abordadas por elas.

Nas próximas falas, vamos compreendendo outras motivações das jornalistas e percebendo o entendimento de que o viés defendido por elas continua presente ao abordar as vozes divergentes: *“Até as perguntas que a gente elabora para esse outro lado vem cheio do nosso contexto, do que a gente pensa, do que a gente acredita. E isso a gente não esconde em nenhum momento, eu acho”* (Ângela).

Para Raquel, percebemos que a prática está perpassada por uma questão ética muito bem delineada e recomendada às outras jornalistas. O contraditório defendido pela profissional não se refere à busca por opiniões divergentes sobre os temas e que poderiam, por exemplo, significar a busca por setores conservadores para tratar de pautas feministas. Percebemos que a intenção está relacionada com garantir o direito de que as pessoas implicadas diretamente na matéria tenham espaço para suas versões, principalmente nas notícias com maior teor de denúncia.

A perspectiva das jornalistas, ao mesmo tempo em que as aproxima de certos grupos, dificulta o contato com fontes mais institucionais. Ângela relata que em algumas pautas existe a busca por fontes oficiais mencionadas na notícia, mas algumas optam por não falar com as profissionais do portal devido à visão que têm do trabalho delas, como aconteceu com a Polícia Militar em uma pauta sobre agressão às jornalistas mulheres: *“A gente fez contato com a polícia pedindo informação, e no outro dia a gente cobrou e eles não deram mais retorno. Porque também tem isso, de onde você está falando, para quem você vai falar”* (Ângela).

Nos casos em que as pessoas implicadas na matéria consentem com a entrevista, percebemos que a prática de escutar o outro lado não está tão relacionada com um ritual estratégico ligado à objetividade, mas a uma estratégia para apontar as incoerências dos discursos proferidos. Nas pautas em que Patrícia trabalha sobre o aborto também é possível observar esse movimento. A jornalista pondera que existem casos e casos, e que o contraditório pode ser entendido na articulação entre o feminismo e o jornalismo: *“Não coloco padre pra falar na minha matéria. Assim, se tá numa audiência eu coloco uma fala que ele fez na audiência, mas eu não vou ligar para padre para falar sobre direito à vida”* (Patrícia). Para Patrícia, as mulheres ativistas pela legalização do aborto já falam sobre o direito à vida, e o discurso de um padre não teria sentido: *“O contraditório é a gente trazer essas mulheres que não estão falando na mídia tradicional”*.

Essa prática jornalística descrita por Patrícia indica uma visão mais ampla, de que certos discursos já circulam hegemonicamente na sociedade, e que não seria o trabalho delas ratificar essas formas de entender o tema. Nesse sentido, a perspectiva de gênero estaria presente na prática jornalística na seleção das fontes, demarcando quem tem legitimidade para falar.

. . . eu deslegítimo como contraditório a fala de um padre. Ele não tem legitimidade pra mim, a mesma legitimidade que ele tem lá nos jornais da mídia tradicional, e eu acho que aí entra a perspectiva de gênero. Isso é a perspectiva de gênero, é tu deslegitimar certas fontes que para a mídia tradicional são muito importantes. . . . Numa eventualidade talvez seja importante colocar pra trazer as contradições daquela fala, né, como uma igreja que defende a vida em certas circunstâncias; algumas vidas, não todas. (Patrícia)

Sobre as mulheres enquanto fontes privilegiadas, foi possível perceber a busca por uma diversidade, na tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, mas também as dificuldades dessa proposta. Empenhar-se em outros enfoques demanda renunciar a um certo “conforto”, relacionado a fontes que dialogam com as jornalistas nas suas práticas ativistas e estão, conseqüentemente, mais disponíveis para entrevistas. Ao propor ampliar os olhares e vozes valoriza-se o potencial do jornalismo feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas na vida de diferentes mulheres.

Outra percepção que indica uma subversão na lógica jornalística tradicional é o cuidado das jornalistas com as fontes. Elemento essencial do jornalismo, “o furo” pode ser considerado um dos mitos mais compartilhados pela cultura jornalística. O furo enquanto algo a ser conquistado é fator relacionado tanto à concorrência entre os jornalistas e veículos quanto à mitologia do jornalista enquanto um grande “caçador” (Traquina, 2008). Por outro lado, se analisarmos pelo prisma de gênero, como destacado por Veiga da Silva (2014), a valorização dessa prática está também ligada à sua atribuição a características masculinas, ao lado de outras como impacto, denúncia e força, em que o jornalista é o “furador”, o “caçador”, o “investigador”, de uma norma masculinista de disputa, competitividade, proatividade, autoridade-autoritária e de dominação: “Tais valores incidem nas relações de poder e na hierarquia das redações, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos convencionados como masculinos. . .” (Veiga da Silva & Marroco, 2018, p. 35).

A partir disso, percebemos desde os primeiros contatos com as jornalistas do Catarinas que a busca pelo furo é algo desvalorizado entre elas, não figurando como uma meta. Essa posição é influenciada pela estrutura que têm para a realização das matérias, aceitando que não teriam condições de concorrer com outros veículos com maior número de profissionais e recursos. Além disso, e principalmente, o cuidado com as fontes é outro valor defendido e que implica no posicionamento de não buscar o furo.

Ângela diz que uma das primeiras coisas que aprendeu quando entrou no portal foi que não existe uma busca pelo furo jornalístico, pois “a gente enquanto

jornalista é muito impulsiva em querer saber detalhes das coisas e querer saber de primeira mão a informação para passar para todo mundo” (Ângela). Para ela, a atuação que deve ser buscada é pela construção de notícias embasadas, que tragam uma pluralidade de ideias e o máximo de detalhes possíveis. Glória também considera que a concorrência é algo muito forte na cultura do jornalismo, e que não é fácil renunciar a ela: *“O Diário vai largar a matéria deles, a nossa é outra matéria, as nossas fontes, a nossa profundidade, a nossa perspectiva, é outra matéria. Então não estamos concorrendo com eles”* (Glória).

A especificidade da prática que resulta em um conteúdo diferenciado fica nítida na concepção das jornalistas sobre o próprio trabalho; suas vivências dentro do movimento feminista estão imbricadas na reflexão ética sobre o jornalismo, principalmente em relação às suas fontes. Percebemos isso quando Raquel diz que é preciso ter sensibilidade para não explorar a dor que as pessoas estão enfrentando em algumas situações delicadas, e que o(a) jornalista que explora isso é comparado(a) a um “abutre”, animal que se alimenta de carniça.

O posicionamento de não ser uma jornalista abutre e não ter como valor o furo jornalístico se reflete em uma postura ética, que é o cuidado com as fontes. Consideramos essa uma preocupação importante, no sentido de não sobrepor o interesse jornalístico à sua responsabilidade com as possíveis consequências dessa entrevista. A proteção defendida por elas faz com que busquem recursos para minimizar a exposição, dialogando com a posição ativista que têm: *“Essa perspectiva de olhar também com ativismo, ela aparece nas situações de tentar entender e buscar a proteção da fonte em algumas situações”* (Glória).

Outras situações parecem ser ilustrativas para as jornalistas no que se refere ao tratamento com as pessoas envolvidas em situações que seriam de interesse para a cobertura do portal. Nesses casos, o interesse jornalístico não foi o valor priorizado, o que consequentemente fez com que a pauta fosse derrubada para não prejudicar os envolvidos, embora sejam decisões doloridas. *“A gente já trabalhou bastante a matéria e chega um momento da gente verificar que não é isso, que essa matéria vai ter um efeito e esse efeito sobre a vida dessa pessoa não vai colaborar para que essa situação mude. . .”* (Glória).

O viés humano da abordagem defendido pela jornalista indica, além do cuidado com o outro, a consideração de que quando estão sob forte emoção, as pessoas não conseguem formular bem as suas respostas. Glória expõe isso ao afirmar: *“A gente vai derrubar mesmo que ela só fale com a gente; ela não está em condições psicológicas, a pessoa já foi bombardeada pela imprensa e nas redes sociais. . .”* Essa atuação muitas vezes extrapola a simples relação entre jornalista e fonte, o que consideramos também ser uma marca da imbricação entre o jornalismo e as práticas do ativismo no movimento feminista.

A proximidade de muitas das pautas abordadas por elas com questões específicas de gênero, como defendemos, não prejudica as suas avaliações sobre os casos, mas as potencializa. Ao não priorizarem o furo jornalístico e sim o cuidado com as fontes, percebemos ainda que existe a valorização de atributos ligados ao feminino, como o cuidado e a proteção. Essa oposição aos valores masculinistas mais tradicionais do jornalismo é chamada por Veiga da Silva e Beatriz Marroco (2018) de subversão das lógicas moderno-positivistas-masculinistas do jornalismo.

ATIVISTAS E JORNALISTAS: A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO FEMINISTA E A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA

A relação do jornalismo com outros campos sociais sempre foi ambígua. A matéria-prima da produção de notícias está em instituições, organizações e grupos sociais, sendo indispensável para o fazer jornalístico manter relações de confiança com esses grupos a fim de acessar informações necessárias à sua prática. Por outro lado, o campo está inserido também em uma arena de disputa por visibilidade, demandando negociações constantes entre os interesses jornalísticos e os das fontes. Essas relações implicam no funcionamento do campo jornalístico e na condição de operar sob a pressão constante de diversos campos de forças (McQuail, 2012).

No jornalismo tradicional, as principais influências de poder são as instituições sociais que detêm maior poder social, como o governo, empresários e integrantes do legislativo e judiciário, normalmente os principais anunciantes dos veículos. A especificidade do portal Catarinas, por nascer do movimento social e não dispor de anúncios publicitários, e que é “*o próprio movimento de alguma forma*” (Raquel) não o torna imune a pressões e influências, mas a origem delas é diferenciada, sendo exercidas principalmente pelo próprio movimento social. A demarcação da autonomia delas enquanto jornalistas pode ser considerada um dos principais desafios enfrentados, como demonstraremos a seguir.

Além da atuação ativista no movimento feminista, que figura como base para a construção jornalística delas, as fontes desse mesmo movimento são as vozes privilegiadas, fornecendo não apenas informações, mas também atuando como conselheiras, auxiliando na abordagem de certos assuntos. Nesse aspecto, o contato próximo é considerado positivo, pois facilita o acesso a informações, muitas vezes em primeira mão, mas demanda uma série de responsabilidades.

Patrícia considera que existe uma cobrança maior por esse afastamento jornalístico em relação ao portal ou outros veículos que estão próximos aos movimentos sociais, perpassada pela questão da objetividade jornalística,

mas normalmente esse mesmo tipo de questionamento não é feito para a mídia hegemônica, que também é muito próxima de suas fontes: *“A Globo também é ativista. Tem relação com grupos empresariais, uma relação forte com essas pessoas, mas o ativismo é visto como coisa de quem não tem grana”*, pondera Patrícia ao observar o discurso de isenção defendido pelos grandes veículos.

Percebemos que as posições das jornalistas do portal são mais transparentes aos públicos, pois reconhecem que a proximidade com certos atores sociais faz parte da profissão, mas que existe um movimento de aproximação e distanciamento. Assim, o trabalho delas não consiste em ser uma assessoria de imprensa de certos grupos, embora as pautas trazidas por eles sejam de grande importância para a manutenção da iniciativa jornalística.

Glória destaca ainda a importância de atuar de forma pedagógica para que outros atores da militância compreendam melhor o jornalismo: *“A gente fica tentando ter aquele distanciamento, que ora você ajuda, dá aquela mãozinha, ‘oh, companheiro, vamos lá’, e ora a gente se distancia para dizer que a gente está aqui para fazer jornalismo”* (Glória).

Uma das alternativas na busca por separar a atuação no ativismo e o trabalho jornalístico foi a criação de uma associação, que, além delas, é composta por outras mulheres que atuam em projetos que fogem do escopo jornalístico, como a construção de mobilizações com o movimento social e nas questões administrativas e burocráticas. Além das questões de manutenção do portal, a associação nasceu com o intuito de demarcar a autonomia jornalística, para evidenciar que, mesmo certas pautas estando alinhadas com o escopo trabalhado no portal, o enquadramento será definido a partir de preceitos éticos e práticas da profissão valorizados por elas, não sendo necessariamente o mesmo defendido pelo movimento.

A objetividade jornalística foi um dos temas abordados espontaneamente pelas integrantes do portal ao longo das conversas que tivemos. Faz-se necessário destacar que, embora só tenhamos questionado sobre o fundamento em duas perguntas feitas durante a etapa de entrevista em profundidade, as jornalistas estavam cientes do tema desta pesquisa e, assim, atribuímos que mesmo sem serem diretamente indagadas sobre o assunto dirigiram suas falas para auxiliar na elaboração do trabalho. Ao mesmo tempo, consideramos que, ao apresentar as inquietações do problema de pesquisa, incitamos certa reflexão nas jornalistas sobre o trabalho que vêm desempenhando, como no questionamento de Raquel, anteriormente destacado, que reflete se elas realmente promovem uma ruptura em relação aos cânones e práticas jornalísticas.

Embora em algumas circunstâncias descritas acima estejam presentes considerações idealizadas sobre o jornalismo, na prática a visão delas não parece ser ingênua, principalmente quando afirmam que escutar o “outro lado” muitas

vezes é positivo para reforçar a perspectiva defendida pelas próprias jornalistas. Esse entendimento parece considerar que os direcionamentos e interpretações dos profissionais estão sempre presentes na prática jornalística e que o recurso também serve para demonstrar a incongruência dos discursos contrários.

A credibilidade do portal para seu público, pelo que compreendemos, é perpassada pelo atendimento às regras mais canônicas da profissão ou ao que entendem ser a ética jornalística, relacionada tanto à qualidade da apuração e ao aprofundamento das matérias quanto à garantia de que as pessoas implicadas na notícia devem ter espaço para trazer as suas versões. Valorizando essa ética jornalística, a autonomia do portal deve ser mantida, como ficou bem ilustrada nas tensões com o movimento social.

Patrícia posiciona-se abertamente em relação à legitimação de certas vozes e à deslegitimação de outras, como no exemplo de não procurar um padre para falar sobre direito à vida no tema sobre aborto. Isso porque a ideologia defendida pela Igreja ao criminalizar o aborto leva as mulheres à morte, o que é considerado concreto, objetivo, repleto de estatísticas e pareceres de especialistas, sendo divergente da maioria das abordagens trazidas pelo jornalismo tradicional. O que é objetivo para a jornalista não o é para boa parte da mídia tradicional, demonstrando que a objetividade é sempre contextual e situacional. É sobre esses dados e casos concretos que a cobertura sobre a temática se estabelece no portal, privilegiando tanto a apuração quanto a interpretação.

Outro entendimento é trazido por Glória, que considera que, diante de um contexto capitalista, o que se configurou como pauta jornalística está muito atrelado à manutenção do *status quo* e que a objetividade está relacionada ao que se convencionou como importante para ser abordado. Assim, elas tentam construir alternativas, mesmo sem ter modelos prontos, “*E é saudável não ter modelos*” (Glória).

Quando a gente lida com pautas que não foram experimentadas, a gente lida com nuances que não se colocam ali, e, portanto, a gente precisa experimentar. . . Por isso que eu digo, é o laboratório mesmo, é o exercício. Então, eu acho que a gente tem esse desafio e esse abalo das estruturas desde a escolha das pautas até a produção. . . (Glória)

A jornalista considera que existe um movimento de subversão por parte do portal em todas as etapas do trabalho jornalístico, embora ainda como um exercício, principalmente pelas nuances que surgem nas pautas e que não costumam aparecer nos enfoques tradicionais. Ela complementa afirmando que é muito avessa ao conceito de objetividade: “*Se a gente tem que preservar alguns cânones para caber dentro dessa caixinha do jornalismo, eu acho que*

a gente vai preferir outros” (Glória). Ela destaca quais outras metas prefere: “Eu acho que a gente vai preferir a multiplicidade das fontes, que também é um desafio, vai preferir contar a história da forma mais fiel que a gente puder, com os elementos que a gente tiver”. Uma objetividade mínima, contudo, é necessária, para que o texto escrito seja compreensível e possa ser entendido também por pessoas que estão fora do espaço ocupado por elas e possivelmente não compartilham dos mesmos valores, como garantia de efetivar a comunicação. Por fim, ela destaca a valorização da subjetividade: “É juntamente nas nuances subjetivas que a gente busca as nossas pautas. São as pautas que não estão ali colocadas e nas abordagens que não necessariamente são feitas, ele nasce da subjetividade, eu diria. . .” (Glória)

Ao analisar as respostas, consideramos que existem movimentos de subversão, principalmente nas relações que elas estabelecem com as fontes, assim como na valorização das nuances subjetivas e da aposta em abordagens e enquadramentos que diferem dos tradicionais, ou do “enquadramento interpretativo dominante” (Ponte, 2009, p. 209), não estando eles cristalizados e muito menos relacionados à reprodução de um senso comum. A objetividade, defendida por algumas delas e problematizada por outras, não demonstra ser compreendida como um método para garantir a imparcialidade e neutralidade das notícias, pois o jornalismo que praticam é abertamente posicionado.

É no atendimento às técnicas da profissão, principalmente no padrão do texto, como a construção do lead, utilização de aspas nas falas dos entrevistados, assim como uso da linguagem referencial, concisa e clara, que se pode verificar, a partir de suas respostas, maior enquadramento tradicional. Já na seleção e abordagem das pautas, fica evidente um enquadramento próprio, fundamentado em matrizes interpretativas distintas às das mídias hegemônicas. Percebemos que o uso de práticas consolidadas no campo está relacionado tanto ao compartilhamento de uma cultura profissional, trazida pela formação e pela experiência profissional, quanto a uma legitimação do trabalho que desempenham.

Ao tratarem de temáticas que costumam estar em disputa na sociedade, acreditam que é preciso justificar suas escolhas, principalmente a partir do que chamam de “dados concretos”. Cabe destacar que os valores já cristalizados na sociedade não precisam ser justificados constantemente, pois são considerados “a verdade”. Assim, a aposta na construção de uma objetividade pode indicar a tentativa de validar os discursos alternativos que elas se dedicam a pôr em circulação a partir do jornalismo que praticam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:**UMA OBJETIVIDADE FEMINISTA NO JORNALISMO**

A partir das considerações trazidas nas categorias da pesquisa discutidas neste artigo, sustentamos que o posicionamento das profissionais enquanto jornalistas e feministas possibilita que elas tragam outras versões da realidade, de forma mais responsável, sobre os temas que trabalham. Para Haraway (1995), é nosso papel enquanto feministas insistir em uma explicação melhor do mundo, mais adequada, rica, de modo que se possa viver bem nele. Em contrapartida, a construção de uma identidade enquanto jornalistas e feministas não acontece de forma estável e coerente, demonstrando aspectos contraditórios, fragmentados e deslocados (Hall, 2000). Afinal, as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis, múltiplas, em constantes tensões e sujeitas a revisões.

Esse contínuo movimento pode ser percebido na reafirmação de certos modelos entendidos como indispensáveis ao jornalismo, em consenso com uma identidade jornalística compartilhada dentro da cultura profissional, ao mesmo tempo em que submetem essas mesmas práticas a críticas e ressignificações, motivadas pelas suas perspectivas feministas e em oposição à forma de atuação da mídia hegemônica.

Ao longo do campo da pesquisa, foram diversos os momentos em que percebemos as negociações e renegociações, algumas delas destacadas neste artigo, que demonstraram uma prática jornalista em direção à construção de uma objetividade feminista jornalística, sempre provisória e submetida a constante debate e reflexão. Ao refletirem sobre os cânones defendidos ou contestados, sobre os limites da sua atuação e sobre o impacto das notícias que publicam na vida das fontes, as jornalistas do portal demonstram que não pretendem chegar a respostas definitivas, mas à valorização da construção permanente e coletiva.

A possibilidade de existência de uma objetividade feminista no jornalismo, a partir da análise realizada, aponta para direcionamentos provisórios, a partir do exercício de reflexão constante tanto sobre os enquadramentos das notícias quanto sobre a relação com as fontes. A responsabilização pelo impacto do trabalho que realizam também ficou nítida, indicando assim os limites e potencialidades do jornalismo para apreender a complexidade social. A objetividade que permeia a prática jornalística do portal não despreza a subjetividade, mas a valoriza ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho delas. Como as jornalistas bem destacam, o posicionamento delas nas abordagens é explícito, não existindo o intuito de camuflar a perspectiva que defendem. A prática feminista no jornalismo demonstrou ser perpassada ainda pela aposta de conexão entre mulheres com diferentes localizações, tanto em relação às fontes quanto entre as próprias jornalistas, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora. Objetividade então diz respeito ao engajamento, assumindo os

riscos de cada escolha. Afinal, como afirma Haraway (1995), somos imperfeitas e (graças às deusas) não estamos no controle do mundo. ■

REFERÊNCIAS

- Alcoff, L. (1994). Cultural Feminism Versus Poststructuralism: The Identity Crisis in Feminist Theory. In N. Tuana & R. Tong (Eds.), *Feminism and Philosophy: Essential Readings in Theory, Reinterpretation and Application* (pp. 405-436). Westview Press.
- Bergamo, A., Mick, J., & Lima, S. (2012). Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país. <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>
- Bogado, M. (2018). Rua. In H. Buarque de Hollanda (Org.) *Explosão feminista* (2a ed., pp. 23-42. Companhia das Letras.
- Butler, J. (2015). *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Chaer, S. (2007). Transversalización del enfoque de género. In S. Chaer & S. Santoro (Comps.), *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Artemisa Comunicación Ediciones.
- Costa, J. G. (2018). *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Costa, I. B. (2022). *Coletivos Feministas no Instagram: Análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Demeneck, B. -H. (2009). *Objetividade Jornalística: O debate contemporâneo do conceito*. [Dissertação de Mestrado, Universidade federal de Santa Catarina].
- Duarte, J. (2015). Entrevista em profundidade. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2a ed., pp. 62-83). Atlas.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Editora UnB.
- Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaio de teoria do jornalismo*. Insular.
- Gustafson, J. (2019). *Jornalistas e feministas: A construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. Insular.
- Hackett, R. A. (1999). Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Hall, S. (2000). Quem precisa da Identidade. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 103-133). Vozes.

- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”* (pp. 224-248). Vega.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Jornalismo Catarinas: Reportar para desconstruir. (2016, 28 de julho). *Catarinas*. <https://catarinas.info/jornalismo-catarinas-reportar-para-desconstruir/>
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>
- McQuail, D. (2012). *Atuação da mídia: Comunicação de massa e interesse público*. Porto Penso.
- Medina, C. (2008). *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. Summus.
- Meditisch, E. (2001). Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>
- Moita Lopes, L. P. (2006). “Falta homem até pra homem”: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In V. M. Heberle, A. C., Ostermann & D. C. Figueiredo (Orgs.), *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos* (pp. 131-157). UFSC.
- Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipelago.
- Popadiuk, B. M. & Woitowicz, K. J. (2021). *A perspectiva de gênero e militância nos portais jornalísticos Gênero e Número, Portal Catarinas e Revista Azmina*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, Florianópolis, SC, Brasil.
- Peixoto, C. N (2019). Portal Catarinas: Estudo de caso de Jornalismo de Novo Tipo. *Vozes & Diálogo*, 18(1), 47-60. <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/14723>
- Peruzzo, C. M. K. (2015). Observação participante e pesquisa-ação. In J. Duarte & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2a ed., pp. 125-145). Atlas.
- Ponte, C. (2009). Os jornalistas como “comunidade interpretativa transnacional”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 6(1), 143-159. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2009v6n1p143>

- Sardenberg, C. (2001). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: A. A. Costa & C. Sardenberg (Orgs.), *Feminismo, Ciência e Tecnologia* (pp. 89-120. UFBA.
- Silva, F. E. S. (2019). *Jornalismo feminista: uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos].
- Scott, J. (1995). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf
- Traquina, N. (2008). *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Insular.
- Travancas, I. (1992). *O mundo dos jornalistas* (3a ed). Summus.
- Tuchman, G. (1999). A objectividade como ritual estratégico: Uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Insular.
- Veiga da Silva, M. (2015). *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Veiga da Silva, M., & Marroco, B. (2018). O feminino no “livro de repórter”: Uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalística. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 30-55.
- Vinhote, A. L., Agnez, L., & Sconetto, R. (2016). A presença feminina na mídia independente: Análise de representatividade na Agência Pública e Mídia NINJA. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, 7(7), 20-31.
- Wolf, M. (1994). *Teorias da Comunicação*. Presença.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Bookman.

Artigo recebido em 27 de setembro de 2022 e aprovado em 02 de março de 2023.

A teoria das representações sociais e a teoria das mediações: Uma proposta metodológica de aproximação

The theory of social representations and the theory of mediations: A methodological proposal to draw both theories closer to each other

YHEVELIN SERRANO GUERIN^a

Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de Gestão e Comunicação. Santa Cruz do Sul – RS, Brasil

ÂNGELA CRISTINA TREVISAN FELIPPI^b

Universidade de Santa Cruz do Sul, Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e em Letras. Santa Cruz do Sul – RS, Brasil

CIDONEA MACHADO DEPONTI^c

Universidade de Santa Cruz do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul – RS, Brasil

RESUMO

O artigo sumariza parte de uma pesquisa cujo propósito foi o exercício de aproximação entre a teoria das representações sociais, a partir de Serge Moscovici, e a teoria das mediações, de Jesús Martín-Barbero. Apresenta-se a discussão teórica e metodológica, baseada em referências principais de ambas as teorias, procurando aspectos de tangência que permitam a aproximação delas. O artigo resulta em um diagrama como sugestão de protocolo metodológico para estudos futuros no campo da Comunicação.

Palavras-chave: Representações sociais, mediações, teoria, comunicação

ABSTRACT

This study summarizes research aiming to bring together Serge Moscovici's theory of social representations and Jesús Martín-Barbero's theory of mediations. A theoretical and methodological discussion is described based on a discussion of the main references of both theories in search of tangency aspects that can bring these theories closer together. Such research resulted in a diagram that suggests a methodological protocol for future studies in communication.

Keywords: Social representations, mediation, theory, communication

^aDoutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Docente das graduações em Comunicação Social da mesma instituição. Sócia da agência Mosaico. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9316-4412>. E-mail: yguerini@unisc.br

^bProfessora dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Comunicación – Recepción y Cultura, na Universidade Católica do Uruguai (UCU). Coordena o grupo de pesquisa do CNPq Desenvolvimento Regional e Processos Socioculturais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3545-0215>. E-mail: angelafe@unisc.br

^cCoordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-doutorado na mesma instituição. Diretora da Rede de Estudos de Tecnologias Educacionais (RETE). Editora da revista Redes. É bolsista de produtividade científica CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8833-1450>. E-mail: cidonea@unisc.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p197-214>

V.18 - N^o 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil GUERIN | FELIPPI | DEPONTI p. 197-214

MATRIZES

197



NESTE ARTIGO, PROPÕE-SE uma aproximação teórico-metodológica entre a teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, e a teoria das mediações, de Jesús Martín-Barbero, para analisar como as representações são construídas e identificar os principais mediadores desse processo. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o campo das representações sociais e o campo das mediações estão intimamente ligados a aspectos culturais e são responsáveis pela construção do universo simbólico dos sujeitos. As representações sociais circulam nas palavras, nas mensagens, nos discursos e também nos meios de comunicação. Essa condição faz com que elas possam cristalizar-se e materializar-se (Domínguez Gutiérrez, 2006), possibilitando identificar as mediações participantes da construção das representações sociais a respeito de um objeto.

A teoria das representações sociais trata de uma forma de conhecimento compartilhado socialmente, que surge dos intercâmbios cotidianos de pensamento e ações sociais existentes em um grupo. As representações sociais são essenciais para se entender a diversidade dos indivíduos, os seus comportamentos e os fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade, pois é a partir delas que os sujeitos constroem o mundo onde vivem. Para Moscovici (2013), as representações sociais podem ser identificadas nos fenômenos sociais, o que explica Stropasolas (2002, p. 24), quando escreve que “as representações sociais geram fatos sociais, fazem emergir identidades sociais, mobilizam e organizam socialmente pessoas e grupos em torno de reivindicações específicas, redefinindo a história e a dinâmica das sociedades”. No momento em que os atores sociais dão sentido ao mundo que os rodeia, constroem a sua realidade e essas relações se estabelecem continuamente.

Por sua vez, a teoria das mediações elaborada por Jesús Martín-Barbero foi inaugural ao romper com a visão centralizadora dos meios no processo comunicacional, propondo converter o olhar para o que o pensador chamou de mediações, o que estaria *entre* os meios e os sujeitos. Martín-Barbero compreende mediações como um “traçado que conecta em rede os pontos e linhas dispersos, diferentes e distantes que tecem um mapa para uma realidade que é verificada ou para um conceito que é mantido e gerenciado” (2018, p. 22). Esse conceito é complementado por Orozco (1996), para o qual mediações são influências que vão formando o sujeito social e dependem da trajetória de vida e condicionamentos culturais de cada indivíduo. Durante o desenvolvimento como ser social, o ser humano está em constante processo de socialização, aprendendo a agir e a reagir em cada situação à qual é exposto. Em cada novo grupo de convivência, há sempre um conjunto de normas, valores, status e papéis a serem representados.

Este artigo sumariza parte de uma pesquisa de caráter interdisciplinar realizada na área de Ciências Sociais e Aplicadas¹ e busca apresentar à área

¹ Trata-se da tese de doutorado *Múltiplos olhares, múltiplas mediações: As representações sociais da ruralidade entre os jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul* (2017), realizada pela autora do artigo, sob orientação das coautoras.

de Comunicação uma possibilidade interpretativa para os fenômenos que lhe compete estudar. Após a discussão teórica sobre ambas as teorias, é apresentado um protocolo metodológico que pode servir para estudos futuros.

SOBRE AS DUAS TEORIAS

A expressão *representação social* foi inaugurada por Moscovici (2013) na década de 1960, baseada na teoria da representação coletiva proposta, inicialmente, por Émile Durkheim no final do século XIX. A principal diferença existente entre as duas abordagens está no fato de Moscovici acreditar que a subjetividade deve ser valorizada, e não somente o coletivo. Para o autor, o coletivo não é determinante ou possui maior força, contrariando o caráter homogêneo das representações coletivas defendido por Émile Durkheim. O modelo de sociedade na qual Durkheim se baseou para pensar sobre as representações não possuía, no entendimento de Moscovici, um caráter tão complexo quanto o das sociedades modernas. No mundo vivido por Durkheim, por ser mais conservador e estático, as transformações se processavam de maneira mais lenta. Por essa razão, as representações poderiam ser mais estruturadas e cristalizadas, justificando o termo coletivo, pois seriam transmitidas a partir das tradições e de uma geração para outra. Na visão de Moscovici essa lógica não poderia continuar no mundo moderno, porque neste ter-se-ia uma realidade fluida e dinâmica, em que as representações poderiam se espalhar rapidamente, como através dos meios de comunicação. Em função das mais variadas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, as representações poderiam, inclusive, ter um curto espaço de vida. Para o autor, não seria mais possível desconsiderar a nova realidade que estava sendo instaurada, em que os meios de comunicação passam a ter um papel muito importante na formação das representações.

Dessa forma, Serge Moscovici trocou o *coletivo*, associado mais a uma tradição positivista e estática, por *social*, que daria uma dimensão mais dinâmica e apropriada às sociedades modernas (Guareschi, 2000). As representações, para o autor,

são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (Moscovici, 2013, p. 49)

Em direção semelhante, Jodelet (2005) entende as representações como formas de conhecimento prático que conectam um sujeito a um objeto. Quando se quer qualificar esse conhecimento como prático, não se busca somente a experiência,

os referenciais e as condições em que esse conhecimento é produzido. É preciso considerar, principalmente, o modo como as representações são construídas para que o sujeito possa agir no mundo.

Parte-se do pressuposto de que as representações são sistemas plurais integrados de ideias, crenças, imagens que fazem com que se possa pensar os objetos de várias maneiras (Rodríguez Salazar, 2009). Moscovici (2013) ainda demonstra que as representações surgem tanto entre duas pessoas quanto entre dois grupos, já que todas elas possuem representações. Elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos, intervindo nas atividades cognitivas dos sujeitos. “Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê” (Moscovici, 2013, p. 39). Por essa razão é considerada como conhecimento do senso comum, que, ao ser compartilhado por determinado grupo, apresenta, por sua vez, uma dinâmica individual. Esta, na continuidade, seria o reflexo da diversidade social e da pluralidade de suas construções simbólicas (Piñero Ramírez, 2008). Por essa razão, Moscovici (2013) insiste em dizer que os fenômenos sociais nos permitem identificar de maneira visível as representações. As conversações, por exemplo, seriam os lugares onde se elaboram os saberes populares e o senso comum, e, a partir desse processo, conseguiríamos identificá-las.

O senso comum seria uma forma de se fazer possível a existência de certa coesão em toda e qualquer sociedade, já que se trata de um conhecimento presente nos sujeitos. Esse senso comum, em alguns casos, pode ser utilizado para justificar alguma ação ou pensamento: “todos pensam assim”, ou ainda “sempre foi assim”. Isto acontece porque se trata de um pensamento mais imediato e superficial, podendo ser, muitas vezes, até preconceituoso. Porém, ao mesmo tempo, pode ser considerado de grande utilidade para a sociedade, porque, de maneira geral, todos podem ter um mesmo conhecimento, independente de classe, idade ou gênero. Por outro lado, afasta as pessoas da busca por princípios científicos, verdades e informações sobre determinado assunto, já que, supostamente, sabem a resposta através do senso comum.

Conforme Moscovici (2013), a sociedade tem a necessidade de reconstituir um senso comum, criando continuamente o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade poderia operar. Para o autor, as formas de representações são estáveis, exercem coerções e, de tal modo, constituem a sociedade. As representações “possuem uma realidade que, embora simbólica e mental, é tão real, se não mais real, que uma realidade física” (Moscovici, 2013, p. 287). Por essa razão, as representações sociais possuem status de teorias do senso comum, por se tratar de teorizações resultantes da percepção, da interpretação e da consolidação dos significantes sociais. É nesse ponto em que as mediações

e as representações se conectam, porque elas ocorrem no cotidiano e dependem dele. Isso é possível porque as representações são responsáveis pela forma como os sujeitos sociais aprendem a respeito do mundo; com as características no seu ambiente; com a realidade e experiência vivida; com as informações que circulam e são absorvidas.

A maneira que os sujeitos representam determinada realidade em seu universo simbólico está relacionada não só à vida coletiva, mas também aos processos de elaboração simbólica, fazendo com que sujeitos sociais lutem para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar (Jovchelovitch, 2000b). Diante disso, sugere-se analisar as representações sociais considerando que elas estão inseridas em todos os processos de comunicação, em todas as atividades cotidianas, em todas as experiências vividas, sendo mediadas continuamente pela trajetória do sujeito. Além disso, como escreve Jovchelovitch (2000b, p. 81),

comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo frequentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo.

No momento em que se pretende captar as representações sociais a respeito de um objeto, há que se considerar que essas representações são fruto da análise de associações e ideias de várias perguntas (Spink, 2000). Segundo Sá (1998), a análise das representações carece de três dimensões para se configurar uma pesquisa completa, não se limitando a descrever o conteúdo cognitivo de uma representação. É preciso ainda relacioná-los, pelo menos, “às condições socioculturais que favorecem a sua emergência” e realizar “uma discussão de sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito” (p. 33). É preciso saber de que maneira o sujeito se relaciona com o objeto. Esse objeto pode ser uma pessoa, uma situação ou evento social, pode ser uma ideia, uma teoria, um momento, um sentimento ou algo abstrato. Além disso, o objeto de representação pode ainda ser real ou imaginário, pois não existe representação sem objeto (Domínguez Gutiérrez, 2006).

Toda representação possui duas faces interdependentes – faces icônicas e simbólicas –, as quais possuem uma imagem e uma significação. Para identificar quais são as mediações mais significativas em um processo de construção das representações dos sujeitos, acredita-se que a abordagem de Martín-Barbero pode ser mais adequada. Esse autor propõe a perspectiva das mediações quando se trata de compreender as culturas populares e a realidade trazida pelos meios de comunicação, fato muito próximo à maneira em que as representações sociais podem ser explicadas.

O livro de Martín-Barbero, *Dos meios às mediações*, publicado pela primeira vez em 1987, se tornou um dos principais estudos para entender as mudanças ocorridas na América Latina com o desenvolvimento da Indústria Cultural. Era um período de construção de proposições teóricas autóctones na América Latina, que procuravam fazer frente aos problemas regionais.

Não foi apenas a limitação do modelo hegemônico o que nos obrigou a mudar de paradigma. Foram os fatos recorrentes, os processos sociais da América Latina, os que estão transformando o objeto de estudo dos investigadores da comunicação. (Martín-Barbero, 2003, p. 285)

O intuito de Martín-Barbero era “entender as relações da cultura de massa criada nos Estados Unidos ou a partir de modelos norte-americanos com culturas locais e tradicionais da América Latina” (Martino, 2009, p. 179), considerando objetos de estudo que davam “centralidade ao lugar do sujeito, obliterado por perspectivas hegemônicas nos estudos de comunicação daquele momento que privilegiavam a estrutura de propriedade dos meios e o determinismo tecnológico ou textual” (Ana Carolina Escosteguy, 2018, p. 29). Esse pensamento vem a se tornar uma teoria que considera o espaço-tempo regional e o protagonismo dos sujeitos, traduzindo-se no que pode ser a primeira ou mais original teoria latino-americana de Comunicação (Lopes, 2018a).

Propomo-nos a demonstrar que o pensamento comunicacional de Martín-Barbero não se conforma a uma teoria da recepção nem a uma teoria das mediações, mas constitui uma teoria da comunicação específica, caracterizada por uma epistemologia, metodologia e conceitos próprios, a que denominamos *teoria barberiana da comunicação*. (p. 39)

Então, fixando-se nas mediações, Martín-Barbero explora as questões culturais, políticas, econômicas e sociais da comunicação, incluindo a que envolve os meios de comunicação. Para compreender essa articulação, é preciso compreender alguns pressupostos da teoria cultural contemporânea, cujas bases estão nos Estudos Culturais: comunicação e cultura são inter-relacionadas, uma prescinde da outra; a comunicação não está restrita a meios ou mídia, está no nível constitutivo das relações sociais mediadas ou não mediadas pelos artefatos tecnológicos; esses artefatos são culturais, tanto na sua criação quanto no seu uso, configuram-se como tecnologias “culturais”; e a comunicação não pode ser tomada como algo em si, à parte das dimensões sociocultural, econômica e espaço-temporal da realidade. Esses pressupostos compõem a teoria das mediações.

A análise cultural proposta pelo pensamento barberiano da Comunicação amplia a compreensão sobre o lugar da cultura, colocando-a como principal mediadora dos processos de comunicação. No caso da comunicação midiática, por exemplo, a cultura tem uma relação diacrônica e histórica com o produto cultural, que é produzido a partir de certas matrizes culturais, e media uma relação sincrônica entre a produção e a recepção. Sendo assim,

A mediação deve ser entendida como o processo estruturante que configura e reconfigura tanto a lógica da produção quanto a lógica dos usos. Ela exige pensar ao mesmo tempo o espaço da produção, assim como o tempo do consumo, ambos articulados pela vida cotidiana (usos/consumo/práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos das mídias envolvidas. (Lopes, 2018a, p. 17)

A obra de Jesús Martín-Barbero – assim como de outros pesquisadores seus contemporâneos, como Néstor García Canclini, Guilherme Orozco e Renato Ortiz – tem se constituído em itinerários da relação entre cultura, comunicação e sociedade nas últimas décadas, tendo como lócus de análise os territórios latino-americanos. No percurso do autor é possível compreender que “... a inscrição da comunicação na cultura deixou de ser mero assunto cultural, pois é tanto a economia como a política as que estão comprometidas com o que aí se produz” (Martín-Barbero, 2003, p. 224). Segue-se dizendo de “Um reconhecimento que foi, a princípio, uma operação de deslocamento metodológico para re-ver [sic] todo o processo da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o lugar das resistências e da apropriação a partir de seus usos.” (Martín-Barbero, 2018, p. 10). Há uma condição de dominância ou de subalternidade das sociedades, em certa medida, através da comunicação midiática, além de mestiçagens e hibridismos como movimentos que evidenciam as lutas de poder por meio da construção de sentidos sobre os acontecimentos sociais.

Ao longo das mais de três décadas em que Martín-Barbero produziu a teoria, sua obra foi sendo marcada por uma cartografia cognitiva (Lopes, 2018a): uma sequência de mapas elaborados, nos quais (novas) mediações iam sendo acionadas, explicitando um trabalho teórico de interpretação dos diferentes tempos sociais, formados nos cruzamentos entre comunicação e cultura. Depois de elaborar três mediações iniciais – *competência cultural*, *temporalidade social* e *cotidianidade familiar* –, em *De los medios a las mediaciones*, em 1987, Martín-Barbero traz o *mapa noturno*, ou *Mapa das Mediações Culturais da Comunicação*, no qual evidencia a relação estreita dos meios com a cultura, assim como a visão processual da comunicação, com os eixos diacrônico e sincrônico

ligando os momentos do processo comunicativo. Alguns anos após, em 1998, adensa o *mapa noturno*, chamando o novo desenho das *Mediações Comunicativas da Cultura*. É quando, na avaliação de Lopes (2018a), o autor fortalece a teoria como uma teoria comunicacional, reconhecendo, a esse tempo, o avanço das mídias nos processos sociais. Os mapas são itinerários da teoria das mediações, que se convertem em protocolos metodológicos.

Os dois últimos mapas metodológicos do autor trazem as *Mediações Comunicativas das Mutações Culturais*, organizadas na década de 2010. Há o reconhecimento de uma teia complexa e articulada de múltiplas mediações, incorporando as questões do presente repleto de novos fluxos, identidades, ritualidades, espacialidades, temporalidades e tecnicidades, tendo esta última um adensamento teórico antes não encontrado na obra do autor². “A importância desse mapa está em reconhecer que a comunicação está mediando todas as formas da vida cultural e política da sociedade” (Lopes, 2018a, p. 56).

Os mapas tratam-se de esquemas que reconhecem situações a partir das mediações e dos sujeitos, nas quais o autor aproxima radicalmente comunicação e cultura.

Essa nova perspectiva significa recolocar os problemas de comunicação em outro campo, o dos processos sócio-culturais [sic]; por isso propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das mediações, ou seja, indica a entrada ao campo do estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais. (Jacks, 1995, p. 38)

O conceito de mediações, de maneira ampla na obra de Martín-Barbero, pode ser definido como “articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, as diferentes temporalidades e as pluralidades de matrizes culturais”³ (Martín-Barbero, 1993, p. 224). O que se pode considerar por mediações são todos aqueles fatores e dispositivos que permeiam um processo – político, social ou cultural — e que foram sendo construídos com a própria evolução desses mesmos processos. São elementos e fatos que ficam “entre acontecimentos” e que, muitas vezes, se juntam a estes, modificando a configuração dos significados.

Pode-se entender por mediações as estruturas de construção de sentido às quais o receptor está vinculado. A história pessoal, a cultura de seu grupo, suas relações sociais imediatas, sua capacidade cognitiva são mediações, mas também interferem no processo sua maneira de assistir televisão, sua relação com os meios e com as mensagens veiculadas. (Martino, 2009, p. 180)

² Recentemente, Jacks et al. (2019) organizaram obra que se dedica a explorar todas as mediações elaboradas por Martín-Barbero e cotejá-las com as bases teóricas das áreas “originais” (Geografia, Filosofia, História etc.).

³ Tradução nossa. No original: “articulaciones entre prácticas de comunicación y movimientos sociales, las diferentes temporalidades y la pluralidad de matrices culturales”.

Para Gutiérrez Vidrio (2003), os meios de comunicação participam do processo de mediações, mas nessa relação de produção de sentido também existem outras instâncias mediadoras: a família, a escola ou outros grupos com os quais o sujeito interage. A primeira elaboração de Martín-Barbero a respeito dos grupos de influências que participam da construção de sentidos reuniu três mediações – competência cultural, temporalidade social e cotidianidade familiar. Essas mediações foram as escolhidas para este exercício de aproximação com a teoria das representações sociais por serem entendidas como “básicas” da estruturação da teoria barberiana. Em uma circunstância de aplicação da proposição teórico-metodológica, observando-se o fenômeno a ser estudado, pode-se selecionar outras mediações que compõem a cartografia elaborada pelo autor ao largo de sua obra. Quando da escolha das primeiras mediações, o próprio autor manifestou em sua obra que um protocolo de mediações não substitui o anterior, mas compõe possibilidades de abordagem e compreensão da realidade.

Assim, neste artigo, para efeito de aproximação entre as teorias, da parte da teoria das mediações é tomado o grupo das três mediações iniciais propostas por Martín-Barbero ainda nos anos de 1980, consideradas as principais para captar as referências culturais e suas concretizações.

COMO REALIZAR A APROXIMAÇÃO ENTRE AS TEORIAS?

É possível perceber que as representações sociais e as mediações interligam-se. Isto porque as representações que os sujeitos fazem da realidade em que vivem podem ocorrer de acordo com o contexto social e com os grupos com os quais se relacionam. Por esse ângulo, acredita-se que é a partir das mediações que ocorrem as representações, que podem ser definidas como abordagens teóricas distintas – com dinâmicas, lógicas e fronteiras próprias –, porém, interligadas. Para entender as representações, é necessário “entender os processos através dos quais elas são produzidas e transformadas” (Duveen, 2000, p. 263). Conforme explica Jovchelovitch (2000a; 2000b), as mediações não geram somente as representações sociais; estas, por sua vez,

são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nos transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública. Nesse sentido, as representações sociais não somente surgem através das mediações sociais, mas tornam-se, elas também, mediações sociais. (Jovchelovitch, 2000a, p. 65)

As mediações “expressam por excelência o espaço do sujeito, em sua relação com a alteridade do mundo, lutando para dar sentido, interpretar e construir os espaços nos quais se encontra” (Jovchelovitch, 2000b, p. 81). Sabe-se que o processo de socialização ocorre de diferentes formas e ambientes, entre os quais a dinâmica familiar, escolar e de consumo cultural, pois a função mediadora é atribuída a diferentes grupos dos quais os sujeitos participam.

É no espaço explicativo que se pode perceber as representações sociais. “Um espaço explicativo é definido aqui como um conjunto de conceitos que podem ser ligados por relações implicativas que sustentam explicações lógicas válidas” (Wagner, 2000, p. 157). No momento em que se analisa a fala dos sujeitos, as suas opiniões e a realidade onde estão inseridos, pode-se perceber de que maneira eles estão representando determinada realidade ou objeto. O fenômeno das representações sociais está “espalhado por aí, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais” (Sá, 1998, p. 21).

Pelo fato de as representações sociais serem veiculadas na vida cotidiana, é preciso buscar suportes para que possam ser apreendidas, os quais “são basicamente os discursos das pessoas e dos grupos que mantêm tais representações, mas também de seus comportamentos e as práticas sociais nas quais se manifestam” (Sá, 1998, p. 73). Do mesmo modo, “As representações sociais são fenômenos históricos, produzidos através de canais de interação cotidiana, e envolvem aspectos múltiplos” (Jovchelovitch, 2000b, p. 212).

Assim, para identificar as representações sociais e as mediações que participam do processo de construção, sugere-se a utilização de metodologias de orientação qualitativa, como a etnografia, por exemplo, além de técnicas de coleta de dados, das quais se destacam entrevistas abertas e semiestruturadas, história de vida, histórias de família, associadas à observação. A partir delas é possível apreender a realidade social vivenciada pelos sujeitos, pois é na trajetória que se formam as representações sociais e da qual as mediações participam. Afinal, “é da soma de experiências e memórias comuns que o sujeito extrai imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não familiar, com suas consequentes ansiedades” (Moscovici, 2013, p. 78). Por essa razão, toda trajetória é significativa e precisa ser recuperada. Dessa forma, é possível mostrar que as mediações podem se tornar uma das maneiras de entender como as representações podem ser elaboradas, construídas, reconstruídas e reelaboradas. “O ‘alguém que constrói’ baseia sua construção num território simbólico que lhe dá o chão para a sua leitura do mundo, reafirmando a dimensão contextual já mencionada” (Arruda, 2002, p. 16).

A construção das representações sociais não é uma situação estática e imutável, mas sim um processo em constante transformação, influenciado por

fatores externos ao indivíduo e onde está inserido o seu campo das representações. Para Buss (2009, p. 31), elas “podem ser encontradas nos hábitos da vida cotidiana, nos saberes que os sujeitos transmitem, nos diálogos formais e informais, nas instituições organizacionais e nos espaços públicos”. É exatamente por essa razão que as mediações podem ser uma forma de estudar como as representações sociais são construídas, porque, como afirma Jovchelovitch (2000a, p. 81), “a vida social não é imediata; ela é mediada”.

As representações sociais só podem

ser entendidas em relação aos modos como elas se formam e se transformam. Os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e os processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais. (Jovchelovitch, 2000a, p. 80)

Para conseguir compreender como o sujeito entende e sente determinado objeto social, parte-se do princípio de que o que conecta o sujeito com o objeto são as representações sociais (Moscovici, 2013). Entretanto, para conseguir realizar a análise dessas representações, três questionamentos devem ser considerados:

- (1) Quem sabe e de onde sabe?, cujas respostas apontam para as condições de produção e circulação das representações sociais;
- (2) O que sabe e como sabe?, que corresponde à pesquisa dos processos e estados das representações sociais;
- (3) Sobre o que se sabe e com quê efeito?, o que leva a uma ocupação com o estatuto epistemológico das representações sociais. (Sá, 1998, p. 32)

A partir desses questionamentos também é possível identificar as mediações nesse processo, pois são elas que ajudam a construir as representações sociais, fazendo parte dessa ação. A partir dessas três dimensões pode-se elaborar o roteiro de entrevista, facilitando a identificação das mediações. Nesse caso, a cotidianidade familiar, a competência cultural e a temporalidade social podem ser percebidas no discurso dos sujeitos. A partir da ligação delas com as representações sociais pode-se perceber como o sujeito enxerga determinado objeto e a forma como elabora as suas representações, além de entender quais grupos de mediações se tornaram mais significativos nessa construção. É preciso considerar que “indivíduos ou grupos situam-se através da comunicação que estabelecem entre si, da escolaridade (bagagem cultural), através de códigos, valores e ideologias, relacionados com a situação social em que vivem” (Kuhnen, 1995, p. 79).

Essa condição só se torna possível a partir da experiência do sujeito e de sua trajetória, que dão suporte, ou seja, ancoram e objetivam a realidade em que ele vive. Os processos constitutivos, a objetivação e a ancoragem têm relação com a formação e o funcionamento da representação social, explicados a partir de suas condições de emergência e de circulação, que são as interações e as comunicações sociais (Jodelet, 2005).

A objetivação e a ancoragem são os mediadores do processo de construção das representações. As duas “mostram claramente que a construção de representações sociais tem em estruturas históricas e sociais alguns de seus elementos principais” (Jovchelovitch, 2000a, p. 41). Nesse sentido, pelo fato de as mediações participarem do processo de construção das representações sociais, elas também podem se tornar uma forma de entender a ancoragem e a objetivação. Essa condição poderia facilitar o processo de categorização ao se trabalhar com uma proposta metodológica qualitativa. No momento em que se considera o sistema de ancoragem e de objetivação nos três grupos de mediações, é possível identificar as categorias e agrupá-las para poder estudá-las. Sabe-se que a função social da objetivação é facilitar a comunicação e expressar conceitos. A ancoragem, por sua vez, engloba mecanismos que facilitam o entendimento de como o conhecimento do indivíduo pode se integrar ao que já existe. Ainda, é necessário que as subcategorias dentro de cada mediação sejam destacadas nas falas.

A objetivação explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um status de realidade objetiva. A ancoragem, como enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalizador do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nela reincorporadas, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e ação. (Jodelet, 2005, p. 48)

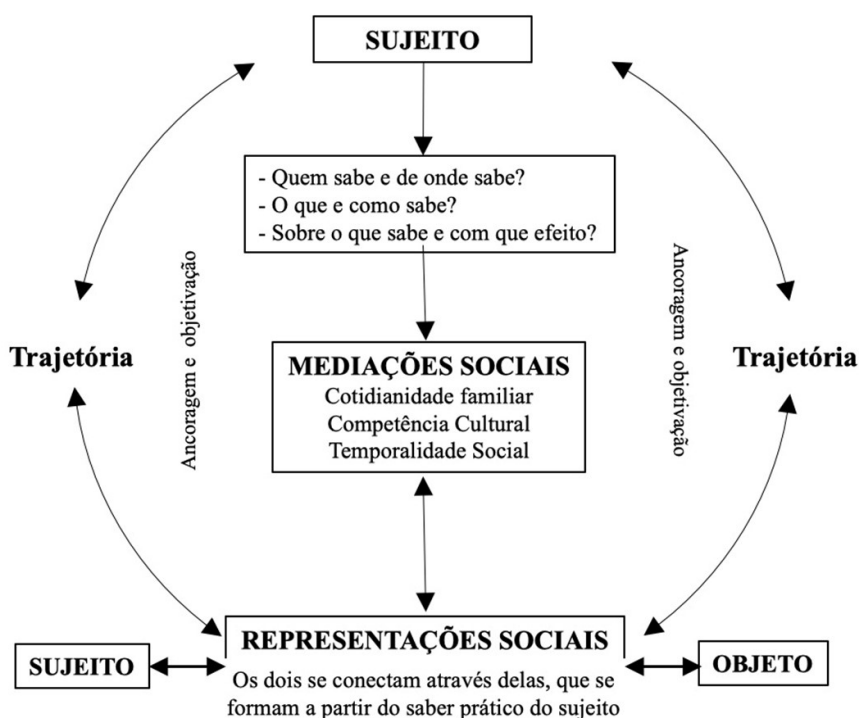
As representações sociais são responsáveis pelo comportamento e pelas atitudes dos indivíduos de uma coletividade e podem sofrer mudanças a partir do convívio e vivência deles no grupo e da experiência adquirida (Mesquita & Almeida, 2009). Afinal, “o indivíduo cria ideias, conceitos sobre acontecimentos, pessoas ou objetos para poder compreender o mundo à sua volta” (Chiodini, 2009, p. 47).

Para facilitar o entendimento de como uma pesquisa pode ser realizada utilizando-se a teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, e a teoria das mediações, de Jesús Martín-Barbero, organizou-se um mapa metodológico para auxiliar o trabalho de campo e a reunião do material empírico. O mapa possibilita entender de que forma essas duas teorias podem ser utilizadas para o estudo. Nela, existem quatro pontos fundamentais: 1) o sujeito pesquisado; 2) o objeto de representação; 3) as mediações; e 4) os questionamentos que precisam ser realizados para que se possa captar de que maneira as representações são construídas. Esse sujeito possui a sua trajetória de vida e, como um processo contínuo, as representações sociais podem ir se modificando com o passar do tempo, construindo novas representações e produzindo, por sua vez, novas mediações⁴.

⁴Na tese que dá origem a este artigo, esta proposta teórico-metodológica foi aplicada em pesquisa interdisciplinar desenvolvida com um grupo de jovens do campo de uma região do Sul do Brasil. A pesquisa buscou compreender a constituição das representações sociais desse grupo social a partir das três mediações originais.

Figura 1

Organização metodológica da teoria das mediações e da teoria das representações sociais



Nota. Guerin, 2017, p. 145.

Esse fluxo de trabalho possibilita ver de que maneira essas duas teorias se conectam e pode ser válido para o estudo das representações sociais a partir de um

viés qualitativo. É a partir da trajetória do sujeito que a ancoragem e a objetivação estão amparadas. Quando se identificam as mediações, é possível perceber como as representações do sujeito sobre determinado objeto podem ser construídas.

Assim, após a realização de entrevistas, é possível identificar as mediações dos sujeitos que participam da construção das representações. Nesse sentido, agrupam-se algumas mediações que podem ser identificadas nas entrevistas, o que facilita o processo de categorização e análise. Vale salientar, no entanto, que no momento das entrevistas é preciso também considerá-las para que a fala dos sujeitos possa fazer sentido. Será a partir das mediações identificadas nessa fala que poder-se-á analisar o modo que as mediações se conectam às representações sociais. No grupo de mediações relacionadas à competência cultural identificam-se todas as situações que, de alguma forma, têm relação com educação formal, aspectos étnicos, de classe e religiosos, aquisição de conhecimento e experiências obtidas a partir da vivência em outros lugares, reações emotivas e racionais dos sujeitos, além do próprio consumo cultural e uso das tecnologias de comunicação e informação vividas que podem se conectar às representações do objeto sobre o qual se pretende estudar.

Essa mesma condição também se aplica a todos os aspectos que englobam a temporalidade social, que se referem não somente a mudanças relacionadas ao tempo e ao espaço, mas também ao estranhamento sentido no confronto com outras realidades. Nesse aspecto, aborda-se o antes e o depois, tal como mudanças sentidas no que tange a aspectos econômicos, sociais e culturais e ao acesso à tecnologia, que também modifica a percepção de tempo e espaço entre as pessoas. Para entender melhor a maneira como acontece o encontro do tempo social com o tempo individual, temos a temporalidade social. Esse encontro possibilita as mais diversas percepções e experiências (Martín-Barbero, 1993), as quais, por sua vez, têm a capacidade de influenciar a maneira de se perceber determinado objeto. Além disso, não se deve esquecer que todos os dias os diferentes tempos e espaços tendem a se defrontar e, de alguma forma, também podem alterar a percepção que se tem sobre o mundo. Já o que está inserido na cotidianidade familiar trata de aspectos que fazem com que as pessoas se confrontem e mostrem como verdadeiramente são, através das relações sociais e da sua interação com as instituições (Wottrich et al., p. 4). A partir da cotidianidade, é possível entender as práticas diárias e a maneira de os sujeitos vivenciarem o espaço onde estão inseridos. Nela, os aspectos do trabalho, lazer e entretenimento, religiosidade, da relação com os familiares, círculo de amigos e vizinhança, o cotidiano propriamente dito, podem interferir na forma que as representações são construídas. Do mesmo modo,

a comunicação constitui-se como mediação em um mundo feito de mundos infinitamente diversos; o trabalho constitui-se como mediação entre as necessidades humanas e o material bruto da natureza; o desenvolvimento dos ritos, dos mitos e dos símbolos constitui-se como mediação entre alteridade e o mistério do mundo e da mente humana: todas essas mediações revelam, em maior ou menor grau, a aventura da busca humana para dar sentido e entender sua própria existência no mundo. (Jovchelovitch, 2000b, p. 81)

Ao perceber como ocorrem as conexões entre representações sociais e a teoria das mediações, a análise delas pode ser realizada. O mapa metodológico auxilia nesse processo de análise e pode se tornar uma alternativa de cunho qualitativo para se estudar as representações sociais em estudos nas áreas que compõem as Ciências Sociais e Aplicadas, especialmente na Comunicação, dada a natureza de seu objeto.

O QUE PENSAR DA LIGAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEDIAÇÕES SOCIAIS?

As representações sociais precisam ser analisadas a partir da articulação de dados afetivos, mentais e sociais, considerando, ainda, as relações sociais ligadas à cognição, à linguagem e à comunicação (Jodelet, 2005). As construções sociais alimentam a subjetividade dos sujeitos e esta, por sua vez, alimenta as relações sociais. Desse modo, identificar as representações de mundo a partir de distintas experiências de vida faz com que se torne importante, também, resgatar a trajetória de determinado grupo social pesquisado para identificar as mediações relacionadas às diversas faces que o próprio objeto social fornece. Considerando, então, diferentes realidades, percebe-se a necessidade de direcionar a discussão à trajetória dos sujeitos para se conhecer a maneira com que eles realizam as suas representações. Cada indivíduo tem um conhecimento de sua experiência e atribui importância a temas específicos, momentos ou situações, de acordo com sua própria história. Afinal, observar o mundo supõe uma visão mais ampla e vai muito além das aparências.

Acredita-se que a relação existente entre mediações e representações ocorre a partir de um ciclo. As mediações participam do processo de elaboração das representações e estas, por sua vez, também participam do processo de mediações. Então, a ideia é a de que se possa identificar as representações de mundo a partir de distintas experiências de vida, com base em depoimentos, com o intuito de analisar o que pode influenciar a *construção* das representações sociais do mundo

em que os sujeitos vivem e as representações construídas por meio de trocas simbólicas na vivência do espaço cultural. A partir das trajetórias dos sujeitos, é possível saber como ocorreram as mudanças e de que modo determinado grupo construiu suas representações sociais.

A identificação das mediações possibilita identificar elementos de como as representações podem ter sido elaboradas. A partir da competência cultural, temporalidade social e cotidianidade familiar apontam-se os fatores mais significativos nessa construção. A ideia não é a de perceber qual grupo de mediações pode ser o mais significativo, até porque as mediações se interligam e estão vinculadas, mas propor uma maneira de analisar como as representações sociais podem ser construídas.

A maior parte dos estudos sobre representação social trabalha em uma dimensão de evocação ou pesquisas quantitativas, em que a essência e a construção delas não são abordadas. Ao utilizar as mediações sociais como forma de entender as representações sociais de determinado grupo, é possível identificar os processos de construção e entender melhor como determinado objeto é representado, além de perceber quais mediações participam desses processos. ■

REFERÊNCIAS

- Arruda, A. (2002). As representações sociais: Desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas Florianópolis*, (6), 09-23. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Buss, R. B. P. (2009). Pontos e contrapontos sobre a gestão escolar: Representações sociais de docentes do Ensino Fundamental. In N. de M. A. Silva (Org.), *Pesquisas em representações sociais e educação* (pp. 27-37). Furb.
- Chiodini, C. R. (2009). Financiamento da Educação Básica no Brasil: Um estudo em representações sociais. In N. de M. A. Silva (Org.), *Pesquisas em representações sociais e educação* (pp. 39-79). Furb.
- Domínguez Gutiérrez, S. (2006). *Las representaciones sociales en los procesos de comunicación de la ciencia* [Apresentação de Trabalho]. I Congreso Iberoamericano de Tecnología, Sociedad y Innovación, Cidade do México, México.
- Duveen, G. (2000). Crianças enquanto atores sociais: As representações sociais em desenvolvimento. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em Representações Sociais* (pp. 89-111). Vozes.
- Escosteguy, A. C. D. (2018). Um tributo a Martín-Barbero: Fazendo memória de trajetos. *Intexto*, (43), 24-34. <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201843.24-34>
- Guareschi, P. (2000). Sem dinheiro não há salvação: Ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (6a ed, pp. 191-228). Vozes.

- Guerin, Y. S. (2017). *Múltiplos olhares, múltiplas mediações: As representações sociais da ruralidade entre os jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul*. [Tese de doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul]. Repositório institucional da Unisc. <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1826>
- Gutiérrez Vidrio, S. (2003). *El campo de la comunicación desde las representaciones sociales* [Apresentação de trabalho]. X Anuario de investigación de la Comunicación CONEICC, Cidade do México, México, 2003.
- Jacks, N. A. (1995). Comunicação e Cultura: Mediações na Recepção de TV. *Publicatio UEPG*, 1(3), 35-42, 1995.
- Jacks, N., Schmitz, D., & Wottrich, L. (2019). *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. Ciespal. https://ciespal.org/wp-content/uploads/2019/12/Mutaciones_Culturales_APROBADO_05_DIC.pdf
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000a). *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2000b). Vivendo a vida com os outros: Intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 63-85). Vozes.
- Kuhnen, A. (1995). *Reciclando o cotidiano: Representações sociais do lixo*. Letras Contemporâneas.
- Lopes, M. I. V. de. (2018a). A teoria barberiana da comunicação. **Matrizes**, 12(1), 39-63. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p39-63>
- Martín-Barbero, J. (1993). *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. GG MassMidia.
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2018). Dos meios às mediações: 3 introduções. **Matrizes**, 12(1), 9-31. <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145681>
- Martino, L. M. S. (2009). *Teoria da comunicação: Ideias, conceitos e métodos*. Vozes.
- Mesquita, M. S., & Almeida, D. B. de. (2009). Representações sociais: Mapeamento conceitual. In N. de M. A. Silva (Org.), *Representações sociais em educação: Determinantes teóricos e pesquisas* (pp. 35-64). Furb.
- Moscovici, S. (2013). *Representações sociais: Investigação em psicologia social*. Vozes.
- Orozco, G. G. (1996). *Televisión y audiencias: Un enfoque cualitativo*. Ediciones de la Torre.
- Piñero Ramírez, S. L. (2008). La teoría de las representaciones sociales y la perspectiva de Pierre Bourdieu: Una articulación conceptual. *Revista de Investigación Educativa*, (7), 1-19. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=283121713002>

- Rodríguez Salazar, T. (2009). Sobre el potencial teórico de las representaciones sociales en el campo de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, 11.
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Eduerj.
- Spink, M. (2000). Desvendando as teorias implícitas: Uma metodologia de análise das representações sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs), *Textos em representações sociais* (pp. 89-111). Vozes.
- Stropasolas, V. L. (2002). *O mundo rural no horizonte dos jovens: O caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://core.ac.uk/download/pdf/30363701.pdf>
- Wagner, W. (2000). Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 149-186). Vozes.
- Wottrich, L. H., Silva, R. C. da, & Ronsini, V. M. (2009). *A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero no estudo de recepção da telenovela*. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, Paraná, Brasil. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>

Artigo recebido em 25 de maio de 2023 e aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

Sonoridades fronteiriças: fruição e rearticulações da música pop e da música popular^a

Bordering sonorities: fruition and rearticulations of pop music and popular music

NILTON FARIA DE CARVALHO^b

Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil.

RESUMO

Este artigo retoma dados empíricos coletados em oficinas de escuta musical para analisar aspectos comunicacionais de produções musicais híbridas de artistas do Sul global. As falas dos participantes das oficinas abrem um pressuposto para considerar a mistura de ritmos, instrumentação, timbres e corpos como produção de saberes situados acerca de diferentes culturas. Assim, as atividades nas oficinas representam outras dinâmicas de comunidade e novas modalidades de povoar a experiência da fruição musical. Nomadismo (Deleuze e Guattari) e fronteiras culturais (Lotman) foram os conceitos teóricos usados para compreender a produção de alguns artistas e a fruição partilhada de suas obras nas oficinas. O objetivo é analisar como essa experiência comunicacional possibilita rearticulações de subjetividades em um sentido de alteridade, levando em conta perspectivas latino-americanas e decoloniais.

Palavras-chave: Fruição, som, alteridade, fronteiras culturais, nomadismo

ABSTRACT

This study evaluated empirical data from musical listening workshops to analyze the communicational aspects of hybrid musical productions by artists from the global South. The discourse of workshop participants open a premise to consider the mixture of rhythms, instrumentation, timbres, and bodies as the production of situated knowledge about different cultures. Thus, the activities in the workshops represent other community dynamics and new ways of populating the experience of musical fruition. Nomadism (Deleuze and Guattari) and cultural frontiers (Lotman) were used as theoretical concepts to understand the production of some artists and the shared enjoyment of their works in the workshops. This study aimed to analyze how this communicational experience can rearticulate subjectivities in a sense of alterity considering Latin American and decolonial perspectives.

Keywords: Fruition, sound, otherness, cultural frontiers, nomadism

^a Este artigo amplia e modifica uma versão reduzida apresentada no grupo de pesquisa Comunicação, Música e Entretenimento do XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

^b Doutor pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Atualmente é pós-doutorando no Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2443-6418>. E-mail: niltonfar.carvalho@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p215-237>

V.18 - Nº 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil NILTON FARIA DE CARVALHO p. 215-237

MATRIZES

215



¹ Trecho retirado do podcast *O Som do Vinil*, episódio “Estudando o samba – parte 1” (Canal Brasil, 2016). Atualmente esse material foi reunido em um livro, publicado pela editora Imã.

A TRAJETÓRIA ARTÍSTICA DE Tom Zé é exemplar sobre a produtividade de entremeios culturais e semióticos. Se por um lado referencia a oralidade das culturas populares brasileiras, os “poetas provençais”¹ (Zé; Gavin, 2016), em outra frente, na mesma entrevista, Tom Zé relembra quando entrou em contato com o globalizado rock, ao se emocionar após ver um filme sobre Bill Haley. O tema da entrevista citada se refere ao contexto que influenciou o tropicalismo, movimento artístico do qual Tom Zé faz parte, ao lado de nomes como Caetano, Gil, Gal Costa etc. Se o tropicalismo é marcado pelas misturas, ele não está sozinho na historicidade nacional e de certa forma se aproxima da noção de antropofagia do modernista Oswald de Andrade. Muito já se falou sobre a efervescência tropicalista, materializada no álbum *Tropicália ou panis et circencis* (1968), entre outros álbuns do mesmo período, mas o que interessa aqui é notar como movimentações artísticas que aproximam sonoridades por entremeios e imprevisibilidades são capazes de reconfigurar territórios culturais e sugerir um popular no plural – Gil, por exemplo estava entre as fronteiras da Banda de Pífanos de Caruaru e o álbum *Sgt. Pepper’s* (1967) dos Beatles. Quando territorialidades se indeterminam, percebemos um popular para além de questões mercadológicas, fruto da fonografia e dos *mass media* na historicidade. É possível, então, pensar em um processo comunicacional situado nos espaços *entre* culturas, de fronteiras borradas, nos quais as subjetividades podem ser repensadas no ato de mobilização de outros afetos. É claro que o popular pressupõe dialogismos, como bem observou Mikhail Bakhtin (1987), mas nos cenários midiáticos de gostos e comunidades demarcadas essas regiões porosas são por vezes menos visíveis, em detrimento das dimensões mercadológicas (e hoje algorítmicas) que ressoam na fruição musical.

Sonoridades de entremeios e escuta musical compreendem um fenômeno comunicacional que coloca questões epistemológicas a serem enfrentadas. Trata-se de um entrelaçamento afetivo, existencial. A complexidade semiótica do campo da música popular, sustentada por materialidades e corpos, revela territórios, temporalidades, modalidades de vida e enunciados culturais. Em estudo recente² (Carvalho, 2021), optei por um caminho metodológico e empírico baseado em oficinas de escuta musical para entender como certas obras possibilitam perspectivas e conhecimentos diversos, bem como articulam entradas e saídas de identidades possíveis. Neste estudo, que configura uma etapa posterior ao final da pesquisa, gostaria de tecer novos fios reflexivos sobre a experiência emergente de entremeios, a partir da qual é possível ultrapassar universalismos em busca de diversidades e de outras possibilidades de comunidade. A música enquanto produto da cultura jamais esteve isenta de questões globais, como a economia e a geopolítica; ela é parte de fluxos comunicacionais da memória

² Pesquisa financiada por bolsa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

mundo (Ortiz, 2007). Hoje, ela se rearticula no cenário pós-industrial, no qual redes e plataformas deslocam a dinâmica massiva à era das fragmentações, algoritmos, guerras culturais e *big techs*. É na formação de redes globalizadas que comunidades passam a estabelecer novos vínculos e parâmetros de pertencimento. No caso da música pop, como bem observa Simone Pereira de Sá (2021), há juízos decisivos nos processos de fruição, notadamente os identitários, por isso noções como “centro e periferia vão sempre depender de perspectivas ou posições – geográficas, mas sobretudo simbólicas – onde nos situamos na ordem global” (Pereira de Sá, 2021, p. 33). E que cenário global é esse? É essa frente que pretendo explorar para construir meu argumento em favor de uma experiência musical popular fronteiriça.

Em estudo recente, Achille Mbembe (2020) retoma as bases da inimizade de escala global para compreender os cenários atuais nos quais fraturas e cisões posicionam a experiência de estar no mundo. Trata-se de um estado constante de separação étnica, cultural e geopolítica – e Norte e Sul globais são, desde sempre, não apenas espaços geográficos, mas articulações de desigualdades históricas. Há, segundo o autor, um desejo de produção de novos *apartheids*, que coincide com uma tendência epocal de “comunidades sem estrangeiros” (Mbembe, 2020, p. 19), percebida não exclusivamente nas fronteiras norte-americanas ou europeias, mas em reacionarismos que afloram no Sul – a exemplo do que vem ocorrendo na Índia e também no Brasil. O contexto é de um espectro neoconservador que entra em tensões com a emergência de singularidades transversais que reposicionam as fronteiras culturais para um ponto de encontros diversos. Sabe-se que no caso da música popular e das dinâmicas da cultura pop, o conceito de comunidade requer diferenciações entre interioridade e exterioridade, evidentemente há disputas narrativas nas escolhas de pertencer a este ou aquele gênero musical.

O objetivo aqui não é estabelecer semelhanças entre comunidades musicais e resistências à diferença, mas trazer a experiência das fronteiras culturais a partir da música para construir um enfrentamento epistemológico no campo da comunicação, ao identificar nos entremeios fluxos comunicacionais de alteridade. Por isso a música entra neste estudo como texto cultural que entra em relações de fronteira e intertextualidade (Lotman, 1996, Kristeva, 2012), mobilizadas por um perfil artístico nômade que busca repovoar os territórios (Deleuze & Guattari, 2008, Deleuze, 2018). Assim, este artigo pretende responder à seguinte pergunta: como a escuta de obras musicais de entremeios é capaz de estabelecer noções mais plurais sobre a música pop e a música popular?

Pretendo retomar alguns fragmentos das oficinas de escuta musical (Carvalho, 2020) que realizei, mas com o objetivo de explorar como um gosto

musical consolidado em uma dada subjetividade se atualiza e se hibridiza ao ser confrontado por obras até então desconhecidas. O que resulta desse ponto de contato é o que pode indicar processos de *comunicação*, *identidades* e *comunidades por vir*, entre territorializações e desterritorializações, em um contexto latino-americano de ambiguidades e modos específicos de resistência (Rincón, 2016; Rodríguez & El Gazi, 2007).

FRONTEIRAS CULTURAIS E ALTERIDADE: CONSTRUINDO UMA BASE TEÓRICA E CONCEITUAL

A cultura não é um fenômeno estável, mas produzido, partilhado, portador de memória e passível de atualizações e rupturas. Uma questão cara à seleção e à fruição de certos gêneros musicais e preferências artísticas é o fato de um gosto passar por dinâmicas culturais, estas posicionadas em determinada temporalidade e suas tensões e disputas de visibilidades e enunciados. Pela noção de *texto cultural* do semioticista Iuri Lotman (1996), é possível pensar as dinâmicas de circulação e partilha de informações organizadas em um dado contexto, pois a noção de texto para o autor extrapola a dimensão linguística para abarcar quaisquer elementos produzidos e compreendidos enquanto linguagem – assim, podemos tomar ritmos, instrumentação, timbres, danças e outras expressões como texto cultural. Em suma, o texto cultural possui papel decisivo na semiose que irá se manifestar nas culturas – e nos arquivos de memória das culturas. Na proposta musical do grupo BaianaSystem, por exemplo, há modos de produção da cultura jamaicana *sound system* (graves, *overdubs* e linhas de baixo) e os timbres da guitarra baiana, de fraseados ao estilo Luiz Caldas, entre outras referências. Ao entrarem em relações semióticas, esses elementos não são apagados, permanecem visíveis no contexto musical singular do BaianaSystem. Trata-se de um encaixe de outra ordem. Nesses casos, há uma intraduzibilidade que assombra os encontros culturais, daí o papel da semiose nas atualizações das culturas. A noção de fronteira nesses encontros não pressupõe um binarismo³ (interior-exterior), mas demonstra a capacidade que a cultura possui de gerar semiose em momentos de intraduzibilidade, que ocorrem nos contatos com elementos externos. Essa dinâmica cultural tampouco redime ou apaga tensões de raça, gênero ou territórios, uma vez que é na produção de sentido de uma dada linguagem que essas questões ganham visibilidade. A fronteira é um *locus* de tensões e de diversidades.

A porosidade das fronteiras é o que gostaria de usar para pensar as relações de escuta musical emergentes de entremeios. Se, por um lado, um certo texto remete a uma experiência já absorvida e formada enquanto gosto musical, o contato com textos culturais de outras semiesferas aciona semioses que podem indicar movimentos,

³ Há um conceito de binarismo, trabalhado por Jacques Derrida (2001), que identifica as desigualdades e as relações de poder de oposições como homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual, entre outras. Trata-se de compreender a força discursiva que constrói desigualdades nessas oposições. Exemplo: o papel da mulher é definido por uma cultura machista, a categoria racial é elaborada por bases eurocêntricas, e assim por diante. A relação de fronteira, em outro sentido, coloca diferenças em proximidade e as tensões se manifestam nos processos de tradução.

atualizações e até rupturas. Quando falamos de música popular, que em si somente pode ser pensada como multiplicidade, outro aspecto vem à tona: sua relação com um tecido cultural de mediações (Martín-Barbero, 2001). Na oficina sobre a qual irei tratar mais adiante, trouxe como elemento a ser fruído uma série de artistas de diferentes regiões do Sul global, cuja música possui um perfil híbrido, que coloca em jogo referências globais e locais, não em oposição, mas em relações semióticas não isentas de processos de aproximação e diferenciação, entre resistências e cooptações.

Territórios, povos e culturas têm suas fronteiras repensadas como espaços de partilha e possibilidades de encontros. Em seu estudo sobre o cinema moderno, Gilles Deleuze (2018) notou na obra de Glauber Rocha a possibilidade de mobilização, uma vez que as produções do cineasta brasileiro trabalhavam eixos simbólicos populares de fácil entendimento regional, mas que também tinham possibilidade de ressoar em contextos globalizados, notadamente em territórios do Sul. Em vez de dialogar com o senso comum e seus estereótipos, Glauber não se dirigia a um povo imaginado, de um nacionalismo suspeito, mas contribuía para “a invenção de um povo” (Deleuze, 2018, p. 315) – um *povo por vir*. Ou seja, para Deleuze, o cinema moderno *estabelecia um pensamento e uma percepção*, uma semiótica que dava consistência a um possível; no caso de Glauber, esse possível seria uma mobilização popular no Sul global. É por meio dessa possibilidade que se pretende pensar, aqui, os entremeios semióticos e culturais: por sua capacidade de estimular formas de pensar.

O perfil de artistas levados à etapa inicial das oficinas compreende uma dinâmica produtiva que alterna entre referenciais globalizados e influências de sonoridades locais, por entender que essa arte aberta às misturas pode se mostrar mais convidativa a atividades de reflexão. Há um desafio de ligar os pontos referenciais dessas obras em um movimento de identificação das culturas que estão em processo de hibridização. Nos trabalhos artísticos caracterizados por forte hibridez, “não há somente um elemento em questão, mas um leque efetivo de determinantes” (Vargas, 2007, p. 20). O híbrido, neste trabalho, não deve ser entendido como pacificação de questões étnico-raciais, de gênero e até geopolíticas, mas como processo que expõe e questiona desigualdades históricas desses marcadores. Se a globalização pressupõe universalismos, em contextos do Sul há táticas criativas de contaminar narrativas majoritárias e delas tirar proveito (Rincón, 2016) e, nesse sentido, reposicionar a música, o audiovisual, as artes a partir de outros corpos e outros contextos culturais. Tomemos as variações da guitarra elétrica na *rumba* congoleza, por exemplo, que inscreveu nos fraseados uma dinâmica circular⁴ geralmente usada nos instrumentos de percussão. Tais processos demonstram que há também uma politização na hibridez da linguagem musical.

⁴Ver Bello et al. (2022).

Mesmo que seja perfeitamente possível considerar que as linguagens artísticas, de maneira geral, são formadas na organização de referenciais, a exemplo da música, uma vez que gêneros como o rock e o samba foram concebidos por diversas matrizes semióticas, esse aspecto caro ao entendimento da criação acaba se perdendo nos processos de fruição quando gêneros se alinham a questões mercadológicas midiáticas. Por exemplo, podemos discutir sobre o embranquecimento do rock, em suas grandes visibilidades midiáticas com Elvis, Beatles e Stones no centro – não à toa há um movimento de recontar a história do rock por outros marcadores: Chuck Berry, Rosetta Tharpe e Little Richard. Porém, é preciso pensar para além do produto midiático rock para observar seus elementos culturais menos visíveis, como a proibição de instrumentos de percussão em território norte-americano, que revela as resistências artísticas no manuseio de instrumentos como a guitarra elétrica. Trata-se de resgatar a produtividade fronteiriça para repensar o registro sonoro midiático e fonográfico. É o que Antônio “Nego” Bispo (2019) propõe como prática *contracolonial*: o exercício contínuo de produzir respostas e enfrentamentos. O traçado de um processo de relações de fronteiras, como a menção quase poética que Deleuze e Guattari (2008) fazem à *dinâmica existencial e semiótica dos nômades*, demonstra que é preciso levar em conta os territórios, seus modos de resistência, a capacidade de adaptação e os movimentos sem as amarras de um estado-nação que a todo custo tenta organizar e governar as territorialidades. Nas atividades das oficinas, o ato de tomar a palavra expressa a mobilidade produzida na escuta, levando em conta os repertórios e as identidades, uma vez que a riqueza de um entendimento acerca de interações de diversidades com contextos midiáticos está no *sentido dado às apropriações* (Rodríguez & El Gazi, 2007).

AS OFICINAS

O encontro das músicas pré-selecionadas com os repertórios dos participantes é o que motiva este trabalho na compreensão das *fronteiras de um processo comunicacional de encontros*. A escolha dos artistas priorizou obras produzidas nas territorialidades geralmente ausentes dos grandes marcadores midiáticos globais. Ao retomar as oficinas da pesquisa citada (Carvalho, 2021), este trabalho amplia as discussões para um sentido de entendimento das fronteiras como espaços borrados e indeterminados, para dali identificar novos processos de subjetivação a partir da fruição⁵ musical. Após um levantamento documental que buscou referenciais em plataformas de streaming, reportagens sobre música e cultura, shows e até feiras de discos de vinil, o estudo definiu os principais artistas a serem levados a etapa expositiva das oficinas:

⁵ O uso do termo fruição sugere um entendimento mais complexo, uma vez que o contato das oficinas com as obras artísticas ocorreu não apenas pela escuta, mas no contato visual de vídeos e de performances ao vivo identificadas em arquivos do YouTube.

- M.I.A.: filha de ativistas do Sri Lanka, nascida no Reino Unido, a artista prioriza em seu trabalho sonoridades do Sul global, especialmente ritmos, instrumentação e danças de regiões dos continentes africano, asiático e latino-americano;
- DJ Tudo: artista multimídia cujo trabalho consiste em parcerias estabelecidas com músicas de culturas diversas (maracatu, *gnawa*, ciranda, ribeirinhos etc.), a partir de viagens pelo Brasil e o mundo;
- BCUC (Bantu Continua Uhuru Consciousness): grupo sul-africano que mistura referências globalizadas como *soul* e *punk* com matrizes indígenas, instrumentos de percussão e sopro;
- Songhoy Blues: banda formada na região norte do Mali. Em seu trabalho, um estilo de *guitarra do deserto* (de matriz africana) é adotado com referenciais do *blues* e do *indie rock*, além das canções serem cantadas, em sua maioria, na língua *songhai*;
- KOKOKO!: grupo formado por quatro congoleses e um francês. O trabalho é marcado pelo uso de instrumentos elaborados pelos próprios integrantes da banda, a partir de materiais reciclados (madeira, metais, plásticos etc.), os timbres inusitados são mesclados a bases eletrônicas;
- Chico Science & Nação Zumbi (e o mangubeat): banda formada em Recife, sua proposta sonora foi reposicionar ritmos da cultura do Nordeste (coco, ciranda, maracatu etc.) em um contexto globalizado e repleto de influências de gêneros como o rock e o *hip hop*;
- Bomba Estéreo: banda colombiana que usa percussão de matriz afro-diaspórica com ritmos e gêneros colombianos e latino-americanos (a exemplo da *cumbia*).

Cada qual à sua maneira, essas obras indicam um desencaixe semiótico nas grandes representações midiaticizadas, ao menos no que diz respeito a uma *constante de visibilidade e enunciação* nas narrativas midiáticas mais recorrentes no que poderíamos chamar de senso comum. Obviamente essas obras também participam de engrenagens de consumo; sabemos que há uma predisposição do capitalismo globalizado em transformar produções de culturas locais em novas mercadorias – a exemplo de festivais de “música étnica”, do rótulo da *world music*⁶ e das versões globais do pop latino e do recente k-pop⁷. Mas entende-se que os artistas e obras usadas nas oficinas estão menos alinhados a essas delimitações herdadas dos *mass media* e que ressoam no streaming, o que lhes confere um aspecto local – ou seja, é menos uma questão de reconhecimento pelos eixos e embalagens globais do que uma sensação de estar frente a tradições regionais, grosso modo. Outra questão observada é que todos esses artistas, de certa

⁶ Nos anos 1980, o contexto do *pós-punk* permitiu que alguns artistas europeus experimentassem sonoridades do Sul global. Artistas como David Byrne, Malcom McLaren e outros buscavam novos referenciais sonoros, esse movimento fez com que muitos selos independentes apostassem no lançamento de artistas do Sul global. A diversidade estética e cultural dos ritmos e gêneros fez com que o termo *world music* fosse implementado, tanto para categorizar o outro não-ocidental como para agrupar essa variedade cultural em uma mesma prateleira nas lojas de discos.

⁷ Embora represente a circulação a nível global de artistas de países como a Coreia do Sul, o k-pop, em boa medida, também requenta fórmulas de *boy bands* e *girl bands* do período midiático das MTVs, com danças coreografadas, integrantes que representam perfis juvenis citadinos (o esportista, o *bad boy* etc.), entre outros aspectos, mesmo que seus públicos configurem um novo tipo de engajamento na cultura midiática digital.

forma, partilham um perfil artístico de ressignificações de elementos globais nos territórios do Sul global, de forte aspecto étnico, migrante e diaspórico, que nos fazem viajar na escuta por timbres, escalas, idiomas e instrumentações de culturas locais – e assim levam a noção de popular e pop a multiplicidades possíveis. É preciso considerar também que há questões mercadológicas atravessadas nas culturas locais, pois muitos ritmos e gêneros estão vinculados a festas, cerimônias e empreendedorismos regionais.

O que nos interessa nesses artistas é sua capacidade de ressoar diferencialmente frente a uma escuta mais marcada pelos principais gêneros musicais – e, em tempos digitais, a força das plataformas também prioriza certos gêneros musicais, a depender da plataforma de escuta musical (Janotti Jr., 2020): podemos falar da relação do YouTube com o funk, do Spotify com o sertanejo etc. É aqui que algumas teorias da diferença ajudam a compreender esses processos comunicacionais e midiáticos menores, como a noção de nomadismo enquanto ideia que compreende modos distributivos de diferenciação, aqui atribuído à fruição, à comunidade e ao pensamento. Deleuze e Guattari (2008) buscam inspiração nas formações nômades para pensar mecanismos de margens e minorias, ou seja, dinâmicas semióticas e materiais menos alinhadas aos grandes marcadores de subjetividade, ideia que este trabalho leva à escuta musical. Outra provocação teórica que nos motiva a explorar epistemologicamente a situação-limite de entremeios trata de uma *política de singularidades* (Agamben, 2017), que repensa as identidades em um fluxo mais plural de possibilidades de encaixes e desencaixes. Para Giorgio Agamben (2017), uma comunidade que vem não deveria buscar uma essência à qual se vincular desesperadamente, mas enquanto existência se permitir participar de processos de imanência – um estado de ser em si, ou ser-assim –, ideia que indica experimentações possíveis. Experimentar a escuta musical é o que buscamos com as oficinas.

A frente empírica retoma então alguns fragmentos narrativos de um trabalho voltado à escuta musical (Carvalho, 2021). No trabalho citado, canções de alguns artistas do Sul global foram levadas a duas oficinas de escuta musical, organizadas em uma escola pública do ensino médio técnico de São Paulo. O formato de projeto de extensão fez com que as oficinas recebessem um público diverso: estudantes do ensino médio, professores e professoras dos cursos, ex-alunos e ex-alunas e público externo da escola⁸ (comunidade do entorno da instituição de ensino). Foram 13 pessoas⁹ inscritas, divididas em duas turmas, uma com cinco participantes e outra com oito.

A ideia era trabalhar um material expositivo antes de introduzir quaisquer artistas ou obras. A modalidade de oficinas por videoaulas, por causa da pandemia, reduzia um pouco a interação e a proximidade com o público participante,

⁸ Por questões definidas nos termos de consentimento de participação desta pesquisa, tanto instituição como pessoas participantes não serão identificadas neste artigo.

⁹ Onze pessoas se reconheciam como gênero feminino (três delas mulheres negras) e duas como masculino (homens brancos). Como houve a participação de estudantes e docentes, as idades variavam entre 15 e 45 anos, moradores(as) das classes média e baixa de um município do litoral Sul de São Paulo. Indicaremos esses marcadores nos depoimentos.

mas por outro lado possibilitou reunir um rico material – transcrições de videoaulas, relatos do *chat*, trocas de e-mails, trabalhos finais e até o preenchimento de um formulário com percepções acerca do curso ao final das oficinas. Sobre a metodologia usada, tanto estudos de recepção como a educomunicação indicavam caminhos possíveis, mas o diálogo interdisciplinar com a Educação conduziu o estudo ao método de *pesquisa narrativa* como ferramenta de coleta e de organização do material empírico das oficinas de escuta musical. Tal base metodológica não contribui exclusivamente com o levantamento dos dados, mas permite também “pensar sobre a experiência” (Clandinin & Connelly, 2011, p. 119), uma vez que nesse experimento havia um ponto de contato no qual coincidiam pesquisador, participantes das oficinas e músicas/artistas. A pesquisa narrativa é um método geralmente usado em estudos do campo da Educação, justamente por oferecer à pesquisa a possibilidade de *relato docente acerca das atividades conduzidas* no âmbito do ensino e aprendizagem, no qual os trabalhos experimentados são narrados por quem os conduziu e os resultados, em termos de conhecimento gerado, são analisados ao final.

Os eixos trabalhados enquanto conteúdo programático nas oficinas de escuta musical foram:

- a. Conceito de música pop, gosto musical, comunidades, performances de gosto, música nas mídias, fonografia, leituras introdutórias ao tema;
- b. Sul global, hibridismos, políticas afirmativas, relações entre regional e global;
- c. escuta de uma lista prévia de artistas; observação de vídeos e performances ao vivo desses artistas; debates; abertura para sugestões trazidas pela turma participante;
- d. pesquisa e escrita sobre artistas, temas e obras abordados ao longo das oficinas;
- e. organização do material produzido em uma página multimídia e partilha desse material com a comunidade escolar (interna e externa), no formato de newsletter;
- f. reflexões finais, sugestões para escutas e leituras futuras.

O tópico a seguir retoma alguns relatos e fragmentos narrativos retirados das oficinas citadas para construir um entendimento teórico e conceitual em duas frentes: 1) compreender processos comunicacionais dos entremeios da música popular; e 2) identificar nas fronteiras culturais saberes emergentes que coincidem com dinâmicas de alteridade e diferença. Trata-se de um movimento teórico-prático “entre o objeto, o sujeito e o método” (Canevacci, 2021, p. 14),

que busca diferentes temporalidades da experiência, nas quais identidades distintas se relacionam. Aqui, as fronteiras culturais são fonte de conhecimento pela capacidade que esses espaços semióticos possuem de gerar encontros possíveis. A prática nômade é percebida no perfil artístico discutido nas oficinas e no pensamento que se projeta de um contexto que aproxima gostos pessoais e outras experiências estéticas musicais. E, claro, as oficinas expressam um posicionamento do professor/pesquisador em ação na pesquisa, que certamente direcionou alguns momentos de escuta musical, no sentido de gerar provocações e reflexões. Essa intervenção ocorreu tanto na seleção das músicas que abriram as atividades como na condução das perguntas estimulantes de debates.

É justamente nos procedimentos de intervenção do pesquisador que se manifestaram também tensões de uma outra fronteira: a estabelecida entre pesquisador e público participante, o que acrescenta novas camadas de conhecimentos fronteiriços. Nesse aspecto, há uma frente que remete aos estudos latino-americanos, pois a escuta partilhada opera em um campo de mediações culturais que interferem no campo midiático (Martín-Barbero, 2001; Rincón, 2016), considerando que, ao tomar a palavra, o público participante expõe diferenças de gênero, raça e de classe social frente a um produto midiático. Assim, o que está em questão é menos um direcionamento unilateral do que um reconhecimento de concordâncias e discordâncias. A posição do pesquisador buscou trabalhar o que Félix Guattari (1990, p. 24) considera por “pertinência das intervenções” em contextos micropolíticos.

FRONTEIRAS E NOMADISMOS SONOROS: OFICINAS DE ESCUTA MUSICAL

Ao pressupor que na cultura midiática os gêneros musicais são chaves de leitura que indicam modalidades identitárias e de pertencimento, antes de compreender os rearranjos de entremeios foi necessário que as oficinas partissem de campo consolidado: nossas performances de gosto. A introdução às oficinas, assim, propôs a seguinte pergunta: quais músicas/artistas gostamos de escutar e por quê? Os comentários iniciais passeavam por gêneros musicais como *trap*, rock, funk, *rap*, samba – e também faziam menções a grupos e a artistas massivos como Iron Maiden, Metallica, além de divas pop como Beyoncé –, citações que remetem a um cenário midiático bastante recorrente em termos de circulação e consumo. Houve ainda algumas surpresas, como estudos mais aprofundados e formação musical: “Participei de uma banda marcial e filarmônica, tocava clarinete e depois lira”, contou uma das alunas (jovem branca). Tínhamos ali uma diversidade interessante para a construção de pontos de contato entre os gostos de cada pessoa e a seleção prévia de obras citadas acima.

As posições identitárias se alternavam entre o aprendizado de certos instrumentos, preferências construídas por memórias familiares e de círculos de amizade e uma variedade de aproximações a cânones da cultura midiática. Tomar a palavra para falar de um gosto pessoal é exercício de posicionamento, partilha e escuta – uma vez que eu falo e em seguida ouço outra pessoa relatar suas preferências musicais. Tecíamos ali nossas fronteiras, entre aproximações e distanciamentos.

A frente mais expositiva resgatou parte da historicidade da música massiva, como fonografia, cultura midiática, eixos de reconhecimento da música pop, performances de gosto, gêneros musicais etc. O conteúdo foi adaptado a um modelo de explicação menos rebuscado e acadêmico, embora alguns conceitos precisassem ser reforçados – a exemplo do termo massivo, que tem sua constituição em um período específico da ascensão dos *mass media* e consequente consolidação da cultura pop. Em suma, a introdução preocupou-se em retomar algumas chaves de leitura que são mais acessíveis, ou seja, priorizou narrativas presentes no pensamento espontâneo acerca da música pop, obviamente acrescida de menções à produção de sentido que repousa em endereçamentos e em práticas de consumo nas mídias.

Na segunda etapa expositiva, houve uma introdução às hibridizações, fronteiras culturais e relações entre Norte e Sul globais, em meio aos processos da globalização. Essa frente conceitual foi aberta com a leitura do *Manifesto manguê – Caranguejos com cérebro*, escrito por Fred Zero Quatro, em 1992, texto que inaugura o movimento manguêbeat – que, vale destacar, é marcado por uma presença majoritariamente masculina nas bandas que o compõem. O texto era importante por dois motivos: primeiro porque o regional é pensado no plural, uma vez que no manguêbeat o Recife é ressignificado como espaço de experimentações e de aproximações culturais, no qual atualizações são inscritas na música pop; e segundo por ilustrar uma posição artística de entremeio que cria suas obras nas fronteiras culturais, entre o maracatu e o globalizado *hip hop*, por exemplo. A leitura foi seguida pela escuta e pela visualização de vídeos de Chico Science & Nação Zumbi, DJ Dolores, Mundo Livre S/A, Mestre Ambrósio, nomes importantes do movimento recifense. A diversidade sonora desses trabalhos logo foi interpretada por uma das participantes das oficinas, uma mulher negra adulta, como reivindicação popular. “Essa revolução musical, provocada pela efervescência de ideias de um grupo de amigos com sede de mudança sociocultural, fez de Chico Science e da Nação Zumbi uma das maiores representatividades da classe trabalhadora”. A autora do comentário já conhecia o grupo, percepção diferente de outras pessoas, que em uma primeira audição reforçaram mais o aspecto regional da música do grupo do que sua dinâmica de

misturas. Sabe-se que Chico e os outros artistas do manguebeat se interessavam por maracatu, ciranda, coco e por uma série de possibilidades alternativas que circulavam no mundo globalizado (*hip hop*, *punk*, música eletrônica). Qual seria, então, seu endereçamento enquanto produto cultural, uma vez que dialoga com gêneros musicais, ritmos e instrumentações locais? Quando questionados sobre os encontros culturais e sua produtividade, as respostas coincidiam com o termo “criatividade”, mas qual modo criativo seria esse? Perguntei.

Uma das participantes, uma jovem branca, então disse: criativo no sentido de “valorizar as culturas e expandir o conhecimento musical para além do óbvio”. Valorizar culturas e expandir conhecimentos são termos que funcionam como provocações caras ao campo da comunicação, notadamente para a comunicação de fronteiras culturais que este estudo busca explorar, mas tal afirmação também corria o risco de considerar apenas artistas de perfil mais experimental como “criativos”. Foi preciso, então, pontuar que existem diferentes modos de criar, cada artista recorre às materialidades que lhe afetam ao se posicionar no mundo e gerar sentido.

Em um primeiro momento, tal complexidade semiótica (sonoridades, culturas, modalidades de vida) despertou dúvidas e curiosidades, mas sugeriu também um caminho subjetivo de alteridade nas reflexões sobre as canções/artistas. Nessas obras, exterioridade e interioridade se indeterminam e reconstroem os conceitos de comunidade. Explico, o que antes determinava circulação e consumo em gêneros musicais que pressupunham comunidades (fãs) – muitas vezes antagônicas nas disputas por legitimidade e até “bom gosto” –, com as dinâmicas de entremeios passa a revelar pontos de contato e de relações com a exterioridade. Esse processo não sugere o apagamento das diferenças, tampouco uma pacificação, mas pela proximidade permite que tensões sejam identificadas e discutidas. Que comunidade é essa capaz de abrigar uma partilha afetiva que vai da percussão de alfaia às rimas de *hip hop*? Para Deleuze e Guattari (2008, p. 47), o trajeto nômade ocorre “entre dois pontos, mas o entre-dois tomou toda a consistência, e goza de uma autonomia bem como de uma direção próprias”. Trata-se de uma vivência de experimentações, que não é fácil e tampouco apaziguadora. E na cultura os processos de atualização passam, sobretudo, por criações que partem de imprevisibilidades, como dirá Lotman (2012).

A artista sirilanquesa M.I.A., radicada no Reino Unido, trouxe às oficinas o contexto da migração. Na enunciação de discos e faixas ecoam questões relacionadas à trajetória migrante da família da cantora, estilhaços históricos e culturais do deslocamento humano nos territórios. Trata-se, no entanto, menos de uma readaptação em um novo estado-nação do que o acionamento de cargas políticas e éticas nos entremeios de Norte e Sul globais. A migração enquanto

fenômeno do xadrez geopolítico globalizado reverbera nas dinâmicas locais, nos territórios fronteiriços e nas subjetividades. A música popular é espaço semiótico privilegiado para se perceber os efeitos da migração. Uma das participantes, uma mulher branca adulta, lembrou da experiência de ter estudado fora do Brasil por um tempo: “você sempre vai ser tratado como imigrante. Então, quando eu vejo os cliques dela, eu me identifico”. Pela obra de M.I.A., abordamos os preconceitos étnicos do mundo globalizado, os recentes reacionarismos, e como a música traz essas questões e nos ajuda a refletir e a enfrentar o racismo e a xenofobia. As abordagens temáticas das letras, as imagens de drones vigiando fronteiras, as tecnologias usadas para o controle de pessoas que apenas desejam exercer seu direito de transitar pelos territórios são elementos visuais dos cliques de M.I.A. que sugerem a emergência de repovoamentos e outras modalidades de partilha dos espaços.

Outra participante – jovem branca – chegou a comentar que a música estimula a “percepção sobre um modo que podemos nos expressar”, ao comentar as escolhas da cantora. O trabalho de M.I.A. aciona uma cartografia cultural radicalmente diversa, que partilha culturas e demandas de diferentes territorialidades – o álbum *Kala* (2007), por exemplo, reúne gravações feitas pela cantora em suas viagens¹⁰ por Índia, Angola, Trinidad e Tobago e Jamaica, nas quais gravou com músicos locais. O tema migração ressoa na fruição enquanto enunciado, no qual residem questões existenciais (o ato de migrar, sua ética e sua política frente ao mundo contemporâneo) e de linguagem musical híbrida (os dialogismos de sonoridades); o popular se coloca então como espaço polifônico, nos termos de Bakhtin (1987), ao carregar as tensões do mundo globalizado.

“Artistas como M.I.A são pontinhos de tensão necessários nesses tempos de globalização, sua música permeia pela sua história de vida, onde agrega diferentes gêneros, que vão desde o *punk rock* inglês, *hip hop*, *jazz* até as guitarras de Hendrix e *funk*”, escreveu uma das participantes, uma mulher branca adulta, no trabalho final que fizemos, que consistia em um texto sobre a experiência adquirida nas oficinas. A mesma autora citou diversas vezes a influência do *reggae* na cultura britânica, levada por imigrantes jamaicanos¹¹, mencionando nomes como Police e UB40. Pelo contato com M.I.A., ela se recordou de outros referenciais artísticos que expressam em suas obras os encontros culturais, em um processo de *resgate de uma alteridade presente na cultura midiática*, embora por vezes escondida. Esse é um elemento reflexivo bastante rico que emerge de discussões sobre fronteiras culturais, fronteiras presentes nas obras musicais e na própria experiência das oficinas, nas quais nossos repertórios se articulavam em situações *entre* pensamentos e vivências. Para I. Lotman (1996), culturas se comunicam por relações fronteiriças, por trocas textuais que atravessam essas

¹⁰ Um trecho do documentário *Matangi/Maya/M.I.A* reúne fragmentos dessas viagens (M.I.A, 2018).

¹¹ É preciso lembrar que a imigração jamaicana no Reino Unido enfrentou uma série de dificuldades, em especial com o surgimento de movimentos reacionários durante a era Thatcher. Em um primeiro momento, artistas brancos fizeram mais sucesso ao explorarem gêneros como o *reggae*. Com o movimento Two Tone, formado por grupos de ska, houve um cenário mais inclusivo, com bandas que reuniam imigrantes jamaicanos e filhos de operários ingleses (Specials, The Selector etc.). Recentemente, o Brexit representou novos retrocessos aos filhos e netos dos primeiros imigrantes.

¹²Segundo Lotman (2012), para uma cultura definir a si mesma é necessário um diálogo com o que lhe é exterior. Eis um exemplo bastante pertinente dado pelo autor russo: “Um bom professor desenhou na lousa um círculo pequeno. Dentro, escreveu ‘conhecimento’; fora, ‘desconhecido’. E falou para seus alunos: ‘Observem que espaço pequeno ocupa o conhecimento e quão pouco contato ele tem com o desconhecido’” (Lotman, 2012, p. 161).

¹³Ver a faixa *É hoje é hoje* (Selo Mundo Melhor, 2016).

¹⁴*Rhythmic emancipation – Romperayo vs DJ Tudo e sua gente* (DJ Tudo, 2021).

regiões porosas e possibilitam traduções e atualizações. Pensando com Lotman, a partilha das músicas no âmbito das disciplinas fez aumentar repertórios e conhecimentos¹², uma vez que o que era trazido também como memória pessoal passou por processos tradutórios, de uma pessoa a outra.

Outro caso exemplar ocorreu na escuta da obra do artista DJ Tudo. Suas músicas e seus discos trazem encontros, parcerias e gravações com músicos populares de diferentes regiões, uma vez que o artista costuma viajar em busca de parcerias no Brasil e em outros países. Assim, o termo DJ é retirado de seu uso mais recorrente na cultura pop – o artista de pista, que toca discos para as pessoas dançarem, para revelar um método de criação musical quase antropológico. Ele já gravou com o grupo Baianas de Coruripe¹³ (Alagoas), com músicos da cultura *gnawa* (Marrocos) e mais recentemente com o grupo colombiano Romperayo¹⁴, fundado pelo percussionista Pedro Ojeda. Essa experiência comunicacional, no decorrer das oficinas, inspirou relatos como este, feito por uma mulher adulta branca: “As expressões cotidianas são bem evidentes em seu som . . . DJ Tudo é a experiência do popular, do *jazz*, do psicodélico, dos rituais, do indígena, do povo deste planeta”, o popular como multiplicidades compartilhadas a nível global. A escuta musical estimulou um repovoamento de subjetividades, um processo comunicacional que, ao abrir mão de grandes parâmetros e cânones da cultura midiática herdada dos *mass media*, valorizava experimentações de interpretação menos ancoradas em pressupostos fundantes (Agamben, 2017), e esse caminho levou ao que podemos considerar por uma comunicação de alteridade, com concordância e discordâncias.

A cada artista apresentado, os comentários buscavam primeiramente identificar elementos reconhecíveis, um processo de percepção que evidenciava a identidade, o pertencimento e os repertórios, mas em seguida havia uma tentativa de compreender o que lhes escapava, como se pela arte a diferença fizesse um convite a novos saberes e descobertas. Essa dinâmica buscava menos uma imposição de preferências ou disputa por uma estética mais legitimada enquanto “bom gosto” do que um diálogo sobre diferentes perfis de um popular menos frequente nos fluxos de circulação e consumo. E, evidentemente, havia resistências a certos estilos musicais – no começo, um dos participantes, um jovem branco, afirmou não gostar de samba, mas que em uma roda de samba até “se arriscava na dança” –, diferenças que passam por questões de sociabilidades, gênero e posições sociais que, embora não fossem o enfoque principal da pesquisa, apareciam nas discussões e não poderiam ser ignoradas. O Sul global como *locus* produtivo da música popular passou então a oferecer mediações na hibridez de territórios borrados (García Canclini, 2000; Martín-Barbero, 2001). Não à toa, o termo mediação deve ser tratado no plural, como sugere Martín-Barbero,

pois as oficinas demonstraram a necessidade de considerar elementos étnicos, territoriais e comunitários como chaves de leitura da música de fronteiras. Essa percepção foi se manifestando aos poucos, no decorrer das atividades. Uma das participantes, uma jovem branca, entendeu que pela escuta foi possível “diminuir os preconceitos e nos fazer enxergar, aceitar, respeitar e celebrar as diferenças por meio da música”. Tal conclusão foi precedida por debates e ocorreu somente após compreendermos como a música carrega questionamentos sobre desigualdades históricas e nos ajuda a refletir sobre nossa posição social e coletiva frente ao mundo. Falei, inúmeras vezes, que conviver com diversidades é conviver com tensões necessárias a ambientes democráticos. Mas restava ainda aprofundar o que foi gerado como processo comunicacional nos limites entre o conteúdo expositivo das oficinas e a subjetividade dos participantes. Em suma, era preciso identificar os processos semióticos e culturais produzidos nesses encontros.

O que entendemos por construção de identidades musicais, seja pela visibilidade midiática de certas estéticas ou pela mobilidade de nosso processo formativo, muitas vezes se manifesta como separação em relação a um novo saber. E mais, na previsibilidade que se espera de um processo comunicacional de manutenção de gostos e preferências – hoje potencializado pela ação de algoritmos¹⁵ –, a própria intertextualidade é em boa medida reduzida. Julia Kristeva (2012, p. 35) observa que o texto artístico opera “transformações-produções em curso”, o que indica uma instabilidade no ato criativo. Assim, posicionar uma dada arte no processo histórico também revela as movimentações internas à cultura. E por mais que o dialogismo na música pareça óbvio, as atividades expositivas serviram para provocar percepções acerca da escuta musical, exercitar a capacidade de estar frente a uma obra que não é recorrente em repertórios pessoais.

A percussão de BCUC, acompanhada por um baixo elétrico e uma combinação de vocais que reúne entonação *soul music*, versos rimados e gritos ao estilo *punk*, mobilizou reflexões acerca de uma África para além dos estereótipos midiáticos, sobretudo pela capacidade do grupo de ressignificar gêneros globalizados e rearranjá-los em um campo percussivo (bumbos, caixas e congas) e instrumentos de sopro de matriz indígena. “Não sei se o nome é tambor, não sei o nome do instrumento, mas esse grupo me lembra o Timbalada. Eles também têm a percussão muito forte”, falou uma das alunas, uma jovem negra, ao fazer menção ao grupo brasileiro de percussão. Por meio do vídeo da canção *Yinde*¹⁶, gravado durante apresentação do grupo no festival Glastonbury (Reino Unido), ocorrido em 2019, surgiu uma questão cara às oficinas: quais elementos de alteridade essa apresentação levou ao festival britânico? Para um público que, majoritariamente, estava ali para assistir aos *headliners* The Killers, The Cure e Kylie Minogue (entre outros nomes do pop e do *indie*), o BCUC funcionava

¹⁵ Dinâmica de escuta com base nas recomendações de canções em plataformas como Spotify. Essa engrenagem se baseia em um histórico de buscas, cliques e curtidas para selecionar quais canções/artistas têm aderência aos rastros digitais de um dado usuário. Trata-se de uma tendência a reforçar gostos pessoais.

¹⁶ BBC Music (2019).

como acontecimento sonoro de outra realidade estética. Mas não apenas isso. Um dos comentários, feito pela mesma estudante, notou que “muitas pessoas ali [na plateia] se moviam aleatoriamente, sem saber como dançar”, observação que identifica um processo comunicacional de entremeio, pois a dança ocorreu enquanto acontecimento diferencial, em uma situação de fronteira cultural – uma dança por vir. Na lacuna entre o pop globalizado e a música popular de um país africano um movimento corpóreo novo foi produzido. Trata-se de uma fruição que afeta subjetividades no sentido de expor um contexto de aprendizagem, pois o grupo sul-africano levou ao evento instrumentação e ritmos de matrizes africanas, conhecimentos que extrapolam os limites do *indie rock* e do pop. É possível, então, considerar que o BCUC possibilitou que as oficinas de escuta trabalhassem questões de alteridade por dois importantes eixos: 1) o âmbito popular brasileiro, ao notarem que a percussão reflete em nossa música e nas expressões de religiões de matriz africana; e 2) a dimensão globalizada, pelo vídeo do show no festival Glastonbury, que revelou um sentido *decolonial* no ressoar da sonoridade geradora de reaprendizados corporais e de fruição estética. Popular *é o que se vive*, como dirá Omar Rincón (2016), o que nos permite refletir sobre a força de uma mudança nos regimes de visibilidade.

A escuta do grupo Songhoy Blues colocou o deserto do Mali no radar das oficinas. O som da banda nasce em um lugar no qual o continente africano encontra a cultura árabe, espaço desértico percorrido pelos nômades *tuaregues*, onde a guitarra elétrica é refundada por outras bases culturais, como o uso da *quarter tone*¹⁷ e a partilha de espaços com instrumentos ancestrais como o *ngoni*. Além da guitarra, discutimos nos encontros a presença de línguas não oficiais (*lingala*, *songhai* e outras) a partir de artistas africanos, uma vez que os idiomas nacionais do continente revelam um passado colonial. Sabe-se que o inglês é um dos requisitos para a circulação e o reconhecimento da moderna música pop nas mídias – embora hoje o k-pop e o *latin pop* tenham seus espaços nas novas dinâmicas midiáticas e de consumo –, por isso as obras do Songhoy Blues ganham um aspecto de revisão histórica no momento em que a banda abre mão do inglês para produzir seu trabalho. Seja na performance¹⁸ do grupo na capital Bamako ou no vídeo da faixa *Al hassidi terei*¹⁹, questões sobre identidade nacional, língua e povo foram retomadas para compreender as tensões de produções hibridizadas, tanto no âmbito nacional das tradições como nos fluxos mercadológicos globais. Uma das alunas – jovem negra – chegou a descobrir por meio de pesquisa na web que o nome do quarteto faz menção ao povo *songhai* (antigo império que viveu na região onde hoje está localizado o Mali).

Já o KOKOKO! usa instrumentação elaborada a partir de materiais reciclados nas ruas de Kinshasa (República Democrática do Congo), entre instrumentos

¹⁷Uma explicação simples sobre escalas árabes pode ser encontrada na aula de guitarra de Klaus M (2010).

¹⁸KEXP (2020).

¹⁹Transgressive (2014).

de corda e de percussão, somados a um sintetizador. A dimensão material traz o aspecto singular da montagem, uma vez que os músicos reutilizam madeiras, fios, latas e outros fragmentos descartados pelo capitalismo tardio. Esse traço diferencial reflete nas timbragens, eletrificadas ou não, que ecoarão da vibração de cordas, raspagens e ataques percussivos, em um andamento que, em alguns momentos, remete à *dance music*. Há, portanto, deslocamentos na episteme do pop globalizado, pois a sonoridade deixa de ser produzida por instrumentação tradicional (baixo, guitarra, bateria etc.) e o ato de reciclagem coloca decisivamente a emergência de discussões acerca do consumo em grandes cidades – notadamente em uma capital do continente africano. Nas oficinas, o material que introduz a obra do grupo foi o trecho de uma apresentação da banda no espaço Boiler Room²⁰, exibição que fez com que uma das alunas, uma jovem negra, logo identificasse a filosofia de reutilização e reciclagem: segundo ela, o KOKOKO! trazia “estética afrofuturista pensando em ajudar o meio ambiente”. Outro comentário, de uma mulher adulta branca, notou “algo de operariado” na escolha das roupas usadas pelo grupo congolês – que veste um tipo de macacão em seus shows e aparições públicas.

²⁰Boiler Room (2019).

A banda colombiana Bomba Estéreo reforçou questões discutidas na leitura do *Manifesto mangue* de uma América Latina que ressignifica o pop – tal como o tropicalismo, a antropofagia e artistas como Tom Zé, citado no início deste texto. No caso do grupo liderado por Li Saumet, a *cúmbia* e a cultura de tambores, elementos que possuem estreita relação com a vinda de pessoas escravizadas do continente africano. Há uma partilha de questões transversais: herança percussiva, o papel do corpo em ritmos regionais, memória e *decolonialidade* que nos aproximam de nossos vizinhos latino-americanos. No clipe da faixa *Internacionales*²¹, por exemplo, há certo cosmopolitismo e apelo pop à diversidade. As entradas de fragmentos do inglês na letra cantada em espanhol fazem menção a um enlace global-local, mas também de uma região de *hispanohablantes*. Assim, a migração reapareceu nas oficinas por meio do trabalho do Bomba Estéreo, quando um dos relatos, de uma mulher branca adulta, associou a ida a uma loja de imigrantes, na região central de São Paulo, ao encontro no qual falamos sobre o som do grupo colombiano: “Entramos numa loja de bolivianos e foi muito legal, estava rolando uma música e daí eu perguntei: ‘moça, que música é essa?’, ela respondeu: ‘salsa’”. O episódio fez com que a aluna lembrasse das conversas que tivemos sobre América Latina, migrações, encontros culturais e sobre a música *Internacionales*. Mas talvez seja o ato de perguntar sobre a música, direcionada à moça da loja, o exemplo que melhor ilustra o aprendizado trazido pelas oficinas de escuta musical, pois representa um movimento que busca compreender algo até então desconhecido.

²¹Bomba Estéreo (2017).

REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA ESCUTA PARTILHADA

Para além da experiência da escuta musical das obras pré-selecionadas, o resultado das oficinas revelou uma *cartografia de modos de escuta musical*. Se a moderna música pop povoa as plataformas de streaming e se apresenta mais visível e acessível, é também a partir dela que os participantes se basearam para tecer leituras sobre artistas que não conheciam. Pela pesquisa narrativa foi possível reunir um amplo material (transcrições de videochamadas, conversas no *chat* e textos elaborados pelos alunos), somado ao relato docente, que possibilitou pensar a experiência das oficinas (Clandinin & Connelly, 2011) como um processo coletivo. Foi possível notar que eixos como gênero, raça e idade revelaram alguns gatilhos reflexivos. Havia um conhecimento dos adultos em relação a alguns temas tratados, como o movimento mangubeat e a menção a artistas internacionais mais canônicos. Já entre os mais jovens, em especial nas falas das mulheres, foi possível notar uma percepção mais aguda acerca das desigualdades acionadas pelas músicas que escutamos; uma delas trouxe um link que reunia termos preconceituosos com os quais a imprensa britânica se referia à cantora M.I.A. Desse processo, tomamos justamente os pontos convergentes e divergentes percebidos por relações de fronteira. Assim, começamos com relatos como “o que mais escuto no dia a dia é *rock*, influência da família” (jovem branco) ou “gosto de todo tipo de música, mas tenho uma preferência por *trap*” (jovem branca), que demarcavam posições, e no decorrer dos encontros surgiram comentários sobre como as “construções musicais se tornam algo mais complexo” (outra participante, jovem branca). Por mais que houvesse uma intervenção do pesquisador, as referências pessoais e de gosto foram respeitadas e eram parte das discussões – surgiam como exemplos de proximidade, no sentido de parecer com algo guardado nos arquivos de memória –, algo recorrente nas etapas expositivas. Já em um segundo momento, a turma expressava maior segurança em projetar significações a partir da escuta, e daí passou a identificar questões políticas e até geopolíticas frente a alguns trabalhos.

As oficinas chegaram ao fim com a elaboração de textos escritos pelo público participante e com a edição de uma página multimídia (com imagens, *playlists* e vídeos que apresentam os artistas citados), trabalho coletivo partilhado com a comunidade acadêmica. Um dos resultados coletivos ocorreu nas citações a outros artistas e bandas, para além da lista prévia que serviu como fio condutor dos debates, como o rapper indígena Kunumi MC e o coletivo congolês Konono N°1, menções que são fruto de pesquisas e debates trazidos pelos participantes. Havia ali nas questões trazidas uma noção transversal acerca da produção musical como multiplicidade, modos de produção que abarcam povos e territorialidades. “A música tem um grande valor para

o desenvolvimento humano, ela traz elementos de vários povos: europeus, indígenas, africanos etc.”, observou um dos trabalhos finais, escrito por uma jovem negra. Esse comentário posiciona a música popular e a música pop como espaços culturais e semióticos onde são produzidas diferentes modalidades de estar no mundo, questões existenciais e cosmologias.

Nas situações fronteiriças colocadas nas oficinas, percebe-se que a dinâmica de estimular aberturas ao gosto do outro e a obras até então pouco conhecidas permitiu repovoamentos subjetivos e de enunciação (Guattari, 2019; Lazzarato, 2014). As fronteiras que delimitam as culturas são também mecanismos dinâmicos (Lotman, 1996) de alteridade. Os repertórios pessoais eram importantes, mas se redefiniam quando *o outro tomava a palavra*, algo que parece impensável hoje na dinâmica dos algoritmos que tendem a nos oferecer mais do mesmo, uma clausura estética em nossos pequenos universos e identidades. Outro importante resultado foi perceber como o pop globalizado não opera como elemento alienante ou meramente mercadológico (tal como estabelecido pela cultura midiática desde os *mass media*), muito pelo contrário, pois oferece chaves de leitura para percepções possíveis, que no seu limite de significação é capaz de se abrir a outros sentidos possíveis. Essa é a imprevisibilidade da cultura nas relações entre interioridade e exterioridade pensada por Lotman (2012): um sistema cultural somente expande sua capacidade de conhecimento e informações ao permitir que textos culturais externos sejam traduzidos ao seu contexto.

Entre as dificuldades observadas nas oficinas, a diversidade musical parecia sempre acionar falas mais positivas acerca da pluralidade cultural, aspecto que reduzia os embates necessários para um movimento de pensamento *decolonial*, que requer o entendimento de um regime colonial de inimizades étnicas e construção de respostas necessárias ao enfrentamento dessa estrutura (Mbembe, 2020; Bispo, 2019). Em alguns momentos foi preciso fazer intervenções que estimulassem a turma a abordar, por exemplo, os motivos pelos quais territorialidades, corpos e culturas foram historicamente apagados nas narrativas midiáticas – ou, por vezes, estereotipados. Menções a regimes de visibilidade foram tratados com o objetivo de compreender como a circulação midiática é também um campo de desigualdades.

Para Deleuze e Guattari (2008), as dinâmicas nômades são estabelecidas pelas relações com os territórios, mas sua continuidade pressupõe um processo que se “reterritorializa na própria desterritorialização” (Deleuze & Guattari, 2008, p. 44). Assim, o que compreendemos por identidades musicais, em jogo nas oficinas de escuta musical, são marcadores que deixam de cumprir um papel de estabilidade para funcionar como encaixes e desencaixes, o dentro e o fora, o entremeio, as quebras, as imprevisibilidades. Seja na fala de alguém

ou na escuta de uma canção, havia uma negociação de posição cultural e de identidade, uma travessia com posterior retorno ou não, a depender dos afetos mobilizados. Por isso a pertinente provocação de Giorgio Agamben (2017) sobre a necessidade de uma *comunidade que vem* sob as bases da alteridade, uma vez que o exercício de perceber o outro e saber ouvir são pressupostos decisivos para *um comum de fato plural*. É o que se observa nas semióticas de entremeios culturais: uma comunicação que tira proveito de situações de porosidade cujo elemento mais rico é a exterioridade. No caso da música, esse elemento diferencial e de alteridade pode ser um instrumento, uma dança, um ritmo, um arranjo, um idioma minoritário, uma cosmologia, uma posição identitária etc. Podemos tomar esse procedimento para pensarmos outros fenômenos da cultura. Como seria, por exemplo, compreender a cultura midiática digital por entremeios e fronteiras? Esse caminho, a meu ver, é fundamental para reivindicarmos processos comunicacionais à altura de nosso tempo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto mobilizou, nas limitações de espaço de um artigo, a atualização de um estudo (Carvalho, 2021) sobre a experiência comunicacional de uma escuta musical partilhada em oficinas levadas a uma escola do ensino médio-técnico. Procurei tratar aqui dos processos comunicacionais de fronteiras culturais (Lotman, 1996) exploradas por alguns artistas e como tais obras ressoam na escuta. Ao colocar em relação os repertórios pessoais dos participantes e as músicas pré-selecionadas para as atividades iniciais das oficinas, notamos um *processo de fruição de dinâmica nômade*, que para Deleuze e Guattari (2008) estabelecem desterritorializações e reterritorializações. A partir de trechos de depoimentos de pessoas participantes, percebeu-se como obras que escapam aos paradigmas mercadológicos da música pop nas mídias são compreendidas inicialmente por meio dos principais demarcadores midiáticos – os participantes usavam seus repertórios para entender o desconhecido – e somente depois se abriam a análises mais aprofundadas. O exercício se coloca no campo das mediações ao perceber como diferentes repertórios interagem com produtos midiáticos (Martín-Barbero, 2001; Rincón, 2016), cuja riqueza se manifesta *nos modos de gerar sentidos* (Rodríguez & El Gazi, 2007) Esse perfil artístico somado à experiência das oficinas indica uma *comunidade por vir*, partilhada nas tensões das diferenças culturais.

Os entremeios sonoros colocam esses elementos reconhecíveis em indeterminação e demandam novos processos de significação, que coincidem com

pesquisas, aberturas à exterioridade e um movimento desejante por saberes e informações culturais, o que reconhecemos ser um caminho comunicacional de alteridade com desdobramentos na partilha e na engrenagem de outros modos de comunidade musical, com ressonâncias nos ambientes midiáticos. Para pesquisas futuras, o método de coleta de dados das oficinas pode aprofundar questões de gênero, faixa etária, raça, entre outros marcadores sociais, para extrair das atividades novos olhares sobre a música enquanto produto midiático. ■

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2017). *A comunidade que vem*. Autêntica.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na idade média e no renascimento: O contexto de François Rabelais*. Hucitec.
- Bello, A., Silveira, F., & Carvalho, N. (2022). Guitarras elétricas traduzidas. Mídia ou instrumento contracolônial? *Terceira Margem*, 26(50), 13-31.
- BBC Music. (2019). *BCUC – Yinde (Glastonbury 2019)* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=wXoGLlcXKdo>
- Bispo, A. (2019). As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. In A. R. Oliva, M. N. Chaves, R. C. G. Filice & W. F. Nascimento, *Tecendo redes antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal* (pp. 23-36). Autêntica.
- Boiler Room. (2019). *KOKOKO! (Live) | Boiler Room: London* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=P24brScyF4A>
- Bomba Estéreo. (2017). *Bomba Estéreo – Internacionales (Official Video)* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=NCEQX46L3KU>
- Canal Brasil. (2016, 10 de setembro). Estudando o samba – parte 1. In *O Som do Vinil* [podcast].
- Canevacci, M. (2021). Constelações ubíquas: rumo a uma antropologia não antropocêntrica. *MATRIZES*, 15(1), 13-43.
- Carvalho, N. F. (2021). *Escuta musical: Um experimento de diferenças e territórios existenciais – hibridismo e Sul global na música pop* [Tese de doutorado, Universidade Metodista de São Paulo]. Repositório institucional da Umesp. <https://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/2091>
- Clandinin, J., & Connelly, M. (2011). *Pesquisa narrativa: Experiência e história na pesquisa qualitativa*. UFU.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2008). *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5. Editora 34.
- Deleuze, G. (2018). *Cinema 2 – A imagem tempo*. Editora 34.
- Derrida, J. (2001). *Posições*. Autêntica.

- DJ Tudo. (2021). *Rhythmic Emancipation – Romperayo vs. DJ Tudo e sua gente* [disco de vinil]. Red Bull Studios. <https://selomundomelhor.org/produto/rhythmic-emancipation-romperayo-vs-dj-tudo-e-sua-gente-2021/>
- García Canclini, N. (2000). *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp.
- Guattari, F. (2019). Ritornelos e afetos existenciais. *Gesto, Imagem e Som*, 4(1), 383-397.
- Guattari, F. (1990). *As três ecologias*. Papirus.
- Janotti Jr., J. (2020). *Gêneros musicais em ambientações digitais*. PPGCOM/UFMG.
- KEXP. (2020). *Songhoy Blues – Full Performance (Live on KEXP at Home)* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=fMPEK1YHM4w&t=300s>
- Klaus M. (2010). *Quarter-tone frets on guitar – Turkish/arabic style* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=TOSg56z1s2M>
- Kristeva, Julia. (2012). *Introdução à semanálise*. Perspectiva.
- Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas e subjetividades*. N-1 Edições.
- Lotman, I. (1996). *La semiosfera I. Semiótica da cultura y del texto*. Ediciones Frónesis Cátedra Universitat de Valencia.
- Lotman, I. (2012). No limiar do imprevisível. In E. Vólkova Américo, *Alguns aspectos da semiótica da cultura de Iúri Lótman* (pp. 153-165) [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8155/tde-07112012-124602/pt-br.php>
- Martín-Barbero, J. (2001). *Dos meios às mediações. Comunicação, Cultura e Hegemonia*. UFRJ.
- Mbembe, A. (2020). *Políticas de inimizade*. N-1 Edições.
- M.I.A. (2018). *M.I.A. documentary – Recording (Exclusive clip)* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=eRsndFVI4Fw>
- Ortiz, R. (2007). *Mundialização e cultura*. Brasiliense.
- Pereira de Sá, S. (2021). *Música pop-periférica brasileira: videocliques, performances e tretas na cultura digital*. Appris.
- Rincón, O. (2016). O popular na comunicação: culturas bastardas + cidadanias celebrities. *Revista Eco-Pós*, 19(3), 26-49.
- Rodríguez, C., & El Gazi, J. (2007). The poetics of indigenous radio. *Media, Culture and Society*, 29(3), 449-468.
- Selo Mundo Melhor. (2016). *Video Clip “É hoje, é hoje...” – DJ Tudo e sua gente de todo lugar com Dona Neta e Lucia* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=7lC7V82AfM0>
- Transgressive. (2014). *Songhoy Blues – Al Hassidi Terei (Official Video)* [vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=KvGsV8Trl8o>

- Vargas, H. (2007). *Hibridismos musicais de Chico Science & Nação Zumbi*. Ateliê Editorial.
- Zero Quatro, F. (1992). *Caranguejos com cérebro (manifesto)*. Prefeitura do Recife. http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/textos_manifesto1.html
- Zé, T., & Gavin, C. (2016). *Estudando o samba – Tom Zé: Som do vinil: entrevistas a Charles Gavin*. Ímã Editorial.

Artigo recebido em 28 de novembro de 2022 e aprovado em 20 de abril de 2023.

Circulação de sentidos em textos noticiosos sobre mortes pela pandemia no Brasil^a

Circulation of meanings in news about pandemic deaths in Brazil

VIVIANE BORELLI^b

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil.

DIOSANA FRIGO^c

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
Santa Maria – RS, Brasil.

LUAN MORAES ROMERO^d

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Santa Maria – RS, Brasil.

RESUMO

Analisa-se a circulação de sentidos no circuito comunicacional formado em torno de textos noticiosos sobre marcos no número de mortes por covid-19 no Brasil. Inspira-se nos conceitos de José Luiz Braga sobre dispositivos interacionais e da circulação como fluxos adiante, e de Eliseo Verón sobre a complexidade dos processos de produção de sentidos nas sociedades em midiatização. Foram realizados dois movimentos metodológicos e analíticos: um para compreender os sentidos produzidos nos textos, com utilização do software de análise lexicométrica Iramuteq, e outro para descrever as processualidades dos fluxos comunicacionais. Defende-se que as métricas relacionadas aos dados de pesquisa devem ser tensionadas com contextos mais amplos.

Palavras-chave: Circulação de sentidos, dispositivo interacional, mortes por covid-19

ABSTRACT

We analyze the circulation of meanings in the communication circuit formed around news about landmarks in the number of deaths due to COVID-19 in Brazil. We use the concepts by Braga about interactional devices and circulation as forward flows and by Verón about the complexity of meaning production processes in societies in mediatization. Overall, two methodological and analytical moves were carried out: one aimed at understanding the meanings produced in the reports – by the use of the

^a Uma primeira versão do artigo foi apresentada ao Grupo de Trabalho Recepção, Circulação e Usos Sociais das Mídias do 31º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz - MA. 06 a 10 de junho de 2022. Após debate e sugestões dos integrantes do GT, foram feitas alterações no texto.

^b Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0643-2173>. E-mail: viviane.borelli@ufsm.br

^c Jornalista, economista, mestra e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2737-9503>. E-mail: diosanafrigo@gmail.com

^d Jornalista, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4495-6672>. E-mail: luan_155@hotmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v18i1p239-263>

V.18 - Nº 1 jan./abr. 2024 São Paulo - Brasil BORELLI | FRIGO | ROMERO p. 239-263

MATRIZES

239



Iramuteq lexicometric analysis software – and the other at describing the processuality of communication flows. We defend that the metrics related to research data must be tensioned with broader contexts.

Keywords: Circulation of meanings, interactional device, deaths due to COVID-19

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 vitimou, até 4 de fevereiro de 2024, 7.028.881 pessoas no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)¹. O Brasil totaliza 709.765 mortes até 19 de fevereiro de 2024, de acordo com o site oficial do Ministério da Saúde². Desde a confirmação do primeiro caso em solo brasileiro, em 26 de fevereiro de 2020, segundo informações do Google Trends, o termo “covid” teve picos de pesquisa em março de 2021, momento em que houve a escalada da onda do maior número de mortes no país.

A partir desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar a circulação de sentidos no circuito comunicacional constituído por meio da publicação de textos noticiosos³ sobre o número de mortes por covid-19 no Brasil. A questão central é: que sentidos circularam sobre as mortes por covid-19 no Brasil nessas matérias? Para tal, realizamos dois movimentos analíticos, um voltado a compreender os sentidos produzidos tanto nos títulos quanto nos textos e outro a descrever as processualidades dos fluxos comunicacionais. A articulação proposta entre esses dois procedimentos visa dar base para uma compreensão mais ampla da circulação de sentidos.

Consideramos os marcos temporais de 50 (20 de junho de 2020), 100 (8 de agosto de 2020), 200 (7 de janeiro de 2021), 300 (24 de março de 2021), 400 (29 de abril de 2021), 500 (19 de junho de 2021) e 600 mil mortes (8 de outubro de 2021). Essas datas foram escolhidas pelo fato de terem sido amplamente noticiadas, havendo uma intensificação na circulação, que Braga (2017a; 2017b) nomeia como pontos nodais. Reportagens especiais mais aprofundadas foram produzidas nessas datas, trazendo o histórico das contaminações, o descaso de algumas autoridades, o negacionismo, e o desenvolvimento das vacinas. Ainda, observamos que um número bem menor de matérias foi publicado quando o Brasil atingiu, por exemplo, 250, 350 e 450 mil mortes (num intervalo de três meses), assim optamos por essas datas em função da ampla circulação desses discursos. Abaixo, uma linha do tempo que ajuda a visualizar o rápido avanço nas estatísticas das mortes por covid no Brasil, a partir das datas em que se chegou a 50, 100, 200, 300, 400, 500 e 600 mil mortes.

¹ Recuperado de: <https://data.who.int/dashboards/covid19/deaths?n=c>. Acesso em: 21 fev. 2024.

² Recuperado de: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

³ Não é nossa pretensão fazer uma discussão conceitual sobre as especificidades dos gêneros jornalísticos, pois o foco do artigo está no processo de circulação e os sentidos que circularam sobre mortes por covid-19 no Brasil. Dessa forma, optamos por utilizar os termos textos noticiosos ou matérias para referir aos textos que compreendemos serem conteúdo jornalístico.

Figura 1

Linha do Tempo

A decisão sobre a necessidade de estudar de forma mais aprofundada esse recorte específico foi tomada a partir de observações nas mídias acerca do que era dito sobre a pandemia e como tais discursos eram construídos. Nos últimos dois anos, tem-se voltado o olhar sobre distintas temáticas comunicacionais relacionadas à pandemia. Borelli, Dalmolin e Kroth (2022) analisaram a circulação de conteúdos sobre covid-19 em grupos formados por vínculos familiares na plataforma WhatsApp. Os mesmos autores haviam observado, anteriormente, conteúdos que circulavam em grupos da mesma rede social com vistas a levantar indícios sobre o que era tematizado nessa plataforma específica (Kroth, Borelli, & Dalmolin, 2021). Todas as pesquisas são realizadas a partir do olhar especificamente comunicacional, e algumas foram realizadas a partir de reflexão em interface com o humor, a política e a religião. Por exemplo, Regiani, Feliciani, Borelli e Dalmolin (2021) analisaram memes imagéticos de crítica ao presidente Bolsonaro durante a pandemia de covid-19. Já Borelli e Regiani (2021) investigaram, em grupos de WhatsApp, materialidades discursivas

⁴ Acrônimo para “Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires”.

construídas com humor e que evocavam elementos religiosos. Por fim, Medeiros, Romero e Borelli (2021) fizeram um levantamento de discursos presidenciais realizados de março de 2020 a maio de 2021 e que foram publicados na página “Acompanhe o Planalto”, no site do Governo Federal. Tais dados foram tratados no software de análise lexical Iramuteq⁴, e foram geradas nuvem de palavras e árvore máxima de similitude.

Longe de entender a totalidade do fenômeno comunicacional analisado, ou mesmo o que poderíamos chamar de compreensão da essência a partir de explicações conceituais, nossas tentativas investigativas abarcam aspectos pontuais, isto é, determinadas ocorrências que contribuem para a observação, análise e interpretações relevantes do fenômeno estudado. A pesquisa tentativa, conforme denomina Braga (2017a, p. 18), tem interesse em “um pequeno conjunto de aspectos, com foco intermediário de abrangência, mas que permitisse observar uma boa diversidade de objetos, casos e situações em que a ação comunicacional seja vista como questão principal e ângulo prioritário para descobertas”.

Desse modo, considerando a riqueza, a diversidade e a complexidade dos fenômenos, um caminho profícuo é justamente a centralidade em ângulos específicos, mas que estejam concentrados impreterivelmente nas questões comunicacionais. Braga (2017) expõe que a articulação das características detectadas permite ângulos de comparação nas situações empíricas para que, então, possamos obter referências nas nossas análises. Ainda, o autor propõe que os fenômenos comunicacionais são formados por episódios de interação, portanto é assim que entendemos os marcos de mortes por covid-19 no Brasil.

Além de dialogarmos com a perspectiva de Braga (2017) acerca das processualidades da circulação como fluxos adiante, também nos inspiramos nos estudos sobre mediação desenvolvidos por Verón (1997, 2014) a partir de uma abordagem semioantropológica e que tem seu foco na construção de sentidos e em distintas semioses por meio da sociossemiótica (Verón, 1996, 2004, 2013).

É preciso ressaltar ainda que dialogamos com as proposições de Fausto Neto (2010, 2018), que, inspirado na perspectiva sociodiscursiva desenvolvida por Eliseo Verón, tem problematizado a emergência da circulação e, como decorrência, a necessidade de aprofundarmos nossas análises acerca da complexidade dos fenômenos comunicacionais, já que a circulação representa bifurcações e interpenetrações, em que os discursos seguem caminhos não previstos. Portanto, tal fenômeno está afastado da linearidade.

Partindo dos desafios de realizarmos investigações a partir da perspectiva da circulação, essa reflexão integra uma pesquisa mais ampla que trata da circulação discursiva no contexto das sociedades em mediação. No âmbito dos estudos realizados nos últimos anos por integrantes do grupo de pesquisa Circulação

Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid), essa proposição está vinculada a outras investigações realizadas por nós quando nos debruçamos sobre experimentações metodológicas. Ao longo da última década, tem-se estudado distintos casos específicos sobre circulação de sentidos e, mais recentemente, o foco tem sido a problematização teórico-metodológica crítica e a experimentação de cruzamentos entre dados qualitativos e quantitativos (Borelli, no prelo).

Frigo, Romero e Borelli (2022) analisaram a circulação de sentidos no grupo do Facebook “Mulheres unidas pela Democracia Santa Maria-RS”, a partir da utilização do software Iramuteq, com o intuito de recolherem indícios para posteriormente realizarem interpretações por meio da análise semiológica dos discursos. Anteriormente, os mesmos autores mapearam as plataformas digitais (Van Dijck, Poell, & De Waal, 2018) nas quais o The Intercept Brasil publicou as três primeiras reportagens da série jornalística “Vaza Jato”. O foco estava em identificar em quais delas era possível caracterizar a constituição de dispositivos interacionais que faziam circular os sentidos que compunham o circuito comunicacional (Frigo, Romero, & Borelli, 2020).

Essa discussão é importante para entrelaçar as perspectivas levantadas pelos estudos em circulação, como a trabalhada por Braga (2017a; 2017b) em sua proposição conceitual sobre o dispositivo de interação com as perspectivas dos estudos sobre plataformas, encarando tais constructos em seus aspectos multifacetados e complexos (Van Dijck et al., 2018). Ao concebermos que há plataformas que podem ser caracterizadas e estudadas enquanto dispositivos de interação (Braga, 2017a), avaliamos que uma das contribuições desta pesquisa é a tentativa de tensionar essas duas abordagens.

Em diálogo com tais pesquisas realizadas anteriormente, do ponto de vista metodológico consideramos o buscador Google para fazer a coleta de notícias, pois partimos do pressuposto de que mesmo havendo aspectos que não podemos apreender, como a transparência na articulação dos algoritmos envolvidos na apresentação dos resultados⁵, é uma forma de busca possível a ser utilizada na pesquisa científica. Além disso, elaboramos nossas análises a partir de inferências sobre a integração das análises de similitude (Degenne & Vergès, 1973) com a classificação hierárquica descendente (CHD) (Reinert, 1993) sobre os títulos e textos, realizadas com auxílio do software livre francês de análise lexicométrica Iramuteq. Para utilização do software, baseamo-nos em literaturas tanto em francês (Ratinaud, 2009) quanto em português (Camargo & Justo, 2013).

Feitos esses movimentos metodológicos, passamos a descrever as processualidades dos fluxos comunicacionais encontrados, buscando identificar atravessamentos de sentidos entre o que é dito nos textos com um contexto mais amplo – o da pandemia e algumas características singulares das mídias.

⁵Como mencionam Van Dijck et al. (2018), Alphabet-Google e o Facebook comandam 80% do tráfego de dados na internet e suas políticas influenciam o mercado de produção noticiosa. Para uma discussão mais aprofundada sobre a lógica de funcionamento dos algoritmos, pode-se consultar: Striphas (2015) e Rieder (2018).

Nossos encaminhamentos metodológicos dialogam tanto com a perspectiva de Verón (2004, 2013) acerca da semiose social e a necessidade do analista trabalhar sobre materialidades discursivas, retirando fragmentos do fluxo do tecido semiótico, quanto de Braga (2017b) no que tange à articulação inferencial sobre os índices observados.

Nossas investigações têm dialogado especificamente com um dos eixos de investigação no campo da Comunicação, que trata dos processos de produção de sentidos e de circulação de discursos por meio de atividades interacionais complexas entre produtores e receptores. Também concebemos que a experimentação metodológica aqui proposta visa provocar a reflexão acerca da não neutralidade dos dados e do inevitável debate, no âmbito da Comunicação, para tentarmos tensionar metodologias com tradição e ênfases qualitativas ou quantitativas. Reconhecemos que é possível fazermos pesquisa buscando relacionar olhares micro com fenômenos macro.

Dito isso, inicialmente discutimos os conceitos de episódios e dispositivos interacionais, além de circuito comunicacional, a partir das proposições de Braga (2017b). Depois, compreendendo que os marcos temporais de mortes da covid-19 são os episódios interacionais, que os textos noticiosos são caracterizados como dispositivos interacionais e, além disso, que a articulação desses diferentes dispositivos constitui o circuito de comunicação, analisamos a circulação de sentidos e fazemos inferências sobre processualidade observadas.

A COMPLEXIDADE DA CIRCULAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DO CIRCUITO COMUNICACIONAL

Partimos do pressuposto da não linearidade da comunicação e que, como pesquisadores, observamos discursos inscritos em distintas materialidades e identificamos marcas produzidas pelos enunciadores (sejam as mídias, instituições, atores sociais) que apontem para a complexidade da produção de sentidos. Assim sendo, ao analisarmos os textos noticiosos selecionados que contemplam o que consideramos marcos de mortes no Brasil devido à pandemia, podemos aprofundar pontos significativos no contexto de circulação de sentidos.

Como concebe Verón (2004), todo discurso desenha “um campo de efeitos de sentido e não um único efeito” (p. 216). Para ele, a constatação de que vivemos numa sociedade em midiaticização desafia os pesquisadores a olharem para processualidades comunicacionais que se complexificam com a intensificação da atividade circulatória. O autor defende que a comunicação não é linear, pois há desequilíbrios e defasagens discursivas em função do trabalho enunciativo realizado pelos atores sociais⁶ nos mais diversos contextos discursivos. Em suas

⁶Nomeamos como atores sociais aqueles que produzem semioses (enunciadores, sujeitos sociais, participantes, interagentes, entre outras denominações) a partir de inspiração nos escritos de Eliseo Verón. O autor utilizou distintas formas para nomear a atividade de quem produz discursos: atores individuais (Verón, 1997); sistemas socio individuais (Verón, 2013); receptores e posição discursiva em reconhecimento (Verón, 2004, 2013).

últimas produções, enfatiza que a ocorrência de maior difusão de discursos na sociedade contemporânea representa mais complexidade.

Com inspiração em algumas proposições do teórico alemão Niklas Luhmann acerca dos sistemas sociais, Verón (2013), problematiza o que nomeia como epistemologia da observação, destacando que o que se pode observar são os signos, em suas distintas materialidades. Para ele, “a observação, em qualquer de seus níveis, é observação de configurações materiais de signos, que são fragmentos da semiose, mediatizada. . .ou não mediatizada” (Verón, 2013, p. 404, tradução nossa⁷). O semiólogo também destaca que tais configurações de signos são híbridas e não homogêneas.

Compartilhando de ideias semelhantes do semiólogo argentino, Fausto Neto (2018) destaca que precisamos nos afastar das tradições epistemológicas de ordem “binária”, buscando pistas de como essas processualidades são engendradas, que articulações, bifurcações ou divergências são possíveis de serem observadas por meio de uma perspectiva relacional. Para o autor, é preciso atentar para o fenômeno comunicacional de forma mais ampla, pois as gramáticas produzidas no âmbito das mídias fazem “emergir não só uma ambiência, mas outras formas de circuitos nos quais se estruturam novas condições de produção de sentidos” (Fausto Neto, 2018, p. 27).

Ao abordar a problemática da circulação, Fausto Neto (2010) chama atenção para a possibilidade de olharmos para a recepção por meio das bordas da circulação. Mais recentemente, o autor preconiza o conceito de “zona de contato”, em que ocorrem complexos feedbacks e múltiplas relações de ordem social, técnica e discursiva. Nessas processualidades complexas, os polos da produção e da recepção, vistos historicamente de forma separada, devem ser retirados de seus lugares estanques, pois suas atividades são modificadas, “transformando as condições do seu trabalho de produção de sentidos” (Fausto Neto, 2018, p. 30).

As complexidades que marcam os processos de construção de sentidos e as semioses produzidas pelos atores sociais no contexto das sociedades em mediatização nos desafiam a buscar compreender os fenômenos comunicacionais de forma mais ampla, bem longe do outrora modelo comunicacional que colocava produção e reconhecimento em cadeias significantes isoladas. Dessa forma, entendemos que cada episódio interacional possui distintas singularidades, pois as interações entre produtores e receptores de sentidos, por exemplo, podem conglomerar disputas, divergências, convergências, tensionamentos e encaminhamentos singulares. Para refletir sobre tais processualidades, recorremos a Braga (2017a, p. 20), para quem “as interações sociais correspondem ao lugar em que podemos tentar nos aproximar do fenômeno comunicacional em sua ocorrência”. Em nosso estudo, ao observarmos as interações nos episódios,

⁷ Do original: “la observación, en cualquiera de sus niveles, es observación de configuraciones materiales de signos, que son fragmentos de la semiosis, mediatizada. . .o no mediatizada”.

buscamos identificar pistas sobre a circulação de sentidos em relação à publicação de textos noticiosos sobre mortes em decorrência da contração do Coronavírus.

Ao concordar com Braga (2017a; 2017b) que a comunicação é um processo tentativo e que os episódios se concretizam por meio da interação dos participantes, frisamos também que não há comunicação sem interação, e para tal comunicação existir são necessários tanto os códigos como as inferências. Desse modo, destacamos que o código está relacionado com a linguagem, regras e padrões que os participantes de determinada interação compartilham, bem como o ambiente social, cultural e tecnológico em que tais participantes estão inseridos. No entanto, apenas os códigos não bastam em uma interação, que depende também das inferências, que, por sua vez, está associada com as interpretações, a dedução e abdução, a experiência vivida e a construção de sentidos. Com isso em vista, é interessante apontar que os códigos são tentativos e necessitam de inferências a cada processo de interação, o que remete ao fato de que a comunicação é um processo tentativo.

Contudo, cabe salientar que os participantes não estão necessariamente criando a todo instante novos processos para cumprir com seus objetivos na interação, pois já existem modelos reconhecíveis que são acionados por eles para que a comunicação ocorra. Braga (2017a, pp. 33-34) denomina tal modelo de dispositivo interacional: “... é um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativas) que conta com uma articulação mais ou menos definida de processos ‘de código’ e de espaços não codificados solicitadores da inferência dos participantes”. Propomos que os marcos temporais são os episódios interacionais, enquanto os textos noticiosos publicadas em distintas mídias e que noticiaram os marcos do número de mortes podem ser caracterizadas como dispositivos interacionais, já que têm códigos específicos e processos inferenciais possíveis de serem feitos e analisados.

Concordamos com Braga (2017a) quando diz “... que tais dispositivos são comunicacionalmente desenvolvidos e culturalmente acionados para o exercício de episódios interacionais” (p. 38). Dessa maneira, fica evidente que a noção de dispositivo não tem a ver somente com a tecnologia ou regras institucionais dos meios de comunicação; esses por si só não são dispositivos interacionais. Entretanto o conjunto que abrange as apropriações dessas tecnologias e os processos que dão sentidos aos seus usos, por exemplo, é que podem ser tomados como dispositivos em nossa concepção.

Para Braga (2017a), os resultados de uma interação geram sentidos para outras interações, já que os elementos de um episódio estão em circulação e, assim, permanecem em fluxo sucessivamente construindo outros episódios interacionais. Ainda segundo o autor, a materialidade presente nos episódios

está na forma de produto, como o próprio texto, por exemplo, ou como memória acumulada entre os participantes da interação.

Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade elabora tentativas comunicacionais também constitui conexões ou tensionamentos entre diferentes episódios, sendo que tais movimentos contribuem no desenvolvimento de articulações entre os dispositivos interacionais. Para Braga (2017b, p. 44), a “. . . reiteração de conexões entre diferentes dispositivos interacionais acaba se caracterizando como um circuito, que passa a direcionar explicitamente o fluxo comunicacional adiante, em determinadas condições contextuais”.

Conforme explicita Braga (2017b, p. 53), esse produto que circula “. . . é antes um caracterizador dos elementos de saída e de entrada que relacionam dispositivos interacionais no circuito”. Desse modo, para o autor é apenas um momento do circuito, sendo que a materialidade permite mais facilmente a captura para realizarmos observações e inferências sobre os processos em que tal produto está inscrito, considerando, inclusive, que, com as processualidades da mediação em curso e as condições de circulação em fluxo adiante, as lógicas entre as mídias que produzem conteúdos e os receptores de discursos (atores sociais, na perspectiva Veroniana) são afetadas.

Ainda, para continuar circulando e repercutindo, o produto posto em circulação (no nosso estudo são os textos noticiosos) é moldável e busca moldar os ambientes em que está circulando. Dessa maneira, a partir do que é posto em circulação em dispositivos por meio das tentativas mais bem-sucedidas de interação nos episódios, é possível fazer inferências sobre os processos mais gerais do circuito, observando também as especificidades dos pontos nodais. Com isso em vista, podemos analisar a circulação de sentidos sobre os marcos de mortes da covid-19 do Brasil a partir de matérias publicadas em diferentes mídias e que se articulam na constituição de outros circuitos de comunicação.

OS SENTIDOS PRODUZIDOS: MÉTRICAS E INFERÊNCIAS INICIAIS

Depois de discutir os conceitos centrais para a pesquisa, apresentamos, inicialmente, os procedimentos de coleta e limpeza dos dados textuais coletados. Consideramos que o detalhamento de tais processos é importante não só para especificar a processualidade da pesquisa, mas também para inspirar e poder ser referência a outros estudos que porventura sejam desenvolvidos em convergência com o nosso. Em seguida, damos seguimento à apresentação das análises sobre os sentidos circulantes nos textos; por fim, discutimos a processualidade dos fluxos comunicacionais. Como dito na Introdução, a investigação está relacionada a outros movimentos teóricos e metodológicos que estão sendo

⁸ Participaram da coleta inicial dos dados, os alunos de iniciação científica: Maria Eduarda Baldin (Fipe Senior/CCSH UFSM), Flavia Morishita (Pibic/CNPq), José Vitor Zuccolo (Probic/Fapergs) e Milene Eichelberger (aluna voluntária no Grupo de Pesquisa).

⁹ Na época, portanto, não havia sido atingido o marco de mais de 700 mil mortes (28 de março de 2023). Importante ser registrado que o número de mortes chegou a 600 mil em pouco mais de um ano.

¹⁰ Dos 140 links, 135 foram considerados noticiosos, os demais foram descartados porque tinham vinculação com sites de propagação de desinformação. O critério para exclusão se baseou no protocolo de pesquisa, em que os alunos, antes de iniciarem a coleta, precisavam fazer uma checagem da confiabilidade do site e efetuarem a leitura completa da notícia.

¹¹ Não é nossa intenção entrar no debate em torno da especificidade da produção de textos noticiosos. Sabemos que existem organizações jornalísticas, conhecidas como mídias tradicionais, que têm tradição, rotinas e lógicas de produção específicas, mas também há as independentes, bem como produções de iniciativas de pequenos grupos de jornalistas independentes e de instituições, organizações civis etc. Assim, nosso foco foi identificar se os textos tinham fontes, dados e se as informações veiculadas poderiam ser checadas. Decidimos manter no corpus informações publicadas não só pelas mídias tradicionais, mas também por organizações da sociedade civil e institucional, como Jornal da USP, Portal Eu Saúde, Agência Senado,

realizados nos últimos dois anos no âmbito do Grupo de Pesquisa, que conta com participação de alunos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado.

A coleta⁸ foi realizada tendo como base um protocolo elaborado pelos autores em que se pedia a alunos de iniciação científica que pesquisassem sobre os marcos de 50, 100, 200, 300, 400, 500 e 600 mil mortes no buscador Google e coletassem os primeiros 20 textos noticiosos. Em função do grande número de dados a serem coletados, foi necessário estabelecer um limite para que a coleta manual pudesse ser realizada e a investigação fosse viável. Esse procedimento foi realizado de 3 de outubro a 6 de dezembro de 2021⁹, utilizando os navegadores Opera e Google Chrome, sendo armazenadas por meio de um formulário feito no Google Forms. Além de notificar a qual marco os links dos textos pertenciam, também foi pedido para que se observassem se havia espaço para comentários nos sites, quais outras plataformas digitais tinham e se o texto havia sido publicado em alguma delas. Por fim, deveria ser copiado o texto completo em um documento word, que precisava ser anexado.

Dessa primeira etapa foram coletadas 135 matérias¹⁰ que foram publicadas por 54 mídias, a saber: *Abrasco, Band, BBC Brasil, Brasil de Fato, Campo Grande News, Carta Capital, CNN Brasil, Correio 24 horas, Correio Braziliense, CUT, Diário do Grande ABC, DW Brasil, Estado de Minas, Estadão, Folha de Pernambuco, Gazeta do Povo, HypeNews, Istoé Dinheiro, Jornal do Comércio, Metrôpoles, Nexo Jornal, NSC Total, Oxfam, Poder 360, Rede Brasil Atual, Reuters, Sinposba, Unicamp, Uol, Folha de S. Paulo, Agência Senado, Agência Brasil, Análise Política em Saúde, Yahoo Notícias, El País Brasil, Canal Tech, Congresso em Foco, G1, Exame, GaúchaZH, Jovem Pan, Jornal da USP, Marco Zero, R7, Olhar Digital, Outras Palavras, Portal Eu Saúde, Projeto Colabora, Euronews, Revista Oeste, IG, Telepadi, Veja*. Essas 54 fontes representam uma certa diversidade, visto que produziram 135 textos¹¹. Aparentemente, o algoritmo do Google direcionou para alguma variedade de fontes, considerando que buscamos pelos 20 primeiros resultados.

Após a coleta, realizamos procedimentos de limpeza das informações, retirando os links em que houve impedimento de coleta do texto noticioso pelo *paywall*, tais como o jornal *Estadão* e a *Folha de S. Paulo*. Dessa maneira, ficamos com 109 textos para dar continuidade à análise. Além disso, para que os documentos pudessem ser inseridos no software de pesquisa Iramuteq, foi feita a substituição da conjunção “e” por “&”, assim como foi escolhido trabalhar somente com as palavras significativas (substantivos, verbos, adjetivos e formas não reconhecidas), e optamos pela lematização dos vocábulos. O detalhamento sobre a mineração e o tratamento de dados para que seja possível rodar o corpus no Iramuteq foi realizado em outro momento (Romero & Borelli, 2021).

O conceito de corpus é considerado por Verón (2004) um grupo de textos do ponto de vista empírico. Para ele, o princípio da estrutura interna de um corpus parte da escolha em função de certa homogeneidade, contudo todo texto “é um objeto heterogêneo, prestando-se a múltiplas leituras, colocado no cruzamento de uma pluralidade de ‘causalidades’ diferentes” (p. 71). Dessa forma, concordamos com o autor quando diz que a análise implica em arrancar do fluxo da produção de sentidos determinados fragmentos do tecido semiótico.

Com relação ao primeiro movimento analítico – observar os sentidos circulantes nas matérias –, baseamo-nos na análise de similitude e no método CHD, assim como posterior retorno aos textos para contextualização. Tal articulação metodológica segue a proposta iniciada por Romero e Borelli (2021), observando o grafos de árvore máxima (Degenne & Vergès, 1973) a partir da centralidade de intermediação dos vocábulos (Brandes, 2001; Newman & Girvan, 2004). Adicionamos a CHD pois, além do olhar panorâmico sobre as temáticas tratadas, também nos interessamos em fazer comparações entre os textos, como realizado por Frigo et al. (2021).

De maneira específica, optamos por separar os dados textuais em título e texto, além de classificar segundo o marco temporal ao qual está relacionado e que mídia o publicou. Após essa restrição, primeiro analisamos as métricas relacionadas à árvore máxima dos títulos, e posteriormente a dos textos, assim como aplicamos a classificação hierárquica descendente nos textos somente. Apresentamos a seguir os dados coletados e os achados da pesquisa.

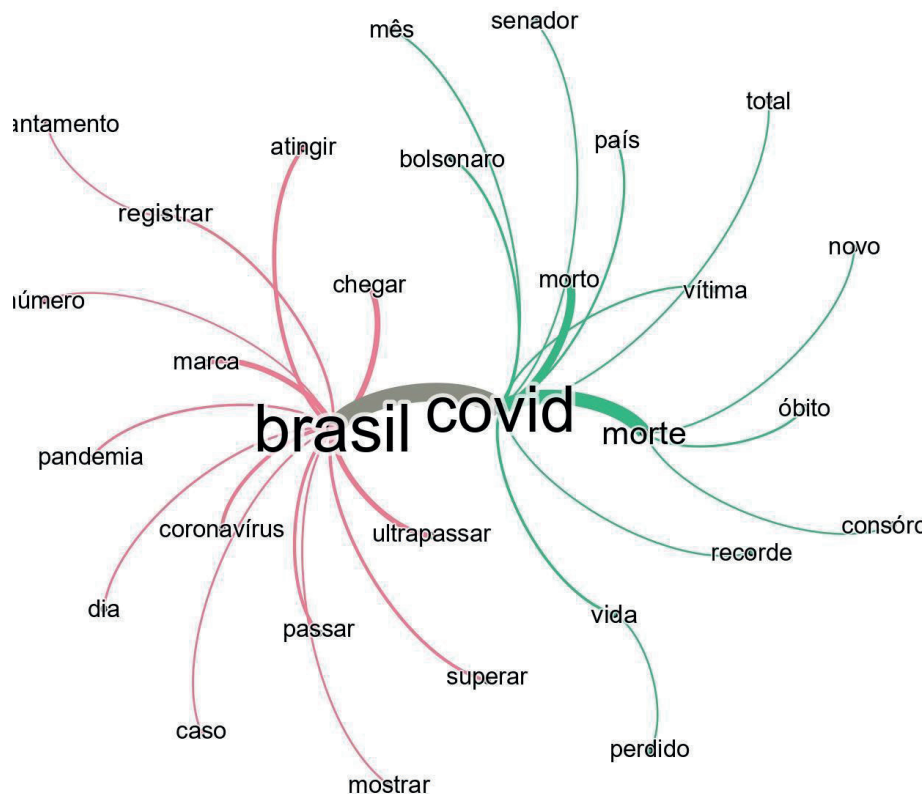
Foram analisados os 109 textos e o primeiro movimento de observação foi direcionado para os títulos. Com relação a isso, temos 1.358 ocorrências (palavras, formas aglutinadas ou vocábulos¹²), sendo 250 palavras distintas e 161 aparecendo uma única vez. A média de ocorrências de palavras nos títulos é de 12,46. Com nossa escolha metodológica de excluir determinadas classes gramaticais (como advérbios, conjunções e preposições), ficamos com 653 ocorrências, representando 48,08% do total. Dessas, 620 (94,94%) são ativas e 33 (5,05%) suplementares. O grafo de árvore máxima foi gerado com todas as palavras que aparecem mais de dez vezes no corpus, e teve como modularidade 0,336 e apresentou duas classes.

Com relação ao grafo de árvore máxima gerado, emergem duas classes ou comunidades de palavras que mantêm proximidade entre si. As classes são como segue (Figura 1): classe 0 (“brasil” – 300; “registrar” – 28) e classe 1 (“covid” – 294; “morte” – 81; “vida” – 28).

entre outras. Tal decisão se ancora na confiabilidade dos dados produzidos e no fato de que tais sites e textos circulam amplamente. Restringir o corpus apenas à mídia tradicional teria impossibilitado uma visão mais abrangente de textos, variadas fontes e de sentidos produzidos no processo circulatório.

¹²Como tais vocábulos tiveram de ser tratados, optamos pela adequação da escrita em letras minúsculas.

Figura 2
Árvore máxima dos títulos



A partir do grafo que destaca a centralidade de intermediação é possível inferir que as palavras “brasil” e “covid”, além de terem alta conexão entre si, tendo em vista o grosso fio que as conecta, também criam duas vertentes de sentido próximas, em que se vinculam à menção ao país os verbos “registrar”, “chegar” e “atingir”, e com a doença se colocam os vocábulos que caracterizam seus efeitos, como o substantivo “morte”. De maneira geral é possível inferir que há uma proximidade nos sentidos em torno dos títulos analisados, dando ênfase para a localização geográfica, assim como para a métrica utilizada como marca de efeméride.

Como já foi referido, após observação dos títulos foram analisados os textos. Com relação a isso, temos 90.539 ocorrências (palavras, formas aglutinadas ou vocábulos), sendo 5.858 palavras distintas e 2.364 aparecendo uma única vez. A média de ocorrências de palavras nos textos é de 830,63. Com nossa escolha

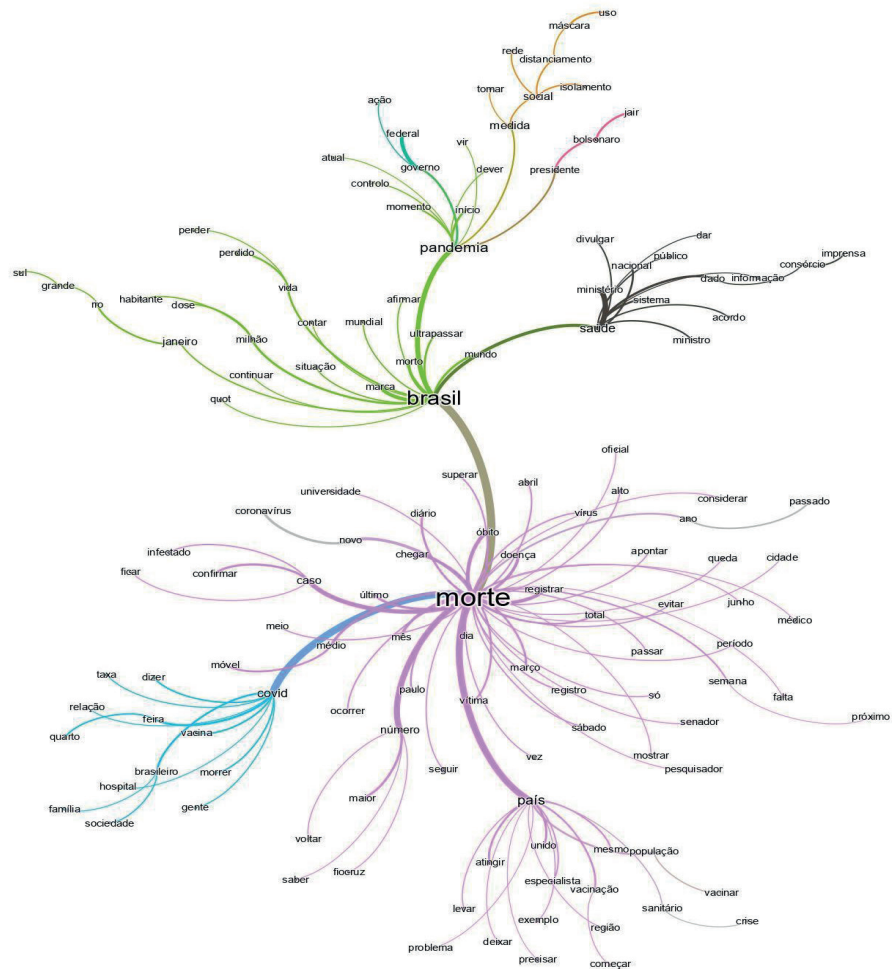
metodológica de excluir algumas classes gramaticais, ficamos com 47.498 ocorrências, representando 52,46% do total. Dessas, 42.294 (89,04%) são ativas e 5.204 (10,95%) suplementares. O grafo de árvore máxima (Figura 2) foi gerado com todas as palavras que aparecem mais de 50 vezes no corpus, teve como modularidade 0,740 e apresentou dez classes.

Com relação ao grafo de árvore máxima gerado, emergem dez classes ou comunidades de palavras que tem proximidade entre si. As classes são como segue: classe 0 (“covid” – 1598; “brasileiro” – 277; “feira” – 139); classe 1 (“população” – 139); classe 2 (“sanitário” – 139); classe 3 (“presidente” – 276; “bolsonaro” – 139); classe 4 (“ano” – 139); classe 5 (“novo” – 139); classe 6 (“saúde” – 1599; “dado” – 276; “consórcio” – 139); classe 7 (“morte” – 8011; “país” – 2101; “número” – 550; “caso” – 414; “médio” – 139; “semana” – 139; “vacinação” – 139); classe 8 (“governo” – 277); classe 9 (“brasil” – 5775; “pandemia” – 2556; “janeiro” – 411; “vida” – 277; “milhão” – 277; “rio” – 276; “grande” – 139); classe 10 (“medida” – 937; “social” – 682; “distanciamento” – 276; “máscara” – 139).

A partir do grafo que destaca a centralidade de intermediação (Figura 3) é possível inferir que os vocábulos com maior métrica (“morte” – 8011; e “brasil” – 5775) estão nas classes 7 e 9, que, mesmo tendo forte conexão entre si, formam ramificações sem conexão para cima e para baixo. No eixo “brasil” há conexão com diversos vocábulos, contudo há concentração em “saúde” e “ministério” (essas aparecem conectadas a palavras como “sistema”, “público”, “consórcio”, “imprensa”, “nacional”, “ministro”), assim como em “pandemia”, sendo que esse último ramifica-se conectando-se com “governo” e “presidente”. No eixo “morte” temos também conexões diversas, mas concentração na conectividade com “país” e “número”, como também com “covid”, que por sua vez ramifica-se em “hospital” e “covid”.

De maneira geral, é possível inferir a diversidade dos enfoques temáticos, tendo concentração em torno das trocas na gestão do Ministério da Saúde (MS), assim como das ações do governo federal na gestão da pandemia. Também notamos que há menção aos dados gerados pelo consórcio de imprensa devido à decisão de não serem mais divulgadas informações oficiais pelo MS. De outro lado, há ênfase nos aspectos numéricos da pandemia, na discussão sobre a situação hospitalar e no desenvolvimento de vacinas por meio de palavras que remetem ao campo científico, como: “especialista”, “vacinar”, “fiocruz”, “sanitário”, “pesquisador”, “universidade”.

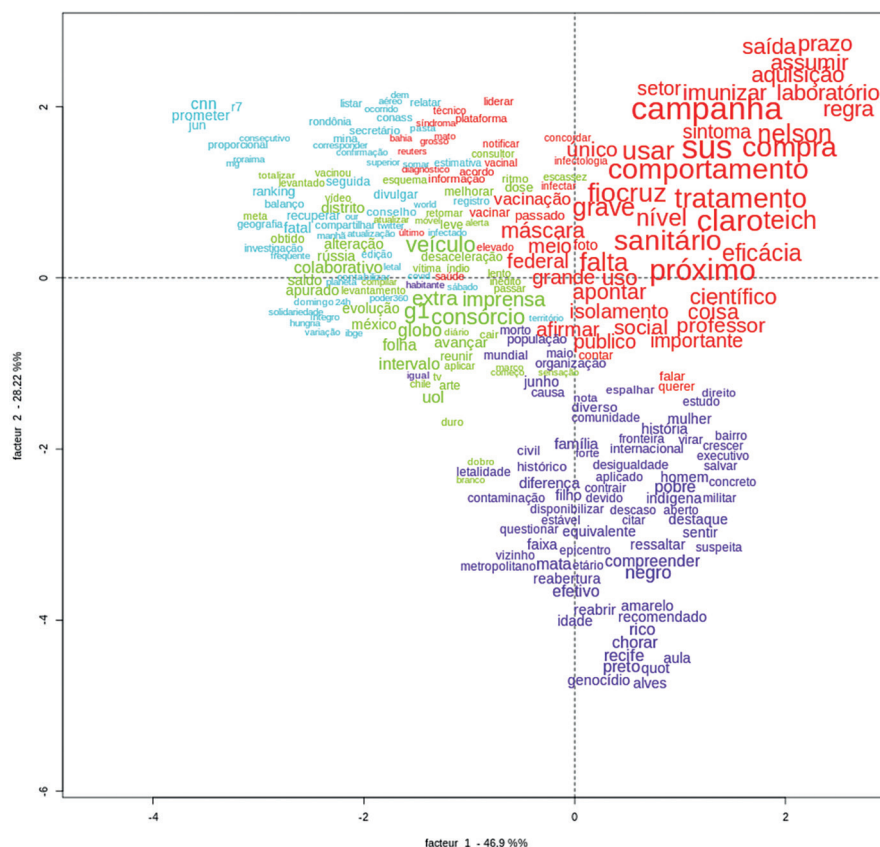
Figura 3
Árvore máxima dos textos noticiosos



Como referido anteriormente, nosso corpus geral de pesquisa é constituído por 109 textos, contudo, quando aplicamos a CHD somente 73 foram passíveis de classificação, separados em 2.518 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 66,97%. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes (Figura 4): classe 1 (vermelho), com 14 ST, sendo 19,18%; classe 2 (verde), com 18 ST, sendo 24,66%; classe 3 (azul), com 23 ST, sendo 31,51%; e classe 4 (roxo), com 18 ST, sendo 24,66%.

Figura 4

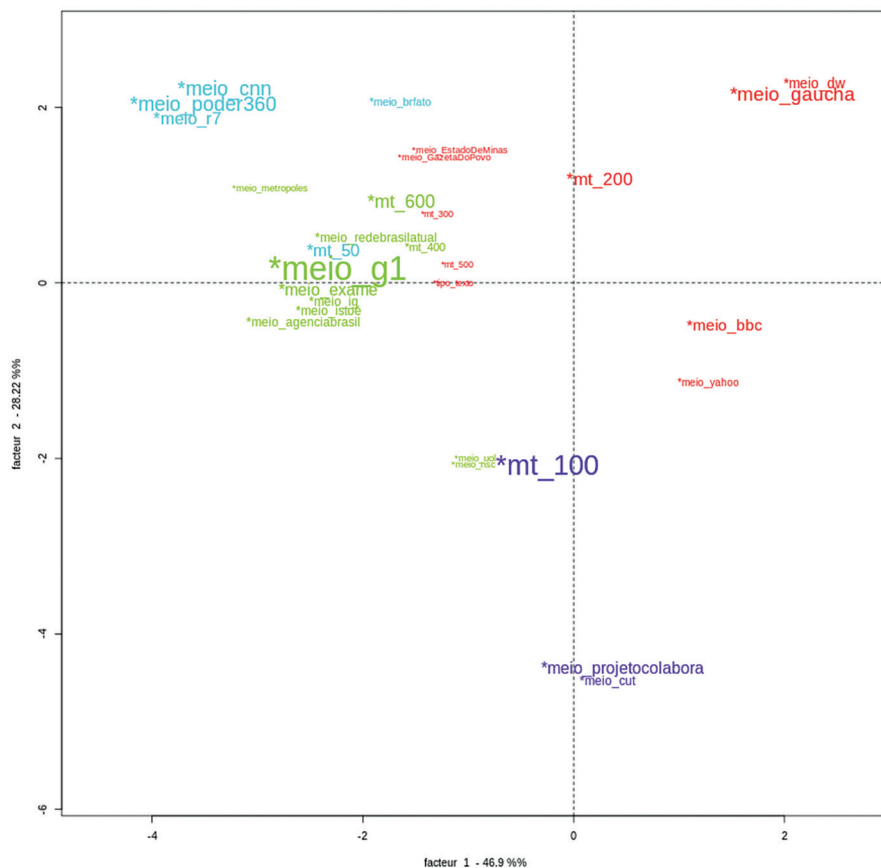
Grafos dos vocábulos das classes da CHD



Por sua vez, as classes analisadas podem ser observadas a seguir (Figura 5):

Figura 5

Grafo das categorias vinculadas às classes da CHD



¹³No processo de mineração e de tratamento dos dados, foi necessário alterar manualmente termos que continham caracteres não reconhecidos pelo Iramuteq, como o hífen (quarta feira, por exemplo), e foi preciso utilizar termos em caixa baixa, como nomes próprios, como Brasil e Governo Federal. Dessa forma, decide-se manter a escrita que compôs o corpus, visto que é preciso saber como a linguagem dos softwares opera.

¹⁴Na revisão para publicação, o link coletado do Yahoo apresentou erro. Como o portal republicou a matéria de O Globo, decidiu-se, para fins de consulta, referir aqui o link que está válido, mesmo que O Globo limite o acesso a apenas três matérias.

A classe 1 (vermelha) mostra proximidade de discussão entre a cobertura feita pelas mídias *Gaúcha ZH*, *BBC*, *DW*, *Estado de Minas*, *Gazeta do Povo* e *Yahoo*. Para melhor compreensão dos achados de pesquisa, propomos trazer no artigo, a título de exemplificação, alguns fragmentos discursivos¹³ que foram retirados dos textos, arrancados do fluxo de produção de sentidos, como conceitua Verón (2004, 2013). É possível inferir, de maneira geral, que se discutiu sobre as trocas na gestão do Ministério da Saúde, como em: “o Brasil chegou nesta quarta-feira, 24, ao número de 300 mil mortes registradas pela doenças a marca foi atingida numa semana em que o governo federal empossou seu quarto ministro da saúde”¹⁴ (Garcia, 2021); e sobre as políticas de controle sanitários para evitar o contágio: “a troca de ministros é apenas a ponta do iceberg. . . mudanças

administrativas tiveram influência na criação de políticas públicas centralizadas pelo governo federal. . . desde a decisão por endurecer ou flexibilizar medidas de isolamento à compra de vacinas” (Biernath & Alvim).

Já quando se observa as classes 2 (verde) e a 3 (azul) é possível notar a proximidade entre elas, pelo evidente entrelaçamento dos vocábulos. Dessa maneira, podemos inferir que as coberturas de *G1*, *Exame*, *IG*, *Rede Brasil Atual*, *Istoé*, *Agência Brasil*, *Metrópolis*, *Uol* e *NSC* estão mais parecidas, assim como mantêm proximidade com as da *CNN*, *Poder 360*, *R7*, *Brasil de Fato*. Também podemos inferir que há um destaque para trazer informações do consórcio de veículos de comunicação de imprensa – “Levantamento de consórcio de veículos de imprensa aponta que país tem 1.070.139 casos confirmados, sendo que 30.972 foram registrados nas últimas 24 horas” (“Brasil passa de 50 mil mortes”, 2020) –, e atualizações das métricas em comparativos com outros países – “desde 5 de março quando ultrapassou os Estados Unidos entre as cinco nações com mais óbitos, o Brasil sempre teve uma média de mortes próxima à de México, Índia e Reino Unido” (“Brasil atinge 300 mil mortos”, 2021) – e entre os estados brasileiros (“os índices de ocupação de leitos de UTI no Brasil têm quadro extremamente crítico. Com exceção do Amazonas e de Roraima, todos os demais estados estão na classificação de alerta crítico de lotação” (“Brasil atinge 300 mil mortos”, 2021)).

Por fim, a classe 4 (roxo) tem relativa independência temática, quando analisamos a configuração e disposição dos vocábulos. Dessa maneira, as coberturas do *Projeto Colabora* e da *CUT* são mais próximas em termos de produção de sentidos e tendem a focar as discussões sobre o quanto a pandemia afetou as populações marginalizadas. Um exemplo é esse fragmento discursivo:

o descaso no combate à Covid-19, ausência apoio aos trabalhadores empreendedores mais vulneráveis à situação de pandemia política deliberada de estimular a propagação do vírus em vez de priorizar a vacinação estão entre os principais motivos dos protestos marcados para este sábado” (“Brasil ultrapassa a trágica”, 2021).

Depois de detalharmos os procedimentos metodológicos, em que mostramos algumas métricas relacionadas aos dados de pesquisa para podermos analisar a circulação de sentidos, tivemos que fazer um movimento de retorno aos textos para ser possível fazer inferências. Outra atividade realizada nessa investigação foi consultar fatos que marcaram o contexto pandêmico no Brasil no período compreendido entre os episódios comunicacionais dos marcos temporais das mortes da pandemia – de 50 a 600 mil mortes. Na sequência, elaboramos algumas pistas de processualidades e transversalidades que conseguimos observar

ao analisarmos fluxos comunicacionais mais amplos, em diálogo com a proposição de Braga (2017a; 2017b) acerca dos circuitos que se constituem a partir da publicação dos textos noticiosos.

PROCESSUALIDADES DOS FLUXOS COMUNICACIONAIS

Ao observarmos a constituição do dispositivo interacional, notamos que há tendência da exclusão do espaço aberto para comentários nos sites das mídias consultadas. Os que ainda o mantêm acabam dando alguma exclusividade para os assinantes ou fazem integração com outras plataformas digitais, como o Facebook¹⁵ ou Disqus¹⁶. É importante pontuar que não é a mesma operação comentar no site ou nas fanpages, já que são dispositivos interacionais com códigos, linguagens e modos de funcionamento distintos. Considerando a presença dessas mídias em outras plataformas digitais, notamos que a maioria tem perfis no Facebook, Instagram e Twitter. Dentre os jornais que ainda têm espaço para comentários, destacamos a *Gazeta do Povo*, em que, no compilado dos textos coletados, há interações entre os leitores.

Ao observarmos os elementos interacionais e destacarmos os mais pertinentes para o nosso estudo, podemos investigar o sistema de relações ali presente. Se, conforme Braga (2017a; 2017b), a organização de um dispositivo não é independente dos processos que ali estão, podemos dizer que a maneira como os textos noticiosos são organizadas, em relação à abertura ou não de comentários, tem a ver com a interação dos atores sociais. “Processos reiterados tendem a se configurar como modos tendenciais para seu exercício continuado, logo como ‘estruturais’ para o que se faça em sua esfera” (Braga, 2017a, p. 36). Ainda, entendemos que se o elemento articulador do dispositivo é definido historicamente pelos processos, então, a organização não depende somente da interação dos participantes, mas também de questões institucionais, financeiras, culturais e políticas – as quais atravessam o contexto brasileiro, por exemplo, especialmente em relação aos fenômenos da polarização política e da desinformação, alimentados pela disseminação de fake news e de discursos de intolerância (Braga, 2020).

Como esses processos historicamente construídos são afetados pelas interações, os dispositivos são “. . . modos de fazer socialmente produzidos e tornados disponíveis” (Braga, 2017a, p. 36). Por esse motivo, o que vai sendo testado e selecionado (ou não) nas sucessivas interações que ocorrem em um dispositivo é que vai modificar esse dispositivo – como a decisão de muitos veículos de informação de não abrirem mais espaço para que seus leitores possam interagir, expressar suas opiniões e percepções a partir do

¹⁵Facebook, que é apontado por Van Dijck et al. (2018) como uma das Big Five (Alphabet-Google, Facebook, Amazon, Apple e Microsoft) no contexto de plataforma da sociedade, desde 28 de outubro de 2021 passou por um processo de reformulação de marca. Desde então, tanto Facebook como Instagram e WhatsApp aparecem com a designação “from Meta”.

¹⁶Disqus é uma plataforma específica para comentários, podendo ser utilizada para comentários e interação entre participantes de distintas plataformas digitais.

que é dito nos textos e que é produzido para circular em outros fluxos e formar outros circuitos.

E, ainda, as passagens entre episódios que reforçam tentativas bem-sucedidas “... acabam por estabilizar e dar forma ao circuito, e por repassar indicativos aos próprios dispositivos interacionais” (Braga, 2017b, p. 44). Em nossa pesquisa, os textos noticiosos publicados é que são os dispositivos, portanto cabe mencionar que, conforme ocorrem os acúmulos de episódios por meio das interações, os dispositivos podem mudar suas estratégias técnicas ou sociais (novamente, a decisão ou não de abrir espaços para comentários, gerir seu funcionamento, moderar tais discursos, entre outras ações).

Dentre as mídias que ainda têm espaço para comentários, destacamos a *Gazeta do Povo*, que por meio da publicação possibilitou fluxos adiante, já que ocorreram interações entre os leitores nesses espaços, formando-se outros circuitos e processos interacionais. Em nossa perspectiva, os códigos e as inferências estão relacionados a como os participantes (produtores-receptores e receptores-receptores) conseguem manter o diálogo acerca das mortes em decorrência da covid-19. Assim, a pertinência dos códigos depende do ambiente tecnológico em que eles estão inseridos, as apropriações feitas dessas tecnologias e, sobremaneira, os objetivos dos participantes que acionam dadas competências inferenciais para ajustar tais códigos em termos interacionais. Assim, concordamos com Braga (2017a; 2017b) quando diz que o acervo de cada participante e as condições contextuais também são elementos importantes nos episódios, que além de interacionais são inferenciais.

Outra processualidade encontrada é a replicação, com créditos, para o conteúdo de agências. Ou seja, há um entrecruzamento entre os sentidos produzidos pelos textos por meio dessas ações, além da evidência de fluxos contínuos na comunicação e a constituição de outros circuitos, como abordado por Braga (2017a; 2017b). Os textos noticiosos, que em nossa perspectiva teórica são fragmentos que foram retirados do tecido semiótico (Verón, 1996, 2004), são replicados pelos atores sociais que constroem entradas e saídas no circuito, conectando diferentes dispositivos interacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem inúmeras maneiras de observar a temática que está presente em nosso cotidiano desde 2020: a pandemia em decorrência do vírus SARS-CoV-2. Partimos, impreterivelmente, de um olhar comunicacional em torno do eixo específico abordado em nossa investigação. Pesquisamos nas mídias o que estava sendo dito sobre a pandemia e como os discursos estavam sendo construídos,

para então analisarmos a circulação de sentidos no circuito comunicacional formado em torno de textos noticiosos sobre marcos no número de mortes por covid-19 no Brasil.

Para tanto, foi necessário realizar um trabalho que envolvesse determinadas experimentações metodológicas. Isso implica não na utilização de qualquer técnica, método ou metodologia de pesquisa; pelo contrário, requer uma visão acurada sobre o que tal objeto requer para que os estudos em andamento fluam e não se tornem estanques ou mecânicos. Também é importante destacar que essa visão não exclui metodologias já consagradas ao mesmo tempo em que não tem intenção de utilizar novos procedimentos metodológicos sem justificativas.

Com isso em vista, utilizamos o software Iramuteq para elaborarmos nossas inferências com base na análise de similitude e na classificação hierárquica descendente (CHD) sobre os títulos e textos. Cabe reforçar a importância da apresentação desses procedimentos metodológicos, conforme detalhado ao longo do artigo. Depois, nossos encaminhamentos metodológicos dialogaram com a perspectiva de Verón (2004, 2013) acerca da semiose social, e com a de Braga (2017) em relação à articulação inferencial sobre os índices observados.

Com relação às análises efetuadas, dando sua devida proporção, já que elaboramos nossa investigação em torno dos 20 primeiros resultados do buscador Google, podemos afirmar que a cobertura da mídia brasileira em torno das mortes relacionadas à covid-19 demarcou esses momentos de distintos modos. A intensificação da circulação nesses marcos temporais fez com que houvesse revisão das atitudes tomadas pelo governo entre um marco e outro, como foi apresentado pelos resultados da classificação hierárquica descendente.

A escolha por uma diversidade de fontes que noticiou as mortes por covid-19 para além dos veículos jornalísticos tradicionais ocorreu após observação de que muitas problemáticas mais gerais, como questões de classe e o descaso com grupos marginalizados, era feita por jornais institucionais ou sindicais (*CUT*). Além disso, esse tipo de análise permitiu que fosse possível identificar uma maior abordagem de temáticas em circulação e que tinham relação com as vítimas da pandemia. Os grafos mostram que uma das principais fontes utilizadas para mostrar os dados foi o consórcio de imprensa. Ainda, havia menção a palavras que remetem à problemática do descaso do governo federal, aos órgãos sanitários e à ciência, especialmente com repetição de palavras como “especialista”, “pesquisador” e “universidade”. Nesse contexto, inferimos que semioses infinitas são construídas por meio de distintas processualidades discursivas. Partindo da ideia desenvolvida por Verón (2004, 2013) e Fausto Neto (2018) acerca da indeterminação dos sentidos, notamos que a circulação de sentidos nos desafia, enquanto observadores, a perceber

tamanha heterogeneidade discursiva. Não há homogeneidades, visto que as configurações de signos são híbridas. Também é preciso dizer que as inferências aqui propostas decorrem não só de escolhas teóricas e metodológicas, mas também do olhar interpretativo que empreendemos sobre nossos dados e os achados das pesquisas. As métricas foram geradas a partir de determinados parâmetros e critérios que desenvolvemos para que a matéria significativa extraída do tecido semiótico pudesse ser interpretada.

Outra questão pertinente e que diz respeito aos desafios constantes de realizar pesquisas que envolvem coleta de dados é que o acesso a eles é limitado (Borelli, no prelo). Existem vários entraves que muitas vezes não têm solução momentânea ou mesmo concreta, como a lógica dos algoritmos nas plataformas digitais (Van Dijck et al., 2018). Além disso, é cada vez mais frequente a limitação imposta pelas mídias aos seus conteúdos, seja por meio de realização de cadastro ou mesmo de pagamento para acessar as produções ou visualizar conteúdos mais amplos.

Cabe acrescentar também a tendência das mídias de moderar ou excluir o espaço para comentários, o que dificulta a interação com os leitores e entre eles em tal espaço, fazendo-os desenvolver outras estratégias interacionais para que o fluxo siga adiante, como define Braga (2017). Essa prática também pode acabar limitando a formação de zonas de contato (Fausto Neto, 2018), fazendo com que os atores sociais desenvolvam outras estratégias para terem acesso a conteúdos de seu interesse. Uma dessas práticas é pesquisar em sites que não sejam estritamente de veículos jornalísticos, já que há uma ampla oferta discursiva (Verón, 1996, 2004, 2013) em distintos formatos e que integram a complexidade do processo circulatório de matérias noticiosas.

Em relação à análise, realizamos dois movimentos, um voltado para os sentidos circulantes nos textos e outro nas processualidades dos fluxos comunicacionais. A articulação proposta entre esses dois procedimentos permitiu um olhar mais amplo para compreender a circulação de sentidos no circuito comunicacional constituído, o que não quer dizer a totalidade do fenômeno, mas elementos pontuais de determinadas ocorrências observadas nos marcos de números de mortes da covid-19 no Brasil.

Ainda, a necessidade de retirar fragmentos do tecido semiótico para viabilizar uma análise dentro da ampla e complexa rede da semiose social impõe-nos o desafio de voltar aos textos. Defendemos que é necessário observar o contexto em que estamos inseridos para entender o que os observáveis nos dizem. Dessa forma, os dados não falam por si, são materialidades discursivas sobre as quais o analista deve trabalhar para conseguir identificar marcas e índices para poder fazer inferências.

A emergência da problemática da circulação e a constituição de fenômenos comunicacionais cada vez mais complexos em decorrência das sociedades em midiatização formam também circuitos complexos, com inúmeras entradas e saídas, que geram novos circuitos em fluxos ininterruptos. Para dar conta de alguns desses aspectos, cabe investigar a formação de determinado circuito ou mesmo selecionar fragmentos discursivos de circuitos que estão inscritos uns nos outros, tamanha a complexidade dos fenômenos comunicacionais. ■

REFERÊNCIAS

- Biernath, A., & Alvim, M. (2021, 24 de março). 300 mil mortes por covid-19 no Brasil: A escalada que levou país a esse número de óbitos na pandemia. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56465112>
- Borelli, V. (no prelo). A problematização teórica-metodológica nas pesquisas de circulação e plataforma. In: J. Ferreira, A. M. C. M. Silveira, V. Borelli, A. Dalmolin, A. P. Rosa, & I. Löfgren (Orgs.), *IA, algoritmos e plataformas: Questões e hipóteses na perspectiva da midiatização* (Vol. 1). FACOS-UFSM.
- Borelli, V., & Regiani, H. (2021). Humor e religião na pandemia: Efeitos de sentidos do riso em circulação no WhatsApp. *Revista Estudos Universitários*, 47(2), 273-298. <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2021v47n2p273-298>
- Borelli, V., Dalmolin, A., & Kroth, M. (2022). Interações em plataforma: Circulação de conteúdos sobre COVID-19 em grupos no Whatsapp constituídos por vínculos familiares. In X. Tobi (Ed.), *Interacciones mediatizadas: contactos y vínculos antes y durante la pandemia* (Vol.1, 1a ed., pp. 107-127). UNR Editora.
- Braga, J. L. (2017a). Dispositivos interacionais. In J. L. Braga, & R. Calazans (Orgs.), *Matrizes Interacionais: A Comunicação Constrói a Sociedade* (Vol. 2, pp. 17-41). EDUEPB.
- Braga, J. L. (2017b). Circuitos de Comunicação. In J. L. Braga, & R. Calazans (Orgs.), *Matrizes Interacionais: A Comunicação Constrói a Sociedade* (Vol. 2, pp. 43-64). EDUEPB.
- Braga, J. L. (2020). Polarização como estrutura da intolerância: Uma questão comunicacional. In B. Heller, D. Cal, & A. P. Rosa (Orgs.), *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento* (pp. 19-35). EDUFBA.
- Brandes, U. (2001). Faster algorithm for betweenness centrality. *Journal Of Mathematical Sociology*, 25(2), 163-177. <https://snap.stanford.edu/class/cs224w-readings/brandes01centrality.pdf>

- Brasil atinge 300 mil mortos por Covid-19 um dia após recorde de mais de 3 mil vidas perdidas em 24 horas. (2021, 24 de março). *G1*. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/24/brasil-atinge-300-mil-mortos-por-covid-19-um-dia-apos-recorde-de-mais-de-3-mil-vidas-perdidas-em-24-horas.ghtml>
- Brasil passa de 50 mil mortes por coronavírus, mostra consórcio de veículos de imprensa. (2020, 20 de junho). *G1*. <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/20/brasil-passa-de-50-mil-mortes-por-coronavirus-mostra-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-964-em-24-horas.ghtml>
- Brasil ultrapassa a trágica marca das 500 mil vidas perdidas para a Covid-19. (2021, 19 de junho). *CUT*. <https://www.cut.org.br/noticias/brasil-ultrapassa-a-tragica-marca-das-500-mil-vidas-perdidas-para-a-covid-19-951e>
- Camargo, B. V., Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Degenne, A., & Vergès, P. (1973). Introduction à l'analyse de similitude. *Revue Française de Sociologie*, 14(4), 471-512. <https://doi.org/10.2307/3320247>
- Fausto Neto, A. (2010). A circulação além das bordas. In S. Valdetaro, & A. Fausto Neto (Eds.), *Mediatización, sociedad y sentido: Diálogos entre Brasil y Argentina* (1a ed., Vol. 1, pp. 2-17). Universidad Nacional de Rosario.
- Fausto Neto, A. (2018). Circulação: Trajetos conceituais. *Rizoma*, 6(2), 8-40. <https://doi.org/10.17058/rzm.v6i2.13004>
- Frigo, D., Romero, L., & Borelli, V. (2020). Plataformas, dispositivos interacionais e circulação: Mapeamento do episódio “Vaza Jato”. In M. P. Silva (Org.), *Imaginário mágico nas ciências da comunicação*. Atena.
- Frigo, D., Romero, L., & Borelli, V. (2022). #EleNão e eleições brasileiras de 2018: A circulação de sentidos em grupos de mulheres no Facebook. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 148, 89-106.
- Garcia, R. (2021, 24 de março). 300 mil mortes por Covid-19 no Brasil: país atinge marca após anos de táticas fracassadas. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/brasil/300-mil-mortes-por-covid-19-no-brasil-pais-atinge-marca-apos-ano-de-taticas-fracassadas-1-24939373>
- Kroth, M., Borelli, V., & Dalmolin, A. (2021). Circulação de discursos sobre a pandemia do coronavírus em grupos de Whatsapp: Primeiras inferências. *Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia*

- e *Processos Sociais*, 1(4). <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/1320>
- Medeiros, J., Romero, L., & Borelli, V. (2021). *Experimentação no jornalismo: análise lexical de discursos presidenciais*. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, [online]. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij01/jessica-missias-medeiros.pdf>
- Newman, M. E. J., & Girvan, M. (2004). Finding and evaluating community structure in networks. *Physical Review e*, 69(2), 69-74. https://www.cse.cuhk.edu.hk/~cslui/CMSC5734/newman_community_struct_networks_phys_rev.pdf
- Ratinaud, P. *IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (Software). Recuperado de: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- Regiani, H., Feliciani, M., Borelli, V., & Dalmolin, A. (2021). *O Riso como Resistência: Memes contra Bolsonaro no Contexto da Pandemia*. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, [online]. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-ci/herivelton-regiani.pdf>
- Reinert, M. (1993). Les “Mondes lexicaux” et leur “logique” à travers de l’analyse statistique d’un corpus de récits de cauchemars. *Langage et société*, 66(1), 5-39. https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1993_num_66_1_2632
- Rieder, B. (2018). Examinando uma técnica algorítmica: o classificador de bayes como uma leitura interessada da realidade. *Parágrafo*, 6(1), 123-142. <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/726>
- Romero, L., & Borelli, V. (2021). *Articulação entre métricas e dados textuais como experimentação metodológica para estudos em circulação*. 30º Encontro Anual da Compós, São Paulo, SP, Brasil. <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/articulacao-entre-metricas-e-dados-textuais-como-experimentacao-metodologica-para-estudos-em-circulacao>
- Striphas, T. (2015). Algorithmic culture. *European Journal of Cultural Studies*, 18(4-5), 395-412. <https://doi.org/10.1177/1367549415577392>
- Van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *Platform society: public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Verón, E. (1996). *La semiosis social: Fragmentos de una teoría de la discursividad*. Gedisa.
- Verón, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. *Revista Diálogos de Comunicación*, 48(n), p. 9-16.

- Verón, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. Unisinos.
- Verón, E. (2013). *La Semiosis Social 2: Ideas, momentos, interpretantes*. Paidós.
- Verón, E. (2014). Teoria da mediação: Uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. *Matrizes*, 8(1), 13-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19>

Artigo recebido em 25 de novembro de 2022 e aprovado em 27 de fevereiro de 2024.

A Monarquia do Norte (1919) no discurso iconográfico da *Ilustração Portuguesa*

The Monarchy of the North (1919) in the iconographic discourse of the Ilustração Portuguesa

JORGE PEDRO SOUSA^a

Universidade Fernando Pessoa. Porto

FÁTIMA LOPES CARDOSO^b

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social. Lisboa, Portugal.

CELIANA AZEVEDO^c

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Ciências da Comunicação e Linguagem. Setúbal, Portugal.

^aProfessor catedrático de Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa, onde coordena o doutorado em Ciências da Comunicação, e investigador integrado do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0814-6779>. E-mail: jpsousa@ufp.edu.pt

^bProfessora adjunta da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL), coordenadora do curso de Licenciatura em Jornalismo e investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7093-7881>. E-mail: mlcardoso@escs.ipl.pt, fatimalcardoso@gmail.com

^cProfessora adjunta convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE/IPS) e investigadora integrada do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1768-2525>. E-mail: celiana.azevedo@esc.ips.pt

RESUMO

Em 19 de janeiro de 1919, tropas revoltosas proclamaram, no Porto, a reinstituição da Monarquia, logo seguidas por outras guarnições do norte de Portugal. O domínio monárquico em quase todo o norte do país, em particular do Porto, não teve equivalente a sul. A confrontação que se seguiu entre os revoltosos monárquicos e os republicanos levou ao fim da Monarquia do Norte em 13 de fevereiro. A investigação que aqui se apresenta visou a desvelar, por meio de um estudo quantiquantitativo, a estrutura do discurso iconográfico que a *Ilustração Portuguesa*, única revista ilustrada coeva de grande circulação, construiu sobre esse episódio. Partiu-se da hipótese de que o discurso da *Ilustração Portuguesa* se alinhou com o poder governamental republicano, que controlava a capital, sede da revista, e a maioria do território do país. Os dados permitiram validar a hipótese, pois a narrativa iconográfica da revista glorifica a República e os seus “heróis”, transformando a publicação em um instrumento de “infopropaganda” a serviço do poder estabelecido em Lisboa.

Palavras-chave: Monarquia do Norte, Portugal, *Ilustração Portuguesa*, iconografia, análise do discurso

ABSTRACT

On January 19, 1919, rebellious troops proclaimed, in Oporto, the reinstitution of the Monarchy, soon followed by other garrisons in the north of Portugal. Monarchist rule in almost all of the north of the country, particularly in Oporto, had no equivalent in the south. The ensuing confrontation between monarchist insurgents and republican forces led to the end of the Monarchy of the North on February 13. This research aimed to unveil, with a quantitative and qualitative study, the structure of the iconographic discourse that *Ilustração Portuguesa*, the only large-circulation contemporary illustrated magazine, built about this episode. It was accepted the starting hypothesis, that the discourse of the *Ilustração Portuguesa* was aligned with the republican governmental power, which controlled the capital city, where the magazine had its headquarters, and most of the country. The magazine's iconographic narrative glorifies the Republic and its "heroes," transforming the publication into an instrument of "infopropaganda" at the service of the established power in Lisbon.

Keywords: The Monarchy of the North, Portugal, *Ilustração Portuguesa*, iconography, discourse analysis

EM 19 DE janeiro de 1919, tropas revoltosas proclamaram, no Porto, a reinstituição da Monarquia, logo seguidas por outras guarnições do norte de Portugal. O domínio monárquico em quase todo o norte do país, em particular do Porto, não teve, porém, equivalente a sul. Apesar de terem ocorrido intentonas monárquicas, Lisboa, o centro e o sul de Portugal permaneceram nas mãos dos republicanos. A confrontação que se seguiu entre os revoltosos monárquicos e os republicanos levou ao fim da Monarquia do Norte menos de um mês depois, em 13 de fevereiro, quando as instituições republicanas foram restabelecidas no Porto. O modo republicano de organização do Estado Português não mais foi abandonado.

Os coevos deram relevância ao acontecimento. Das obras contemporâneas dos fatos (Lima, 1919; Magalhães, 1925, 1934; Martins, 1922; Oliveira, 1919), fontes para as abordagens historiográficas posteriores (Ferreira, 1984; Marques, 1973, 1978, 1995; Mattoso & Ramos, 2001; Peres, 1954; Ramos, Sousa, & Monteiro, 2009; Resende, 2019; Rollo & Rosas, 2019; Santos, 2014; Saraiva, 2003; Silva, 2008), a mais relevante é *Monarquia do Norte*, obra em dois volumes do jornalista monárquico Martins (1922), cujo título contribuiu para fixar a denominação deste episódio histórico e dar-lhe uma conotação mais positiva do que a que tinha até aí ("Monarquia dos Trauliteiros").

Tendo sido disruptivo, imprevisto, violento e impactante, além de delimitável no tempo, o episódio da Monarquia do Norte foi notável e notado, tornando-se notícia na imprensa da época (Resende, 2019; Souto, 1989). Foi, portanto,

percebido como um acontecimento, como uma singularidade notória, na linha do raciocínio de autores como Adriano Duarte Rodrigues (1988) ou Adelmo Genro Filho (2012). E teve valor como notícia, por apresentar qualidades que levaram os jornalistas coevos a considerarem-no como tal: uma singularidade digna, um fato social notável e noticiável, dentro da linha interpretativa aberta por Galtung e Ruge (1965). Sobretudo, a Monarquia do Norte enquadra-se no campo dos acontecimentos dramáticos e que se desenvolvem no tempo, ao redor dos quais gira o jornalismo (Elliot & Golding, 1988).

A importância que a Monarquia do Norte teve na vida dos seus contemporâneos não teve idêntico impacto no estudo acadêmico de sua cobertura jornalística à época. Apesar de ter sido elaborada uma categorização e análise das matérias sobre a Monarquia do Norte retiradas dos diários oficiais (*Diário do Governo* e *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*), centrada nos comunicados oficiais (Souto, 1989), não existe qualquer outro estudo sobre o comportamento discursivo da imprensa coeva no decorrer deste episódio histórico, ainda que, ao tempo, a imprensa tivesse uma grande penetração na sociedade portuguesa, particularmente nos principais meios urbanos, vez que o jornalismo de cariz industrial e partidariamente independente se encontrava consolidado em Portugal (Lima, 2012; Matos, 2014; Sousa, 2021). Por exclusão de partes, também não existe qualquer estudo centrado na análise da cobertura iconográfica da Monarquia do Norte pela imprensa (nem por qualquer outro suporte), apesar de, nesse momento da história, o fotojornalismo já estar consolidado em Portugal, como prática e ofício (Sousa, 2020), graças a fotógrafos como Joshua Benoliel, Arnaldo Garcês, Anselmo Franco e Dinis Salgado. Esta investigação pretende contribuir para suprir essa lacuna.

Uma análise da cobertura iconográfica do evento pela imprensa teve de passar pelo estudo da única revista ilustrada informativa portuguesa de circulação nacional publicada ao tempo, a *Ilustração Portuguesa* (Sousa, 2017; Sousa, 2020), palco fundamental da fotografia jornalística e documental portuguesa entre 1903 e 1924 (Manique & Proença, 1990; Serén, 2004).

A investigação partiu da seguinte questão: qual foi a narrativa iconográfica – contando com o texto verbal correlacionado – que a *Ilustração Portuguesa* construiu sobre a Monarquia do Norte, sabendo-se que os poderes estabelecidos procuraram instrumentalizar a imprensa para fins de propaganda e manipulação, não se coibindo de censurá-la e usar notícias falsas (Souto, 1989; Silva, 2008; Resende, 2019)? Partiu-se da hipótese de que, tendo em conta as circunstâncias específicas vividas em Lisboa, sede da revista, o discurso tanto fotográfico quanto verbal da *Ilustração Portuguesa* se alinhou com o poder governamental republicano, que controlava a capital e a maioria do território do país.

A MONARQUIA DO NORTE

Designa-se por Monarquia do Norte a episódica restauração do regime monárquico no Porto e no norte de Portugal, entre 19 de janeiro e 13 de fevereiro de 1919. Os republicanos coevos chamaram-lhe a “Monarquia dos Trauliteiros” (Lima, 1919; Oliveira, 1919), por causa da violência caceteira e do terror que se teria abatido sobre os opositores (cf. Silva, 2008). Mais simpático para com os revoltosos, o jornalista monárquico Martins (1922) denominou o acontecimento como “Monarquia do Norte”, designação com que entrou na história. Nuno Resende (2019), não negando episódios violentos, enfatiza que a história escrita pelos vencedores deu à Monarquia do Norte uma versão violenta, “caciqueira” e simplista, que nem sempre casa quer com os fatos quer com os testemunhos públicos e memorialísticos; ele também observa que algumas ocorrências podem ter resultado de simples vinganças pessoais, e não de violência superiormente orquestrada e sistemática sobre os republicanos.

É preciso recuar no tempo para se entender a intentona monárquica. A fase inicial da Primeira República, dominada pela hegemonia do Partido Democrático e de Afonso Costa, teve um fim abrupto em dezembro de 1917, devido ao triunfo do golpe de Estado protagonizado por Sidónio Pais. Apoiado por militares e pelos setores conservadores da sociedade portuguesa, Sidónio tentou instituir uma “República Nova”, presidencialista e conservadora, que, regida por uma profunda revisão da Constituição, trouxesse ordem e estabilidade ao país. Na fase final do seu consulado, em novembro de 1918, autorizou os oficiais do Exército a formar juntas militares, entre as quais se destacaram as de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora. Essas juntas tinham por objetivo defender o regime, mesmo na eventualidade do impedimento ou morte do Presidente da República, mas nelas predominariam sentimentos monárquicos (Silva, 2008, p. 21).

Em 14 de dezembro de 1918, Sidónio foi assassinado. A sua morte trouxe, de novo, instabilidade à República. Os democráticos agitaram-se. O governo, ainda na posse dos sidonistas, conseguiu, por sua vez, debelar a intentona dos democráticos e outros republicanos, em Santarém, entre 10 e 15 de janeiro. Os revoltosos exigiam o regresso à ordem constitucional de 1911. Mas um sidonismo sem Sidónio parecia condenado ao fracasso. Para não aceitar, novamente, a hegemonia dos democráticos e a Constituição de 1911, alguns monárquicos viram uma solução – e uma oportunidade – na restauração da monarquia.

O prestigiado oficial monárquico Paiva Couceiro, líder das incursões monárquicas de 1911 e 1912¹, logrou obter a cumplicidade da junta militar do Porto. A restauração da Monarquia e de D. Manuel II² foi, assim proclamada no Porto, em 19 de janeiro de 1919. Paiva Couceiro intitulou-se regente do Reino de Portugal. A proclamação que justificava a mudança do regime

¹ Ataques de monárquicos descontentes com a imposição da república ao norte de Portugal, a partir da Galiza.

² Conforme narra Martins (1922), D. Manuel II, que não foi consultado, nunca evidenciou qualquer concordância com o golpe que procurou restaurá-lo à chefia do Estado e manteve uma atitude dúbia para com os golpistas. O historiador José Hermano Saraiva (2003, p. 112) diz o mesmo.

apontava para a necessidade de salvar a Pátria, colocada em perigo pela demagogia e anarquia republicanas.

Os monárquicos revoltosos formaram uma Junta Governativa Provisória do Reino. Estariam convencidos de que o país aderiria em massa à restauração da monarquia. Luís de Magalhães escrevia, em 1925, passados seis anos do acontecimento, que a Monarquia do Norte tinha, precisamente, resultado de um equívoco de alguns monárquicos, convencidos de que a grande força do sidonismo³ residiria numa suposta maioria monárquica nacional que estaria disposta a aceitar a restauração da Monarquia. Não foi assim. Em Lisboa, o Governo – que ainda tinha uma base sidonista e era apoiado por um número significativo de militares – conseguiu controlar, com o apoio de populares republicanos chamados às armas, uma revolta de oficiais monárquicos⁴, que irrompeu a 24 de janeiro, chefiada pelo representante de D. Manuel II em Portugal, Aires de Ornelas. As divisões entre os monárquicos eram tão fortes que Aires de Ornelas condenara o golpe de Paiva Couceiro, ocorrido dias antes (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009, p. 611). Em 27 de janeiro, na sequência dos acontecimentos, toma posse um governo de “unidade republicana”, à frente do qual estava José Relvas. O novo Governo republicano durou de 27 de janeiro a 30 de março de 1919.

Os monárquicos procuraram fazer-se fortes no Porto, onde teriam ocorrido episódios de violência caceteira para controle da oposição republicana, centrados, sobretudo, no cineteatro Êden, sede das milícias populares monárquicas. Nuno Resende (2019), contudo, salienta que essa imagem dos acontecimentos foi dada pela imprensa, controlada e manipulada pelo poder republicano, que também era violento e não se coibiria de exercer essa violência mesmo nos tribunais (Dias, 1923, p. 311). Os relatos da época, assinala Resende (2019, p. 294), são contraditórios e os tribunais “pouco puderam provar à luz de provas e de testemunhos fiáveis o que se tinha realmente passado”.

No Porto, a junta legislava intensamente, vertendo a nova legislação num *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*, nomeava governadores civis para o Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Vila Real, Viana do Castelo e Viseu⁵, mas também Portalegre, e tomava medidas administrativas (Marques, 1995, p. 572; Resende, 2019); enquanto isso, o Governo reagiu e começou a deslocar as suas forças para subjugar a Monarquia do Norte. Em 13 de fevereiro, o Exército entrou no Porto, pondo fim à conspiração. As operações militares, em outros locais, concluíram-se no dia 20, com a extinção de todos os focos de resistência monárquica e o regresso da ordem republicana a todo o país.

José Mattoso e Rui Ramos (2001, p. 527) argumentam que a tentativa de restauração da Monarquia falhou porque seus partidários se uniam somente pela sua insatisfação perante a república; tudo o mais os desunia, o que teria

³ O sidonismo foi a fase da Primeira República que decorreu entre o golpe militar que levou Sidónio Pais ao poder, em dezembro de 1917, e o fim do regime, que se desfez após seu assassinato, em dezembro de 1918.

⁴ Revolta de Monsanto.

⁵ Coincidia com o território que a junta reivindicava.

feito com que o golpe monárquico de janeiro de 1919 estivesse condenado desde o início. Diga-se, aliás, como enfatiza José Hermano Saraiva (2003, p. 112), D. Manuel II não se solidarizou com a revolta do Porto, ainda que seus adeptos tenham proclamado a restauração da Monarquia em seu nome e estivessem prontos para o reentronizar. A Monarquia do Norte exauriu os monárquicos. Foi, na verdade, o canto do cisne da Monarquia em Portugal.

METODOLOGIA

Utilizou-se uma metodologia assente numa análise qualiquantitativa do discurso verbal e visual sobre a Monarquia do Norte na *Ilustração Portuguesa*.

O estudo seguiu uma linha hermenêutica e heurística. Assim, tendo por base os contributos de Ricoeur (1987), Maidment (1996), Gadamer (1999) e Scheufele (2008a; 2008b), procurou-se desconstruir, apresentar, interpretar e compreender o discurso sobre a Monarquia do Norte na revista analisada, com ênfase na fotografia, desde as perspectivas sincrônica e diacrônica. Foram identificados os enquadramentos, no sentido que lhes foi dado por Goffman (1974), do discurso da *Ilustração Portuguesa* a respeito da Monarquia do Norte, considerando os temas, os elementos formais da linguagem, nomeadamente as articulações entre o verbal e o visual, os recursos simbólicos e expressivos, as sequências discursivas e os exemplos iconográficos que mais nitidamente pudessem traduzir os sentidos propostos nas peças.

Por outras palavras, buscou-se desvelar a forma como os enquadramentos para o acontecimento foram sendo construídos e propostos, os significados que os enunciadores teriam pretendido dar às suas mensagens, os significados que estas mensagens tiveram e suas implicações, ponderando o contexto histórico coevo. Considerou-se, pois, que cada peça e cada unidade discursiva verbal ou iconográfica se relacionava, intertextualmente, com outras matérias e unidades discursivas no mesmo ou em outros suportes, sincrônica e diacronicamente, e, contextualmente, com os padrões culturais que regem a interpretação do mundo, em cada momento histórico, por indivíduos ou por conjuntos de indivíduos que vivem num determinado espaço social, no qual existem referentes culturais partilhados (Scheufele, 2008a).

Para a detecção, recolhimento e sistematização de dados, procedeu-se à leitura sequencial de todos os números da *Ilustração Portuguesa* publicados após 19 de janeiro de 1919, verificando-se que a Monarquia do Norte só foi noticiada a partir do número de 3 de fevereiro, prolongando-se, no entanto, a narrativa sobre o episódio até a edição de 9 de junho. Identificaram-se, assim, sistematicamente, as matérias que se referissem à Monarquia do Norte, *corpus* da investigação,

publicadas na *Ilustração Portuguesa* entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919. Em seguida, estruturou-se, por desconstrução e reconstrução, uma narrativa diacrônica descritiva sobre o episódio histórico, elaborada a partir da leitura sistemática e cronológica das peças nas quais se inseriram as unidades e os segmentos discursivos iconográficos e verbais reveladores dos padrões de significado propostos pela revista, incluindo sequências discursivas verbais contextualizadoras e orientadoras da leitura das imagens e elementos iconográficos suscetíveis de exemplificar os aspectos centrais da cobertura do acontecimento, além da maneira como tal cobertura evoluiu, com destaque para a fotografia.

Consideraram-se os contributos positivos que as técnicas quantitativas, intensivas, de análise de um discurso podem oferecer à solidez de uma pesquisa (Scheufele, 2008b, pp. 972-978). Assim, operacionalizou-se uma análise quantitativa do discurso, também denominada análise de conteúdo (Dominick & Wimmer, 1996, pp. 174-191). As peças foram codificadas em categorias definidas pelos seus núcleos temáticos. As imagens foram categorizadas de acordo com o tipo e gênero, bem como pelo seu tema. Os resultados expressaram-se por frequência absoluta (valores absolutos) e por frequência relativa (porcentagens).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Ao tempo da Monarquia do Norte, a *Ilustração Portuguesa* era a única revista ilustrada semanal de informação geral e circulação nacional publicada em Portugal. Pertencia ao grupo do jornal *O Século*, um diário industrial e independente – de cuja redação fizeram parte, inclusivamente, jornalistas monárquicos conhecidos, como Rocha Martins e Carlos Malheiro Dias – que conservava, no entanto, vestígios da ideologia republicana com que tinha sido fundado (Sousa, 2021).

No momento dos acontecimentos, a *Ilustração Portuguesa* era dirigida por Silva Graça, proprietário do grupo de *O Século* (Sousa, 2017). A revista tirava cerca de 25 mil exemplares (Sousa, 2017, p. 373) e distinguia-se pelos conteúdos fotográficos e, especificamente, fotojornalísticos, alimentados por correspondentes e fotógrafos profissionais e amadores que, gratuitamente, enviavam seus trabalhos para a publicação, sendo o principal deles, à época, o fotojornalista Anselmo Franco. As suas capas, vistosas, focavam as mulheres, retratando personalidades das artes e dos espetáculos, figuras femininas associadas, por laços familiares, ao regime republicano – uma espécie de “nova aristocracia” que substituiu a antiga nobreza do tempo da Monarquia –, bem como imagens encenadas sobre os costumes rurais portugueses, em que quase sempre uma jovem mulher, trajada tradicionalmente, encarnava uma camponesa, uma

lavadeira ou qualquer outra ocupação pitoresca. Tratava-se, neste caso, de um documentarismo encenado, bucólico, pictorialista, que explorava estereótipos nacionais associados ao mundo rural, mas que sugeria tranquilidade, podendo funcionar, simbolicamente, como um elemento socialmente apaziguador perante a violência e instabilidade que marcaram a Primeira República e abriram as portas para que os portugueses viessem a aceitar um regime ditatorial, a partir de 1926.

Para análise da cobertura da Monarquia do Norte, analisaram-se os números entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919, edições em que foram publicados os primeiros e os últimos conteúdos jornalísticos sequenciais sobre tal episódio histórico. Inventariaram-se 47 peças, embora, em vários casos, as referências à tentativa de restauração monárquica no norte do país sejam indiretas, inseridas em peças cujo tema central é outro, até porque, em Lisboa, sede da revista, viveu-se a revolta monárquica de Monsanto, da qual o Governo republicano da capital saiu vitorioso.

Entre 3 de fevereiro e 9 de junho de 1919, contabilizaram-se na *Ilustração Portuguesa* 308 imagens relacionadas com a Monarquia do Norte, repartidas por fotografias, reproduções de documentos (selos, bilhetes postais, documentos administrativos, entre outros) e desenhos (esboços de acontecimentos, retratos). Na codificação e categorização das imagens, verifica-se uma certa diversidade na abordagem visual da *Ilustração Portuguesa* à Monarquia do Norte. As imagens que dizem respeito aos retratos individuais e coletivos de protagonistas do campo monárquico, quase sempre conotados negativamente pelo texto, correspondem a 4,9% das imagens publicadas. Não obstante, com 29,9% de frequência relativa, os retratos dos “heróis” republicanos, protagonistas da vitória da República, são a categoria mais relevante. A essas imagens podem juntar-se, considerando as pistas de leitura do mundo sugeridas pela *Ilustração Portuguesa*, os registros visuais da mobilização, preparação e partida empolgada das forças republicanas (2,3%), incluindo voluntários, e do seu regresso triunfante e vitorioso (igualmente, 2,3% das imagens).

As imagens de ajuntamentos de pessoas – normalmente em planos gerais que destacavam a massa humana, ou em planos de conjunto que fechavam o campo fotográfico para dar força simbólica aos grupos de pessoas –, designadamente no contexto de manifestações de apoio à República (10,7% das imagens), também serviram para evidenciar a força desse lado. Curiosamente, só 0,6% das imagens dizem respeito à ação de governantes republicanos, mais especificamente, a uma visita do ministro da Justiça, Francisco Couceiro da Costa, a Aveiro, onde as forças monárquicas foram travadas. Seria expectável que o Governo de unidade republicana tivesse tido maior protagonismo, real e visual. As imagens que satanizavam as ações dos monárquicos, como aquelas que procuraram provar e dar testemunho da violência e destruição provocadas pela

intentona, atingem 16,2% em peso relativo. É visível, assim, a opção discursiva maniqueísta protagonizada pela *Ilustração Portuguesa*, opondo os republicanos, visualmente enaltecidos, aos monárquicos, aviltados.

As representações visuais das ações militares têm apenas um peso percentual de 10,4% na cobertura iconográfica da Monarquia do Norte pela *Ilustração Portuguesa*. Aliás, não existindo ainda, apesar da extensa cobertura iconográfica que a Primeira Guerra Mundial mereceu (Sousa, 2013, 2015), um fotojornalismo de guerra, como aquele que se concebeu a partir da Guerra Civil de Espanha (Sousa, 2000), os combates entre monárquicos e republicanos em Portugal foram *indiciados*, mas não *mostrados*. As imagens sobre os espaços onde as forças se confrontaram (10,7% do total) serviram, nesse contexto, sobretudo para localizar e contextualizar o leitor, tanto quanto os registros fotográficos de destruição, aos quais já se aludiu, documentaram e provaram a violência da luta – e também da repressão.

As reproduções iconográficas de objetos e documentos (12% do total de imagens) por vezes eram simples curiosidades que humanizavam e distendiam a cobertura visual da Monarquia do Norte (é o caso de um boné abandonado por Paiva Couceiro, como veremos mais adiante, na Figura 8). Outras, porém, provavam, positivamente, o esforço de organização administrativa empreendido pelas autoridades monárquicas do Porto, passando, por exemplo, pela emissão de selos de correio.

Nas edições de 20 e 27 de janeiro de 1919 da *Ilustração Portuguesa*, talvez por falta de tempo, não há qualquer alusão à Monarquia do Norte. A edição de 3 de fevereiro é, majoritariamente, dedicada à revolta monárquica de Monsanto, em Lisboa, onde se localizava a sede da revista, ainda que entre os temas cobertos estivesse também a revolta de Santarém. A intentona do Porto é referida apenas indiretamente, devido ao alistamento de voluntários republicanos e às confrontações que se verificavam a norte: “a guerra civil continua no norte, acesa, renhida, imolando muitas vidas” (*Ilustração Portuguesa*, 1919a, p. 82).

A revista enquadra a revolta de Monsanto e a Monarquia do Norte como consequências da fragilidade do regime e da repressão dos opositores por parte de quem tinha exercido o poder na República. Mas também condena as intentonas monárquicas pela instabilidade e pela guerra que, além de fazerem correr o sangue de outros portugueses, prejudicavam economicamente o país e o envergonhavam. A revista é clara na anatematização de todos esses acontecimentos, os quais geravam “ondas de sangue” entre um povo que se ia trucidando e afetavam “a parte do país que trabalha, que quer viver em paz” (*Ilustração Portuguesa*, 1919a, pp. 82-84).

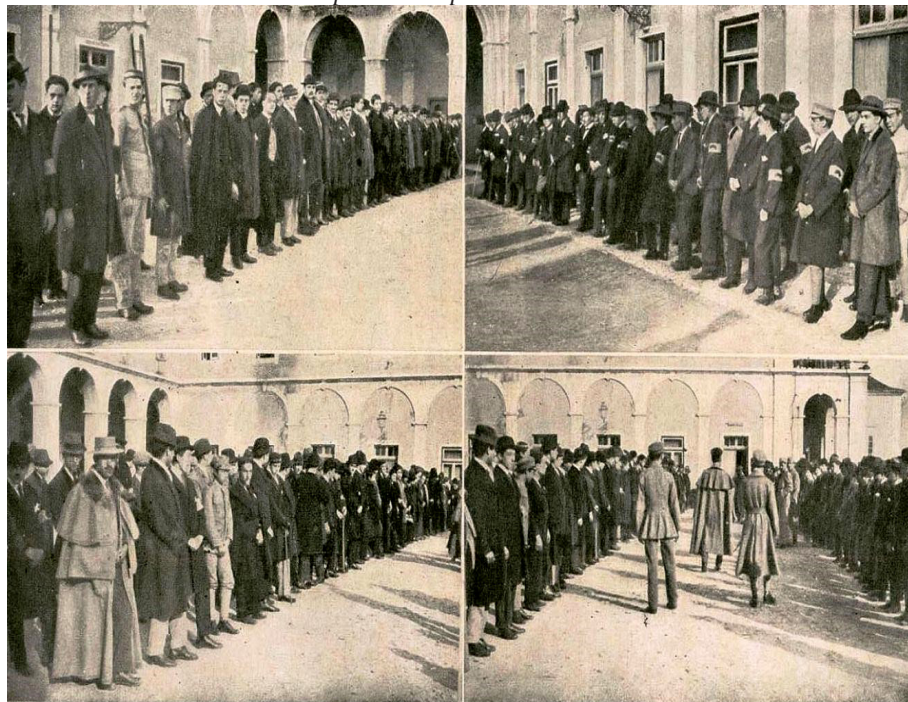
O texto verbal, além de dar conta ao leitor das movimentações que iam ocorrendo, nomeadamente no que diz respeito ao recrutamento de voluntários republicanos para combate às revoltas monárquicas, destacava também o “entusiasmo” que se sentia entre indivíduos que, animados pela “fé republicana”,

certamente combateriam os monárquicos do norte com o mesmo “ardor” com que tinham combatido os revoltosos de Monsanto, interligando, portanto, as intencionas monárquicas do Porto e de Lisboa.

O texto visual, pontuado pelas fotografias de Anselmo Franco, *documenta e prova* visualmente a mobilização de voluntários civis republicanos, reforçando, simbolicamente, pelo exemplo dos voluntários, a necessidade de empenhamento republicano na luta contra as intencionas de restauração monárquica (Figura 1). Os planos de conjunto, mais fechados que os gerais, consolidam a impressão de força transmitida pelas fotografias. Além de conferirem dinamismo às imagens, a presença de linhas de perspectiva no fotograma orienta o leitor para um ponto de fuga, criando a ilusão de profundidade e de dimensão do cenário, enquanto transmitem a ideia de que todos os intervenientes posicionados em filas no sentido oblíquo se reúnem para lutar pelo mesmo ideal. Como escreveu Justo Villafañe (2006): “Os vetores direcionais, gerados mediante as linhas ou por qualquer outro procedimento, além de criarem relações plásticas entre os elementos da composição, condicionam a direção da leitura da imagem” (p. 103).

Figura 1

Recrutamento de voluntários republicanos para o Batalhão Acadêmico



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919a, pp. 87-88. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

É de assinalar que as autoridades republicanas facultavam o trabalho dos repórteres, abrindo as portas dos quartéis à imprensa, já que era do seu interesse difundir notícias que contribuíssem para animar os republicanos e instigá-los à luta. A edição de 10 de fevereiro da revista, por exemplo, dá conta, verbal e visualmente, das manifestações favoráveis à República que se sucediam em Lisboa, do recrutamento de voluntários e da partida das forças republicanas da capital para o norte, onde iam combater os monárquicos. As palavras e as imagens foram usadas para mostrar a unidade e o entusiasmo entre os republicanos da capital e o apoio popular ao Governo da República. Observe-se:

... o povo republicano de Lisboa ... levou a cabo com um entusiasmo indescritível uma das mais calorosas e vibrantes manifestações que têm sido feitas em honra e apoio do Governo. Milhares de pessoas congregaram-se na Rotunda e desceram a Avenida empunhando bandeiras nacionais e erguendo vivas à Pátria e à República, a caminho do Terreiro do Paço, onde ... o regime e os seus homens mais prestigiosos foram delirantemente aclamados. O orador, com uma franqueza e sinceridade impressionantes, afirmou que o Governo está resolvido a reparar todos os erros passados, mas que, para isso, precisa da confiança do povo. (Ilustração Portuguesa, 1919b, p. 101)

As imagens fotográficas, mais uma vez com o valor de prova e testemunho, dão conta da massa humana que ocorreu à manifestação republicana (Figura 2), reforçando a ideia, já sugerida pelo texto, de entusiástico apoio à República, de crença no regime republicano e da partida de marinheiros para o norte para combaterem os “insurretos monárquicos” com “fé republicana e grande entusiasmo”. O plano fechado da multidão concentrada em frente ao Ministério do Interior funciona como uma hipérbole visual de exaltação popular à república, ancorada pela legenda repleta de adjetivos como “grandiosa manifestação” e “afirmaram com ardor que a República sairá vitoriosa deste conflito”.

Cada registro de Anselmo Franco parece meticulosamente pensado para reforçar um ponto de vista específico e orientar o leitor para a leitura de vitória da causa republicana, sempre reforçada pela legenda. Na edição de 10 de fevereiro, um clichê (Figura 3) em plano de conjunto mostra o passo determinado de uma coluna da Marinha, com as armas ao ombro e a cabeça erguida rumo ao norte para combater os monárquicos. Embora a expressão militar pareça modesta, o fotógrafo serve-se das linhas curvas dos carris no chão para transmitir força ao acontecimento, conotação reforçada pela orientação diagonal dos soldados.

Figura 2

Manifestação republicana em Lisboa



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919b, p. 102. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Figura 3

Partida de marinheiros para o norte



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919b, p. 103. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

No número de 17 de fevereiro, publicado já depois do fim da Monarquia do Norte, a *Ilustração Portuguesa* pôde assinalar a derrota da intentona monárquica, sob o título “O fim da luta”. A revista apelida a notícia de “faustosa”, uma vez que acabara “a terrível luta” que trazia o país “sob a mais lancinante das angústias, vendo os seus próprios filhos digladiarem-se ferozmente como se fossem inimigos de raça ou de religião” (*Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 121). É, mais uma vez, a celebração da necessária paz civil entre os portugueses que a revista promove no seu discurso, reforçando as ideias propostas a 3 de fevereiro. A *Ilustração Portuguesa* tem o cuidado de vincar, diplomaticamente, que a derrota da intentona monárquica não podia ser lida, de forma alguma, como uma derrota do Porto, mas apenas como a derrota dos que participaram, gratuitamente, de uma tentativa revolucionária de reinstituição da Monarquia, condenada ao fracasso de antemão – o que se veio a revelar certo. Aliás, na revista, escreve-se, claramente, que a cidade do Porto foi submetida a um “jugo” pelos monárquicos, mas que soube, graças ao seu “espírito liberal”, encontrar forças em si mesma para se libertar dos opressores.

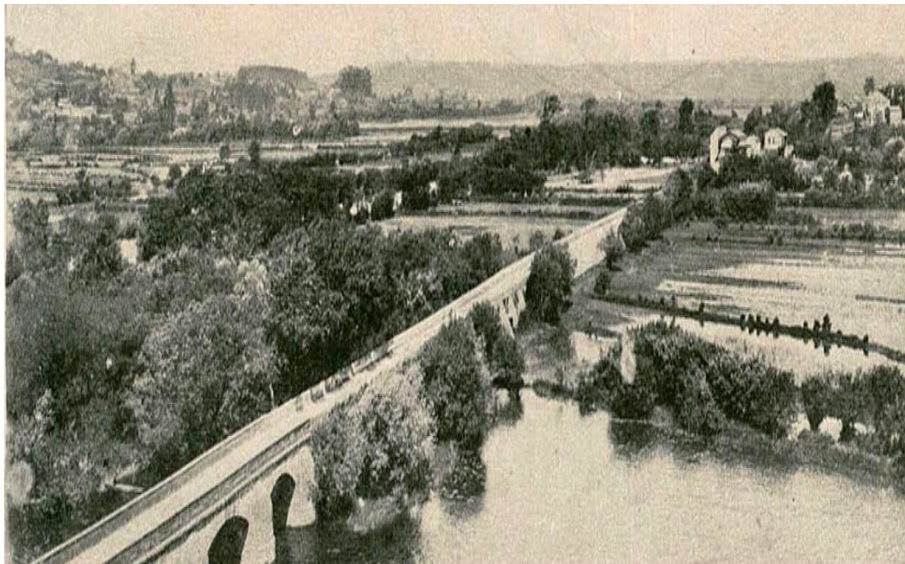
É, igualmente, na edição do dia 17 de fevereiro, que a *Ilustração Portuguesa* começa a abordar fotograficamente as operações no norte, com o apoio de fotógrafos locais (eventualmente também de algumas imagens de arquivo, sem autor identificado), os quais, como era usual, enviavam as suas fotografias para a revista, possivelmente para terem o seu nome publicado como autores, ganhando, assim, notoriedade e diferenciação entre os demais fotógrafos, profissionais ou amadores (uma espécie de *marketing* pessoal e profissional *avant-la-lettre*).

As fotos dão conta, sobretudo, dos espaços onde decorreram combates ou que tinham sido ocupados pelas forças monárquicas (Figura 4), sendo raros outros registros: uma coluna militar republicana em Aveiro (Figura 5); um dos hidroaviões da República amarrado em São Jacinto (Figura 6); e retratos de combatentes (Figura 7), um deles de um monárquico (Figura 8), chefe de um dos grupos de “trauliteiros”. Não há imagens de mortos ou feridos.

As fotografias, lidas em conjunto com o texto verbal, apontam para uma fase de *rescaldo* dos acontecimentos, de tranquilidade após a vitória republicana – triunfada a República, era tempo de reconstruir e sarar o país, conforme sugeria o texto. Curiosamente, foram publicadas, em sentido contrário, fotografias da partida de tropas para o norte, em janeiro. A novidade e a atualidade dos acontecimentos, ainda que não as dos registros fotográficos desses acontecimentos, não eram fortes critérios de valor notícia.

Figura 4

Alquerubim, ponto máximo do avanço monárquico a sul do Douro



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 124. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 5

Coluna militar republicana passa por Aveiro



Nota. *Ilustração Portuguesa*, 1919c, p. 122. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 6

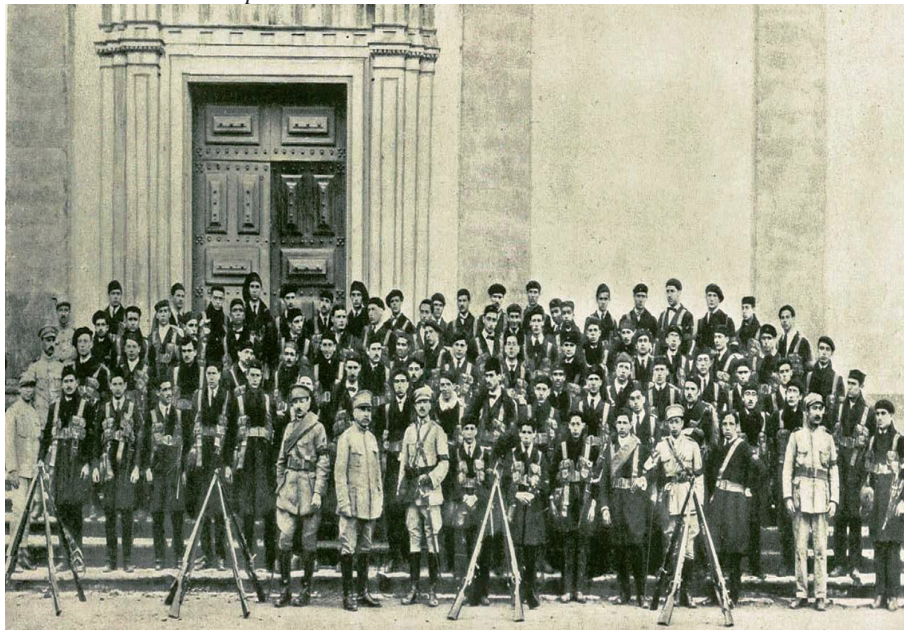
Hidroavião das forças republicanas



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919c, p. 121. Créditos fotográficos: Manuel d'Abreu.

Figura 7

Batalhão Acadêmico republicano de Coimbra



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919c, p. 125.

Figura 8

Líder de bando monárquico



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919c, p. 121.

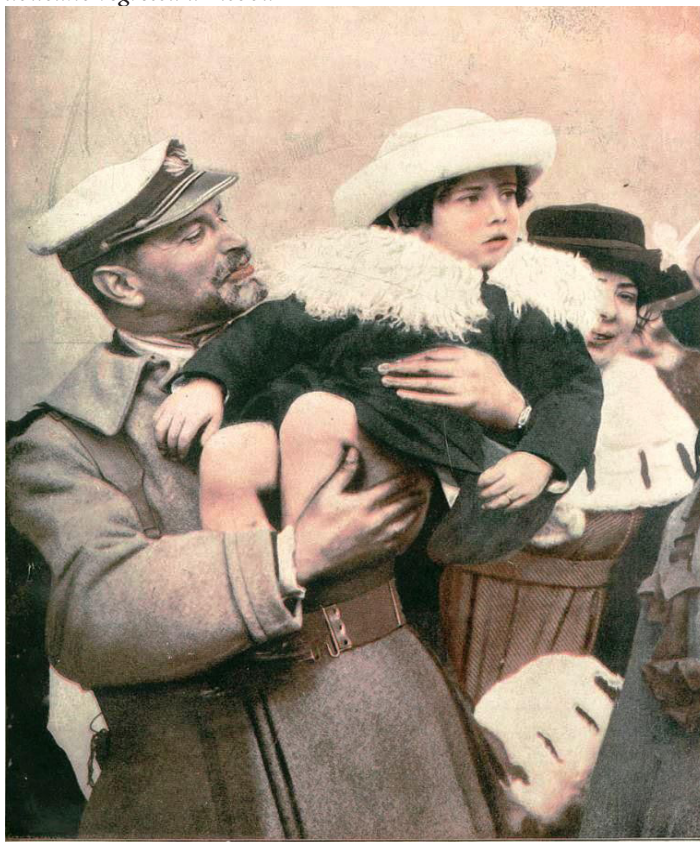
Embora a maioria dos títulos das peças publicadas pela *Ilustração Portuguesa* sobre a Monarquia do Norte possam ser vistos como relativamente neutros, a partir do final de fevereiro, quando a vitória republicana era uma certeza, a revista usou títulos enaltecedores do lado republicano, como “Em defesa da República”, e demonizadores do lado monárquico, como “Vítimas e algozes” e “O saque dos couceiristas em Bragança”. O número de 3 de março de 1919, publicado já bastante tempo depois de dominada a intentona monárquica, de algum modo estabelece a matriz temática do que seria a cobertura iconográfica da Monarquia do Norte nas páginas da revista, que, como se disse, se prolongou até o número de 9 de junho. A capa testemunha o registro visual do regresso a Lisboa de um dos novos “heróis” da república, que abraça a sua filha pequena (Figura 9). A foto de Anselmo Franco pretende gerar proximidade afetiva com o leitor, recorrendo à personalização centrada na figura do capitão da fragata da Marinha, figura de proa no combate às investidas das forças monárquicas contra a República. Conhecido na época pelo seu carácter

humanista, foi esse lado do futuro almirante Afonso Cerqueira que o fotógrafo da *Ilustração Portuguesa* pretendeu recriar.

É uma fotografia clássica, arquetípica, da cobertura do rescaldo de confrontações, que remete simbolicamente a um estado de normalidade do país e de retorno à ternura idealizada da vida familiar. A ideia do regresso triunfante e ovacionado das forças republicanas a Lisboa é traduzida, visualmente noutras fotografias, sendo digna de nota a bandeira da República Portuguesa agitada na frente da locomotiva que rebocou o trem (Figura 10). Dubois (1992, p. 11) corrobora este sentido ao afirmar que “a fotografia não é apenas uma imagem (o produto duma técnica e duma acção, o resultado dum fazer e dum saber fazer, uma figura de papel que se olha simplesmente na sua clausura de objecto acabado), é também, primeiramente, um verdadeiro acto icónico”.

Figura 9

Militar republicano regressa a Lisboa



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d capa. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Figura 10

Forças republicanas recebidas em triunfo em Lisboa após a vitória sobre os monárquicos



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 174. Créditos fotográficos: Anselmo Franco.

Barthes (1984) enfatizou que a sintaxe de imagens, como a sua justaposição, é um dos mecanismos de geração de sentido para as narrativas fotográficas. Uma confrontação de imagens, alegadamente uma da proclamação da monarquia e outra da restauração da República, no Porto, além de clarificar a tendência maniqueísta e tendenciosa da cobertura da *Ilustração Portuguesa*, pode, na verdade, demonstrar como as imagens podem ser instrumentalizadas para fins propagandísticos e difusão de mensagens falsas (Figura 11).

A primeira fotografia, que pretende dar conta da alegada falta de entusiasmo e frieza com que um pequeno conjunto de populares assistiu à proclamação da Monarquia, no Porto, pode não ser uma imagem deste acontecimento, mas de outro qualquer. Isto porque a fotografia retrata uma rua que teria sofrido um nivelamento em 1910 e, em 1919, já não era como a imagem documenta (Resende, 2019, pp. 297-298). E, para se avolumar à suspeita que recai sobre tal fotografia, apenas a segunda imagem – que mostra, em plano geral, a multidão que assistiu à reinstituição da república no mesmo local – é creditada, no caso a um fotógrafo aveirense, António Serafim.

Figura 11

Alegado contraste entre a proclamação da monarquia e da restauração da República



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 168. Créditos fotográficos da segunda imagem: António Serafim.

O número de 3 de março de 1919 da revista é fértil na identificação de “couceiristas” por meio da publicação dos seus retratos, individuais (Figura 12) ou coletivos, ainda que reforçando, com intuito tranquilizador, que vários deles já se encontravam presos. Ainda assim, na legenda do retrato coletivo, é destacada a utilização de armas e bombas pelo grupo, indicando que teriam representado perigo para o país. Com a publicação desses retratos, entre os quais se inclui a fotografia de corpo inteiro de Bento de Almeida Garrett (Figura 8), referindo que “foi preso com outros em Aveiro”, a *Ilustração Portuguesa* assume uma clara posição de denúncia pública das figuras apoiantes da Monarquia, tomando uma posição evidente e condicionando a percepção do leitor. “Um observador, ainda que seja obviamente alguém que vê, é acima de tudo alguém que vê um conjunto enunciado de possibilidades, alguém que está inserido num sistema de convenções e limitações” (Crary, 2017, p. 28).

Nesse número insere-se, também, uma fotografia (Figura 13) da destruição no Éden-Teatro do Porto, local que serviu de prisão monárquica, por uma furiosa turba republicana. A legenda da fotografia é elucidativa: o “povo destruindo, entre entusiásticas aclamações à República, o Éden-Teatro, onde esteve instalada a Nova Inquisição do breve reino” por aí terem sido “selvaticamente torturados”, com “barbarismo”, os republicanos que “caíram nas garras” dos monárquicos⁶. Inicia-se, no número de 3 de março da revista, uma longa sequência de sinalização, identificação e enaltecimento reconhecido dos “heróis da República”, por meio da publicação dos seus retratos, individuais e coletivos, que se prolongará até junho (Figura 14). Uma das razões que pode contribuir para explicar a longevidade da Monarquia do Norte na *Ilustração Portuguesa* seria a necessidade de publicar as dezenas de retratos individuais e coletivos dos triunfadores republicanos, que, em muitos casos, foram enviados pelos interessados à revista, conforme a própria relata, e que foram sendo inseridos ao longo do tempo, até porque não seria possível fazê-lo num único número. A publicação desses retratos, além de valorizarem, em última análise, a República, destacando os seus “heróis”, sintonizavam a revista com o seu público.

⁶ A historiografia mais recente apresenta de forma diferente os acontecimentos no Éden-Teatro (cf. Resende, 1919). Os boatos que circularam sobre o assassinato de republicanos no Éden-Teatro, por vezes ao som de piano, eram muitos deles falsos. Os “mortos” afinal estavam vivos. A senhora que foi acusada de tocar piano enquanto os presos eram torturados nem piano sabia tocar. Os “trauliteiros” acusados de torturarem republicanos, na verdade, atuaram quase sempre por vingança pessoal ou avidez. A própria Junta Governativa do Reino colocou fim aos abusos logo no final de janeiro.

Figura 12

Retratos identificadores de monárquicos*Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 161, 167.*

Figura 13

Destruição provocada no Éden-Teatro pelos republicanos, após o triunfo da República*Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 161. Créditos fotográficos: A. Sousa.*

Figura 14
Retratos de republicanos



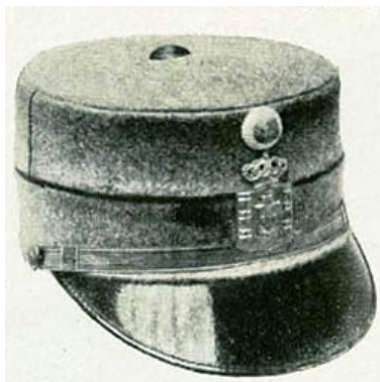
Nota. Ilustração Portuguesa, 1989e, p. 185. Créditos do retrato de grupo: António Gomes Mourão.

Entre a iconografia informativa usada pela *Ilustração Portuguesa* para cobrir a Monarquia do Norte encontram-se, também, reproduções de documentos e objetos curiosos (Figura 15), que contribuem para diversificar os pontos de abordagem do tema, e mesmo – como no caso do boné abandonado ou esquecido por Paiva Couceiro – para, de algum modo, entreter o leitor. O objeto deixado para trás provaria que o líder da intentona monárquica tinha abandonado tão rapidamente o Porto que nem sequer o boné levou.

Confrontada com a ausência de imagens que tivessem testemunhado os combates enquanto eram travados, a *Ilustração Portuguesa* recorreu, para a sua evocação simbólica, a imagens das suas consequências e do rescaldo dos acontecimentos, ou seja, imagens de substituição, mostrando, por exemplo, numa perspetiva de testemunho de vitória e elemento socialmente tranquilizador, elementos das forças republicanas posando, satisfeitos, com a tomada de posições e armamento aos monárquicos (Figura 16).

Figura 15

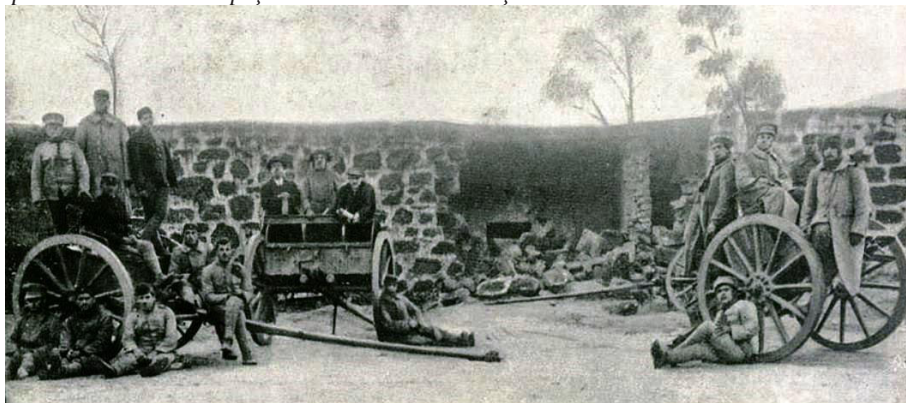
Boné alegadamente abandonado por Paiva Couceiro no Porto



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 164.

Figura 16

Republicanos posam para a câmara, em Lamego, onde, alegadamente, as forças monárquicas abandonaram peças de artilharia e munições



Nota. Ilustração Portuguesa, 1919d, p. 163. Créditos fotográficos: J. Gonçalves.

Os dados revelam que a Monarquia do Norte foi tema longo na revista. A *Ilustração Portuguesa* ecoou a relevância que os portugueses coevos deram ao assunto – afinal, durante mais de três semanas o norte de Portugal regressou, nominalmente, ao regime monárquico, mesmo que sem o endosso do rei deposto, D. Manuel II (Saraiva, 2003). Além disso, o triunfo da República significou o esgotamento da causa monárquica em Portugal, que, doravante, veio a ser sempre uma causa minoritária entre a população portuguesa. Essa seria uma das razões que levaram a revista a prolongar por vários números os ecos do

triunfo republicano, não apenas como a vitória do regime, mas também como um contributo para a ordem e estabilidade pelas quais os portugueses ansiavam.

Um dos sinais de que a *Ilustração Portuguesa* escolheu um lado para cobrir a Monarquia do Norte consistiu no destacamento de jornalistas para acompanhar as forças republicanas como enviados especiais. As lições da cobertura da Primeira Guerra Mundial tinham sido aprendidas, razão pela qual as Forças Armadas se mostraram receptivas aos jornalistas. Essa situação de *embedded journalism*⁷ fortalece os laços dos jornalistas com as tropas e previne, inclusive por autocensura, a difusão de notícias negativas sobre os militares.

Um dos elementos a se destacar na construção da narrativa sobre a intentona monárquica do Porto pela *Ilustração Portuguesa* é a sistemática omissão de fontes. Há apenas uma alusão parafraseada a uma afirmação do ministro da Justiça durante um comício republicano. O jornalista funcionou, na revista, como um *narrador onisciente*, sendo o discurso acompanhado pelas imagens fotográficas.

Afiando a análise, o levantamento terminológico da *Ilustração Portuguesa* prova que a revista marca, repetidamente, a oposição entre “monárquicos”, “revoltosos”, “trauliteiros”, “couceiristas”, “realistas”, “esses que se lançaram em uma aventura revolucionária” e “traíçoeiramente” se haviam introduzido no Porto, de um lado; e, de outro, “republicanos” e também “socialistas”, o povo do “Portugal republicano”, indivíduos cheios de “fé republicana”, de “fervoroso ardor” que tinham por aliados na “defesa da República”, da “garantia de nacionalidade”, o “Exército”, a “Marinha” e o “povo”, “bravos marinheiros”, “raça de heróis”.

No entanto, a *Ilustração Portuguesa*, ainda que assinalasse os triunfos republicanos e denegrisse os monárquicos, em certos momentos esforça-se por, de algum modo, pairar, com certa independência, acima dos contendores. Foca-se a necessidade de resolver a “terrível luta”, o “constante desassossego”, a “longa série de perturbações trágicas para a vida nacional”, a “guerra civil”, a “fuzilaria”, o “espetáculo fratricida” e “sanguinolento”, para “levantar o país”, depois dos esforços feitos durante a Grande Guerra pela “causa do direito das gentes, da civilização e da humanidade”. Na expressão desses desejos, certamente ecoaria o que estava na mente da maioria dos portugueses: uma ânsia por ordem, tranquilidade, desenvolvimento e crescimento econômico.

Registre-se, aliás, que os textos verbais e visuais da *Ilustração Portuguesa* não são particularmente informativos. As palavras expressam, além da ideia de triunfo republicano, a vontade de viver com tranquilidade, numa sociedade justa e ordeira, e de reconstruir e pacificar o país. Mesmo as imagens fotográficas cumprem, sobretudo, uma função *ilustrativa* – aquelas que representam lugares de combates ou que foram ocupados por monárquicos, por exemplo,

⁷ O conceito de *embedded journalism* pode definir-se como a prática de colocar jornalistas dentro de unidades militares e sujeitos às autoridades militares durante um conflito.

também poderiam evocar, em outro contexto verbal, apenas aspetos bucólicos ou urbanos do país.

CONCLUSÕES

Os dados evidenciam que a hipótese de partida pode ser aceita. Ou seja, o discurso da *Ilustração Portuguesa*, fotográfico e verbal, alinhou-se com os interesses do poder governamental republicano, que controlava a capital e a maioria do território do país. A revista não foi neutra na forma como orientou a construção de conhecimento sobre a Monarquia do Norte e as suas singularidades.

As circunstâncias específicas que se viviam em Lisboa, sede da revista, contribuem para explicar o tom pró-republicano do discurso. A revista não só não podia desafiar o poder estabelecido no lugar onde mantinha sua sede como também estava sujeita a pressões e censura. Ademais, pode-se apontar o fato de a revista *Ilustração Portuguesa* pertencer ao grupo do diário *O Século*, que, apesar de ser industrialmente organizado e independente (tinha, inclusive, redatores monárquicos, como o conhecido jornalista Rocha Martins), nascera como um jornal republicano, matriz ideológica que mantinha com mais ou menos vigor.

Nesse sentido, a *Ilustração Portuguesa*, mesmo depois da derrota da Monarquia do Norte, foi uma voz a mais na propaganda do regime republicano, difundindo, sob a forma de texto verbal e iconográfico, matérias que lhe eram favoráveis, objetivo para o qual dispôs da sua vasta rede de correspondentes e outros indivíduos que a abasteciam de informações sob a forma de texto verbal e imagens, principalmente de fotografias. Há que destacar, por um lado, a prática de fotógrafos profissionais e amadores que enviavam, voluntariamente, fotografias para a revista, com o fim de que estas fossem publicadas com os seus nomes nos créditos, resultando em notoriedade e distinção entre os seus pares. Podiam mesmo promover, por essa via, os seus negócios de fotografia. Por outro lado, pode-se destacar os indivíduos que enviavam à revista os seus próprios retratos, ou retratos em que apareciam, igualmente para criar notoriedade e diferenciação entre os seus pares, atitude que se pode enquadrar no conceito de *marketing pessoal*.

Concluiu-se, também, que a imagem foi usada, no contexto da cobertura da Monarquia do Norte pela *Ilustração Portuguesa*, não apenas por causa do seu valor *noticioso*, mas também pelo seu poder testemunhal, de prova, e ainda pela capacidade de evocar, lembrar e tornar presentes pessoas e situações, construindo o sentido de dever em quem partia em missão para defender a causa republicana e proteger o país dos “trauliteiros” monárquicos que, segundo representação visual da *Ilustração Portuguesa*, desestabilizavam a paz nacional.

A leitura das peças permite concluir que a revista enfatizou – e celebrou – o esforço unânime dos republicanos, civis e militares, liderados pelo Governo, na luta contra a intentona monárquica do norte. O lado que contou, para a *Ilustração Portuguesa*, foi o republicano. ■

REFERÊNCIAS

- Barthes, R. (1984). A mensagem fotográfica. In R. Barthes (Ed.), *O óbvio e o obtuso* (I. Pascoal, trad., pp. 13-25). Edições 70.
- Crary, J. (2017). *Técnicas do Observador* (N. Quintas, trad.). Orfeu Negro.
- Dias, C. M. (1923). *Entre precipícios... (Chronicas politicas dos ultimos tempos)*. Empreza Lusitana.
- Dominick, J. R., & Wimmer, R. D. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos*. Bosch.
- Dubois, P. (1992). *O Acto Fotográfico*. Vega.
- Elliot, P., & Golding P. (1988). News values and news production. In P. Marris, C. Bassett, & S. Thornham (Eds.), *Media studies: a reader* (pp. 635-647). Edinburgh University Press.
- Ferreira, D. (1984). Monarquia do Norte. In J. Serrão (Dir.). *Dicionário de história de Portugal: de Lisboa a Páris* (Vol. IV, pp. 331-332). Figueirinhas.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (3a ed.). Vozes.
- Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90.
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Insular.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Ilustração Portuguesa*. (1919a, 3 de fevereiro). (676), 79-106.
- Ilustração Portuguesa*. (1919b, 10 de fevereiro). (677), 99-106.
- Ilustração Portuguesa*. (1919c, 17 de fevereiro). (678), 119-146.
- Ilustração Portuguesa*. (1919d, 3 de março). (680), 159-186.
- Ilustração Portuguesa*. (1919e, 10 de março). (681), 179-206.
- Lima, C. (1919). *O reino da Traulitânia: 25 dias de reacção monárquica no Porto*. Renascença Portuguesa.
- Lima, H. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte, & Centro de Investigação Media e Jornalismo.

- Magalhães, L. (1925). *Perante o tribunal e a nação: A Monarchia do Norte e o julgamento da junta governativa do reino*. Coimbra Editora.
- Magalhães, L. (1934). *A crise monarchica: Documentos para a história e liquidação de responsabilidades*. Lello & Irmão.
- Maidment, B. E. (1996). *Reading popular prints: 1790-1870*. Manchester University Press.
- Manique, A. P., & Proença, C. (1990). *Ilustração Portuguesa*. Alfa.
- Marques, A. H. O. (1973). *História de Portugal: Volume III – Das revoluções liberais aos nossos dias*. Ágora.
- Marques, A. H. O. (1995). *Breve história de Portugal*. Presença.
- Marques, A. H. O. (Dir.). (1978). *História da 1.^a República Portuguesa: as estruturas de base*. Iniciativas Editoriais.
- Martins, R. (1922). *A Monarquia do Norte*. 2 volumes. Oficinas Gráficas do ABC.
- Matos, Á. C. (2014). The press in the First Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910-1926). In J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt, & M. Barbosa (Orgs.). *A history of the press in the Portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Mattoso, J. (Dir.), & Ramos, R. (2001). *História de Portugal: a segunda fundação (1890-1926)*. Estampa.
- Oliveira, M. C. (1919). *Durante a monarquia dos trauliteiros (de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919) – Depoimento duma vítima*. Tipografia Sequeira.
- Peres, D. (1954). *História de Portugal: edição monumental*. Suplemento. Portucalense.
- Resende, N. (2019). A Monarquia do Norte (1919): um “ensaio retrato”. *Brotéria: Cristianismo e cultura*, 188 (2), 283-305.
- Ricoeur, P. (1987). *Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Edições 70.
- Rodrigues, A. D. (1988). O acontecimento. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 9-16.
- Rollo, M. F. (Coord.). (2013). *Dicionário de História da I República e do republicanismo*. 3 volumes. Assembleia da República.
- Rollo, M. F., & Rosas, F. (Coords.). (2019). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.
- Ramos, R. (Coord.), Monteiro, N. G., & Sousa, B. V. (2009). *História de Portugal*. A esfera dos livros.
- Santos, M. D. (2014). Monarquia do Norte. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do republicanismo* (Vol. II, pp. 991-995). Assembleia da República.

- Saraiva, J. H. (2003). *História de Portugal: A Primeira República – Do 5 de Outubro à crise partidária* (Vol. 8). Quidnovi.
- Scheufele, B. (2008a). Content analysis, qualitative. In W. Donsbach (Ed.). *The international encyclopedia of communication* (pp. 967-972). Blackwell.
- Scheufele, B. (2008b): Content analysis, quantitative. In W. Donsbach (Ed.). *The international encyclopedia of communication* (pp. 972-978). Blackwell.
- Serén, M. C. (2004). *Ilustração Portuguesa*. In F. Costa, & M. C. Serén. *Ilustração Portuguesa* (pp. 68-119). Centro Português de Fotografia.
- Silva, H. M. (2008). *Monarquia do Norte 1919*. Quidnovi.
- Sousa, J. P. (2000). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Argos; Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2013). *A Grande Guerra: Uma crónica visual – Parte I: Estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015). *A Grande Guerra: Uma crónica visual – Parte II: A “Guerra Estrangeira”: Estudo do discurso iconográfico da “Ilustração Portuguesa” (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: Um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2020). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal: Das Origens a 1926*. Livros ICNOVA.
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal – Pequena história de um grande jornalismo I: Da manufatura à indústria*. Livros ICNOVA.
- Souto, M. V. M. T. (1989). *A Monarquia do Norte e a imprensa: Uma análise* [Dissertação de mestrado, Ciências da Informação]. Universidade Católica Portuguesa.
- Villafañe, J. (2006). *Introducción a la teoría de la imagen*. Pirámide.

Artigo recebido em 7 de julho de 2023 e aprovado em 16 de fevereiro de 2024.

R
RESENHAS
D
K



O mundo do avesso, de Letícia Cesarino, é uma obra que requer coragem – para ser escrita e para ser lida

***O mundo do avesso by Letícia Cesarino
is a work that requires courage
– to be written and to be read***

JACQUELINE AUSIER DOMINGUES^a

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação.
São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

Esta resenha tem como objetivo apresentar e refletir acerca das principais ideias presentes na obra *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*, de Letícia Cesarino, antropóloga, pesquisadora e docente brasileira. A autora expõe que, para compreender fenômenos contemporâneos como o populismo e a desinformação, é necessário, primeiramente, enxergar a dimensão técnica de suas infraestruturas, apoiando-se na perspectiva cibernética de Gregory Bateson para explicar seu argumento central. Como resultado, Cesarino desenvolve uma obra potente e disruptiva, que transforma o pensamento da leitora atenta, por vislumbrar novas possibilidades de entendimento sobre as crises que permeiam o atual cenário sociopolítico brasileiro.

Palavras-chave: Digital, explicação cibernética, política, públicos antiestruturais.

ABSTRACT

This review aims to describe and reflect on the main ideas contained in the work, *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital* by Letícia Cesarino, a Brazilian anthropologist, researcher, and teacher. The author explains that understanding contemporary phenomena such as populism and disinformation first requires observing the technical dimension of their infrastructures - relying on the cybernetic perspective of Gregory Bateson to explain her central argument. As a result, Cesarino develops a powerful and disruptive work that envisions new possibilities for understanding the crises that permeate the current Brazilian sociopolitical scenario and modifies careful readers' thoughts.

Keywords: Anti-structural publics, cybernetic explanation, digital, politics.

^a Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM – ECA/USP). Membro do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo (GESC3). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0219-2140>. E-mail: jacquelineausier@usp.br

Cesarino, Letícia. (2022).
O mundo do avesso. Ubu. 304 p.

UM DOS MAIORES acontecimentos da história humana recente se dá entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, quando a internet e a rede mundial de computadores se deslocam da posição de máquinas militares, com acesso restrito, para uma tecnologia cada vez mais presente no cotidiano social, ao alcance do “indivíduo comum”. É nesse momento de transição que teóricos e estudiosos de múltiplas áreas se voltam para os possíveis impactos da internet e do digital em esferas distintas, desde a antropologia até a matemática, por exemplo. Com isso, um dos primeiros questionamentos delineados, inclusive de maneira interdisciplinar, foi a relação entre política e o ambiente online. Os primeiros debates se voltavam, principalmente, para uma possível “democracia digital”, visto que, como apontam Farias, Cardoso e Oliveira (2020, p. 76), nos anos 1990, “. . . a internet era celebrada como uma invenção que inauguraria uma nova era da democracia cultural e política, talvez por meio de novas formas de governança eletrônica e contribuições diretas de cidadãos-jornalistas”.

Na medida em que essa “previsão” não se tornou realidade, novos ângulos acerca da política na era digital passaram a se destacar, sendo um deles a investigação sobre o discurso radical e extremista propagado em diferentes realidades sociopolíticas e o papel desempenhado pelos meios tecnológicos (cada vez mais sofisticados) nessa dinâmica. No Brasil, o interesse por esse viés específico se intensificou significativamente a partir de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff sofreu um impeachment de teor golpista, e, posteriormente, com a campanha e eleição do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022). É nesse cenário que a antropóloga, pesquisadora e professora Letícia Cesarino inicia, em 2018, a investigação que resulta na obra *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*, publicada pela Ubu em novembro de 2022.

Nas primeiras páginas, Cesarino explica que sua motivação veio de uma curiosidade quanto às supostas singularidades no comportamento político-eleitoral brasileiro durante as eleições presidenciais de 2018. Para compreender o ocorrido, entretanto, a autora recorre à teoria cibernética de Gregory Bateson (1972), convidando o leitor – ou melhor, a leitora, como diz a própria Cesarino – a enxergar a dimensão técnica que constitui os fenômenos da contemporaneidade. Posto isso, a autora opta por dividir o livro em duas partes, além de introdução e conclusão. A primeira é composta por dois capítulos, intitulados “Sistemas dinâmicos e a perspectiva cibernética” e “O ‘mal-estar’ na plataformização”, que se dedicam a apresentar os principais conceitos teóricos que norteiam e amparam

o argumento central da obra, sendo sua seção mais densa. Já a segunda parte é composta pelos capítulos “Política: algoritmização e populismo” e “Verdade: conspiracionismos e *alt-sciences*”, nos quais Cesarino busca explicar, a partir das teorias introduzidas na primeira metade do livro, a conjuntura política brasileira e a crise de confiança enfrentadas pela ciência e pela democracia, além de apresentar novos *insights* e perspectivas conforme o desenvolvimento dos capítulos.

Cesarino tem consciência de que a jornada proposta por sua pesquisa não é fácil de ser percorrida. Na introdução, a autora se preocupa em estabelecer um diálogo com a leitora, como uma espécie de preparação para o que será discutido nas páginas seguintes. Como ela mesma destaca: “o espírito deste livro, que parte das ciências das complexidades, é ser compreensível para qualquer leitora dotada de interesse, intuição e abertura a uma mirada diferente sobre os processos sociais” (Cesarino, 2022, p. 11). Sendo assim, ao invés de intimidar, o texto de Cesarino instiga a continuação da leitura, ainda que seja necessário ler (ou reler) cada trecho com bastante atenção. Em uma introdução impactante, a pesquisadora pincela algumas noções teóricas (como a explicação cibernética e os sistemas lineares e não lineares), ao mesmo passo que as relaciona com o contexto sociopolítico brasileiro dos últimos anos. Além disso, resume brevemente cada um dos capítulos e como eles estão interligados, possibilitando que a leitora esteja mais situada para iniciar o conteúdo propriamente dito.

O primeiro capítulo preocupa-se em estabelecer um novo olhar acerca dos sistemas. Cesarino explica que segue se referindo aos mesmos sistemas do senso comum: políticos, econômicos, jurídicos etc. O que muda, entretanto, é o modo de enxergá-los, já que eles são socialmente compreendidos como processos históricos e lineares. Aqui, a autora busca justamente o que é trans-histórico nesses conjuntos, ou seja, “uma dinâmica ou modo de funcionamento comum”, que extrapole as diferentes esferas de organização social, superando as particularidades de cada uma. Para tornar visível essa infraestrutura comum, Cesarino recorre às contribuições de Bateson (1972), antropólogo que nos anos 1940 compunha o movimento original da cibernética – definida primeiramente, por Norbert Wiener (1948), como uma super ciência que pretende averiguar “os elementos comuns no funcionamento de máquinas automáticas e no sistema nervoso humano, e desenvolver uma teoria capaz de cobrir todo o campo da comunicação e controle em máquinas e organismos vivos” (Wiener, 1948, p. 14).

Partindo daí, Bateson (1972) desenvolveu aquilo que chamou de explicação cibernética ou negativa, centrada em sistemas dinâmicos, ao contrário da perspectiva positiva, que converge em torno dos sistemas lineares. Isso posto, enquanto a explicação positiva interpreta os sistemas a partir das relações de causalidade

linear, a explicação cibernética se atenta para “padrões de coemergência de agências em um mesmo campo dinâmico de complexidade, regidos por causalidades recursivas. . . ou efeitos de retroalimentação” (Cesarino, 2022, p. 30). Sendo assim, quando fatores de desestabilização – como as novas mídias – atuam sobre um sistema, ele não pode seguir uma lógica linear, visto que a imprevisibilidade se torna protagonista do seu funcionamento. Na vida cotidiana, por mais que a maioria dos indivíduos cumpra uma certa rotina, todos estão sujeitos a possível entropia dos acontecimentos. Justamente por isso, Cesarino defende que, nas relações do mundo real, existe uma predominância de sistemas não lineares, razão pela qual a explicação cibernética se torna mais eficiente para a análise de contexto proposta na obra.

Elucidada essa questão basilar, a autora aprofunda a discussão sobre o alinhamento existente entre máquina-animal-humano, no esforço de evidenciar a cibernética como uma ciência que abrange os processos de “comunicação e controle no animal e na máquina” (Wiener, 1948). Cesarino recorre a uma perspectiva histórica para abordar a dinâmica e a trajetória das ciências normais, que auxiliarão na compreensão de alguns dos conceitos-chave de *O mundo do avesso*: as estruturas e as antiestruturas. Em síntese, a ciência normal necessita de um consenso minimamente estável, por parte dos membros de uma comunidade, com relação a um paradigma partilhado. Conta, portanto, com revisão de pares, normas éticas, procedimentos científicos específicos etc.

Todavia, nenhum paradigma se desenvolve infinitamente, pois alcança seus limites de apreensão do real, eliminando os resquícios que não conseguiu assimilar. Esses resíduos resultam naquilo que Kuhn (1962/2018) chamou de “anomalias”, cuja proliferação estabelece uma crise perante o paradigma vigente, demandando que ele se reorganize. Com uma crise de confiança estabelecida na comunidade, as anomalias – que nunca deixaram de existir, apenas ocupavam as margens – podem se fortalecer e caminhar para o centro daquela realidade, emergindo como “vanguarda de um novo paradigma” (Cesarino, 2022, p. 49). Desse modo, o paradigma anteriormente estabelecido – ou seja, a estrutura – se enfraquece e é pressionado pelo paradigma em progresso, funcionando como sua antiestrutura. Cesarino explica que o termo foi empregado por Victor Turner para “designar o momento reflexivo pelo qual uma sociedade se dobra sobre si mesma, trazendo à tona elementos que contestam os modelos políticos e legais que controlam o centro da vida de uma sociedade” (Cesarino, 2022, p. 49). Baseando-se nisso, a autora passa a utilizar o termo “públicos antiestruturais” para se referir àqueles que defendem o bolsonarismo, a extrema-direita e as teorias da conspiração e das ciências alternativas, apontando a principal semelhança entre

eles: o englobamento de modelos de reconhecimento universal por modelos de reconhecimento bifurcado. Substancialmente, o primeiro

representa a norma do Estado democrático de direito, da esfera pública liberal e da “ciência normal” prevalente no contexto pré-neoliberal. O segundo representa indivíduos dentro de comunidades de destino segmentadas, cujas relações são mediadas por lógicas afins à do livre mercado. Em um caso, o reconhecimento é, potencialmente e em norma, universal e público; no outro, o reconhecimento tem base particularista, sendo conferido apenas aos membros de uma mesma comunidade de destino que se integra, em última instância, pela contraposição a um entorno experimentado como ameaçador e incerto (tipicamente, um inimigo). (Cesarino, 2022, p. 21)

O primeiro capítulo é finalizado com Cesarino concluindo que os públicos antiestruturais desejam colocar em prática, justamente, o englobamento do contrário, em que o modelo de reconhecimento bifurcado se configura como o avesso do reconhecimento universal. É desse princípio, então, que parte o segundo capítulo, cujo principal objetivo é abordar a dimensão da materialidade técnica embutida na essência de sistemas como as novas mídias, favorecendo o surgimento de públicos antiestruturais. Na visão da autora, a infraestrutura em comum dessas tecnologias é construída com pressupostos invertidos, baseando-se em opacidade e assimetrias. Ainda que não tenham sido desenvolvidas necessariamente com o propósito de favorecer os públicos antiestruturais citados por Cesarino, as novas mídias beneficiam praticamente de maneira “espontânea” o surgimento e proliferação das antiestruturas, provocando mudanças na disposição da esfera pública, que acontecem de maneira muito mais acelerada dada a natureza veloz das mídias sociais. Essas transformações acarretam “processos de desintermediação”, que, segundo a autora, consistem no desengajamento de elementos que compunham a estrutura normativa anterior e eram vistos como confiáveis, a exemplo da democracia e da comunidade científica. Como consequência, o sistema não se rompe totalmente, mas é permeado por formas emergentes de reintermediação, como os influencers “experts” em saúde, mas sem nenhuma formação propriamente dita na área. Assim, o ambiente se torna altamente instável, com estrutura e antiestrutura, desintermediação e reintermediação, coexistindo juntamente.

Ao longo do capítulo, a autora também discorre sobre diversas características dos algoritmos e ressalta como é desproporcional a relação entre eles e os usuários, mas que, ainda assim, o ser humano resiste em se enxergar como um ambiente sujeito à influência de agências tecnológicas. Para além disso,

algoritmos tendem a privilegiar a junção de igual com igual, atuando numa espécie de “clusterização” dos indivíduos, e constantemente coletam e circulam dados pessoais dos usuários, o que resulta em uma das constatações mais preocupantes de toda a obra: não são os seres humanos que utilizam o digital e o algoritmo para ampliarem suas habilidades, mas, sim, o contrário.

Adentrando a próxima seção de *O mundo do avesso*, o terceiro capítulo se concentra em detalhar a relação entre algoritmização e populismo, tendo como panorama central a ascensão eleitoral da nova direita, principalmente do bolsonarismo, considerando acontecimentos desde 2013, com ápice nas eleições presidenciais de 2018. Posto isso, a pesquisadora adota o ponto de vista cibernético na abordagem desses fatos, classificando o populismo como tecnopolítica, visto que os artefatos técnicos da infraestrutura dos ambientes digitais – fundamentais na eleição de Bolsonaro – podem ter uma política embutida neles. Para investigar seu argumento, Cesarino realizou uma pesquisa em grupos bolsonaristas de WhatsApp, identificando dimensões técnicas do populismo no ambiente digital, como a

presença de uma ameaça existencial iminente, deslegitimação de estruturas de produção de verdade preexistentes (imprensa, academia) para isolar os seguidores em públicos fechados, e uma relação de mimese inversa onde o inimigo aparece como espelho invertido da identidade líder-povo. (Cesarino, 2022, p. 149)

A autora enfatiza, também, que a proliferação desses padrões miméticos e segmentados, que auxiliam na desestabilização do conhecimento universal, não acontece naturalmente nas novas mídias, mas sim de maneira algoritmicamente orientada. No decorrer do capítulo, Cesarino interpreta múltiplas características dos públicos antiestruturais com base nos conceitos cibernéticos apresentados na primeira seção, auxiliando a leitora a visualizá-los de modo mais concreto.

No último capítulo, que tem como objeto central a ascensão de teorias da conspiração e das ciências alternativas, a pesquisadora argumenta que, do ponto de vista estrutural, a crise da política e a crise da ciência são, na verdade, uma crise só, uma vez que “a atual infraestrutura de mídia ajuda a propiciar uma máquina de ressonância que aproxima, mas não confunde totalmente, populismo e pós-verdade” (Cesarino, 2022, p. 205). Ainda que tenha algumas ressalvas com o termo “pós-verdade”, a autora o utiliza inicialmente para se referir a processos de desinformação, conspiracionismos, negacionismos e pseudociências. Apesar de interpretar que a conjuntura sociopolítica brasileira é oriunda de uma mesma raiz, Cesarino explicita que os públicos antiestruturais possuem convergências, mas, também, dessemelhanças. Segundo a estudiosa,

os públicos do tratamento precoce da covid-19, segmentos conspiratórios e antivacina, “se sobrepõem apenas parcialmente ao bolsonarismo político no sentido estrito. Mas eles compartilham muitas das dinâmicas estruturais expostas no capítulo anterior e, portanto, também operam como públicos antiestruturais” (Cesarino, 2022, p. 206).

Sendo assim, a pesquisadora enfatiza que todos esses públicos se utilizam de uma lógica “estranho-familiares”, acionando constantemente extremos e promovendo uma desumanização do suposto inimigo, operando nos limites cinzentos da legalidade. Nessa dinâmica, não apenas trazem os acontecimentos em tempo real, como se valem de um movimento denunciatório, revelando verdades que são, de acordo com esses públicos, propositalmente escondidas do usuário comum, promovendo uma ideia de emancipação. O tema da verdade permeia significativamente todos os debates levantados por este capítulo e Cesarino explica como a produção de verdade está intimamente conectada à confiança social, salientando que as novas mídias são instrumentos imprescindíveis na transferência de confiança para novos mediadores.

Enfim, na conclusão de *O mundo do avesso*, intitulada “Sobre fins e recomeços”, a autora não oferece uma solução simples para o cenário descrito, visto que seria uma resolução utópica. Ao introduzir a perspectiva cibernética como um caminho possível para interpretar os fenômenos contemporâneos, fica evidente que qualquer tentativa de solução deverá englobar a dimensão técnica da crise. Por outro lado, a autora não nega seu ceticismo quanto à capacidade dos indivíduos de se contraporem às tendências sistêmicas atuais. No entanto, suas palavras finais não são de desânimo. Para Cesarino, “se há alguma esperança de evitar a democratização do fim do mundo pelo capitalismo, ela está, contraditoriamente, na capacidade de adaptação do próprio sistema” (Cesarino, 2022, p. 279). Caso encontre uma maneira de se reorganizar, priorizando sua continuidade, talvez não ocorra o final do mundo – mas apenas, o final deste mundo. Independente dos caminhos que serão percorridos, o trabalho de Cesarino traz o primeiro passo necessário para qualquer tipo de transformação, ao permitir que a leitora aprofunde sua compreensão em relação à conjuntura na qual está inserida e a quais problemáticas auxiliaram no desenvolvimento desse cenário caótico. É justamente por isso que, em sua essência, *O mundo do avesso* é uma obra disruptiva e necessária, que exige fôlego e coragem, tanto em sua concepção, quanto em sua leitura. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. University of Chicago Press.
- Cesarino, L. (2022). *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu.
- Farias, L. A., Cardoso, I., & Oliveira, P. R. N. (2020). Comunicação, opinião pública e os impactos da revolução digital na era da pós-verdade e *fake news*. *Organicom*, 17(34), 71-81. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.176133>.
- Kuhn, T. S. (2018). *A estrutura das revoluções científicas*. (B. V. Boeira & N. Boeira, Trans.). 18a ed. Perspectiva. (Obra original publicada em 1962)
- Turner, V. W. (2013). *O processo ritual: Estrutura e antiestrutura*. (N. C. Castro, Trad.). 2a ed. Vozes. (Obra original publicada em 1969)
- Wiener, N. (1948). Cybernetics. *Scientific American*, 179(5), 14-18. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican1148-14>

Artigo recebido em 12 de março de 2024 e aprovado em 25 de março de 2024.

MATRIZes é um periódico destinado à publicação de estudos que tenham por objeto a comunicação. Acolhe pesquisas teóricas e empíricas sobre processos comunicativos, meios e mediações nas interações sociais. Trata-se de uma publicação aberta às reflexões sobre culturas e linguagens midiáticas e suas implicações sociopolíticas e cognitivas. MATRIZes preserva o horizonte transdisciplinar do pensamento comunicacional e espera redimensionar conhecimento e práticas que contribuam para definir, mapear e explorar os novos cenários comunicacionais. No limite, MATRIZes busca ser um espaço de debates das diferentes perspectivas do campo da Comunicação.

